

Editorial

José Pedro Sarmiento de Rebocho Lopes

Universidade do Porto, Portugal – psarmiento@fade.up.pt

Editorial, março de 2024

O sistema desportivo internacional foi estabelecido a partir dos finais do século XIX. Num momento histórico, em que se desenvolvia em toda a sociedade um conceito de gestão essencialmente burocrático. As lógicas de poder nas organizações eram baseadas em pirâmides hierárquicas, em que o controle e sujeição dos diversos níveis a princípios muito rígidos e inflexíveis, assumiam o fator fundamental da obtenção do sucesso.

As organizações desportivas, aceitaram os princípios democráticos de construção e funcionamento, mas ficaram impregnadas de níveis de representatividade territorial (local, regional, nacional, continental e mundial), áreas de intervenção (legislador, executivo, fiscal e judicial) e coordenação dos intervenientes (atletas, árbitros e dirigentes).

Resultando num edifício de múltiplas castas, de enorme complexidade que se foi multiplicando em diversos contextos sociais (federado, escolar, universitário, adaptado, militar, laboral, etc.). Os princípios democráticos não se perderam, mas foram adulterados por sistema de representatividades nas eleições, e interesses que minaram a eficácia e a morosidade de todo o sistema.

Hoje, no século XXI com toda a tecnologia disponível ao nível das telecomunicações, das viagens, do digital e das novas ferramentas de gestão, como se justifica que o sistema desportivo internacional, demore tanto tempo a promover as alterações que todos consideram essenciais, mas são sucessivamente boicotados.

Porque se mantém tantos organismos nas estruturas, na maior parte das vezes, completamente redundante? Por um lado, certamente pela inércia do desconhecido, mas acima de tudo, pelo medo de perder o controle e o poder, por mais pequeno e insignificante que ele seja.

Em Portugal, a Conta Satélite do Desporto revela, que 75% do dinheiro que o Estado investe no Desporto é nas entidades reguladoras do Desporto, e apenas 25% nas entidades produtoras de Desporto. Certamente, esta é a razão pela qual temos um excelente sistema desportivo, mas o pior resultado em termos da prática desportiva da população de toda a Europa 23%.

Falta coragem para se assumir que os meios digitais permitem reduzir drasticamente as despesas administrativas, com burocracias dos séculos passados, despesas de viagens, estadias e alimentação pornográficas. Possibilidades reais de redução da força laboral e até de muitas das organizações criadas ao longo de mais de um século.

A dimensão do desporto é cada vez maior, por isso, é necessário rever as estratégias de financiamento e de funcionamento e claramente privilegiar quem verdadeiramente é produtor e não quem apenas regula e condiciona.

José Pedro Sarmiento de Rebocho Lopes

Professor Associado aposentado.

Paradigmas canônicos de apoio aos espaços e infraestruturas náuticas e desportivas

Canonical approaches for supporting nautical and sports spaces and infrastructures

Paradigmas canónicos de apoyo a espacios e infraestructuras náuticas y deportivas

Paulo Ventura 

Universidade Autónoma de Lisboa – pjdos@autonoma.pt

Resumo

O desporto, em particular os espaços e infraestruturas náuticas e desportivas, tendem a desempenhar um papel preponderante no território urbano que ocupam. O tema em estudo “Paradigmas canônicos de apoio aos espaços e infraestruturas náuticas e desportivas”, tem como objetivo obter junto dos alunos do curso de Gestão do Desporto da Universidade Autónoma de Lisboa, a sua sensibilidade sobre a importância dos paradigmas canônicos no apoio aos espaços e infraestruturas náuticas e desportivas, com particular foco sobre: cânones, infraestruturas náuticas e desportivas, vetores de sustentabilidade, materiais e desafios futuros. De acordo com pesquisa sociodemográfica, os estudantes pouco diferiam em termos de idade, domicílio e local de residência. No estudo utilizou-se uma metodologia de natureza quantitativa de carácter descritivo. Ao questionar-se os alunos sobre se consideravam que a uma construção sustentável assenta num conjunto de práticas e cânones com preocupações ambientais, económicas e sociais, que permitam na sua generalidade satisfazer as necessidades do ser humano sem que se ponha em causa sustentabilidade ecológica e as gerações vindouras. Os resultados apontam para uma opinião concordante acima dos 76,7%, o que demonstra uma certa preocupação na utilização dos recursos existentes quando relacionados com as instalações e espaços de desporto. Em suma, pretendeu-se com o presente estudo, alertar os gestores do desporto, projetistas, planificadores de espaços e instalações de desporto da atualidade, um novo olhar e um pensamento profundo sobre o futuro do edificado desportivo.

Palavras-chave: Cânone; Infraestruturas Náuticas; Sustentabilidade; Gestão do Desporto.

JEL Códigos: D71; Q50; D91; Q20.

Abstract

Sport, particularly nautical and sporting areas and infrastructures, tends to play a dominant role in the urban landscape they inhabit. The study theme "Canonical paradigms to support nautical and sports spaces and infrastructures" seeks to elicit from students of the Sports Management course at the Autonomous University of Lisbon their awareness of the importance of canonical paradigms in supporting spaces and nautical and sports infrastructures, with a particular emphasis on canons, nautical and sports infrastructures, sustainability vectors, materials, and future challenges. According to sociodemographic studies, pupils varied little in terms of age, domicile, and place of residence. The study employed a quantitative, descriptive methodology. When students were asked if they believed that sustainable construction is founded on a set of practices and canons that address environmental, economic, and social considerations while meeting human needs without harming ecological sustainability or future generations.

The results show a concordant opinion above 76.7%, indicating a level of worry about the usage of current resources when it comes to sporting facilities and spaces. In brief, the goal of this study was to wake up present sports managers, designers, space planners, and sports facilities to a fresh perspective and serious thinking about the future of sports structures.

Keywords: Canon; Nautical Infrastructures; Sustainability; Sports Management.

Resumén

La influencia del deporte, especialmente las instalaciones e infraestructuras deportivas y náuticas, suele ser dominante en el paisaje urbano que habitan. El objetivo del tema de estudio "Paradigmas canónicos de apoyo a los espacios e infraestructuras náuticas y deportivas" es concienciar a los estudiantes del curso de Gestión Deportiva de la Universidad Autónoma de Lisboa sobre la relevancia de los paradigmas canónicos en el apoyo a los espacios e infraestructuras náuticas y deportivas, con un enfoque especial en cánones, infraestructuras náuticas y deportivas, vectores de La edad, el domicilio y el lugar de residencia de los estudiantes variaron poco, según estudios sociodemográficos. El estudio utilizó métodos cuantitativos y descriptivos. Se les preguntó a los estudiantes si creían que la construcción sustentable se basa en un conjunto de prácticas y cánones que abordan consideraciones ambientales, económicas y sociales y al mismo tiempo satisfacen las necesidades humanas sin dañar la sustentabilidad ecológica ni las generaciones futuras. Los hallazgos indican una mayor concordancia que el 76,7%, lo que indica un nivel de inquietud por el uso de los recursos actuales en relación a instalaciones y espacios deportivos. En resumen, este estudio tenía como objetivo inspirar a los directores deportivos, diseñadores, planificadores de espacios e instaladores deportivos actuales a cambiar de perspectiva y considerar seriamente el futuro de las instalaciones deportivas.

Palabras Clave: Canon; Infraestructuras Náuticas; Sostenibilidad; Director deportivo

INTRODUÇÃO

Estudar e fazer pesquisa sobre cânones implica falar de preceito, norma, regra, modelo, proporção, escala, bem como, tomadas de consciência sobre o que já foi feito, uma vez que o único caminho usado para intermediar o contacto do pesquisador com o material pesquisado, é a sua compreensão, tecendo reflexões e críticas a partir daquilo que já se conhece, construindo narrativas e sentidos possíveis, lançando novos pensamentos e linhas de investigação. Neste contexto, iniciamos a nossa incursão sobre o tema “paradigmas canônicos de apoio aos espaços e infraestruturas náuticas e desportivas” tendo por base aspetos ligados aos cânones e a influência de diversos tratados ao longo do tempo. Para numa fase seguinte abordarmos os Vetores de sustentabilidade & os espaços e as infraestruturas náuticas e desportivas e os materiais aliados aos espaços e as infraestruturas náuticas e desportivas. Ao longo da investigação serão tratados um conjunto variado de variáveis/questões que sustentaram todo estudo, nomeadamente:

F1 - Cânones e os espaços e as infraestruturas náuticas e desportivas:

H1 - A definição para “cânone”, respeita a preceito, regra, norma?

H2 - Sendo o cânone “euritmia”, caracterizado pela forma exterior, elegante e o aspeto agradável do objeto arquitetónico. Será este cânone um elemento influenciador no dimensionamento de infraestruturas náutico desportivas?

H3 - Segundo a “Tríade Vitruviana”, todas as construções devem alcançar firmeza e solidez “Firmitas”, no âmbito da funcionalidade e da utilidade “Utilitatis” e beleza “Venutatis”?

F2 - Vetores de sustentabilidade e os espaços e as infraestruturas náuticas e desportivas.

H4 - Será que a construção dita sustentável congrega um conjunto diversificado de cânones de dimensionamento de infraestruturas náutico desportivas?

H5 - Considera que a construção sustentável assenta num conjunto de práticas e cânones com preocupações ambientais, económicas e sociais que permitem na sua generalidade satisfazer as necessidades do ser humano sem que se ponha em causa sustentabilidade ecológica e as gerações vindouras?

H6 - Uma construção sustentável e ambientalmente correta é aquela que orienta a tomada de decisões referentes ao consumo de energia, aos recursos naturais e à qualidade ambiental, tornando-se, assim, na fase mais importante do processo construtivo de forma sustentável?

H7 - O conceito de sustentabilidade tecnológica deriva da sustentabilidade e é tida como um tipo de sustentabilidade assente em cânones tecnológicos, de elevada complexidade, e devidamente coordenadas por “*experts*” em áreas tecnológicas?

H8 - Considera que: de entre os procedimentos de análise de certificação energética de instalações desportivas várias, dever-se-á ter em conta: a integração no local, os recursos, as cargas ambientais, o conforto ambiental, a vivência socioeconómica e gestão ambiental e inovação?

F3 - Os materiais e os espaços e as infraestruturas náuticas e desportivas

H9 - Os materiais, nomeadamente a sua escolha deve ser feita em consonância com determinados parâmetros ambientais, beneficiando a utilização de materiais recicláveis, com baixo impacto ambiental durante o ciclo de vida dos mesmos?

H10 - O equilíbrio bioclimático respeita à capacidade de equilíbrio entre as necessidades de conforto do homem e os agentes climáticos, assente no aproveitamento adequado de energia e tendo por base as estações do ano, no inverno o aquecimento e no verão o arrefecimento com vista ao equilíbrio e conforto térmico da infraestrutura náutico desportiva?

H11 - De entre os materiais compósitos mais utilizados na indústria náutica, destacamos a fibra de vidro, carbono e aramidadas, também conhecido por Kevlar?

H12 - A madeira com a classificação de primeira categoria deve conter as seguintes características: cor natural, limpa em ambas as faces, seca, sem nós, corretamente serrada, arestas e esquinas em esquadria, isenta de defeitos, sem furos de larvas, sem manchas, sem rachaduras, fibras, revessas, apodrecimento, secagem irregular, abaulamentos e arqueadura?

H13 - Ao examinar-se o ciclo de vida do betão, do aço e da madeira, constata-se que a madeira assume um desempenho superior, de destaque no que respeita à reduzida libertação de poluentes para o meio hídrico, menor emissão de gases para a atmosfera e menor produção de resíduos sólidos, diferenciando-se dos restantes materiais?

F4 - Desafios futuros

H14 - No contexto atual, reconhece-se a importância de instrumentos na componente de sustentabilidade tanto a nível ambiental como a nível social, já que estes garantem a qualidade de vida e promovem o equilíbrio dinâmico das sociedades?

H15 - Numa era de grande mutação de hábitos de consumo, de informação e consciências, fruto da tecnologia digital e de crises pandémicas atuais, a humanidade reclama por novas soluções, face a estas preocupações, cada vez mais surge a

necessidade de se pensar e repensar os espaços edificáveis e os seus cânones, como modelos sustentáveis de construção, preservando o meio natural onde se inserem?

H16 - Será que no futuro haverá uma maior consciencialização e formação das populações, no fomento de práticas sustentáveis?

H17 - Os recursos naturais no planeta (ar, água, terra, flora, fauna e habitats) são finitos, e como tal, devem ser preservados em benefício das novas gerações, mediante a estruturação de adequados métodos de planificação territorial?

H18 - Deve adotar-se na arquitetura dita desportiva de práticas sustentáveis e não nocivas para os ecossistemas, quer através dos seus modelos construtivos, quer na escolha de materiais naturais, vernaculares, quer em sistemas alternativos de produção de energia?

No culminar do estudo serão ainda explanadas as conclusões e desafios futuros.

Cânone - De acordo com o Dicionário de Língua Portuguesa, a definição para “cânone”, respeita a preceito, regra, norma. Não obstante, no contexto arquitetónico o termo encontra-se cumulativamente e diretamente relacionado a um conjunto de autores e de obras que em determinado espaço temporal da história, num determinado contexto social e cultural, e que são considerados exemplares.

Inferência a tratados de arquitetura - Ao longo da história, mais propriamente desde a antiguidade clássica sempre houve um conjunto de preocupações no sentido do enquadramento de cânones da arquitetura. Há época, século I antes A.C., existia o denominado conceito de “tratado de arquitetura”, que tinha por base o arquiteto e engenheiro Marco Vitruvius Polião, onde o mesmo tecia considerandos através dos seus escritos que a arquitetura se obtém através da prática e da teoria, auxiliada pelo conhecimento das ciências e das artes. Segundo a narrativa de Vitruvius, Garrafoli (2017), o conhecimento teórico não podia dissociar-se da prática, a arquitetura se congregava com a junção destas de duas formas (a técnica e a teoria). Ainda na ótica do mesmo autor, entendia o arquiteto e engenheiro Vitruvius como sendo uma pessoa de índole utilitária, em que o seu trabalho procurava demonstrar o valor do ato de se construir. Vitruvius decidiu escrever um tratado com dez livros que até hoje se definem como a mais antiga teorização de arquitetura, bem como, no que se infere ao urbanismo e à construção. A arquitetura era entendida e assente em três grandes vetores, a edificação, gnomónica e a mecânica (Maciel, 2015). No contexto do edificado, Vitruvius abordou a temática dos recintos fortificados e religiosos, referindo que os templos se caracterizavam por obras ditas eternas. Nessa linha de pensamento, Vitruvius abordou os cânones de arquitetura: a origem, a proporções, atributos e regras de cada composição e componente de forma pormenorizada, no sentido de se perceber a multiplicidade de disposição de templos sagrados e, por outro lado, a diversidade de metodologias associadas há variedade de espécies e géneros (Garrafoli, 2017). Para Garrafoli (2017), verificou-se uma constante preocupação de Vitruvius, em estabelecer que uma obra que agregasse conceitos teóricos combinado com recursos práticos, garantindo que cada tipologia tivesse a robustez necessária. Por outro lado, as obras comuns públicas dividem-se em três grandes áreas, a defesa, a religião e a utilidade pública. Pertence à religião o levantamento de santuários e dos templos sagrados. Há utilidade pública respeita a disposição de lugares-comuns para uso público, como sejam os portos, os foros, os pórticos, os banhos, os teatros, os espaços de circulação e todas as outras peças que se definem no espaço público e em respeito pelas teorias versadas. Não menos importante, e no pensamento Vitruvius, deverão ter-se presentes conceitos como a solidez (presente nos alicerces), a funcionalidade (adequação correta do uso do solo e uma correta exposição solar) e beleza (aspeto da obra, elegância da obra).

Cânone Ordenação e Disposição - Definindo-se como a justa proporção na medida das partes da obra consideradas separadamente e, numa visão global, assumindo a comparação proporcional tendo em vista a comensurabilidade (Maciel, 2015). É compatibilizada pela quantidade, que em grego se define como *posotes*, esta se distribui em medidas de partes da execução da própria obra. A disposição versa a colocação adequada das coisas e o denominado efeito estético da obra com a qualidade que lhe é resultante dessas mesmas adequações. São estas as espécies de disposição, que em grego fazem alusão ao aspeto exterior, destacando-se: iconografia, ortografia, cenografia. Estas espécies imergem da reflexão e da invenção. Sendo que a reflexão expressa a dedicação plena ao estudo e ao trabalho, satisfação pessoal face ao objetivo proposto. Por outro lado, a invenção, aborda a explicação de questões obscuras e conhecimento de uma nova realidade descoberta com o rigor devido.

Euritmia - Caracteriza-se pela forma exterior e elegante e o aspeto agradável na adequação das diferentes porções do objeto arquitetónico. Esta situação toma forma quando as partes da obra são diretamente proporcionais entre si, ou seja, a altura em relação à largura, nesta em relação ao seu comprimento. Em suma, quando todas as partes são comensuráveis (tem uma medida comum entre elas), (Maciel, 2015).

Comensurabilidade - Define-se pelo equilíbrio dos membros da própria obra e na correspondência de uma determinada parte (base da relação modular de que resulta a proporção), com a harmonia do conjunto da obra numa lógica de simetrias (Maciel, 2015).

Decoro - Relaciona-se com o aspeto da obra, dispostas com autoridade através de coisas provadas, expressas através de thematismo (cumprimento de um determinado princípio segundo determinado costume). O decoro exprime-se segundo o costume, quando se constroem vestíbulos (entrada, pátio), com elegância e conveniência para edifícios onde o seu interior é soberbo. No contexto natural, o decoro consegue de modo natural segundo a natureza dos cubículos (quarto de dormir) e nas bibliotecas a luz for tomada de Oriente; nos banhos e compartimentos hibernais, do Poente de Inverno, nas pinacotecas (galeria de pintura) e em ambientes em que se torna necessário a projeção de luz tomada de norte, tendo em conta que este lado do céu não é nem batido nem obscurecido pela rotação do sol (Maciel, 2015).

Distribuição - Define-se como a repartição apropriada dos meios e do solo, assim como que um equilíbrio económico nas contas de despesa das obras. Num outro tipo de distribuição, as disposições de edifícios deverão ser adequadas a cada tipo de pessoas (Maciel, 2015).

Tríade Vitruviana - É no contexto da definição da “edificatio”, que vem ao de cima a denominada “Tríade Vitruviana”, em que todas as construções devem alcançar firmeza e solidez “Firmitas”, no âmbito da funcionalidade e da utilidade “Utilitatis” e beleza “Venutatis”. No contexto de cidade, era defendido que a mesma deveria ser localizada num lugar de boa exposição solar, protegidos de ventosidades e com boas capacidades de drenagem para terrenos de uso agrícola. Por outro lado, era ainda defendido as boas acessibilidades. No contexto de proteção e segurança, era defendido ainda a utilização de muralhas, bem como, o traçado das ruas e praça de forma a protegerem-se de ventos vigorosos (Ferreira, 2011).

Antropomorfismo Arquitetónico - O antropomorfismo arquitetónico encontra-se assente numa arquitetura baseada na forma e nas proporções do homem Vitruvius (homem incluso num círculo e num quadrado, tendo como elemento central o seu umbigo). Como cânones que se expressavam numa versão que é muito própria da arquitetura grega, temos os templos e edifícios públicos, teatros, termas e elementos do léxico arquitetónico como as colunas, os capitéis, as bases, cornijas, etc. Vitruvius

valorizava os gêneros de colunas “genus columnae”, dórico, jônico, coríntio, sendo o toscano de origem italiano, colocado em segundo plano (Ferreira, 2011).

Vitrúvio e a Idade Média - O tratado de Vitrúvio era verificável por um conjunto variado de autores, destacando-se Isidoro de Sevilha (Séc. VII) carolíngia, até aos da Idade Média tardia, confundidos com os alvares da Idade Moderna. Infere-se que grande parte dos manuscritos do “De architectura”, terão sido escritos na idade média. Tratado de Alberti - Alberti (1404-72), natural de Florença, escreveu “De re aedificatoria”, entre 1443 e 1452, que se julga ter sido impresso em 1485. Há semelhança de Vitrúvio, o tratado de Alberti, também se estruturava em dez livros, respetivamente: Livro I: Princípios da Arquitetura (res aedificatoria) e procedimentos de projeto. Livro II e III: Materiais e técnicas de construção (domínio da firmitas). Livro IV: Obras públicas e cidades, suas funções e tipologias (domínio da utilitas). Livro V: Obras particulares, suas funções e tipologias (domínio da utilitas). Livro VI a IX: Gli ornamenta; importância da beleza; edificações religiosas, edifícios profanos, edifícios privados; concinnitas e proporções (domínio da venustas). Livro X: Il restauro de Gli edifici; manutenção e restauro da res aedificatoria, considerando o ambiente envolvente (regio) onde se processa a vida humana. No entendimento de Alberti (1404-72), a arquitetura (res aedificatoria), centrava-se no conceito de vida feliz, agradável aos homens em geral, e a mais importante das artes. A res aedificatoria, de natureza utópica, abarcaria todo o espaço e ambiente onde se desenrola a vida e a atividade humana. A Arquitetura era algo centrado no intelecto, o arquiteto servia-se das mãos do artífice, do construtor, para por em práticas as suas ideias e pensamentos. O edifício era visto como um corpo vivo, adequados às funções respetivas. Existem seis cânones do romano, que Alberti entendeu que se deveriam considerar em qualquer tipo de edificação: regio: local ou ambiente, correspondendo aos procedimentos de localização; area: implantação e área total, correspondendo aos procedimentos de implantação; partitio: divisão e compartimentação, correspondendo à planta da edificação; paries: fachadas envolventes e divisórias, correspondendo a alçados e cortes; tectum: tetos e coberturas, correspondendo às plantas respetivas; apertio: aberturas ou comunicações do edifício com o exterior. O estético assumia um papel de relevância, concinnitas (harmonia ou completude), que congrega a vida inteira do homem e as suas leis, e preside à natureza, no seu conjunto. A concinnitas obtinha-se pela conjugação de três fatores importantes: numerus (número, quantidade), finitio (limite, delimitação), e collocatio (colocação, disposição), fazendo-se observar quando numa obra nada estava a mais, nada lhe faltava, e coisa alguma se podia alterar. É o ideal ético-estético do Classicismo, conjugação da sophrosyne e kalokagatia, por excelência: o da obra perfeita, acabada, inalterável, em acordo e consonância mimética com o Homem e o Cosmos, também designado de completude. Do ponto de vista da relação social, havia preocupação no tratamento de todo o ambiente de modo a torná-lo propício à vida do homem, (Ferreira, 2011).

Tratado Florentino - Florentino, tal como Alberti, escreveu um tratado de 25 livros, entre 1461-64, quando trabalhava em Milão, como arquiteto, para Francesco Sforza, Duque da cidade. Foi o primeiro tratado de arquitetura redigido em italiano (volgare), o que o autor justifica, como sendo um documento para atingir um público menos conhecedor. Florentino, foi o primeiro que usou desenhos como ilustração dos seus princípios teóricos, e visando apresentar modelos dos edifícios que vai descrevendo. No entendimento de Florentino, o seu tratado dividia-se em três partes: A primeira parte continha a origem das medidas, assim como das do edifício; também aquilo que deve saber quem queira edificar para ser um bom arquiteto, e ainda o que não se deve observar. A segunda parte abrangia o modo e a edificação a quem queira

fazer uma cidade e em que sítio e de que maneira devem ser divididos os edifícios e as praças e as vias, desejando-se que seja majestosa, bela e perpétua (bella e buona e perpetua) segundo o curso natural. Na terceira parte constava a forma de edificar tendo por base as diretrizes antigas. E com razão se entenderá que antigamente se faziam edifícios mais dignos que agora já não se fazem. (Ferreira, 2011). Francesco di Giorgio foi considerado o primeiro vitruviano ortodoxo da Teoria da Arquitetura, como mencionou Vitruvius toda a arte e razão trata do ser do corpo humano bem composto e proporcionado, deve-se formar a cidade, fortaleza e castelo à maneira do corpo humano (Francesco di Giorgio, ob. cit., I, p. 3).

Tratado Pacioli - Pacioli (1445-1514), era natural de Borgo S. Sepolcro, monge Franciscano, professor de matemática e discípulo de Piero Della Francesca, terá convivido com as grandes personalidades artísticas da altura. O seu tratado “divina proportione”, que se julga ter sido acabada de redigir 1497-98, e publicado 1509, aborda temáticas ligadas à filosofia, perspectiva, pintura, escultura, arquitetura, música, matemática e, essencialmente, a geometria, indo das figuras planas elementares às figuras de sólidos; divide-se em três partes: - O Trattato della architettura; - O Libellus in tres partiales tractatus divinus; - O terceiro, baseado na já referida obra de Piero Della Francesca. A Divina Proporção é o mais conhecido e divulgado, além do mais, pelos belíssimos desenhos de sólidos geométricos de Leonardo da Vinci. De resto, o tema da divina proporção é bem renascentista e um tema conatural à arquitetura do tempo, tão inquieta com as proporções. Luca Pacioli pretendia deduzir e fundamentar a divina proporção na secção áurea, (proportio habens medium et duo extrema), que trabalhava com números irracionais, no sentido 32 de ilimitados, 1,618. No Renascimento preferiam trabalhar com números inteiros, remetendo-se mais a Fibonacci e ao seu método de deduzir a secção áurea da relação somada e contínua de números inteiros: 1:1:2:3:5:8:13:21:34, etc. Um dos aspetos curiosos da sua teoria sobre corpos regulares é a correspondência que lhes atribuiu com o que chamou os cinco corpos simples da natureza (terra, ar, água, fogo, quinta essência).

Tratado Palladio - Palladio (1508-80), e o seu tratado I, tornou-se a súpula do Classicismo Renascentista, e sua culminância encontra-se ordenada da seguinte forma: Materiais e Regras (livro I): Após a dedicatória ao conde Giacomo Angarano e um prómio aos leitores, entra logo nos materiais: madeira, pedra, areia, cal, etc.; construção de uma casa desde as fundações ao telhado; procedimentos e princípios gerais para a arquitetura de edifícios públicos e privados; ordens arquitetónicas, chaminés, escadas. Habitação (livro II): Trata das casas privadas dentro da cidade e das villas no campo; começa pela nomeação dos compartimentos (programa), seguindo-se os desenhos (idisegni). Espaços Urbanos (livro III): Após um prómio aos leitores, trata das ruas ou caminhos (vie) dentro e fora da cidade, pontes, praças, basílicas, etc. Monumentos (livro IV): Antecedido de prémio aos leitores, trata dos templos da Antiguidade em Roma, e alguns outros em Itália e fora de Itália. Em suma, poder-se-ia dizer que os quatro livros estão organizados da seguinte forma: Materiais e Regras; Habitação; Espaços Urbanos e Monumentos. O método de Palladio, encontra-se muito ligado à experiência prática e à medição das coisas, por assim dizer, procede-se ao contrário, indo das partes para o todo, num antecipo de indução. (Ferreira, 2011).

VETORES DE SUSTENTABILIDADE

Sustentabilidade - De acordo com a Uhl (2004), a sustentabilidade é compreendida pela capacidade de um ecossistema manter processos e funções ecológicas, diversidade biológica e produtividade ao longo do tempo. Segundo os escritos de Partidário (2007), o conceito de sustentabilidade é entendido como aquilo

que perdura no tempo e está diretamente associado ao conceito de desenvolvimento sustentável, nomeadamente: o desenvolvimento que satisfaz as necessidades da geração atual sem que se comprometa ou ponha em causa a capacidade das gerações futuras para satisfazer as suas próprias necessidades. De acordo com Leão, Alenquer e Veríssimo (2008), o conceito de sustentabilidade pode ser caracterizado por um grupo de cinco princípios ou valores que cercam qualquer instituição ou lugar (cidade) sustentável, nomeadamente: a) Respeitar todas as formas de vida; b) Limitar o uso dos recursos naturais; c) Valorizar o local onde moramos; d) Considerar os custos totais; e) Repartir os benefícios. No entendimento de Rosmaninho (2014), o conceito de sustentabilidade abrange diversos significados e vários níveis de abordagem, sendo no contexto atual um termo comum no léxico da maior parte das áreas de conhecimento e atividade humana, o seu significado e modos operandi, nem sempre assumem uma perspetiva holística e ética que estava subjacente na sua caracterização inicial, faltando muitas vezes um maior rigor e profundidade. Para Ventura (2019), a sustentabilidade é entendida como a forma de permitir que um bioma se mantenha protegido, alimentado de nutrientes a ponto de ser mantido em perfeito estado de conservação, bem como, estar sempre à altura dos riscos que possam advir, ou seja, implica dizer que o bioma tenha condições não apenas de se conservar assim como é, mas também que possa prosperar, fortalecer-se e evoluir.

Sustentabilidade na construção - No entendimento de Sampaio (2017), o conceito da sustentabilidade na construção, tem ao longo do tempo, sofrido mutações várias que suscitam alterações conscientes no meio onde se inserem, de modo a entender as necessidades da edificação, habitação e uso do utilizador, preservando o meio ambiente com o objetivo de garantir os cidadãos. A procura de uma eficiência nas diferentes fases do processo de conceção, construção, permitem que se possa considerar a construção sustentável como aquela que faz uso dos melhores procedimentos e técnicas com vista à minimização de impactes no meio ambiente. Infere-se que a construção dita sustentável assenta num conjunto de práticas, cânones com preocupações ambientais, económicas e sociais que permitem na sua generalidade satisfazer as necessidades do ser humano sem que se ponha em causa sustentabilidade ecológica e as gerações vindouras.

Contributos dos cânones na construção desportiva sustentável - A arquitetura desportiva sustentável assenta num conjunto de cânones, normas, se devidamente aplicadas contribuem eficazmente para a valorização dos materiais e preservação do meio onde se inserem, reduzido os efeitos nefastos sobre o meio ambiente. Bem como, promover o desenvolvimento social, cultural e não menos importante ser viável economicamente. Destacamos: a análise da área envolvente e integração do projeto arquitetónico no território em estudo, com respeito pelo espaço urbano, valorizando a cultura e as características vernáculas do lugar; o uso sustentável do terreno, mantendo a topografia natural, evitando alterações à morfologia do solo, e sempre que possível evitar e reduzir as áreas grandes de impermeabilização, privilegiando as áreas de solo permeável; um correto planeamento dos projetos, integrados, evitam desperdícios em obra, e garantem uma melhor execução e resultado do trabalho final; ajuste às condições climáticas, estudando o clima local no sentido de adaptar a edificação ao mesmo, definindo uma orientação solar adequada, direcionando o projeto para um melhor aproveitamento passivo dos recursos naturais (ex.: ventilação natural) utilizando elementos arquitetónicos adequados, no sentido de minimizar o consumo energético e por consequência uma minimização dos impactes ambientais na construção; responder às necessidades do usuário, devendo o projeto ser adaptável às mudanças de necessidade de uso, quer sejam a curto, médio e/ou longo prazo, com

respeito pelo meio ambiente; respeito pelo cumprimento da legislação e normas urbanísticas, bem como, o apreço pela componente social e as leis laborais; o uso racional da energia, o projeto de arquitetura deverá contemplar estratégias para que tenha o mínimo de consumo de energia possível, desde o início da construção até ao seu uso, sem que ponha em causa o conforto final da edificação. Prever a redução do consumo de água através de sistemas de reaproveitamento (ex.: aproveitamento águas das chuvas) e especificação de equipamentos eficientes com sistemas de descarga económica de água, assim como, a adoção de sistemas para a diminuição do volume de esgoto. Uso racional dos materiais, evitando desperdícios, sempre que possível utilizar-se materiais sustentáveis, vernaculares do lugar. Uso de tecnologias a favor da eficiência energética na construção, sempre que for viável economicamente. A adoção de sistemas inteligentes de automação e domótica. O denominado paisagismo sustentável, onde a vegetação assume papel ativo a favor da eficiência energética da edificação. Projetar coberturas verdes e jardins verticais podem ser boas estratégias para melhorar o conforto térmico. Colocação de espécies autóctones do lugar, que tenham um baixo consumo de água de irrigação poderão ser boas opções. Priorizar a saúde e o bem-estar dos ocupantes, devendo o projeto de arquitetura favorecer o conforto termo acústico, e sempre que possível deverá adotar-se estratégias que promovam a boa qualidade interna do ar. Viabilidade económica, o projeto deve tornar a construção atraente, acrescentando valor, e proporcionando a diminuição de custos de operação e manutenção. Análise do ciclo de vida da construção, na medida em que a edificação deverá ser projetada para ser duradoura, desmontável com menor impacto impossível, quando terminar o seu ciclo de vida, com reaproveitamento e reciclagem dos seus materiais/resíduos. Promover a consciencialização dos envolvidos no processo construtivo, promovendo a educação ambiental, orientando os usuários a fazerem um uso consciente da edificação (Cunha, 2015).

Pilares do desenvolvimento sustentável e consciência ambiental - De acordo com Gauzin-Muller (2002) o conceito de desenvolvimento sustentável assenta em três grandes pilares: o ciclo de vida dos materiais, o uso de materiais naturais e vernaculares do lugar, matérias-primas e as energias renováveis. Os autores inferem que, tendo por base os princípios fundamentais das leis ambientais, a implementação da política do poluidor/pagador, bem como, o uso de melhores sistemas tecnológicos no sentido da valorização e preservação dos ecossistemas, são fatores primordiais a considerar. O conceito sustentável deve abranger a harmonia, a economia, a sociedade e o ambiente. O desenvolvimento sustentável tem por objetivo satisfazer as necessidades dos tempos atuais sem comprometerem o futuro e responder às suas necessidades, em particular as necessidades essenciais dos menos abastados, a que deve ser dada prioridade, e a ideia de limitações importantes pelo estado da tecnologia e nossa organização social sobre a capacidade do ambiente para atender ao presente e ao futuro (Caseiro, 2013). Na visão de Cunha (2015), a arquitetura sustentável deverá definir-se como uma prática arquitetónica e não como um estilo arquitetónico como se poderia pensar, na medida em que, um qualquer edifício tem a possibilidade de ser transformado e se tornar num edifício com características sustentáveis. Por outro lado, representa-se por um conceito que deve ser empregado em qualquer construção na atualidade, deve poder-se encontrar uma relação de equilíbrio entre a reutilização de recursos renováveis e não renováveis. A construção e a arquitetura devem adaptar-se ao meio e não o contrário, os modelos de produção e processos industriais devem atualizar-se e dessa forma, encontrar um equilíbrio no meio ambiente, (Ventura, 2019). No que respeita à consciência ambiental, esta deve ter por objetivo a construção com o menor impacto ambiental possível e com maiores ganhos sociais. Esse princípio deve ser tomado do início até ao fim da

construção, o seu uso, a sua manutenção e até a sua reciclagem ou demolição deve ser renovada. O dever do projetista é, de facto, repensar nas suas opções e decisões para uma construção, prever os seus impactes, quer a curto, médio ou longo prazo. Em cada novo projeto de arquitetura é preciso repensar na maneira como se vai projetando. Esta fase é bastante importante para a restrição de padrões de demasiados gastos e, assim, diminuir a perda de recursos. Deste modo, devemos ter em conta alguns fatores, como a funcionalidade, a habitabilidade, a durabilidade e a segurança, mas com esta nova época da sustentabilidade vieram novos fatores da mesma importância, como a otimização de custos, a produtividade e o desempenho ambiental. É de ter em conta que numa determinada obra arquitetónica existem muitos gastos e desperdícios, ao nível da utilização da água, do resto do produto final, com a utilização do transporte, combustível, o impacto que tem sobre o solo. É preciso que se reavalie cada passo que se faz na projeção de um novo projeto. Em 1987 a World Commission on Environment and Development (WCDE), expressa no relatório *Our Common Future*, que o desenvolvimento sustentável como aquele que responde às necessidades atuais sem comprometer as gerações vindouras, conferindo uma maior solidez ao conceito de sustentabilidade. No Rio de Janeiro em 1992 realiza-se a United Nations Conference on Environment and Development, onde se trataram temas como a sustentabilidade e preservação dos recursos, defendendo-se o direito a um ambiente saudável para todos. Em consequência, resultou a Agenda XXI, que teceu preocupações ao nível do desenvolvimento e do ambiente (Martins, 2018). A Agenda XXI Brasileira (2004) considerou o planeamento da construção de projetos sustentáveis dentro do espaço obra como sendo um instrumento poderoso, desde que conciliasse métodos e práticas de proteção ambiental, justiça social e eficiência económica. Entendeu-se para que fosse possível a aplicação e a concretização da aplicabilidade da Agenda XXI seria indispensável o cumprimento de determinados requisitos: que o nível de consciência ambiental e de educação para a sustentabilidade tenha progressos; proatividade do meio empresarial quanto às suas responsabilidades sociais e ambientais; sociedade mais participativa, responsabilidades sociais; sistema político com maior grau de abertura para políticas de redução das desigualdades; planeamento governamental com recursos humanos qualificados; fontes de recursos financeiros em prole de programas estruturantes e de alta visibilidade. Quando o pensamento se direciona para a indústria da construção, autores como Priori (2008) refere que a indústria da construção civil absorve nos tempos atuais cerca de 50% de todos os recursos mundiais, daí a sua grande importância na sustentabilidade do planeta (Zambrano, Bastos e Fernandes, 2008). Uma construção ambientalmente correta é aquela que orienta a tomada de decisões referentes ao consumo de energia, aos recursos naturais e à qualidade ambiental, tornando-se, assim, na fase mais importante do processo construtivo de forma sustentável (Burke e Keeler, 2010). De acordo com o Instituto para o Desenvolvimento da Habitação (Idhea, 2012), os critérios importantes a considerar num projeto de construção ecológico e sustentável são: a) Análise da Obra; b) Análise do Local; c) Ciclo de vida das diretrizes do projeto (materiais e tecnologias); d) Estudo do solo; e) Projeto de arquitetura e paisagismo sustentável; f) Planeamento geral e sustentável; g) Estudo de consumo de materiais e energia da edificação; h) Planeamento da logística de materiais e recursos em geral. A necessidade de consumo de uma grande quantidade de recursos da parte da indústria da construção traduz-se numa grande preocupação na sustentabilidade na economia do país e a sua inter-relação com a sociedade em geral. Neste setor, a construção é fundamental e indispensável à vida humana, é por isso fundamental ter um olhar cuidadoso sobre uma obra, uma vez que pode tornar-se uma grande fonte estimuladora para o fator da sustentabilidade (Ventura, 2019). Num contexto de redução

da chamada “pegada ecológica” as principais vantagens da construção sustentável assentam na economia de energia, água e materiais; utilização de materiais reutilizáveis de origem natural e vernacular; redução das emissões poluentes; reciclagem de resíduos associados ao ciclo de vida das construções; e o aumento do ciclo de vida das construções. Após a aplicação desses princípios, a ação da construção sustentável é reforçada adotando-se um sistema de avaliação e certificação também sustentável, que permite estimar matematicamente o nível de eficiência energética e de sustentabilidade atingido na construção de edifícios (Dinis, 2010).

Sustentabilidade tecnológica - Autores Orr (1992), defendem que o conceito de sustentabilidade tecnológica deriva da sustentabilidade e é tida como um tipo de sustentabilidade assente em conceitos tecnológicos, de elevada complexidade, e devidamente coordenadas por “experts” em áreas tecnológicas. Para Martins (2018), o conceito de sustentabilidade tecnológica está associado a grandes edifícios de escritórios usando o vidro e o aço, onde a aposta se centra em materiais e tecnologias inovadoras, muito no contexto do eco-tech. Ainda assim, no que respeita à componente térmica, e a relação do controlo de temperatura no Verão e os gastos energéticos de Inverno, bem como os materiais utilizados são muitas vezes postos em causa o seu impacto no meio ambiente. De entre os diversos arquitetos associados à sustentabilidade high-tech destacamos Norman Foster, Renzo Piano, Richard Rogers. Aliada ao conceito da sustentabilidade tecnológica foram aparecendo diversos sistemas de avaliação da eficiência energética de edifícios.

Sistemas de avaliação e certificação energética de edifícios - Para Pedro e Amado (2012), existe um conjunto diversificado de sistemas de certificação para as construções, destacando-se alguns dos mais importantes do ponto de vista da sustentabilidade ambiental e da eficiência energética. Certificação Breeam - Método de avaliação ambiental do estabelecimento de pesquisa predial - O sistema de Certificação Breeam (Building Research Establishment Environmental Assessment Method) foi desenvolvido no Reino Unido e consiste num processo metódico que tem por objetivo a avaliação do desempenho ambiental de um determinado edifício assente em dez critérios de pontuação de valorização do impacto ambiental (gestão da construção, consumo de energia, consumo da água, contaminação, materiais, saúde e bem-estar, transporte, gestão de resíduos, uso do terreno e ecologia e inovação). (Ventura, 2019). Certificação Leed - Sistema de liderança em energia e design ambiental. O sistema Leed (Leadership in Energy and Environmental Design) assenta num sistema que tem por objetivo a avaliação da sustentabilidade dos edifícios. (Ventura, 2019). Certificação Bepac - Avaliação de desempenho ambiental. O sistema Bepac (Building Environmental Performance Assessment Criteria) foi desenvolvido no Canadá em 1993 e tem a particularidade de criar versões de critérios regionais adaptados às características dos locais (Ventura, 2019). Certificação Gbc - Sistema de avaliação - Sbttool. O sistema Gbc (Green Building Challenge) foi desenvolvido pelo Canadá e o seu método tem por objetivo a diferenciação da geração de sistemas de avaliação desenvolvidos, com o objetivo de refletir as diferentes prioridades, tecnologias, tradições construtivas e valores culturais de diferentes países ou de diferentes regiões do mesmo país (Ventura, 2019). Certificação Hqe - Alta qualidade ambiental dos edifícios. O sistema Hqe (Haute Qualité Environnementale des Bâtiments) foi desenvolvido em França, e o seu método tem por objetivo a certificação da qualidade ambiental e a gestão da edificação (Ventura, 2019). Certificação Nabers - Avaliação dos edifícios australianos. O sistema Nabers (National Australian Buildings) foi desenvolvido pelo Governo Australiano, e o seu método tem por objetivo comparar a variação do comportamento ambiental entre os edifícios (Ventura, 2019). Certificação Lidera. O

sistema Lidera (Sistema Voluntário para Avaliação da Construção Sustentável) foi desenvolvido em Portugal pelo Instituto Superior Técnico de Lisboa em 2005, e o seu método assenta na análise das características ambientais das construções versus a sua relação com o meio envolvente onde se insere. Depois de feita uma análise comparativa destes sistemas, concluiu-se que o sistema mais completo e abrangente é o sistema Leed, dos Estados Unidos da América, por este possuir na sua estrutura uma quantidade de parâmetros superior ao dos outros sistemas em estudo (Pedro e Amado, 2012).

Os materiais e a sustentabilidade - Ao longo de décadas, os desperdícios derivantes da construção e da demolição de edifícios sempre foram os causadores de grande produção de resíduos no nosso planeta, com as consequências nefastas para o meio ambiente que daí resultam. Com o passar dos anos e com vista à minimização deste tipo de questões, entendeu-se que a escolha do material viria a revelar-se como uma das etapas mais importantes no processo construtivo na medida em que, o cumprimento de parâmetros de responsabilidade ambiental, de preservação e recuperação se tornaram prioritários face a outros de menor importância, como por exemplo os estéticos. A escolha de materiais tendo por base a localização do edifício tornou-se fator preponderante na conservação do meio ambiente. Por outro lado, os materiais regionais diminuem os custos devido à facilidade de transporte e de rapidez de reaproveitamento. O processo de construção e de demolição é atualmente um dos maiores responsáveis pela produção de resíduos sólidos urbanos, e conseqüente impacto no meio ambiente. Com vista à minimização de impactos, entende-se que uma boa prática deverá acatar o conceito dos “3R”, ou seja, reduzir, reutilizar, reciclar (Silva 2015). Autores como Mourão e Pedro (2012) defendem que na realidade não existem materiais sustentáveis, mas sim, formas ditas sustentáveis que se aplicam no processo construtivo. Os materiais empregues no processo construtivo, são na sua generalidade divididos em materiais naturais, artificiais e sintéticos, dependendo da sua origem e do tipo de processamento. Ainda assim, acredita-se que esta repartição é insuficiente para definir uma seleção adequada de utilização de materiais no processo construtivo com vista a garantir que um edifício é ambientalmente sustentável (Silva 2015).

O impacto dos materiais no meio ambiente - Cada vez mais existe a preocupação de se produzirem materiais ecológicos, que tenham o menor impacto no meio ambiente. Neste contexto, os materiais, nomeadamente a sua escolha deve ser feita em consonância com determinados parâmetros ambientais, beneficiando a utilização de materiais recicláveis, com baixo impacto ambiental durante o ciclo de vida dos mesmos. Existem materiais que exigem um processo elevado de dispêndio de energia na sua fabricação, extração, transformação, não obstante são muito utilizados face ao seu poder de reutilização a médio, longo prazo, como por exemplo as areias e pedras naturais. Ainda assim a relação do impacto dos materiais com o meio envolvente assenta num conjunto diversificado de fatores, nomeadamente: o impacto da produção do material (destruição de fauna, flora e habitats); a natureza dos recursos envolvidos (disponibilidade, escassez e inacessibilidade); emissão de CO₂ e energia incorporada durante a produção; modos de transporte e as distâncias; riscos para a saúde ou para o ambiente local (período de construção e utilização); toxicidade do material para os seres humanos e ecossistemas; tempo de vida útil do material; destino final dos materiais (depois de esgotado o tempo de vida útil do material), redução e separação de lixos e resíduos de construção; prevenção da produção e deposição de lixos de elevado valor tóxico; potencial reutilização e reciclagem (Silva, 2015).

A inerência dos materiais com as inquietudes bioclimáticas - O equilíbrio bioclimático respeita à capacidade de equilíbrio entre as necessidades de conforto do homem e os agentes climáticos, assente no aproveitamento adequado de energia e tendo

por base as estações do ano, no inverno o aquecimento e no verão o arrefecimento com vista ao equilíbrio e conforto térmico do edifício. Os valores médios de conforto rondam 20°C a 25°C e uma humidade relativa do ar de 30% a 60% respetivamente. Por outro lado, o aquecimento caracteriza-se pelo período cuja temperatura média diária é inferior à temperatura mínima de conforto (<20°C), sendo o arrefecimento o período cuja temperatura média é superior à temperatura máxima de conforto (>25°C) (Faria, 2010).

Materiais compósitos - Autores como Galante (2003), refere que os mesmos se assumem como materiais leves, fortes e muito resistentes. Por outro lado, Beber (2001), referem que não existe uma definição universal para materiais compósitos. Os materiais compósitos são definidos em termos macroestruturais, como matrizes, partículas, fibras, onde o material assume uma combinação de dois ou mais materiais distintos possuindo interface entre si, sendo que o primeiro material é o reforço e o segundo a resina polimérica. As propriedades mecânicas dos materiais compósitos não dependem unicamente do tipo de material utilizado, nomeadamente fibras e resinas, mas também de técnicas de fabricação que permitem o controle de fibras como das propriedades finais do laminado. A pressão de moldagem e a temperatura têm grande influência nas propriedades mecânicas do laminado. Uma grande característica dos materiais compósitos prende-se com a ortotropia, que permite a quem trabalha com estes materiais, orientar as fibras laminadas com vista ao aumento da resistência individual de cada painel. De entre os materiais compósitos mais utilizados na indústria náutica, destacamos a fibra de vidro, carbono e aramidas, também conhecido por Kevlar (Galante, 2003). No contexto da sustentabilidade e durabilidade deste tipo de materiais, as suas propriedades ph e viscosidade, encontram-se diretamente conectadas ao ambiente onde se inserem, em que as resinas estão expostas. Sempre que exista variação de temperaturas, nomeadamente quando as temperaturas são baixas, a vida útil da resina é prolongada, devendo, contudo, manter-se acondicionada. Com uma temperatura de 50°C os materiais compósitos aumentam a sua viscosidade e diminui o ph. (Giordano e Campos, 2000). Na atualidade, novos materiais compósitos têm estado no centro do desenvolvimento da vela de competição e de recreio, com a aplicação de materiais nobre, mais leves e resistentes. Como exemplo, destacamos a construção do Hydroptère, embarcação que é construído com novos materiais compósitos empregando fibra de carbono impregnada com epóxi assim como partes em titânio (Hydroptère, 2012). Um outro barco de design radical, o Sailrocket emprega também uma grande variedade de materiais compósitos como fibra de carbono pré-impregnada com núcleo em nomex, uma resina altamente resistente à abrasão. O Sailrocket incorpora também partes em titânio e a vela é revestida a fibra de poliéster com tratamento térmico.

Madeiras - Face à enorme variedade de madeiras e de produtos derivados das mesmas, torna-se importante clarificar de uma forma resumida um pouco sobre este produto natural.

A heterogeneidade da madeira - Com a Revolução Industrial, a madeira começou a ter um papel mais secundário, contudo não menos importante devido à sua grande variedade de utilizações e por se tratar de um material natural. O tamanho e o crescimento de uma árvore variam em função da sua espécie, do clima, da região do globo onde se insere (Caseiro, 2013). Relativamente aos elementos estruturais da madeira, a mesma assume-se como um material que resulta do crescimento da árvore, do tipo de espécie e do clima. É considerado como madeira o caule, também designado por tronco da árvore, os ramos e as raízes, podendo provir tanto de coníferas como dicotiledóneas. A madeira é tida como um material heterogéneo de estrutura anisotrópica (qualidade de determinados materiais cujas propriedades alteram consoante

direções), que cumpre com três funções principais: a condução de seiva bruta e elaborada, a transformação de produtos e armazenamento de substâncias para reserva e, por último, a sustentação do vegetal. A madeira divide-se em dois grandes grupos, as madeiras endógenas, onde o desenvolvimento do caule (tronco) se dá de dentro para fora, como acontece, por exemplo, com a cana de bambu, madeira muito pouco utilizada na construção, mas muito utilizada em mobiliário doméstico, e o segundo grupo que abrange as madeiras exógenas, que têm crescimento rápido e muito utilizadas nos processos construtivos vários, pórticos, cofragens, vigamentos, entre outros (Caseiro, 2013). A madeira que provém de árvores abatidas é denominada de madeira verde e não se recomenda a sua utilização nos processos construtivos, devido ao facto de esta se encontrar num estado de vulnerabilidade à deformação e deterioração (Caseiro, 2013). Para que a madeira possa ser devidamente utilizada nos processos construtivos deverá estar bem seca. A madeira pode dividir-se da seguinte forma:

a) As madeiras duras, distinguem-se naturalmente pela sua dureza, cor forte e carregada e ainda pelo seu peso específico, sendo as mais utilizadas, o carvalho, o pinho, o eucalipto e o loureiro;

b) As madeiras médias e brandas mais utilizadas são o pinho e o cedro, são igualmente utilizadas em obras protegidas ou com carácter provisório ou amovível. São madeiras de fácil obtenção muito utilizadas em forros interiores de habitações e em coberturas de telhado.

O processo de secagem das madeiras pode ser feito a partir de dois processos distintos, o artificial, através de secadores, ou de forma natural, conservando a madeira em ambientes bem ventilados e livres da ação do calor, o tempo médio de secagem é de cerca de um a dois anos. No que respeita ao processo artificial, tal como referido, assenta num processo com a colocação da madeira dentro de estufas com secadores a temperaturas que variam entre os 30°C e os 50°C. Devido a esse processo a seiva solidifica, tornando as fibras mais apertadas e resistentes. Após a finalização desse processo, as madeiras são normalmente armazenadas com o objetivo de adquirirem um certo grau de humidade para posterior utilização na construção. Quando retratamos a longevidade da madeira, ou do material lenhoso é importante ter em conta dois conceitos muito próprios: a idade e a origem do lenho. As madeiras classificam-se como:

a) Resistentes e muito Resistentes - Zimbro, Sequoia, Tuia, Líbiodro, Oliveira;

b) Moderadamente Resistentes - Carvalho, Castanho, Azinho, Pseudotsuga, Acácia Australina, Plátano, Freixo, Criptoméria, Cipreste, Comclipar, Eucalipto de Cerne Rosa e Negro, Nogueira;

c) Pouco Resistentes - Choupo, Videira, Sicómoro, Pinho, Eucalipto, Cerejeira.

Por força das suas características, a madeira tem infinitas utilizações, que podem ser alteradas por processos tecnológicos evoluídos, por forma a criarem-se novos produtos derivados (Ventura, 2019). Os tipos de madeiras usados na construção são provenientes de dois grupos: as gimnospérmicas e angiospérmicas. Nas gimnospérmicas, a classe mais relevante é a das coníferas ou também designadas por resinosas, usualmente designadas por madeiras brandas. Nas angiospérmicas, salientam-se as dicotiledóneas, ou folhosas, usualmente chamadas de madeiras resistentes ou duras (Ventura, 2019).

Madeira maciça - as madeiras maciças são extraídas de madeiras de árvores coníferas, como o pinho e o abeto. São madeiras de grande inércia, o que faz com que melhorem o isolamento térmico das construções nos meses de verão. A norma europeia que classifica a madeira maciça é a EN 338. Em Portugal, o LNEC publicou NP4305

referente à espécie mais comum no território Nacional, sendo respetivamente o pinho bravo (Vilela, 2013).

Laminados de madeiras maciça - os laminados de madeira resultam de processos de transformação mecânica de madeiras maciças em que todos os defeitos e irregularidades são cuidadosamente eliminados, originando superfícies lisas. A sua composição assenta numa sucessão de folhas de madeira, normalmente três, cuja espessura varia entre 6 mm e 33 mm, coladas com resinas a baixa pressão, em que as placas são colocadas sequencialmente com os veios dispostos perpendicularmente à placa anterior, criando-se assim uma maior resistência estrutural. Os laminados de madeira quando expostos a intempéries necessitam de tratamento químico à base de produtos oleaginosos. O desenvolvimento da indústria da madeira laminada permite ainda que esta vença vãos e possibilite outras formas que um qualquer material natural não permitiria (Vilela, 2013). Contraplacado de madeira-as placas de contraplacado de madeira são criadas colando-se várias folhas de madeira com direção das fibras de forma cruzada relativamente à folha seguinte. Desta forma é conseguida uma resistência superior. No processo de colagem são utilizadas diversas resinas fenólicas ou de resorcina (Vilela, 2013).

Aglomerados de fibras de média densidade - Medium Density Fiberboard - os Aglomerados de Fibras de Média Densidade, designados por MDF, são fabricados com fibras de madeira fragmentadas e misturadas com uma resina, através de processos termodinâmicos. Os aglomerados de MDF, têm uma boa resistência ao fogo e à humidade.

Placas de fibras orientais - Oriented Strand Board - os aglomerados de partículas longas orientadas, denominados por Osb, são construídos segundo camadas de madeiras longas, orientadas perpendicularmente umas em relação às outras. Caracterizam-se por uma boa estabilidade e resistência, e são muitas vezes utilizados como estabilizadores térmicos em edifícios habitacionais.

Madeira laminada cruzada - Cross Laminated Lumber - a madeira laminada cruzada também designada pela sigla Clt define os painéis de madeira laminada cruzada. São painéis elaborados a partir de lamelas de madeira de abeto coladas ortogonalmente, dispostas sob orientação de uma grelha específica de forma longitudinal e transversal, tendo como objetivo a minimização de variações, destacando-se empenamentos.

Madeira de fibras paralelas - Parallel Strand Lumber - Segundo o autor, as madeiras de fibras paralelas, definem os painéis de madeira constituídos por fibras coladas paralelamente à longitude e aglutinadas com recurso a resinas de fenolformaldehído. Trata-se de um painel semelhante à madeira laminada com uma resistência superior, permitindo a sua utilização em processos construtivos onde seja mais exigente essa resistência (Caseiro, 2013). As Madeiras mais utilizadas em Portugal - as madeiras mais utilizadas nos processos construtivos do nosso país são: o pinheiro, mogno; nogueira; castanheiro; carvalho; eucalipto.

Construção Sustentável e a Madeira - cada vez mais se debate o tema da pegada ecológica e da conservação, preservação e sustentabilidade dos recursos naturais, com vista a garantir a sobrevivência das gerações vindouras e equilíbrio dos ecossistemas. Ao examinar-se o ciclo de vida do betão, do aço e da madeira, constata-se que a madeira assume um desempenho superior, de destaque no que respeita à reduzida libertação de poluentes para o meio hídrico, menor emissão de gases para a atmosfera e menor produção de resíduos sólidos, diferenciando-se dos restantes materiais.

A fibra de vidro - A fibra de vidro que é em grande parte utilizada na náutica de recreio, é conhecida por uma gama variável de nomes (fibra de vidro, fiberglass,

plástico reforçado com fibra de vidro, etc.), mas que possuem o mesmo significado. Segundo Galante (2003), a história da fibra de vidro terá tido o seu início em 1836, quando foi patenteado na Europa um método de tecer o vidro maleável. A partir de 1940, o desenvolvimento das resinas sintéticas promoveu uma ampla utilização para esse tipo de fibras, nomeadamente no que respeita a setor da náutica. As fibras de vidro são produzidas a partir de vidro no estado líquido, que por sua vez é resfriado a alta velocidade. Através da componente velocidade de escoamento aliada à temperatura são produzidos vários tipos de filamentos com diâmetro variável. Os filamentos de diâmetro contínuo são tratados para melhorar a sua adesão e resistência à abrasão e humidade. Na náutica do tipo de vidro utilizado é o “E”, grande parte utilizado em laminados de fibra de vidro nas mais diversas aplicações. As fibras de vidro são encontradas comercialmente em formas de tecidos, mantas e fibras, (Galante, 2003).

A fibra de carbono/aramidas - É uma fibra sintética que possui características únicas decorrentes da sua estrutura molecular, que possibilita o desenvolvimento de um produto que possui alto módulo, baixo alongamento e, sobretudo, leve, grande resistência ao impacto (daí sua grande utilização na área balística). A aramida é cinco vezes mais resistente que o aço e não sofre corrosão em água doce nem salgada, daí muito utilizada na náutica. A aramida é incombustível. Assim, é uma opção ideal para aplicação como reforço em cascos, cabos, cordas e velas. É utilizada na construção dos cascos de barcos para substituir parcialmente, a fibra de vidro. As resinas utilizadas nas aramidas são poliéster tipo isoftálico ou ortoftálicas. A isoftálica possui melhor resistência à osmose que a ortoftálica. Resinas epóxi e éster-vinílicas são preferidas em estruturas que exigem alta resistência, tenacidade e rigidez. As fibras de aramida também são aplicadas na fabricação de tecidos para velas de alta performance e possuem uma excepcional resistência ao alongamento, ou seja, um alto módulo, permitindo que a vela mantenha suas formas geométricas e resistência nas mais diversas condições. Aliada aos pesos reduzidos e flexibilidade dos fios, esta propriedade gera uma vela apropriada para alta velocidade, com excelente durabilidade e comportamento fora de série. Sem esquecer da elevada resistência à perfuração ou rasgamento observada neste tipo de vela. As fibras de aramida também podem ser usadas na construção de partes das estruturas de veleiros, como substituto parcial dos pesados cabos de aço e alumínio. As estruturas com aramida podem ser tanto rígidas como flexíveis. Esta matéria-prima pode ser usada nas estruturas de madeira em faixas unidirecionais com resina epóxi, conhecidas como pré-peg, que são laminadas a +45°/-45° sobre uma camada de fibra de vidro a 0°, a qual, por sua vez, é laminada sobre a madeira. Recomenda-se usar a aramida na parte interna do barco, já que, em caso de colisão, as fibras de aramida suportam maiores esforços. As fibras de aramida apresentam as seguintes vantagens: um baixo peso específico comparado com a fibra de vidro, por sua combinação única de resistência, rigidez e baixo peso específico, permite obter, usando menos material, as mesmas características mecânicas; alta absorção de energia; resistência a rachaduras e aumento de rigidez da estrutura. Estas características potenciam a navegação à vela de um iate (baixo peso na água, rigidez que permite uma alta tensão nos aparelhos e mais força de navegação). A aramida aumenta o conforto e o rendimento dos iates a motor. Seu menor peso permite instalações com mais equipamentos e artigos de luxo para uma mesma potência de motor (Náutica, 2008).

O aço - O aço apresenta-se como um material forte, dúctil, resistente, com elevada consistência estrutural e bom comportamento à fadiga. A resistência do aço não é afetada pelo processo de soldadura e tem a vantagem de poder ser reparado no local, em caso de necessidade. É um material de fácil manuseamento e sem risco de danos e muito utilizado em passadiços de marinas. Normalmente o aço é galvanizado, graças a

um tratamento sacrificial controlado que resulta numa vida útil do material, aplicado a um passadiço, de 15 a 20 anos. Se o passadiço estiver submerso ou sujeito a salpicos, este período diminui consideravelmente. O aço pode também ser pintado de forma a melhorar o seu comportamento em relação à corrosão. Trata-se de um processo dispendioso que implica boas condições de aplicação e que é usualmente utilizado como um complemento à galvanização. O aço galvanizado deve ser usado em zonas de clima temperado, como bacias protegidas sem zonas de salpicagem, em locais onde os esforços de amarração e acostagem sejam consideráveis e em locais onde as cargas provocadas pela ação do vento sejam importantes (Costa, 2012).

O alumínio - O alumínio caracteriza-se por um material dispendioso graças ao preço da matéria-prima e recorre-se ao seu uso sobretudo em perfis com seção mais reduzida. Relativamente ao aço galvanizado, as ligas de alumínio mais utilizadas apresentam uma maior resistência à corrosão marítima. Quando estas ligas se destinam a passadiços, passam por um tratamento térmico e reduzem para metade a sua resistência como consequência da soldadura, que exige gás inerte e operadores especializados (Costa, 2012).

O betão - O betão assume-se como um material cuja qualidade pode variar bastante dependendo da matéria-prima e dos processos de fabrico. Está também dependente do aço, que lhe fornece resistência à tração e nas ligações. É um material com riscos de rutura por falha e que apresenta um manuseamento e transporte difíceis. É especialmente adequado na construção de quebra-mares flutuantes e pontões de grandes dimensões e estabilidade (Costa, 2012).

A pedra - A pedra, sempre teve um papel preponderante e ativo, na conquista de terras ao mar, na nossa área de estudo também não foi exceção, com o arranque da rocha existente e colocação de pedra veio a permitir, não só o aterro da enseada (doca), mas também de plataforma onde depois se construiu o mercado municipal e algumas áreas de acesso, material nobre que perdura aos longo de décadas.

O vidro - No contexto da inerência dos materiais com as inquietudes bioclimáticas, destacamos o vidro e a sua transparência, como um dos elementos que melhor exprimem estas vicissitudes. Os envidraçados, nomeadamente os vãos de janelas e claraboias definem-se como elementos arquitetónicos que fazem ligação entre os dois espaços, interior versus exterior e vice-versa. Traduzem-se em componentes fundamentais na medida em que, se traduzem em elementos responsáveis pela iluminação e ventilação natural do seu espaço interior. Para a obtenção de um bom desempenho das janelas, deve-se ter em conta o tipo de vidro a aplicar (Silva, 2015).

A cor - A cor desempenha um papel importante na caracterização de um edifício, dá-lhe identidade, mas também se assume com uma relação direta com o desempenho térmico do edifício na medida em que afeta os coeficientes de absorção e de reflexão das superfícies em relação à luz. A luz clara, comumente utilizadas nas regiões quentes da região do Alentejo, refletem a radiação solar, ao serem aplicadas nas superfícies exteriores minimizam os ganhos solares. No seu espaço interior, como têm a capacidade de refletir a luz, potenciam o tamanho e a iluminação do espaço. Por outro lado, as cores escuras absorvem a radiação, aplicando-as nas superfícies exteriores maximizam os ganhos solares; maioritariamente utilizadas em estratégias de aquecimento, como paredes de trombe, no sentido de melhorar o desempenho energético do edifício (Silva, 2015).

VISÃO ESTRATÉGICA E CONTEXTO FUTURO

Tendo por base os escritos de Partidário (2007), em Avaliação Ambiental Estratégica (AAE), os fatores motivadores de impacto são as intenções, também

denominados de objetivos estratégicos de desenvolvimento, que correspondem aos modelos de desenvolvimento definidos para o território, destacando-se: económico, o social, com objetivos e metas definidos a médio/longo prazo, assentes em metodologias estratégicas, ações e/ou projetos, que servirão de linha de atuação à concretização de um determinado plano ou programa. A (AAE) assenta em três princípios importantes no que respeita à estratégia a adotar: assegurar a integração de considerações ambientais, sociais e económicas no processo de planeamento, de programação e de elaboração no contexto político; detetar oportunidades de risco, avaliar e comparar opções alternativas de desenvolvimento, conceção, elaboração, discussão, aprovação, execução, revisão ambiental e de sustentabilidade; contribuir para o estabelecimento de contextos de desenvolvimento mais adequados, bem como propostas de desenvolvimento futuro. A Avaliação Ambiental Estratégica (AAE), no contexto ambiental e sustentável contribui para: a identificação, seleção e justificação de opções ganhadoras *Win-Win* face aos objetivos de ambiente e desenvolvimento; contribui igualmente para a decisão de opções mais sustentáveis em termos ambientais sociais e económicos; detetar problemas e oportunidades estratégicas nas opções em estudo e facilitar a consideração de impactes cumulativos; sugerir programas de seguimento, através de gestão e monitorização estratégicas; assegurar processos participados e transparentes que envolvam todos os agentes; promover decisões integradas em relação aos diversos pontos de vista, definidos em função dos fatores técnicos e de valores político-culturais (Partidário, 2007). Um dos pilares centrais da (AAE) reside na capacidade de avaliar as possíveis oportunidades e riscos estratégicos de desenvolvimento territorial e setorial, tendo em vista objetivos de desenvolvimento sustentável. Assim, entende-se que a (AAE), pressupõe julgar o mérito, a oportunidade ou os riscos de seguimento de uma determinada estratégia ou propor eventualmente melhores linhas de atuação para as estratégias a seguir, quer sejam no quadro económico, social ou político (Partidário, 2007). Em suma, e de modo a seguir uma linha orientadora ao longo da presente investigação, foi traçado o seguinte objetivo geral: “Paradigmas canónicos de apoio aos espaços e infraestruturas náuticas e desportivas”, tem como objetivo obter junto dos alunos do curso de Gestão do Desporto da Universidade Autónoma de Lisboa, a sua sensibilidade sobre a importância dos paradigmas canónicos de apoio aos espaços e infraestruturas náuticas e desportivas, numa perspetiva multidimensional, com particular foco sobre os cânones; vetores de sustentabilidade, materiais, construção, dos espaços e infraestruturas náuticas e desportivas e um pensamento futuro, baseando-se em práticas sustentadas pelas seguintes variáveis: F1 - Cânones & os espaços e as infraestruturas náuticas e desportivas (3 itens); F2 - Vetores de sustentabilidade e os espaços e as infraestruturas náuticas e desportivas (5 itens); F3 - Os materiais e os espaços e as infraestruturas náuticas e desportivas (5 itens); F4 - Desafios futuros (5 itens).

METODOLOGIA

Segundo Cervo e Bervian (2002), a metodologia científica caracteriza-se pelo estudo dos métodos do saber. Para Lakatos e Marconi (1991), a metodologia assume-se como um conjunto de abordagens que se referem aos fundamentos e pressupostos que orientam um determinado estudo. Esta perceção remete-nos ao entendimento do estudo dos métodos, além de ser patente que a mesma pode-se caracterizar pelos procedimentos e abordagens definidos, nomeadamente o tipo de pesquisa e a sua estruturação, as fontes bibliográficas, os instrumentos de recolha e as formas de

tratamento dos dados e o seu horizonte temporal. A metodologia de investigação compreende a concretização de diversas etapas referentes às fases e aos procedimentos adotados de forma sistemática, crítica e empírica aquando da realização de uma investigação ou trabalho de âmbito académico (Vilelas, 2020). Esta escolha da metodologia consiste na definição de uma estratégia que posteriormente influenciará as técnicas e instrumentos na recolha e tratamento dos dados obtidos (Sousa e Batista, 2014). No que respeita à metodologia de pesquisa utilizada, podemos dizer que do ponto de vista da sua natureza, a mesma assentou numa “pesquisa aplicada” que objetiva gerar conhecimento para aplicação prática dirigidos à solução de problemas específicos, (Gil, 2006). Do ponto de vista da forma de abordagem, utilizamos uma “pesquisa quantitativa”, na medida em que tudo possa ser contável, o que significa traduzir em números opiniões e informações para classificá-las e analisá-las. Requer o uso de recursos e de técnicas estatísticas (percentagem, média, moda, mediana, desvio padrão, coeficiente de correlação, entre outros). Assim, a pesquisa quantitativa é focada na mensuração de fenómenos, envolvendo a coleta e análise de dados numéricos e aplicação de testes estatísticos. (Collis; Hussey, 2005). No que respeita aos objetivos, utilizamos a “pesquisa descritiva”, que visa descrever as características de determinada população, fenómeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis. A forma mais comum de apresentação é o levantamento, em geral, realizado mediante questionário ou observação sistemática, que oferece uma descrição da situação no momento da pesquisa. Metodologia indicada para orientar a forma de coleta de dados quando se pretende descrever determinados acontecimentos. (Gil, 2006). É direcionada a pesquisadores que têm conhecimento aprofundado a respeito dos fenómenos e problemas estudados. A pesquisa descritiva observa, regista, analisa e correlaciona fatos ou fenómenos (variáveis) sem manipulá-los. Procura descobrir, com a precisão possível, a frequência com que um fenómeno ocorre, sua relação e conexão com outros, sua natureza e características. Desenvolve-se, principalmente, nas ciências humanas e sociais, abordando aqueles dados e problemas que merecem ser estudados e cujo registo não consta de documentos (Cervo; Bervian, 2002, p. 66). Será ainda apresentado todo o processo referente à escolha da população em análise (amostra), assim como à sua caracterização. De seguida, passaremos à descrição sobre o processo de escolha do instrumento para a recolha de dados, tal como ao procedimento de tratamento da informação recolhida (dados) através de técnicas específicas para identificarmos por último os resultados e discussão finais obtidos com a realização do estudo.

Amostra

Uma das fases de um processo de investigação passa pela identificação do que queremos estudar e quem queremos analisar, denominada população alvo. Consoante essa clarificação, e na impossibilidade de analisar toda a população por questões diversas, identifica-se um conjunto da amostra (alunos do 3.º ano do curso de Licenciatura em Gestão do Desporto da Universidade Autónoma de Lisboa) que nos permitiu obter dados ou observações, com o objetivo de tirar conclusões sobre a população de quem foram recolhidas informações (Vilelas, 2020). Considerando que a principal premissa deste estudo consiste em obter junto dos alunos a sua sensibilidade sobre a importância dos paradigmas canónicos de apoio aos espaços e infraestruturas náuticas e desportivas, numa perspetiva multidimensional, com particular foco sobre os cânones; vetores de sustentabilidade, materiais, construção, dos espaços e infraestruturas náuticas e desportivas e um pensamento futuro. No universo de 31

alunos, foi possível obter uma amostra válida de 30 alunos do ano letivo 2023/2024 do Curso de Gestão do Desporto da Universidade Autónoma da Lisboa.

Instrumento

O instrumento utilizado no presente estudo foi o inquérito por questionário. De acordo com Batista, Moreira, Rodrigues e Silva (2021), o inquérito por questionário assume-se como uma técnica de recolha de dados comumente utilizada em investigação nas áreas da educação, sendo mais comum à sua utilização em estudos de grande escala, que permite observar um número significativo de sujeitos face a um determinado fenómeno social pela possibilidade de quantificar os dados obtidos e de se proceder a inferências e a generalizações. Este instrumento surge como o objeto tangível utilizado nas diversas técnicas (Batista et. al., 2021). A técnica refere-se ao procedimento para chegar a um determinado resultado, sendo que o método pode, inclusive, incorporar várias técnicas para alcançar os fins da investigação. Para Batista e Sousa (2011), as recolhas de dados são caracterizadas como procedimentos operacionais, bem definidos e transmissíveis, adaptados ao tipo de problema e aos fenómenos em estudo, isto é, apresentam a função de procurar viabilizar a investigação, respeitante ao modo de alcance e concretização do conjunto de opções em que consiste o método, com vista à verificação empírica. A investigação obedeceu a uma recolha de inquéritos por questionários conforme já referido. O instrumento (inquérito por questionário) foi elaborado com suporte de uma escala de *Likert* de 5 pontos. Permite descobrir diferentes níveis de opinião sobre um determinado tema. A escala *Likert* incorpora psicologia e estatística aplicada, permitindo sua aplicação diversos estudos, trata-se de um instrumento de medida capaz de extrair compreensão qualitativa de problemas estruturados quantitativamente. A escala de *Likert* utilizada na pesquisa compreendeu os seguintes níveis de avaliação: discordo totalmente=1; discordo=2; não concordo nem discordo=3; concordo=4; concordo totalmente=5. O questionário encontra-se estruturado em duas partes, sendo que a primeira parte compreende a questões de natureza sociodemográfica relativa aos alunos em estudo (idade, género, agregado familiar, residência; nacionalidade) e na segunda parte constam 4 grupos distribuídos por 18 itens sugeridos para medir as variáveis do estudo, repartidas da seguinte forma:

F1 - Cânones & os espaços e as infraestruturas náuticas e desportivas (3 itens); F2 - Vetores de sustentabilidade e os espaços e as infraestruturas náuticas e desportivas (5 itens); F3 - Os materiais e os espaços e as infraestruturas náuticas e desportivas (5 itens); F4 - Desafios futuros (5 itens). Após uma análise cuidada e exigente foram definidas variáveis independentes e dependentes que possuem as dimensões necessárias e adequadas para encontrar respostas aos objetivos desta investigação, bem como para uma recolha de dados objetiva e enquadrada com o tema em estudo. Segundo Vilelas (2020, p.171), “as variáveis têm de estar de acordo com a definição do problema, dos objetivos, das hipóteses e, em consonância com o marco teórico”. Relativamente às variáveis independentes, “este tipo de variável é independente dos procedimentos da investigação, constituindo, no entanto, fatores determinantes que a vão influenciar”, ou seja, “o investigador recorre à sua manipulação para observar os efeitos produzidos nas variáveis dependentes”. Por outro lado, a variável dependente “é aquela que se conota diretamente com as respostas que se procuram na investigação (...)”, ou seja, “(...) ao resultado obtido com os procedimentos de investigação” (Sousa e Batista, 2014, p.49). Nesta continuidade e no âmbito do estudo, foi necessário estudar alguns indicadores intimamente ligados a uma relação multifatorial. Para isso, foram selecionadas diversas

variáveis que pretendem dar uma resposta direta e outras que permitam relacionar-se entre si, explorando e descrevendo as diversas dimensões em análise. As variáveis foram selecionadas e incluídas no inquérito por questionário.

Procedimentos

O recrutamento dos inquiridos foi efetuado entre os alunos do terceiro ano da Licenciatura em Gestão do Desporto da Universidade Autónoma de Lisboa, ano curricular 2023/2024. Após a elaboração de um pré-teste a um grupo restrito de alunos, foram elaborados questionários, em que todos os questionários foram preenchidos pelos alunos, obtendo-se uma amostra final de trinta questionários válidos. A recolha foi efetuada durante o período de aulas letivas, com o objetivo de incluir a globalidade dos alunos do referido ano escolar. Todos os inquiridos foram informados previamente da natureza do estudo que se pretendia realizar, participaram de forma ativa e voluntária e garantindo-se o anonimato e a confidencialidade das suas respostas.

Tratamento de dados

A análise de dados quantitativos é efetuada através de técnicas e procedimentos estatísticos que permitem a análise de um grande número de variáveis (Collis; Hussey, 2005). Essa abordagem é baseada na necessidade de se fazer uma observação focalizada na busca de padrões e associações entre variáveis. Esta análise permite também obter indicadores e parâmetros estatísticos capazes de apontar tendências e descrever comportamentos para a população-alvo a partir de uma determinada amostra. Os dados recolhidos por meio do inquérito por questionário foram inseridos e tabulados no programa Microsoft Excel. Posteriormente, os dados foram migrados para o programa de análise estatística *Jamovi* versão 1.6.23 e SPSS, onde foram efetuadas análises descritivas, nomeadamente as frequências, medidas de tendência central e de dispersão. Utilizou-se complementarmente a representação Gráfica *Boxplot* para ilustrar os extremos e quartis da distribuição. Para analisar a fiabilidade e a consistência interna utilizou-se o parâmetro Alfa de *Cronbach*, que é geralmente utilizado para mensurar a inter-correlação entre os itens sugeridos para medir uma determinada variável. Foi também efetuado o teste não-paramétrico de *Shapiro-Wilk* para averiguar se as variáveis seguem a uma distribuição normal. Utilizou-se ainda o teste de *Spearman* para medir o grau de associação e relação entre as variáveis.

ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Perfil Sociodemográfico dos alunos - A análise sociodemográfica indica pouca variação entre os alunos do terceiro ano do curso da licenciatura em Gestão do Desporto da Universidade Autónoma de Lisboa no ano 2023/2024, no que respeita a um conjunto variado de itens, nomeadamente: Indicador Idade - os resultados apontam para a idade mínima registada de 19 anos e a máxima 28 anos. Em relação às medidas de tendência central, refere-se que a idade que se repetiu com maior frequência foi os 21 anos, pelo que a Moda ($M_o=21$) para o género masculino e ($M_o=21$) para o género feminino, já a média registada centrou-se Média ($M_e=22$) anos para o género masculino e igualmente ($M_e=22$) para o género feminino. A Mediana teve o valor de ($M_d=22$) para o género feminino e, para o género masculino ($M_d=21.5$) na variável idade respetivamente, Tabela 1.

Tabela 1 - Age

	Género	N	Média	Moda	Mediana	Desvio Padrão	Min	Máx
Idade	F	2	22.0	21.0	22.0	1.41	21	23
	M	28	22.0	21.0	21.5	2.32	19	28

Fonte: Jamovi (2023)

Os dados versados na tabela 1 - Idade, são expressivos no que respeita a maior propensão por jovens do sexo masculino e menos do sexo feminino pelas áreas de desporto. De acordo com os resultados obtidos, consideramos que a atratividade pelas áreas do desporto, passa por um trabalho de pedagogia junto das escolas e associação e entidades locais, no sentido de despertar os mais jovens para os benefícios da prática de atividade física e que no futuro poderão converter-se em áreas profissionais de particular relevância na sociedade. No que respeita ao teste de normalidade “*Shapiro-Wilk*” para o conjunto dos estudantes, obteve-se um valor de $w=0.957$ e de $p<0.266$, ou seja, superior a $p<0.05$, concluindo-se que para a variável quantitativa, apresenta uma distribuição normal, conforme expresso na Tabela 2.

Tabela 2: Teste Normalidade “*Shapiro-Wilk*”

	<i>Shapiro-Wilk</i>			
	Género	N	W	P
Id Estudantes	F e M	30	0.957	0.266

Fonte: Jamovi (2023)

No que respeita ao teste de normalidade “*Shapiro-Wilk*” tendo por base a análise estratificada (idade/agregado familiar/género), foi possível verificar registo de variação nos valores de p, não foi possível obter valor NaN, para o género feminino, já para o género masculino $p<.001$, o que nos indica que a variável não apresenta distribuição normal. Estes dados são apresentados na Tabela 3.

Tabela 3: Teste Normalidade (idade/agregado familiar/género) “*Shapiro-Wilk*”

	Género	N	Média	Moda	Desvio Padrão	Min	Máx	<i>Shapiro-Wilk</i>	
								W	P
Idade	F	2	22.00	21.00	1.414	21	23	NaN	NaN
	M	28	22.04	21.00	2.317	19	28	0.820	<.001
Agregado familiar	F	2	2.00	2.00	0.000	2	2	NaN	NaN
	M	28	3.39	4.00	0.994	2	6	0.870	0.002

Fonte: Jamovi (2023)

Agregado familiar - Em relação ao agregado familiar, e tendo em conta a amostra estudada, verifica-se que os alunos vivem predominantemente em agregados familiares compostos por um máximo de quatro indivíduos, cerca de 40,0% da amostra estudada. Constata-se que apenas dois alunos vivem num contexto família com cinco ou seis indivíduos no agregado familiar, correspondendo a 3.3% respetivamente. Com dois e três indivíduos no agregado familiar, temos 26.7% para cada um deles. No agregado com maior representatividade temos uma Média ($Me=14.67$), Moda ($Mo=1.00$) e uma Mediana (17.50), conforme expresso na Tabela 4.

Tabela 4: Agregado familiar

	Agregado familiar	N	Média	Moda	Mediana
Id	2	8	14.00	2.00	12.50
	3	8	19.88	11.00	20.00
	4	12	14.67	1.00	17.50
	5	1	10.00	10.00	10.00
	6	1	8.00	8.00	8.00

Fonte: Jamovi (2023)

Residência - No que respeita área de residência, verifica-se que no universo dos 30 alunos estudados, foi possível constatar que 76.7% residem no aglomerado urbano de Lisboa ou nos arredores desta, fator determinante na sua relação com espaço urbano envolvente. Cerca de 23.3% residem fora do concelho de Lisboa, conforme expresso na Tabela 5.

Tabela 5: Tabela de frequências de residência

Residência em Lisboa	Contagem	% Total	% Cumulativo
Sim	23	76.7%	76.7%
Não	7	23.3%	100.0%

Fonte: Jamovi (2023)

Nacionalidade - No que há nacionalidade diz respeito, aqui não subsistem quaisquer dúvidas, os resultados indicam-nos que 100,0% dos alunos têm nacionalidade Portuguesa, conforme expresso na Tabela 6.

Tabela 6: Tabela de frequências de nacionalidade

Nacionalidade	Contagem	% Total	% Cumulativo
Portuguesa	30	100.0%	100.0%

Fonte: Jamovi (2023)

Procedeu-se a análise de frequências, em particular as frequências absoluta e relativa dos dados recolhidos. Seguidamente foi efetuado o cálculo das medidas de tendência central e de dispersão nomeadamente a média, mediana e moda, desvio-padrão, variância, máximo e mínimo. As ferramentas da estatísticas são comumente utilizadas na análise exploratória de dados para identificar tendências que podem estar ocultas em dados agrupados. Essa análise favorece a avaliação da qualidade dos dados recolhidos. A análise de frequência seja absoluta ou relativa são alguns dos conceitos básicos utilizados em uma distribuição estatística. A frequência absoluta corresponde aos dados brutos observados em um estudo, ou seja, expressa o número de vezes que um determinado fenómeno ocorreu, sendo normalmente um dado preliminar numa investigação. Importa salientar que as informações de frequência absoluta têm de ser sempre expressas em números reais. Em relação a frequência relativa é obtida através cálculo do número de ocorrências observadas repartidos pelo total da amostra (representado pela letra "N"), para expressar um valor percentual em relação ao tamanho da amostra. De referir que o somatório de frequências relativas observadas tem de equivaler a 100%.

F1 - CÂNONES E OS ESPAÇOS E AS INFRAESTRUTURAS NÁUTICAS E DESPORTIVAS

F1 - “Cânones e espaços e as infraestruturas náuticas e desportivas” proposta neste estudo para medir as características associadas aos cânones, espaços e infraestruturas náuticas e desportivas nos tempos atuais, temos:

Questão Q1 - “A definição para “cânone”, respeita a preceito, regra, norma?” cerca de 30,0% dos inquiridos responderam (concordo totalmente), sendo que outros 30,0% responderam (concordo) e com maior expressividade responderam cerca de 33,3% (não concordo, nem discordo), existindo apenas 6,7% que respondeu (discordo). Em face da análise às respostas à questão H1, leva-nos a concluir que a maioria dos alunos não detém uma opinião formada sobre o significado do tema “cânone”, Tabela 7 - Q1.

Tabela 7 - Q1

Q1 - Frequências			
Q1	Contagem	% Total	% Cumulativo
Discordo	2	6.7%	6.7%
Não concordo nem discordo	10	33.3%	40.0%
Concordo	4	30.0%	70.7%
Concordo totalmente	5	30.0%	100.0%

Fonte: Jamovi (2023)

Questão Q2 - “Sendo o cânone “euritmia”, caracterizado pela forma exterior, elegante e o aspeto agradável do objeto arquitetónico. Será este cânone um elemento influenciador no dimensionamento de infraestruturas náutico desportivas?”, 20,0% dos inquiridos responderam (concordo totalmente), 46,7% respondeu (concordo), cerca de 33,3% respondeu (não concordo, nem discordo), e apenas 3,3% respondeu (discordo). Em face aos resultados obtidos, existe um entendimento generalizado, quanto à importância do cânone “euritmia”, na influência no dimensionamento de infraestruturas náuticas e desportivas, Tabela 8 - Q2.

Tabela 8 - Q2

Q2 - Frequências			
Q2	Contagem	% Total	% Cumulativo
Discordo	1	3.3%	3.3%
Não concordo nem discordo	9	30.0%	33.3%
Concordo	14	46.7%	80.0%
Concordo totalmente	6	20.0%	100.0%

Fonte: Jamovi (2023)

Questão Q3 - “Segundo a Triade Vitruviana”, todas as construções devem alcançar firmeza e solidez “Firmitas”, no âmbito da funcionalidade e da utilidade “Utilitatis” e beleza “Venutatis”, 43,3% dos inquiridos responderam (concordo totalmente), 30,0% respondeu (concordo), 7,0% referiu (não concordo, nem discordo) e apenas 3,3% respondeu (discordo). Perante os valores apurados, existe um entendimento generalizado, em que a funcionalidade, utilidade e a beleza, detém um papel importante na construção de instalações desportivas, Tabela 9 - Q3.

Tabela 9 - Q3

Q3 - Frequências			
Q3	Contagem	% Total	% Cumulativo
Discordo	2	3.3%	3.3%
Não concordo nem discordo	7	23.3%	26.7%
Concordo	13	43.3%	70.0%
Concordo totalmente	9	30.0%	100.0%

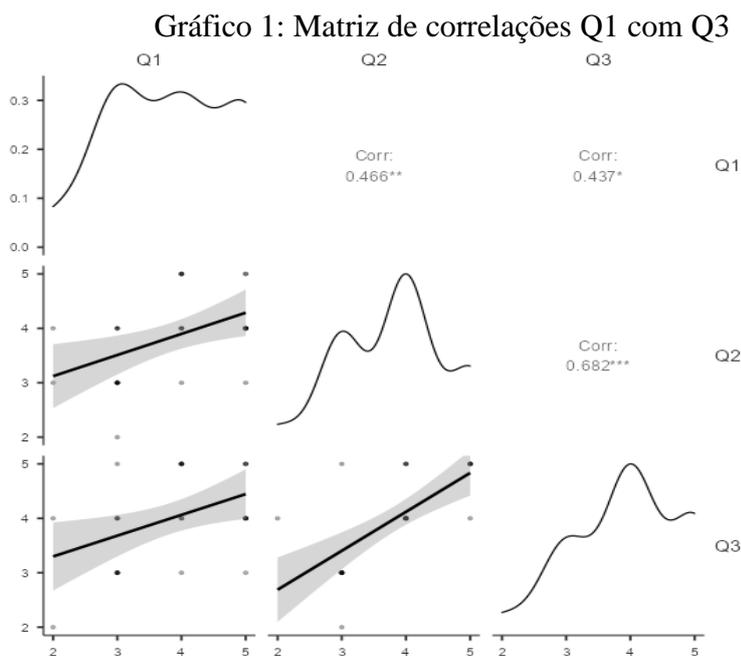
Fonte: Jamovi (2023)

Na continuidade do estudo procuramos saber qual a correlação existente entre a questão Q1 - “A definição para “cânone” e a questão Q3 “Segundo a Tríade Vitruviana”, todas as construções devem alcançar firmeza e solidez “Firmitas”, no âmbito da funcionalidade e da utilidade “Utilitatis” e beleza “Venutatis”. Para determinar a correlação entre estas duas variáveis, recorreremos à matriz de correlação não paramétrica de “Pearson”, onde foi possível apurar os seguintes resultados: para Q1 o valor de $p=0.016 > 0.005$, obtendo-se uma correlação pouco significativa, sendo que o valor de R de Pearson corresponde ao valor de 0.437, ou seja, distante de 0, considerada uma correlação forte de Q1 com Q3, expresso na Tabela 10. Por outro lado, correlacionamos também a questão Q1 “A definição para “cânone” com a questão Q2 “Sendo o cânone “euritmia”, caracterizado pela forma exterior, elegante e o aspeto agradável do objeto arquitetónico. Será este cânone um elemento influenciador no dimensionamento de infraestruturas náutico desportivas?”, recorreremos novamente à matriz de correlação não paramétrica de “Pearson”, onde foi possível apurar os seguintes resultados: para Q1 o valor de $p=0.009 > 0.005$, obtendo-se uma correlação pouco significativa, sendo que o valor de R de Pearson corresponde ao valor de 0.466, ou seja, distante de 0, considerada uma correlação forte de Q1 com Q2, Tabela 10 e gráfico 1 e matriz correlações Q1 com Q3.

Tabela 10: Matriz de correlações Q1 com Q3

		Q1	Q2	Q3
Q1	R de Pearson	—		
	p-value	—		
Q2	R de Pearson	0.466	—	
	p-value	0.009	—	
Q3	R de Pearson	0.437	0.682	—
	p-value	0.016	< .001	—

Fonte: Jamovi (2023)



F2 - VETORES DE SUSTENTABILIDADE & OS ESPAÇOS E AS INFRAESTRUTURAS NÁUTICAS E DESPORTIVAS.

Questão Q4 - “Será que a construção dita sustentável congrega um conjunto diversificado de cânones de dimensionamento de infraestruturas náutico desportivas?”, 20,0% dos inquiridos responderam (concordo totalmente), 36,7% responderam (concordo) e 43,3% referiram (não concordo, nem discordo). Em suma, a maior percentagem de estudantes não detém uma opinião totalmente consolidada sobre “se a construção sustentável congrega um conjunto diversificado de cânones de relevante importância para dimensionamento de infraestruturas náuticas e desportivas”, Tabela 11 - Q4.

Tabela 11 - Q4

Q4 - Frequências			
Q4	Contagem	% Total	% Cumulativo
Não concordo nem discordo	13	43.3%	43.3%
Concordo	11	36.7%	80.0%
Concordo totalmente	6	20.0%	100.0%

Fonte: Jamovi (2023)

Questão Q5 - “Considera que a construção sustentável assenta num conjunto de práticas e cânones com preocupações ambientais, económicas e sociais que permitem na sua generalidade satisfazer as necessidades do ser humano sem que se ponha em causa sustentabilidade ecológica e as gerações vindouras?” apenas 10,0% dos inquiridos respondeu (concordo totalmente), cerca de 66,7% da amostra respondeu (concordo), 16,7% responderam (não concordo, nem discordo) e 6,7% respondeu (discordo). Uma vez mais, obtém-se uma opinião generalizada concordante de que a os aspetos ligados à construção dita sustentável assenta num conjunto de práticas e cânones com preocupações ambientais, económicas e sociais que permitem na sua

generalidade satisfazer as necessidades do ser humano sem que se ponha em causa sustentabilidade ecológica e as gerações vindouras, Tabela 12 - Q5.

Tabela 12 - Q5

Q5 - Frequências			
Q5	Contagem	% Total	% Cumulativo
Discordo	2	6.7%	6.7%
Não concordo nem discordo	5	16.7%	23.3%
Concordo	20	66.7%	90.0%
Concordo totalmente	3	10.0%	100.0%

Fonte: Jamovi (2023)

Questão Q6 - “Será que uma construção sustentável e ambientalmente correta é aquela que orienta a tomada de decisões referentes ao consumo de energia, aos recursos naturais e à qualidade ambiental, tornando-se, assim, na fase mais importante do processo construtivo de forma sustentável?” 26,7% dos inquiridos respondeu (concordo totalmente), cerca de 33,3% da amostra respondeu (concordo), 40,0% responderam (não concordo, nem discordo). A maioria dos inquiridos detém uma opinião concordante sobre o assunto expresso na Questão 6, relativo “uma construção sustentável e ambientalmente correta é aquela que orienta a tomada de decisões referentes ao consumo de energia, aos recursos naturais e à qualidade ambiental, tornando-se, assim, na fase mais importante do processo construtivo de forma sustentável?”, Tabela 13 - Q6.

Tabela 13 - Q6

Q6 - Frequências			
Q6	Contagem	% Total	% Cumulativo
Não concordo nem discordo	12	40.0%	40.0%
Concordo	10	33.3%	73.3%
Concordo totalmente	8	26.7%	100.0%

Fonte: Jamovi (2023)

Questão Q7 - “O conceito de sustentabilidade tecnológica deriva da sustentabilidade e é tida como um tipo de sustentabilidade assente em cânones tecnológicos, de elevada complexidade, e devidamente coordenadas por “experts” em áreas tecnológicas”, apenas 3,3% dos inquiridos respondeu (concordo totalmente), 53,3% (concorda) e 43,3% não detém uma opinião formada sobre a questão colocada, tendo respondido (não concordo, nem discordo). Tabela 14 - Q7.

Tabela 14 - Q7

Q7 - Frequências			
Q7	Contagem	% Total	% Cumulativo
Não concordo nem discordo	13	43.3%	43.3%
Concordo	16	53.3%	96.7%
Concordo totalmente	1	3.3%	100.0%

Fonte: Jamovi (2023)

Questão Q8 - “Considera que: de entre os procedimentos de análise de certificação energética de instalações desportivas várias, dever-se-á ter em conta: a

integração no local, os recursos, as cargas ambientais, o conforto ambiental, a vivência socioeconômica e gestão ambiental e inovação” 20,0% dos inquiridos respondeu (concordo totalmente), 36,7% respondeu (concordo) e cerca de 43,3% respondeu (não concordo, nem discordo). Os dados indicam uma variação entre os alunos que concordam e aquelas que não detêm uma opinião concreta, tendo os mesmo optado por responder (não concordo, nem discordo), Tabela 15 - Q8.

Tabela 15 - Q7

Q8 - Frequências			
Q8	Contagem	% Total	% Cumulativo
Não concordo nem discordo	13	43.3%	43.3%
Concordo	11	36.7%	80.0%
Concordo totalmente	6	20.0%	100.0%

Fonte: Jamovi (2023)

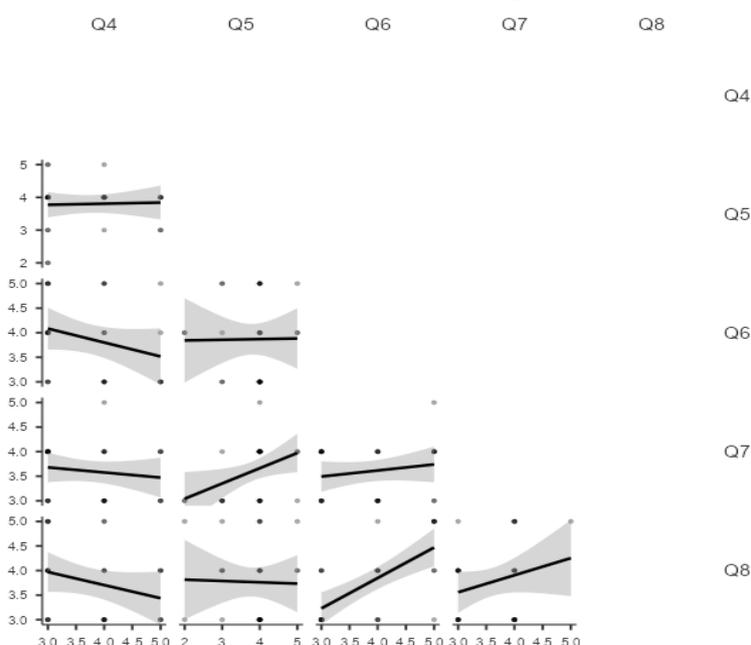
Por outro lado, e tendo por base o segundo grupo de questões, procuramos saber qual a correlação existente entre a questão Q4 - *“Será que a construção dita sustentável congrega um conjunto diversificado de cânones de dimensionamento de infraestruturas náutico desportivas?”* e a questão Q5 - *“Considera que a construção sustentável assenta num conjunto de práticas e cânones com preocupações ambientais, económicas e sociais que permitem na sua generalidade satisfazer as necessidades do ser humano sem que se ponha em causa sustentabilidade ecológica e as gerações vindouras?”*. Para determinar a correlação entre estas duas variáveis, recorremos à matriz de correlação não paramétrica de *“Pearson”*, onde foi possível apurar os seguintes resultados: para Q4 o valor de $p=0.844 > 0.005$, obtendo-se uma correlação pouco significativa, sendo que o valor de R de *Pearson* corresponde ao valor de 0.037, ou seja, próximo de 0, considerada uma correlação fraca de Q4 com Q5, expresso na Tabela 16. Determinamos ainda a correlação entre a questão Q5 - *“Considera que a construção sustentável assenta num conjunto de práticas e cânones com preocupações ambientais, económicas e sociais que permitem na sua generalidade satisfazer as necessidades do ser humano sem que se ponha em causa sustentabilidade ecológica e as gerações vindouras?”* e a questão Q7 - *“O conceito de sustentabilidade tecnológica deriva da sustentabilidade e é tida como um tipo de sustentabilidade assente em cânones tecnológicos, de elevada complexidade, e devidamente coordenadas por “experts” em áreas tecnológicas”*. Para determinar a correlação entre estas duas variáveis, recorremos uma vez mais à matriz de correlação não paramétrica de *“Pearson”*, onde foi possível apurar os seguintes resultados: para Q5 o valor de $p=0.031 > 0.005$, obtendo-se uma correlação pouco significativa, sendo que o valor de R de *Pearson* corresponde ao valor de 0.394, ou seja, afastada de 0, considerada uma correlação forte entre Q5 e Q7, expresso na Tabela 16 e gráfico 2 de Matriz de Correlação.

Tabela 16: Matriz de correlação Q4 com Q8

		Q4	Q5	Q6	Q7	Q8
Q4	R de Pearson	—				
	p-value	—				
Q5	R de Pearson	0.037	—			
	p-value	0.844	—			
Q6	R de Pearson	-0.268	0.012	—		
	p-value	0.152	0.951	—		
Q7	R de Pearson	-0.142	0.394	0.179	—	
	p-value	0.453	0.031	0.343	—	
Q8	R de Pearson	-0.267	-0.025	0.656	0.253	—
	p-value	0.154	0.896	< .001	0.177	—

Fonte: Jamovi (2023)

Gráfico 2: Matriz de correlação Q4 com Q8



Fonte: Jamovi (2023)

F3 - OS MATERIAIS & OS ESPAÇOS E AS INFRAESTRUTURAS NÁUTICAS E DESPORTIVAS.

Questão Q9 - “Os materiais, nomeadamente a sua escolha deve ser feita em consonância com determinados parâmetros ambientais, beneficiando a utilização de materiais recicláveis, com baixo impacto ambiental durante o ciclo de vida dos mesmos?” 33,3% dos inquiridos respondeu (concordo totalmente), 53,3% respondeu (concordo) e cerca de 13,3% respondeu (não concordo, nem discordo), e não se obteve respostas discordantes. Os dados indicam uma variação entre os alunos que concordam e aquelas que não detém uma opinião concreta, tendo os mesmo optado por responder (não concordo, nem discordo), Tabela 17 - Q9.

Tabela 17 - Q9

Q9 - Frequências			
Q9	Contagem	% Total	% Cumulativo
Não concordo nem discordo	4	13.3%	13.3%
Concordo	16	53.3%	66.7%
Concordo totalmente	10	33.3%	100.0%

Fonte: Jamovi (2023)

Questão Q10 - “*O equilíbrio bioclimático respeita à capacidade de equilíbrio entre as necessidades de conforto do homem e os agentes climáticos, assente no aproveitamento adequado de energia e tendo por base as estações do ano, no inverno o aquecimento e no verão o arrefecimento com vista ao equilíbrio e conforto térmico da infraestrutura náutico desportiva?*” 6,7% dos inquiridos respondeu (concordo totalmente), 63,3% respondeu (concordo), cerca de 26,7% respondeu (não concordo, nem discordo), e apenas um aluno respondeu (discordo), o que corresponde a 3,3% da amostra. Os dados indicam uma concordância correspondente a mais de 63,3%, o que nos dá uma indicação de que os alunos concordam que o equilíbrio bioclimático respeita à capacidade de equilíbrio entre as necessidades de conforto do homem e os agentes climáticos, Tabela 18 - Q10.

Tabela 18 - Q10

Q10 - Frequências			
Q10	Contagem	% Total	% Cumulativo
Discordo	1	3.3%	3.3%
Não concordo nem discordo	8	26.7%	30.0%
Concordo	19	63.3%	93.3%
Concordo totalmente	2	6.7%	100.0%

Fonte: Jamovi (2023)

Questão Q11 - “*De entre os materiais compósitos mais utilizados na indústria náutica, destacamos a fibra de vidro, carbono e aramidas, também conhecido por Kevlar*” 6,7% dos inquiridos responderam (concordo totalmente), 46,7% responderam (concordo) e na mesma percentagem 46,7% responderam (não concordo, nem discordo). Apesar de quase 50% dos inquiridos não ter opinião formada, concluímos que os restantes, mais de 50% concorda que de entre os materiais compósitos mais utilizados na indústria náutica, destacamos a fibra de vidro, carbono e aramidas, também conhecido por Kevlar respetivamente. Tabela 19 - Q11.

Tabela 19 - Q11

Q11 - Frequências			
Q11	Contagem	% Total	% Cumulativo
Não concordo nem discordo	14	46.7%	46.7%
Concordo	14	46.7%	93.3%
Concordo totalmente	2	6.7%	100.0%

Fonte: Jamovi (2023)

Questão Q12 - “*Será que a madeira com a classificação de primeira categoria deve conter as seguintes características: cor natural, limpa em ambas as faces, seca, sem nós, corretamente serrada, arestas e esquinas em esquadria, isenta de defeitos, sem furos de larvas, sem manchas, sem rachaduras, fibras, revessas, apodrecimento,*

secagem irregular, abaulamentos e arqueadura?”, 13,3% dos inquiridos respondeu (concordo totalmente), 40,0% respondeu (concordo), cerca de 43,3% respondeu (não concordo, nem discordo), e apenas um aluno respondeu (discordo), o que corresponde a 3,3% da amostra. Os dados indicam uma concordância acima dos 50% dos inquiridos, quando questionados sobre: *será que a madeira com a classificação de primeira categoria deve conter as seguintes características: cor natural, limpa em ambas as faces, seca, sem nós, corretamente serrada, arestas e esquinas em esquadria, isenta de defeitos, sem furos de larvas, sem manchas, sem rachaduras, fibras, revessas, apodrecimento, secagem irregular, abaulamentos e arqueadura*, Tabela 20 - Q12.

Tabela 20 - Q12

Q12 - Frequências			
Q12	Contagem	% Total	% Cumulativo
Discordo	1	3.3%	3.3%
Não concordo nem discordo	13	43.3%	46.7%
Concordo	12	40.0%	86.7%
Concordo totalmente	4	13.3%	100.0%

Fonte: Jamovi (2023)

Questão Q13 - *“Ao examinar-se o ciclo de vida do betão, do aço e da madeira, constata-se que a madeira assume um desempenho superior, de destaque no que respeita à reduzida libertação de poluentes para o meio hídrico, menor emissão de gases para a atmosfera e menor produção de resíduos sólidos, diferenciando-se dos restantes materiais”*, 6,7% dos inquiridos respondeu (concordo totalmente), 33,3% respondeu (concordo), cerca de 53,3% respondeu (não concordo, nem discordo), e apenas dois alunos respondeu (discordo), o que corresponde a 6,7% da amostra. Os dados indicam um equilíbrio de opinião entre aquelas que na generalidade concordam e aqueles que não detêm uma opinião formada sobre a questão colocada. Tabela 21 - Q13.

Tabela 21 - Q13

Q13 - Frequências			
Q13	Contagem	% Total	% Cumulativo
Discordo	2	6.7%	6.7%
Não concordo nem discordo	16	53.3%	60.0%
Concordo	10	33.3%	93.3%
Concordo totalmente	2	6.7%	100.0%

Fonte: Jamovi (2023)

Tendo por base o terceiro grupo de questões, procuramos saber qual a correlação existente entre a questão Q9 - *“Os materiais, nomeadamente a sua escolha deve ser feita em consonância com determinados parâmetros ambientais, beneficiando a utilização de materiais recicláveis, com baixo impacto ambiental durante o ciclo de vida dos mesmos?”* e a questão Q12 - *“Será que a madeira com a classificação de primeira categoria deve conter as seguintes características: cor natural, limpa em ambas as faces, seca, sem nós, corretamente serrada, arestas e esquinas em esquadria, isenta de defeitos, sem furos de larvas, sem manchas, sem rachaduras, fibras, revessas, apodrecimento, secagem irregular, abaulamentos e arqueadura?”*. Para determinar a correlação entre estas duas variáveis, recorreremos à matriz de correlação não paramétrica de *“Pearson”*, onde foi possível apurar os seguintes resultados: para Q9 o valor de $p=0.669 > 0.005$, obtendo-se uma correlação pouco significativa, sendo que o valor de R

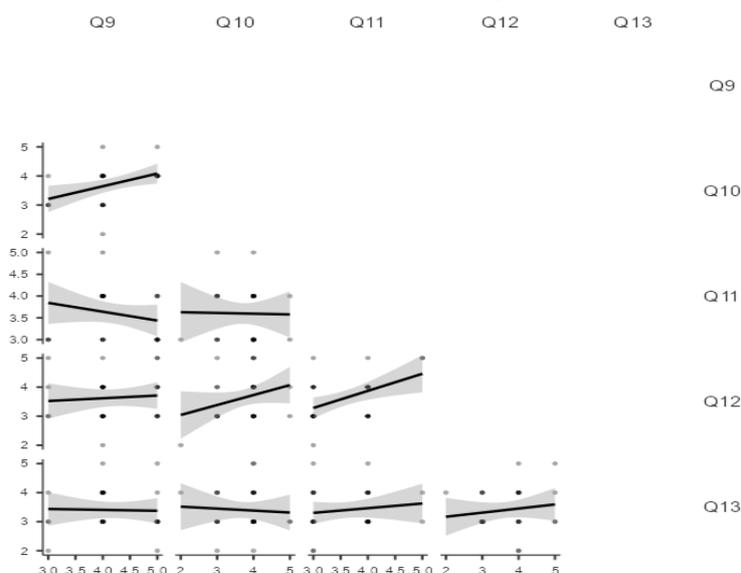
de *Pearson* corresponde ao valor de 0.081, ou seja, próximo de 0, considerada uma correlação fraca de Q9 com Q12, expresso na Tabela 27. Por outro lado, efetuamos a correlação entre a questão Q10 - “O equilíbrio bioclimático respeita à capacidade de equilíbrio entre as necessidades de conforto do homem e os agentes climáticos, assente no aproveitamento adequado de energia e tendo por base as estações do ano, no inverno o aquecimento e no verão o arrefecimento com vista ao equilíbrio e conforto térmico da infraestrutura náutico desportiva?” e a questão Q12 - “Será que a madeira com a classificação de primeira categoria deve conter as seguintes características: cor natural, limpa em ambas as faces, seca, sem nós, corretamente serrada, arestas e esquinas em esquadria, isenta de defeitos, sem furos de larvas, sem manchas, sem rachaduras, fibras, revessas, apodrecimento, secagem irregular, abaulamentos e arqueadura?”. Para Q10 o valor de $p=0.125 > 0.005$, obtendo-se uma correlação pouco significativa, sendo que o valor de R de *Pearson* corresponde ao valor de 0.287, ou seja, afastada de 0, considerada uma correlação bastante forte entre Q10 e Q12 respetivamente, expresso na Tabela 27 e gráfico 3 de Correlação.

Tabela 27: Matriz de correlações Q9 com Q13

		Q9	Q10	Q11	Q12	Q13
Q9	R de Pearson	—				
	p-value	—				
Q10	R de Pearson	0.454	—			
	p-value	0.012	—			
Q11	R de Pearson	-0.217	-0.017	—		
	p-value	0.249	0.928	—		
Q12	R de Pearson	0.081	0.287	0.479	—	
	p-value	0.669	0.125	0.007	—	
Q13	R de Pearson	-0.029	-0.060	0.138	0.149	—
	p-value	0.880	0.755	0.467	0.431	—

Fonte: Jamovi (2023)

Gráfico 3: Matriz de correlações Q9 com Q13



Fonte: Jamovi (2023)

F4 - DESAFIOS FUTUROS

Questão Q14 - *“No contexto atual, reconhece-se a importância de instrumentos na componente de sustentabilidade tanto a nível ambiental como a nível social, já que estes garantem a qualidade de vida e promovem o equilíbrio dinâmico das sociedades”*, 20,00% dos inquiridos respondeu (concordo totalmente), cerca de 53,3% respondeu (concordo), 20,0% não manifestaram ter opinião, respondendo (não concordo nem discordo), e apenas 6,7% responderam (discordo). Em face dos resultados obtidos, verifica-se que a maioria dos alunos tem uma opinião favorável quando questionados sobre a importância de instrumentos na componente de sustentabilidade tanto a nível ambiental como a nível social, já que estes garantem a qualidade de vida e promovem o equilíbrio dinâmico das sociedades. Tabela 22 - Q14.

Tabela 22 - Q14

Q14 - Frequências			
Q14	Contagem	% Total	% Cumulativo
Discordo	2	6.7%	6.7%
Não concordo nem discordo	6	20.0%	26.7%
Concordo	16	53.3%	80.0%
Concordo totalmente	6	20.0%	100.0%

Fonte: Jamovi (2023)

Questão Q15 - *“Numa era de grande mutação de hábitos de consumo, de informação e consciências, fruto da tecnologia digital e de crises pandémicas atuais, a humanidade reclama por novas soluções, face a estas preocupações, cada vez mais surge a necessidade de se pensar e repensar os espaços edificáveis e os seus cânones, como modelos sustentáveis de construção, preservando o meio natural onde se inserem?”*, 16,7% dos inquiridos respondeu (concordo totalmente), cerca de 43,3% respondeu (concordo), 33,3% não detém opinião e respondeu (não concordo, nem discordo), e apenas dois alunos respondeu (discordo), o que corresponde a 6,7% da amostra. Os dados indicam que a generalidade dos alunos é de opinião concordante relativamente há questão colocada. Tabela 23 - Q15.

Tabela 23 - Q15

Q15 - Frequências			
Q15	Contagem	% Total	% Cumulativo
Discordo	2	6.7%	6.7%
Não concordo nem discordo	10	33.3%	40.0%
Concordo	13	43.3%	83.3%
Concordo totalmente	5	16.7%	100.0%

Fonte: Jamovi (2023)

Questão Q16 - *“Será que no futuro haverá uma maior consciencialização e formação das populações, no fomento de práticas sustentáveis”*, 16,7% dos inquiridos respondeu (concordo totalmente), cerca de 33,3% respondeu (concordo), 6,7% não detém opinião e respondeu (não concordo, nem discordo), e cerca de seis alunos tiveram opinião de discordância, o que corresponde a 20,0% da amostra. Os dados indicam que a mais de 50% dos alunos é de opinião concordante relativamente há questão colocada. Tabela 24 - Q16.

Tabela 24 - Q16

Q16 - Frequências			
Q16	Contagem	% Total	% Cumulativo
Discordo	2	6.7%	6.7%
Não concordo nem discordo	10	33.3%	40.0%
Concordo	13	43.3%	83.3%
Concordo totalmente	5	16.7%	100.0%

Fonte: Jamovi (2023)

Questão Q17 - “*Os recursos naturais no planeta (ar, água, terra, flora, fauna e habitats) são finitos, e como tal, devem ser preservados em benefício das novas gerações, mediante a estruturação de adequados métodos de planificação territorial?*”, 43,3% dos inquiridos respondeu (concordo totalmente), cerca de 50,0% respondeu apenas (concordo), 3,3% não detém opinião e respondeu (não concordo, nem discordo), e apenas um aluno teve uma opinião discordante, o que corresponde a 3,3% da amostra. Os dados indicam que a generalidade dos alunos detém uma opinião formada sobre a questão colocada. Tabela 25 - Q17.

Tabela 25 - Q17

Q17 - Frequências			
Q17	Contagem	% Total	% Cumulativo
Discordo	1	3.3%	3.3%
Não concordo nem discordo	1	3.3%	6.7%
Concordo	15	50.0%	56.7%
Concordo totalmente	13	43.3%	100.0%

Fonte: Jamovi (2023)

Questão Q18 - “*Deve-se adotar na arquitetura dita desportiva de práticas sustentáveis e não nocivas para os ecossistemas, quer através dos seus modelos construtivos, quer na escolha de materiais naturais, vernaculares, quer em sistemas alternativos de produção de energia?*”, 36,7% dos inquiridos respondeu (concordo totalmente), cerca de 30,0% respondeu (concordo), 26,7% não detém opinião e respondeu (não concordo, nem discordo), e apenas dois alunos teve uma opinião discordante, o que corresponde a 6,7% da amostra. Os dados indicam que a generalidade dos alunos detém uma opinião positiva sobre a questão colocada. Tabela 26 - Q18.

Tabela 26 - Q18

Q18 - Frequências			
Q18	Contagem	% Total	% Cumulativo
Discordo	2	6.7%	6.7%
Não concordo nem discordo	8	26.7%	33.3%
Concordo	9	30.0%	63.3%
Concordo totalmente	11	36.7%	100.0%

Fonte: Jamovi (2023)

Tendo por base as respostas expressas em F4, procuramos saber qual a correlação existente entre a questão Q14 - “*No contexto atual, reconhece-se a importância de instrumentos na componente de sustentabilidade tanto a nível ambiental*

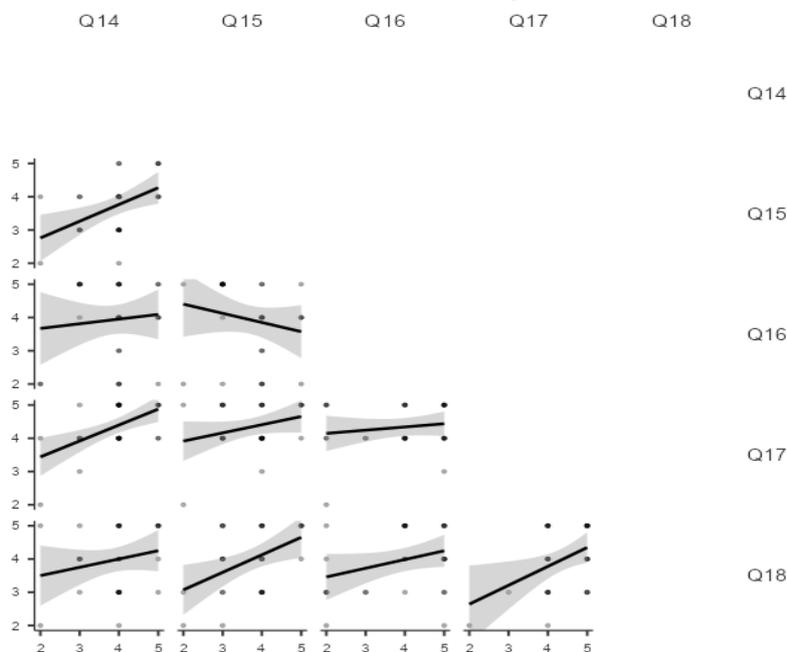
como a nível social, já que estes garantem a qualidade de vida e promovem o equilíbrio dinâmico das sociedades” e Q17 - “Os recursos naturais no planeta (ar, água, terra, flora, fauna e habitats) são finitos, e como tal, devem ser preservados em benefício das novas gerações, mediante a estruturação de adequados métodos de planificação territorial”. Recorremos à matriz de correlação não paramétrica de “Pearson”, onde foi possível apurar os seguintes resultados: para Q14 o valor de $p=0.002 < 0.005$, correlação bastante significativa, já o valor de R de Pearson corresponde ao valor de 0.552, ou seja, afastada de 0, considerada uma correlação forte de Q14 com Q17, Tabela 27 e gráfico 4.

Tabela 27: Matriz de correlações Q14 com Q18

		Q14	Q15	Q16	Q17	Q18
Q14	R de Pearson	—				
	p-value	—				
Q15	R de Pearson	0.493	—			
	p-value	0.006	—			
Q16	R de Pearson	0.101	-0.202	—		
	p-value	0.597	0.284	—		
Q17	R de Pearson	0.552	0.290	0.156	—	
	p-value	0.002	0.120	0.412	—	
Q18	R de Pearson	0.212	0.457	0.311	0.419	—
	p-value	0.260	0.011	0.095	0.021	—

Fonte: Jamovi (2023)

Gráfico 4: Matriz de correlações Q14 com Q18



Fonte: Jamovi (2023)

Após uma análise acerca de as frequências das repostas às afirmações apresentadas (itens sugeridos para medir as variáveis deste estudo). No que diz respeito a medida de tendência central verificou-se que para todas variáveis deste estudo, a média ronda valor médio de 3 (não concordo nem discordo) e a mediana rodam valor médio de 4 (concordo). Em relação a moda o valor mais frequente é 4 (concordo). Os valores mínimos observados estão entre 2 (discordo) e 5 (concordo totalmente). As

informações mostram também que a amostra tem alguns extremos entre os valores máximos e mínimos, o que justifica um certo grau de dispersão entre os dados. As estatísticas descritivas das variáveis deste estudo estão sumariamente apresentadas na Tabela 28.

Tabela 28 – Estatística Descritiva (F1, F2, F3, F4)

	N	Mean	Median	Mode	Standar Desviation	Min.	Máx.	
F1	Q1	30	3.83	4.00	3.00	0.950	2	5
	Q2	30	3.83	4.00	4.00	0.791	2	5
	Q3	30	4.00	4.00	4.00	0.830	2	5
	Q4	30	3.77	4.00	3.00	0.774	3	5
F2	Q5	30	3.80	4.00	4.00	0.714	2	5
	Q6	30	3.87	4.00	3.00	0.819	3	5
	Q7	30	3.60	4.00	4.00	0.563	3	5
	Q8	30	3.77	4.00	3.00	0.774	3	5
F3	Q9	30	4.20	4.00	4.00	0.664	3	5
	Q10	30	3.73	4.00	4.00	0.640	2	5
	Q11	30	3.60	4.00	3.00*	0.621	3	5
	Q12	30	3.63	4.00	3.00	0.765	2	5
F4	Q13	30	3.40	3.00	3.00	0.724	2	5
	Q14	30	3.87	4.00	4.00	0.819	2	5
	Q15	30	3.70	4.00	4.00	0.837	2	5
	Q16	30	3.93	4.00	5.00	1.143	2	5
	Q17	30	4.33	4.00	4.00	0.711	2	5
	Q18	30	3.97	4.00	5.00	0.964	2	5

Fonte: Jamovi (2023)

F1 - Cânones & os espaços e as infraestruturas náuticas e desportivas;

F2 - Vetores de sustentabilidade & os espaços e as infraestruturas náuticas e desportivas;

F3 - Os materiais & os espaços e as infraestruturas náuticas e desportivas;

F4 - Desafios Futuros.

Análise de fiabilidade e de consistência interna (Alfa de Cronbach):

Em estatística ou em pesquisas científicas a consistência interna é uma forma de medir a correlação entre diferentes itens do mesmo teste. Ela avalia se os diversos itens que se propõe medir o mesmo construto produzem resultados semelhantes. A consistência interna é geralmente medida através do Coeficiente de *Alfa de Cronbach*, calculado ao se parear correlações entre os itens. Segundo Almeida, Santos e Costa (2010) este coeficiente foi descrito em 1951 pelo psicólogo norte americano Lee Joseph Cronbach, e refere-se a um método para determinar a confiabilidade de testes educacionais e psicológicos. Isso permitiu novas interpretações do índice de confiabilidade. Pode dizer-se que o *Alfa de Cronbach* é a média das correlações dos itens que fazem parte de um instrumento (Almeida et al., 2010). O índice de consistência interna varia entre 0 e 1. Por norma espera-se um grau de consistência de $\alpha > 0,7$ para que a fiabilidade seja aceitável, tomou-se como referência o valor crítico proposto por Nunnally (1978). No caso de se observar valores na ordem de 0,8 e 0,9 indica um elevado grau de aceitação. Valores na ordem dos 0.50 aceita-se, contudo se inferior a 0,21 significa fraca consistência, por sua vez não são aceites. Em síntese pode verificar-se na tabela seguinte o grau de consistência interna dos itens de Likert propostos para medir as variáveis deste estudo tem o valor de 0,498 o que significa um grau de fiabilidade que se aceita, Tabela 29.

Tabela 29 – Coeficiente de Alpha Cronbach's (F1, F2, F3, F4)

Estatísticas de Confiabilidade de escala

	Média	Desvio padrão	α de Cronbach	ϕ de McDonald
Escala	3.48	0.314	0.498	0.595

Fonte: Jamovi (2023)

CONCLUSÕES

Esta investigação teve como objetivo obter junto dos alunos do curso de Gestão do Desporto da Universidade Autónoma de Lisboa, a sua sensibilidade sobre a importância dos paradigmas canônicos de apoio aos espaços e infraestruturas náuticas e desportivas, numa perspetiva multidimensional, com particular foco sobre os cânones; vetores de sustentabilidade, materiais, construção, dos espaços e infraestruturas náuticas e desportivas e um pensamento futuro. Como fatores de análise destacam-se: cânones & os espaços e as infraestruturas náuticas e desportivas; vetores de sustentabilidade & os espaços e as infraestruturas náuticas e desportivas; os materiais e os espaços e as infraestruturas náuticas e desportivas e os desafios futuros. De uma forma mais sintetizada, para cada um dos grupos de questões levantadas, F1, F2, F3 e F4, obtiveram-se um combinado de respostas individualizadas, sobre as quais é possível tecer as seguintes conclusões: Do global dos trinta inquiridos ao conjunto de perguntas realizadas na variável F1, conclui-se que em trinta respostas, vinte e nove responderam (discordo - 70,0%) ou responderam (não concordo nem discordo - 26,7%). Deste modo, os dados dizem-nos que a globalidade dos alunos, não têm uma opinião formada sobre o tema versado em F1 - Cânones & os espaços e as infraestruturas náuticas e desportivas. Ou seja, não se sentem confortáveis como o tema, ou desconhecem quase por completo o seu conceito. Relativamente às conclusões obtidas em F2, conclui-se que a globalidade dos alunos respondeu (concordo totalmente - 13,3%) ou respondeu (concordo - 80,0%) demonstrando sensibilidade e concordância na maioria dos inquiridos sobre o tema versado em F2. Sobre os materiais & os espaços e as infraestruturas náuticas e desportivas, definido como F3, concluiu-se que um aluno respondeu (concordo totalmente - 3,3%) e cerca de 83,3% responderam (concordo). Que nos apraz referir que a maioria dos alunos (26), têm uma opinião favorável sobre o tema. No que respeita às conclusões obtidas em F4 - “Desafios Futuros”, a globalidade dos trinta inquiridos, conclui-se que no computo das perguntas efetuadas, a maioria (29) tiveram uma resposta de concordância, havendo apenas um aluno que respondeu (discordo). Em suma, podemos dizer que “*paradigmas canônicos de apoio aos espaços e infraestruturas náuticas e desportivas*”, se assumem como elementos importantes, sustentáveis, potenciadores no auxílio ao dimensionamento de novas infraestruturas náuticas e desportivas.

REFERÊNCIAS

Agenda 21 Brasileira (2004). *Ações Prioritárias: Comissão de Políticas de Desenvolvimento Sustentável e da Agenda 21*

Nacional. (2ª Ed.). Brasília: Ministério do Meio Ambiente.

- Batista, B., Moreira, E. V., Rodrigues, D., e Silva, F. P. (2021). *Técnicas de Recolha de Dados em Investigação: Inquirir por questionários e/ou Entrevistas* (1ª ed.). Aveiro, Portugal: UA Editora. doi:10.34624/ka02-fq42
- Beber, A. (2001). *Avaliação de desempenho de vigas de concreto armado reforçadas com mantas flexíveis de fibra de carbono*. PPGEC-UFRGS. Porto Alegre, RS.
- Burke, B e Keeler, M. (2010). *Fundamentos de Projeto de Edificações Sustentáveis*. Porto Alegre: Bookman.
- Caseiro, A. (2013). *O Sistema Construtivo Modular em Madeira como contributo à Arquitetura Sustentável*. Dissertação apresentada à Universidade da Beira Interior para a obtenção do grau de mestre em Arquitetura, Covilhã.
- Cervo, A. L.; Bervian, P. A.. (2002). *Metodologia científica*. 5. ed. São Paulo: Prentice Hall, 2002.
- Collis, J.; Hussey, R. (2005). *Pesquisa em administração: um guia prático para alunos de graduação e pós-graduação*. 2. ed. Porto Alegre: Bookman.
- Costa, (2012). *Marinas, Portos, Docas e Núcleos de Recreio*. Dissertação submetida para a satisfação parcial dos requisitos do grau de mestre em Engenharia Civil - Especialização em Hidráulica. Universidade do Porto, Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto.
- Cunha, F. (2015). *A Arquitetura Sustentável. Contributos da Arquitetura Vernacular Portuguesa*. Dissertação de Mestrado Integrado em Arquitetura apresentada ao Departamento de Arquitetura, Ciências e Tecnologia de Viseu, Centro Regional das Beiras. Universidade Católica Portuguesa para a obtenção do grau de mestre em Arquitetura.
- Dinis, R. (2010). *Contributos para a reabilitação sustentável de edifícios de habitação. Dissertação de Mestrado*. Lisboa: FCT - UNL.
- Dicionário Editora de Língua portuguesa (2018). *Dicionário Língua Portuguesa*. Porto Editora. ISBN: 978-972-0-01866-3.
- Faria, P. (2010). *Arquitetura bioclimática mediterrânica: um equilíbrio entre as duas estações*. Revista Lusófona de Arquitetura e Educação (3), 179-192.
- Ferreira (2011). *Receção de Vitruvius e Formação da Teoria da Arquitetura na Idade moderna - SÉC. XV-XVI*. Lisboa.
- Fortin, M. F. (1999). *O processo de investigação: da conceção à realização*. Loures: Lusociência.
- Galante, H. (2003). *Seleção de materiais no design e indústria náutica*. Dissertação apresentada à REDEMAT, para a obtenção de grau de mestre em Engenharia de materiais área de concentração: Seleção de materiais. Ouro Preto. Universidade Federal de S. Paulo. CETEC.
- Gauzin-Muller, D. (2002). *A arquitetura Ecológica: 29 exemplos europeus*. Barcelona, Gustavo Gili.
- Garrafoli, F. (2017). *Vitruvius in opere: um estudo sobre conceitos e processos construtivos no tratado De Architectura (séc. I a.C.)*. São Paulo: EPUSP.
- Giordano, J. e Campos, J. (2000). *Degradação em Resinas Poliméricas Aplicadas na Indústria Têxtil*. FATEC/UNESP, Americana, S. Paulo e DTP/FEQ/Unicamp, Campinas, S. Paulo.
- Gil, A. C. (2006). *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 5. ed. São Paulo: Atlas.
- Hidroptère, (2012). *The Boat Presentation*. Consultado em 12 de fevereiro de 2021. Disponível em: <http://www.hydroptere.com>.
- Idhea, (2012). *Nove passos para a obra sustentável*. Consultado em 05 de abril de 2021. Disponível em: <http://www.idhea.com.br>.
- Lakatos, e. M., Marconi, M. A. (1991). *Fundamentos de metodologia científica* (3ª ed.). São Paulo: Atlas.
- Leão, N., Alenquer, C. e Veríssimo, A. (2008). *Belém Sustentável 2007*. Imazon: Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia.
- Maciel (2015). *Vitruvius, Tratado de Arquitetura*. IST. Press. ISBN: 978-972-8469-43-6.
- Martins, B. (2018). *Utilização de BIM e Métodos de Sustentabilidade em elementos de construção*. Dissertação submetida para satisfação parcial dos requisitos para obtenção do grau de mestre em Engenharia Civil - Especialização em construções. Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto.

Mourão e Pedro (2018). *Princípios de Edificação Sustentável*. Arquitetura. Lisboa: Laboratório Nacional de Engenharia Civil (LNE). Informação Técnica de Arquitetura ITA 11.

Náutica, (2018). *A aramida em embarcações*. GR UM Editora. S. Paulo. SP-04534-002.

Orr, D. (1992). *Ecological Literacy Education and the transition to a post-modern world, USA*: State University of New York Press, 2010, p.

Partidário, M. (2007). *Guia de boas práticas para Avaliação Ambiental Estratégica*. Orientações metodológicas. Amadora: Instituto Superior Técnico de Lisboa e Agência Portuguesa do Ambiente (APA).

Pedro S. & Amado, M.P. (2012). *Construção Sustentável - Contributo para a construção de Sistema de Certificação*. Costa da Caparica: GEOTU, Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa.

Rosmaninho, L. (2014). *Evolução de um paradigma: Do “Edifício Inteligente” ao “Edifício Vivo”*. *Princípios Ecológicos e Ambientais para a Arquitetura Sustentável*. Doutoramento em Arquitetura / Especialidade de Tecnologia e Gestão da Construção. Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa.

Sampaio, L. (2017). *A sustentabilidade na reabilitação de um edifício habitacional – caso de estudo*. Dissertação de Mestrado em Engenharia Civil apresentado à Universidade Fernando Pessoa, Faculdade de Ciência e Tecnologia, Porto.

Silva, J.J.C. (2015). *Arquitetura Vernácula, Arquitetura Bioclimática e Eficiência*

Energética. Porto, Seminário ReVer, cortesia iniciativa rever por Jorge Fernandes.

Sousa, M. J. e Batista, C. S. (2011). *Como fazer investigação, Dissertações, Teses e Relatórios*. Lisboa: Grupo LIDEL - Factor - Edições de Ciências Sociais e Política Contemporânea.

Sousa, M., e Batista, C. (2014). *Como fazer investigação, dissertações, teses e relatórios – segundo Bolonha (5a ed.)*. PACTOR.

Uhl, C. (2004). *Developing ecological consciousness: path to a sustainable world*. Lanham, MD: Roman and Littlefield.

Ventura, P. (2019). *A Arquitetura ao serviço do turismo náutico em Portugal, Contextos e Práticas num País de Vocação Turística*. Tese de Doutoramento em Motricidade Humana na especialidade de Sociologia e Gestão do Desporto, apresentada à Faculdade de Motricidade Humana - Universidade de Lisboa, Lisboa.

Vilela, M. (2013). *A Madeira na Construção de Habitação Coletiva*. Dissertação apresentada à Faculdade de Comunicação, Artes, Arquitetura e Tecnologias de Informação da Universidade Lusófona do Porto para a obtenção do grau de mestre em Arquitetura, Porto.

Vilelas, J. (2020). *Investigação - O Processo de Construção do Conhecimento (3a ed.)*. Edições. Silabo.

Zambrano, L.; Bastos, L. e Fernandes, P. (2008). *Integração dos Princípios de Sustentabilidade ao Projeto de Arquitetura*. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro. Consultado em 05 de abril de 2021. Disponível em: <http://www.usp.br/nutau/CD/53.pdf>

Recebido em: 09/12/2023

Aceite em: 30/04/2024

Endereço para correspondência:

Paulo Ventura

E-mail: pjdos@autonoma.pt



Esta obra está licenciada sob uma Licença Creative Commons Attribution 4.0

<https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>

Análise do plano de venda na satisfação dos membros em centros de fitness

Analysis of the sales plan in the satisfaction of members in fitness centers

Análisis del plan de ventas sobre la satisfacción de los miembros en los centros fitness

Vera Pedragosa 

CICEE & Universidade Autónoma de Lisboa, Portugal - vpedragosa@autonoma.pt

Nara Gando 

Universidade Autónoma de Lisboa, Portugal - naraevelisegando@gmail.com

Celina Gonçalves 

CIDESD & Universidade da Maia, Portugal - celinag@umaia.pt

Resumo

O objetivo é a analisar como o plano de venda influencia a satisfação dos membros em centros de fitness (CF). A amostra foi composta por 115 membros de um CF, a análise dos dados foi realizada através do SPSS versão 28.0 e no tratamento estatístico realizou-se a regressão linear simples. Os resultados indicaram uma boa consistência interna ($\alpha=0.83$) e a perceção do plano de venda explica a satisfação dos membros ao plano de venda e aos serviços oferecidos ($R^2=>0.14$, em todos os itens). Assim, os resultados sugerem que a perceção da fase de resolução explica 62% ($R^2=0.62$) a satisfação do membro com o fecho da primeira venda. E, que a satisfação do membro com o preço apresentado explica 91% ($R^2=0.91$) da satisfação do membro com os serviços oferecidos. Os gestores devem apostar na formação dos seus vendedores fortalecendo as relações entre os vendedores e membros dos CF.

Palavras-chave: Centros de fitness, Marketing, Vendas, Serviços de fitness, Satisfação geral.

Abstract

The aim was to analyse how the sales plan influences member satisfaction in fitness centres (FC). The sample consisted of 115 members of a FC, the data was analysed using SPSS version 28.0 and simple linear regression was used for the statistical treatment. The results showed good internal consistency ($\alpha=0.83$) and the perception of the sales plan explains the satisfaction of the members with the sales plan and the services offered ($R^2=>0.14$ for all items). Thus, the results suggest that the perception of the resolution phase explains 62% ($R^2=0.62$) of member satisfaction with closing the first sale. And that member satisfaction with the price offered explains 91% ($R^2=0.91$) of member satisfaction with the services offered. Managers should focus on training their salespeople, strengthening relationships between salespeople and CF members.

Keywords: Fitness centres, Marketing, Sales, Fitness services, General satisfaction.

Resumen

El objetivo era analizar cómo influye el plan de ventas en la satisfacción de los miembros de los centros fitness (CF). La muestra consistió en 115 miembros de un centro de fitness. Los datos se analizaron con el programa SPSS versión 28.0 y se utilizó la regresión lineal simple para el tratamiento estadístico. Los resultados mostraron una buena consistencia interna ($\alpha=0.83$) y la percepción del plan de ventas explica la satisfacción de los miembros con el plan de ventas y los servicios ofrecidos ($R^2=>0.14$ para todos los ítems). Así, los resultados sugieren que la percepción de la fase de resolución explica el 62% ($R^2=0.62$) de la satisfacción de los miembros con el cierre de la primera venta. Y que la satisfacción de los miembros con el precio ofrecido explica el 91% ($R^2=0.91$) de la satisfacción de los miembros con los servicios ofrecidos. Los gestores deberían centrarse en la formación de sus vendedores reforzando las relaciones entre éstos y los miembros del CF.

Palabras clave: Centros fitness, Marketing, Ventas, Servicios fitness, Satisfacción general.



1. Introdução

A indústria do fitness, a nível mundial, registou um crescimento de 4% nos últimos dois anos, com 184 milhões de membros, 205 000 centros de fitness (CF) e €81,7 mil milhões de receitas anuais (IHRSA, 2022). Em 2022, a indústria europeia do fitness registou €28 mil milhões de receitas, 63 mil CF, 68 milhões de membros e uma taxa de penetração de 8% (EuropeActive, 2023). Em Portugal, após o impacto do Covid_19, verificou-se a retoma da indústria. O número de CF aumentou 10%, de 800 para 880 clubes. O número de membros aumentou 49%, atingindo o número mais elevado desde 2019, para 691 656 membros. As receitas anuais aumentaram 39%, passaram de €165 364 mil para €229 218 mil. A taxa de penetração aumentou 2 pontos percentuais, de 5% para 7% (Pedragosa et al., 2023b).

A atividade física é designada como um comportamento de saúde em que a sua prática regular está ligada a prevenção de doenças, benefícios físicos e psicológicos. A prática regular da atividade física foi implantada em Portugal a partir dos anos 80 (Santos & Correia, 2011). Os CF estão ligados à procura da harmonia de bem-estar físico e psicológico pelas pessoas que anseiam um corpo mais saudável e belo (Gonçalves & Diniz, 2015). Desta forma os CF vão ao encontro destas tendências de aumento da procura de bem-estar, que se constata nos últimos anos, e desenvolvem uma diversidade de serviços a favor da satisfação dos membros (Pedragosa et al., 2023b). No entanto, para satisfazer os anseios dos membros, os CF devem proporcionar uma variedade de serviços unindo definitivamente na intenção da oferta e da procura e levanto sempre em consideração as condutas próprias de cada indivíduo. Os CF para além da oferta de diferentes modelos de negócio (p.e., estúdios de treino personalizado e boutiques de fitness) aliam uma panóplia de serviços físicos, híbridos e tecnológicos [e.g., aulas virtuais, *wearable fitness technology* (WFT) e *ondemand*] de forma a corresponder às necessidades dos membros (Pedragosa, 2021a). Assim, o aumento da procura de um estilo de vida saudável, fez com que os CF repensem sobre os seus serviços, de forma a torná-los mais eficazes e atrativos, para futuros clientes e atuais membros.

A indústria tem procurado nutrir um compromisso com os membros e desta forma a satisfação dos mesmos é crucial para a sua fidelização e para a sustentabilidade financeira dos CF (Avourdiadou, & Theodorakis, 2014). Os CF utilizam comunicação externa (i.e., estratégias de comunicação de marketing) e várias técnicas para atrair (i.e., *pull*, *outbound* e *inbound*) os clientes ao CF (Kim, 2021). Neste sentido, torna-se necessário a adaptação de técnicas que concedam aos CF diferenciação no atendimento, de maneira a manter os membros já existentes garantindo-lhes satisfação para com os serviços e ainda conquistar futuros clientes, que entram diariamente nos CF. O plano de venda não se limita apenas a uma negociação de curto prazo e na satisfação do cliente por meio de um pedido. É preciso que as etapas do plano de venda sejam executadas com precisão, pois o sucesso desse plano dependerá unicamente de cada fase (Pedragosa, 2006). O plano de venda é amplo e, por isso, depende da orientação do marketing, a área funcional do marketing trabalhar em conjunto com a área funcional das vendas (i.e., comerciais) (Cornrad, 2008). Nos diferentes modelos de negócios e de acordo com a estrutura organizacional os CF podem ter uma área funcional própria ou devido à importância deste plano subcontratam empresas especialistas em vendas para a gestão desta área funcional, crucial para os CF (Pedragosa, 2021b). De referir que a taxa de retenção média em geral nos CF é baixa e ronda os 25% para o ano de 2022 (Pedragosa et al., 2023b).

A gestão dos CF deve focar-se na venda, de modo a criar situações favoráveis e dinâmicas, percebendo que a venda é uma ferramenta importante que pode contribuir ou não na satisfação dos membros devido às expectativas geradas antes da utilização do serviço (Robinson, 2006; Pedragosa et al., 2023c). Dos vários estudos que se preocupam em estudar as variáveis que impactam positivamente na satisfação dos membros, em CF, verifica-se uma lacuna de estudos que se preocupam em analisar como a área funcional das vendas influencia a satisfação dos membros (Pedragosa et al., 2015). Nesse contexto, o objetivo geral da presente investigação é compreender

como o plano de venda contribui para a satisfação dos membros. No seguimento, foram delineados os seguintes objetivos específicos: compreender se os membros têm percepção das diferentes fases do plano de venda; se a percepção do plano de venda influencia a satisfação dos membros com o plano de venda; e, verificar se a satisfação dos membros com o plano de venda influencia a satisfação geral com os serviços oferecidos pelo CF.

2. Quadro teórico

2.1. Marketing do fitness e o Marketing-Mix

O marketing é uma atividade humana dirigida para a satisfação das necessidades das pessoas através de um plano de troca (Correia et al., 2006). Por sua vez, Lendrevie et al. (2015) na mesma linha de pensamento acrescenta que, o marketing é o conjunto de métodos e meios de que uma organização dispõe para comunicar com o seu público-alvo. A gestão do marketing é compreendida como o plano de análise, planeamento, implementação e controlo de programas que visam criar e manter relações de troca com o público-alvo (Fetchko et al., 2013). Na gestão dos CF a relação mútua entre a organização e os stakeholders (i.e, clientes, fornecedores, concorrência, entre outros) é fundamental (Pedragosa et al., 2023a). Por um lado, é importante a adaptação da organização ao mercado, sendo determinante a realização de um estudo prévio com o objetivo de compreender quais as verdadeiras necessidades das pessoas e, por outro lado, levar as pessoas a experimentar o fitness e a transformar as suas necessidades em prazer, bem-estar e harmonia, havendo um plano de livre troca mútuo com o CF (Gonçalves & Diniz, 2015).

O composto de marketing conhecido também como marketing-mix foi definido por Kotler (1998) como o conjunto de ferramentas usadas pela organização para atingir seus objetivos de marketing no mercado-alvo. Para McCarthy et al. (1979) o mercado corresponde a um determinado grupo de pessoas no qual a empresa não pode ficar indiferente à percepção das pessoas. O composto mercadológico foi formulado por McCarthy et al. (1979) no livro “Basic Marketing” e o mesmo está dividido em quatro elementos (marketing-mix):

1. *Product* (produto/serviço): o produto/serviço é algo que é oferecido num mercado para analisar, adquirir ou consumir de forma a satisfazer uma necessidade ou desejo das pessoas (i.e., aulas de grupo, treino personalizado, entre outros).
2. *Price* (Preço): o preço contribui para a atribuição de um valor ao produto/serviço é a troca de esforço por parte da organização por meio de aplicação de recursos, capital e mão-de-obra dos produtos/serviços comercializados. O preço é o único elemento do marketing-mix que gera receitas e também o mais flexível por ter a facilidade de ser alterado com rapidez.
3. *Place* (local/distribuição): O local onde o produto/serviço é consumido pelo cliente (i.e., no centro de fitness, aulas virtuais, ondemand, entre outros).
4. *Promotion* (comunicação): a comunicação é um conjunto de ações (i.e, publicidade, promoção, venda, entre outros) que está ligado a determinado produto/serviço de forma a emitir um sinal no mercado ao público-alvo ao qual as pessoas não podem ficar indiferentes.

2.2. Comunicação, força das vendas e a venda pessoal

A comunicação é um elemento fundamental na missão geral do marketing e representa um fator decisivo para o sucesso de qualquer organização. É através da comunicação que as organizações emitem mensagens ao seu público-alvo adotando estratégias persuasivas com objetivo de induzir a uma atitude de compra ou de referência (Fetchko et al., 2013). A composição dos elementos de



comunicação é definida com as seguintes ferramentas: publicidade; promoção; força das vendas; venda pessoal; relações-públicas; marketing direto.

A força de vendas representa uma das opções de comunicação e está intimamente ligada à venda pessoal. Num mercado competitivo em que as organizações oferecem produtos/serviços similares, a força das vendas compõe a linha de frente com a uma equipa de vendedores na conquista de novos clientes, e a venda pessoal atua no momento face-to-face com o cliente onde o resultado depende muito da atuação do vendedor (Conrad, 2008). A força das vendas é formada por conjunto de pessoas que têm um objetivo principal vender produtos/serviços por meio do contato direto com potenciais clientes. Desta forma, a distinção dos negócios e o seu sucesso depende da atitude e da aptidão da força das vendas e sua gestão. Tendo em conta que o marketing é estratégico, ou seja, define a estratégia dos componentes de negócio: produto/serviço; preço; distribuição; e comunicação; - a força de vendas é tático no sentido de traduzir e realizar no terreno a estratégia traçada pelo marketing (Catalão & Penim, 2008).

Os objetivos da força de vendas podem ser quantitativos e qualitativos. Os objetivos quantitativos são mensuráveis, sendo os mais recorrentes na avaliação e na remuneração dos vendedores. No entanto, o indicador mais comum e frequentemente utilizado é o volume de vendas. Os objetivos qualitativos envolvem fatores subjetivos como o nível de satisfação do cliente, a simpatia do vendedor e a competência do vendedor. O gestor da força de vendas deve certificar-se de que os objetivos que foram definidos estão a ter resultados pretendidos e que os mesmos estejam a ser definidos de modo antecipado e claro para todos (Lytle, 2003).

Na gestão da força das vendas existem vários aspetos que influenciam a eficiência e eficácia da venda pessoal, nomeadamente: recrutamento e seleção; remuneração; formação; supervisão; motivação e avaliação; controlo das vendas (Soares & Cardoso, 2023).

A venda pessoal pode ser executada por uma força de venda que pode, em alguns casos, limitar-se a uma só pessoa, mas que pode também ser constituída por vários vendedores. A eficácia da força de vendas exerce um papel fundamental no sucesso ou insucesso comercial de uma organização, a melhor estratégia de marketing, arrisca-se a falhar se não for apoiada, por vendedores competentes, motivados e experientes (Soares & Cardoso, 2023).

A longo dos anos o plano de venda foi identificado como um plano aleatório e não estruturado, recentemente entende-se como um plano que é ensinado, aprendido e praticado (Mosca et al., 2010). O plano de venda transformou-se num plano de relacionamento com os clientes onde a base desse relacionamento contínuo é a confiança estabelecida por parte do cliente ao vendedor. Segundo Kotler e Keller (2006) a função do vendedor atual compreende diagnosticar o problema do cliente propondo uma solução que satisfaça as suas necessidades, ao mesmo tempo que os vendedores precisam de ter objetivos específicos e metas a atingir.

O plano de venda é composto por um conjunto de fases em que a compreensão e excelente execução permitirão gerar riqueza para ambas as partes: vendedor e cliente. Nesse contexto Pedragosa (2006) identificou 7 fases do plano de venda:

1. Atração

Consiste em atrair a atenção do cliente, conquistar o seu universo, baseia-se no primeiro contacto entre o vendedor e o cliente. Esta fase abrange seis categorias que são indispensáveis para uma boa venda: saudações; agradecimento; apresentação (nome próprio, função, empresa que representa); definição do objetivo da entrevista; fixação da respetiva duração; explicação da vocação do CF que representa. No entanto, é importante que vendedores tenham em atenção que o objetivo principal ao entrar em contacto com o cliente é eliminar todo e qualquer receio oferecendo condições para sua descontração.

2. Identificação

Esse é o momento em que o vendedor conhece melhor o cliente através de informações que terá do próprio cliente, pontos em comum que não estão relacionados com a venda (e.g., onde mora, como chegou até ao CF, etc.). O vendedor deve conhecer o plano de motivação de cada cliente e o seu comportamento face à compra para apresentar a solução mais adaptada a cada cliente. A identificação realiza-se de forma igual nos dois sentidos, de vendedor para cliente e vice-versa. O cliente deve poder compreender quem é o vendedor, dando uma abertura vantajosa para aceitação da oferta comercial.

3. Demonstração

Compreende em apresentar de forma atraente o CF, com os seus produtos e serviços, com objetivo de despertar o interesse no cliente, ou seja, baseia-se na valorização do CF, em função das expectativas do cliente. Nesta altura que o vendedor deve dar vida e valor à oferta apresentada ao cliente (i.e., visita ao CF).

4. Oferta

Após o vendedor fazer uma boa identificação das necessidades do cliente, está preparado para apresentar a melhor oferta, essa fase é a criação do vendedor, realizada a partir da situação de cada cliente anotada durante a identificação. É importante notar que quanto mais a oferta se centrar nas necessidades do cliente mais favoráveis serão os resultados do ato de venda. Na maioria das vendas, a oferta escrita da solução comercial permite uma taxa de sucesso relativamente superior quando comparada com a oralidade, permitindo ao cliente um encontro com os contornos do seu sonho.

5. Economia

Quando o vendedor se depara com a tarefa de apresentar o valor monetário necessário para o cliente usufruir do CF, os papéis de poder tendem a alterar-se, o cliente adquire o poder de decisão. A apresentação do preço tem de tomar em linha de conta com o valor económico e psicológico do cliente, sendo necessário a adaptação de vários métodos e instrumentos para apresentação do preço (e.g., comparação com uma despesa diária, amortização, etc.).

6. Resolução

Toda a entrevista de venda tem apenas um objetivo, levar o comprador a aceitar a oferta que lhe foi apresentada. O fecho da venda compreende a efetivação da venda utilizando os métodos de fecho direto, encerramento da negociação por meio de solicitação direta ao cliente, a formação de barreiras induzindo o cliente a responder sim a todas as perguntas de forma a fechar a venda e as ofertas especiais que motivam a compra. Certas vendas requerem vários encontros, porque a solução pode ser complexa, enquanto outras se processam de uma forma mais rápida e acessível (e.g., venda para vários elementos de uma família ou venda a uma pessoa). Porém para a conclusão com maior probabilidade de sucesso deve-se estar atento em alguns sinais, tais como, o cliente revelar muito interesse em pormenores, pedir a opinião de terceiros e mostrar crescente bom humor (i.e., euforia característica que antecede à compra).

7. Acompanhamento

Esta etapa do plano de venda muitas das vezes é esquecida, mas trata-se da construção de uma relação de confiança ao longo prazo, é importante por duas razões, por um lado conservar um cliente custa menos do que conquistar um novo, por outro, um cliente feliz e confiante é um cliente fiel e afeiçoado, garantia de mais vendas no futuro (Soares & Cardoso, 2023). É crucial manter contacto com os membros após a venda, isto porque podem ocorrer novas negociações, referências positivas, satisfação contínua e a fidelização (García-Fernandez et al., 2016; Pedragosa & Correia, 2009)



2.3. Satisfação dos membros

A satisfação do consumidor tem sido um conceito crucial de investigação no âmbito dos comportamentos de consumo em marketing do desporto (Pedragosa et al., 2023a). A satisfação é gerada por uma sensação de prazer ou desilusão face ao resultado do desempenho percebido do produto ou serviço, face as expectativas do cliente que foram criadas em experiências anteriores ou através da comunicação (e.g., referências positivas) Kotler (2000). A satisfação dos consumidores tem sido um fator de real importância na investigação no que concerne ao comportamento de consumo, tem sido reconhecido como elemento-chave para os gestores que gerem CF. Tal realidade é baseada em estudos que demonstram resultados positivos na rentabilidade do CF quando os membros estão satisfeitos (Pedragosa & Correia, 2009). Dessa forma alcançar a satisfação dos membros tem sido uma preocupação primordial das organizações desportivas que prestam serviços relacionados com o fitness. Basicamente a definição de satisfação é compreendida como a não confirmação do modelo das expectativas definido por Oliver (1980), que vê a satisfação como um resultado da expectativa de pré-compra que cria um standard de referência quando comparado com a performance do serviço percebido. Quando a performance do serviço percebido é elevada, comparada com o serviço standard, o resultado gera a satisfação, caso contrário se a performance for baixa resulta em insatisfação.

Existem duas abordagens distintas e interligadas para avaliar a satisfação, a perspectiva de longo prazo (satisfação geral) e de curto prazo (satisfação por atributo do serviço), em ambos existem várias variáveis antecedentes da satisfação (e.g., emoções, expectativas, qualidade, valor percebido, etc.) (García-Fernandez et al., 2016; Pedragosa et al., 2015). Dessa forma, avaliação da satisfação pode ser realizada com uma medida específica de transação ou como uma medida geral (Pedragosa & Correia, 2009; Pedragosa, 2021b). No caso específico da transação, a satisfação está relacionada com o único e específico encontro com o serviço, enquanto a satisfação geral refere-se à avaliação cumulativa de todos os encontros entre os membros e o CF, num determinado período de tempo (Pedragosa & Correia, 2009). Por um lado, os gestores podem diariamente avaliar a satisfação que um membro teve com o serviço real, após a sua experiência com uma transação específica (e.g., sala de exercício, aula de grupo, piscina, etc. -, atributo específico do serviço). No entanto, vários autores sugerem que a satisfação geral baseada nas experiências cumulativas com o CF têm uma relação mais forte com a fidelização (e.g., futuros comportamentos de compra, boa vontade para recomendar) que uma simples experiência de consumo (Avourdiadou & Theodorakis, 2014; Ferrand et al., 2010). Assim, a satisfação do consumidor é uma questão fundamental para as organizações desportivas na ótica que membros satisfeitos tendem a repetir o consumo, experiência que têm impacto positivo e subsequente no lucro económico de um CF (Biscaia et al. 2023; García-Fernandez et al., 2018).

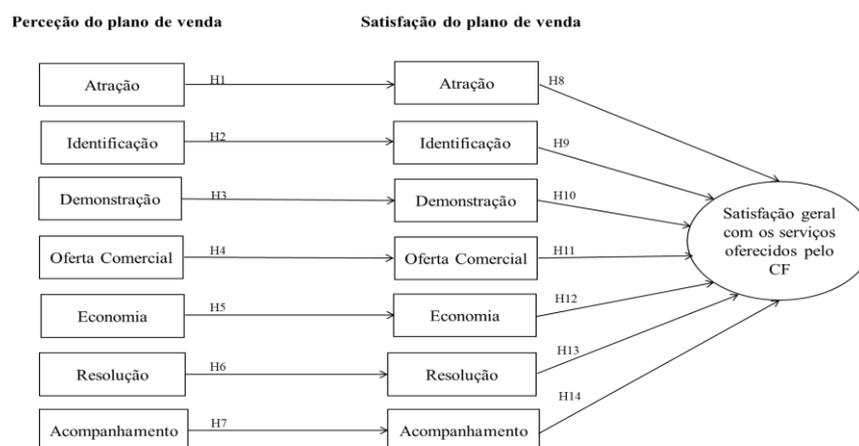
2.4. Hipóteses e modelo concetual

Com base na revisão da literatura uma gestão de venda eficaz depende de uma apresentação flexível e adaptada ao feedback obtido dos potenciais clientes (Pedragosa, 2006). Pedragosa (2006) identificou 7 fases do plano de venda e que as satisfações dos membros dependem de várias variáveis antecedentes (Pedragosa et al., 2015). Assim, neste contexto, procuramos testar: como a perceção dos membros das fases do plano de venda influenciam a satisfação dos membros com essas mesmas fases do plano de venda; e, como a satisfação dos membros com as fases do plano de venda influenciam a satisfação geral com os serviços oferecidos pelo CF, sugerindo as seguintes 14 hipóteses:

H1- A perceção que o cliente tem com a fase da atração do plano de venda influencia positivamente na satisfação do cliente com a fase da atração;

- H2- A percepção que o cliente tem com a fase da identificação do plano de venda influencia positivamente na satisfação do cliente com a fase da identificação;
- H3- A percepção que o cliente tem com a fase da demonstração do plano de venda influencia positivamente na satisfação do cliente com a fase da demonstração;
- H4- A percepção que o cliente tem com a fase da oferta comercial do plano de venda influencia positivamente na satisfação do cliente com a fase da oferta comercial;
- H5- A percepção que o cliente tem com a fase da economia do plano de venda influencia positivamente na satisfação do cliente com a fase da economia;
- H6- A percepção que o cliente tem com a fase da resolução do plano de venda influencia positivamente na satisfação do cliente com a fase da resolução do plano de venda;
- H7- A percepção que o cliente tem com a fase do acompanhamento do plano de venda influencia positivamente na satisfação do cliente com a fase do acompanhamento;
- H8- A satisfação que o cliente tem com a fase da atração do plano de venda influencia positivamente na satisfação geral do cliente com os serviços do CF;
- H9- A satisfação que o cliente tem com a fase da identificação do plano de venda influencia positivamente na satisfação geral do cliente com os serviços do CF;
- H10- A satisfação que o cliente tem com a fase da demonstração do plano de venda influencia positivamente na satisfação geral do cliente com os serviços do CF;
- H11- A satisfação que o cliente tem com a fase da oferta comercial do plano de venda influencia positivamente na satisfação geral do cliente com os serviços do CF;
- H12- A satisfação que o cliente tem com a fase da economia do plano de venda influencia positivamente na satisfação geral do cliente com os serviços do CF;
- H13- A satisfação que o cliente tem com a fase da resolução do plano de venda influencia positivamente na satisfação geral do cliente com os serviços do CF;
- H14- A satisfação que o cliente tem com a fase do acompanhamento do plano de venda influencia positivamente na satisfação geral do cliente com os serviços do CF.

Figura 1: Modelo conceitual



Fonte: Elaboração própria



3. Metodologia

3.1. Amostra

A amostra foi constituída por 115 membros de uma rede de CF localizada na área metropolitana de Lisboa. Verifica-se uma amostra bem representativa de ambos os géneros, sendo o número de mulheres (51.3%) ligeiramente superior ao número de homens (48.7%). As idades dos inquiridos variam dos 16 aos maiores de 66 anos. A maioria dos inquiridos (39.1%) está na faixa etária dos 26 – 35 anos, seguido de uma menor percentagem (23.5 %) na faixa etária dos 16 – 25 anos. Em relação as habilitações literárias, verificou-se uma amostra significativa com formação superior (54.8%), como é possível visualizar na seguinte tabela 1.

Tabela 1: Informação sócio demográfica da amostra

Sexo	n	%
Masculino	56	48.7
Feminino	59	51.3
Idade	n	%
16 – 25 anos	27	23.5
26 – 35 anos	45	39.1
36 – 45 anos	19	16.5
46 – 55 anos	12	10.4
56 – 65 anos	7	6.1
> 66 anos	5	4.3
Habilitações literárias	n	%
Básico	10	8.7
Secundário	34	29.6
Licenciatura	63	54.8
Mestrado	7	6.1
Doutoramento	1	0.9

3.2. Instrumento

O questionário foi constituído por duas partes para dar resposta à pergunta de partida e avaliar as hipóteses sugeridas (Quivy & Campenhoudt, 1998). Foi utilizada uma escala de *likert* de cinco pontos considerada uma escala suficiente para o estudo (Jenkins & Taber, 1977). Assim, a 1º parte foi constituída pelas características pessoais: género; idade; habilitações literárias. A 2º parte foi constituída por questões relativas à perceção dos membros das fases do plano de venda (7 itens) e a sua satisfação com a fases do plano de venda (7 itens) (Pedragosa, 2006): atração; identificação; demonstração; oferta comercial; economia; resolução; acompanhamento - medido através de uma escala de *likert* de 5 pontos (1-muito mau a 5-excelente e 1-nada satisfeito a 5-extremamente satisfeito, respetivamente).O grau de satisfação geral com os serviços oferecidos pelo CF foi avaliado através de 4 itens (Pedragosa et al., 2015): estou plenamente satisfeito com os serviços do CF; os serviços do CF preenchem sempre as minhas expetativas; as minhas experiências com o CF são excelentes; até à data nunca fiquei desapontado com os serviços do CF - medido através de uma escala de *likert* de 5 pontos (1-nada satisfeito a 5-extremamente satisfeito). A escala da satisfação geral foi escolhida em vez de a satisfação com base numa transação específica por ser preferível na explicação do fenómeno (Avourdiadou & Theodorakis, 2014; Ferrand et al., 2010).

3.3. Procedimento

Para recolha dos dados recorreu-se a um questionário (*google forms*) que foi aplicado aos membros de uma rede CF (Go Fit) com duas instalações em Portugal, contudo a recolha dos dados foi feita em apenas uma das instalações (por imposição do CF). Numa 1.ª fase, entrou-se em contacto com o responsável da área de vendas do CF e foi agendada uma reunião para apresentação do projeto. O questionário foi aceite e validado pelo responsável por corresponder aos tramites de venda que é feito no CF. Os dados foram recolhidos no local, de modo presencial com um tablet e após os membros terem terminado o seu treino, em outubro de 2022.

3.4. Tratamento dos dados

O tratamento dos dados foi conduzido de acordo com os objetivos definidos e com técnicas de estatística de investigação utilizadas para o tratamento das perguntas fechadas através do software IBM SPSS statistics (v28.0, spss). Segundo Hinkin's (1995) para que uma amostra seja fidedigna recomenda-se uma relação de itemxresposta de 1x4 a 1x10, o que permite que a nossa amostra que varia de 72 (18x4) a 180 (18x10) respostas seja fidedigna para análise, 115 respostas. Inicialmente no estudo em causa, a consistência interna do questionário foi avaliada pelo *alfa de cronbach* considerando-se um valor superior a 0.70 como boa consistência interna (Marôco, 2014; Hill & Hill, 2005). Em seguida procedeu-se a regressão linear simples para validar as hipóteses e, como tal, verificou-se a correlação de *Pearson*, o teste de *Durbin-Watson* e para as significâncias considerou-se que são significativos valores abaixo de 0.05 ($p < 0.05$) (Marôco, 2014).

4. Resultados

Verificou-se a fiabilidade fatorial da dimensão da satisfação geral com 4 itens e, de acordo com a tabela 2, podemos verificar que a escala apresenta uma boa consistência interna dos seus itens ($\alpha=0.83$), o que permite confirmar a sua fiabilidade.

Tabela 2: *Alfa de cronbach* do estudo e sua escala e subescalas

Satisfação com os serviços oferecidos pelo CF	Media (M)	Desvio padrão (Dp)	Alfa de Cronbach (α)
Estou plenamente satisfeito com os serviços do CF	3.62	0.71	0.82
Os serviços do CF preenchem sempre as minhas expetativas	3.63	0.74	0.79
As minhas experiências com o CF são excelentes	3.14	0.37	0.85
Até à data nunca fiquei desapontado com os serviços do CF	3.13	0.41	0.87

Pode-se então confrontar os resultados com as hipóteses explicativas propostas para o estudo. Em relação à hipótese 1 *a percepção que o cliente tem com a fase da atração do plano de venda influencia positivamente na satisfação do cliente com a fase da atração* (H1). Verificou-se que existe uma correlação moderada positiva entre os dois itens no valor de (0.499), o *Durbin-Watson*



se encontra num valor considerável ($d=1.660$) o que permite ver a autocorrelação dos resíduos. A tabela 3 mostra que a percepção com a atração do plano de venda contribui significativamente ($b=0.50$; $p<.001$) na satisfação com o mesmo, indicando um ajuste aceitável ($F(1.113) = 37.55$; $p<.001$), sendo responsável por 25% ($R^2= 0.25$) da variância explicada da satisfação do plano, o que suporta a H1.

Tabela 3: Regressão linear simples - percepção da fase do plano de venda atração influencia a satisfação da fase do plano de venda atração

Preditores	B	b	t	p	r ²	F	p
(Constante)	0.34	-	0.70	0.484	0.25	37.55	<.001
Percepção do plano - Atração	0.74	0.50	6.13	.000			

Relativamente à hipótese 2 a percepção que o cliente tem com a fase da identificação do plano de venda influencia positivamente na satisfação do cliente com a fase da identificação; (H2). Verificou-se que existe uma correlação moderada positiva entre os dois itens no valor de (0.571), o *Durbin-Watson* se encontra um valor considerável ($d=1.713$) o que permite ver a autocorrelação dos resíduos. A tabela 4 mostra que a percepção com a identificação do plano de venda contribui significativamente ($b=0.57$; $p<.001$) na satisfação com o mesmo, indicando um ajuste aceitável ($F(1.113) = 54.60$; $p<.001$) a percepção da identificação é responsável por 32% ($R^2= 0.32$) da variância explicada da satisfação do plano, o que suporta a H2.

Tabela 4: Regressão linear simples: percepção da fase do plano de venda identificação influencia a satisfação da fase do plano de venda identificação

Preditores	B	b	t	p	r ²	F	p
(Constante)	0.06	-	0.13	0.899	0.33	54.60	<.001
Percepção do plano - Identificação	0.79	0.57	7.39	<.001			

Quanto à hipótese 3 a percepção que o cliente tem com a fase da demonstração do plano de venda influencia positivamente na satisfação do cliente com a fase da demonstração (H3). Verificou-se que existe uma correlação moderada positiva entre os dois itens no valor de (0.578), o *Durbin-Watson* se encontra num valor considerável ($d=2.036$) o que permite ver a autocorrelação dos resíduos. A tabela 5 mostra que a percepção com a demonstração do plano de venda contribui significativamente ($b= 0.58$; $p<.001$) na satisfação com o mesmo, indicando um ajuste aceitável ($F(1.113) = 57.32$; $p<.001$) a mesma é responsável por 34% ($R^2=0.34$) da variância explicada da satisfação do plano, o que suporta a H3.

Tabela 5: Regressão linear simples: percepção da fase plano de venda demonstração influencia a satisfação da fase do plano de venda demonstração

Preditores	B	b	t	p	r ²	F	p
(Constante)	-1.04	-	-1.81	0.074	0.34	57.32	<.001
Percepção do plano - Demonstração	1.08	0.58	7.58	<.001			

Em relação à hipótese 4 *a percepção que o cliente tem com a fase da oferta comercial do plano de venda influencia positivamente na satisfação do cliente com a fase da oferta comercial (H4)*. Verificou-se que existe uma correlação moderada positiva entre os dois itens no valor de (0.580), o *Durbin-Watson* se encontra num valor considerável ($d= 1.464$) o que permite ver a autocorrelação dos resíduos. A tabela 6 mostra que a percepção com a oferta comercial do plano de venda contribui significativamente ($b= 0.58$; $p<.001$) na satisfação com o mesmo, indicando um ajuste aceitável ($F(1.113) =56.67$; $p<.001$) a mesma é responsável por 33% ($R^2= 0.33$) da variância explicada da satisfação do plano, o que suporta a H4.

Tabela 6: Regressão linear simples: percepção da fase do plano de venda oferta comercial influencia a satisfação da fase do plano de venda oferta comercial

Preditores	B	b	t	p	r ²	F	p
(Constante)	-0.24	-	-0.49	0.622	0.33	56.67	<.001
Percepção do plano - Oferta comercial	0.91	0.58	7.53	<.001			

Relativamente à hipótese 5 *a percepção que o cliente tem com a fase da economia do plano de venda influencia positivamente na satisfação do cliente com a fase da economia (H5)*. Verificou-se que existe uma correlação moderada positiva entre os dois itens no valor de (0.655), o *Durbin-Watson* se encontra num valor considerável ($d= 1.395$) o que permite ver a autocorrelação dos resíduos. A tabela 7 mostra que a percepção com a economia do plano de venda contribui significativamente ($b= 0.65$; $p<.001$) na satisfação com o mesmo, indicando um ajuste aceitável ($F(1.113) =83.74$; $p<.001$) a mesma é responsável por 43% ($R^2= 0.43$) da variância explicada da satisfação do plano, o que suporta H5.

Tabela 7: Regressão linear simples: percepção da fase do plano de venda economia influencia a satisfação da fase do plano de venda economia

Preditores	B	b	t	p	r ²	F	p
(Constante)	-0.20	-	-0.51	0.608	0.43	83.74	<.001
Percepção do plano - Economia	0.88	0.65	9.15	<.001			

Quanto à hipótese 6 *a percepção que o cliente tem com a fase da resolução do plano de venda influencia positivamente na satisfação do cliente com a fase da resolução do plano de venda (H6)*. Verificou-se que existe uma correlação moderada positiva entre os dois itens no valor de (0.789), o *Durbin-Watson* se encontra num valor considerável ($d=1.713$) o que permite ver a autocorrelação dos resíduos. A tabela 8 mostra que a percepção com a resolução contribui significativamente ($b=0.79$; $p<.001$) na satisfação com o mesmo, indicando um ajuste aceitável ($F(1.113) = 186.07$; $p<.001$), a mesma é responsável por 62 % ($R^2=0.62$) da variância explicada da satisfação do plano, o que suporta a H6.



Tabela 8: Regressão linear simples: percepção da fase do plano de venda resolução influencia a satisfação da fase do plano de venda resolução

Preditores	B	b	t	p	r ²	F	p
(Constante)	-1.97	-	-5.09	<.001	0.62	186.07	<.001
Percepção do plano - Resolução	1.29	0.79	13.64	<.001			

Em relação à hipótese 7 a percepção que o cliente tem com a fase do acompanhamento do plano de venda influencia positivamente na satisfação do cliente com a fase do acompanhamento (H7). Verificou-se que existe uma correlação moderada positiva entre os dois itens no valor de (0.751), o *Durbin-Watson* se encontra num valor considerável ($d=1.495$) o que permite ver a autocorrelação dos resíduos. A tabela 9 mostra que a percepção com o acompanhamento do plano de venda contribui significativamente ($b= 0.75$; $p<.001$) na satisfação com o mesmo, indicando um ajuste aceitável ($F(1.113) = 146.35$; $p<.001$) o mesmo é responsável por 56% ($R^2= 0.56$) da variância explicada da satisfação do plano, o que suporta a H7.

Tabela 9: Regressão linear simples: percepção da fase plano de venda acompanhamento influencia a satisfação da fase do plano de venda acompanhamento

Preditores	B	b	t	p	r ²	F	p
(Constante)	-0.32	-	-1.05	0.294	0.56	146.35	<.001
Percepção do plano - Acompanhamento	0.90	0.75	12.10	<.001			

Relativamente à hipótese 8 a satisfação que o cliente tem com a fase atração do plano de venda influencia positivamente na satisfação geral do cliente com os serviços do CF (H8). Verificou-se que existe uma correlação moderada positiva entre os dois itens no valor de (0.485), o *Durbin-Watson* se encontra num valor considerável ($d= 1.453$) o que permite ver a autocorrelação dos resíduos. A tabela 10 mostra que a satisfação com a atração do plano de venda contribui significativamente ($b= 0.48$; $p<.001$) na satisfação geral do cliente com os serviços do CF, indicando um ajuste aceitável ($F(1.113) = 34.83$; $p<.001$) a mesma é responsável por 23% ($R^2=0,23$) da variância explicada da satisfação geral, o que suporta a H8.

Tabela 10: Regressão linear simples: satisfação da fase do plano de venda atração influencia a satisfação geral do cliente com os serviços do CF

Preditores	B	b	t	p	r ²	F	p
(Constante)	1.54	-	4.98	<.001			
Satisfação geral com os serviços oferecidos pelo CF	0.47	0.48	5.90	<.001	0.23	34.83	<.001

Em relação à hipótese 9 a satisfação que o cliente tem com a fase identificação do plano de venda influencia positivamente na satisfação geral do cliente com os serviços do CF (H9). Verificou-se que existe uma correlação moderada positiva entre os dois itens no valor de (0,406), o *Durbin-Watson* se encontra num valor considerável ($d=1.374$) o que permite ver a autocorrelação dos resíduos. A tabela 11 mostra que a satisfação com a identificação do plano de venda contribui significativamente ($b=0.40$; $p<.001$) na satisfação geral com os serviços do CF, indicando um ajuste

aceitável ($F(1.113) = 22.36$; $p < .001$) a mesma é responsável por 16 % ($R^2 = 0.16$) da variância explicada da satisfação geral, o que suporta a H9.

Tabela 11: Regressão linear simples: satisfação da fase do plano de venda identificação influencia a satisfação geral do cliente com os serviços do CF

Preditores	B	b	t	P	R ²	F	p
(Constante)	1.85	-	5.94	<.001			
Satisfação geral com os serviços oferecidos pelo CF	0.38	0.40	4.72	<.001	0.16	22.36	<.001

Em relação à hipótese 10 a satisfação que o cliente tem com a fase demonstração do plano de venda influencia positivamente na satisfação geral do cliente com os serviços do CF (H10). Verificou-se que existe uma correlação moderada positiva entre os dois itens no valor de (0.471), o *Durbin-Watson* se encontra num valor considerável ($d=1.601$) o que permite ver a autocorrelação dos resíduos. A tabela 12 mostra que a satisfação com a demonstração do plano de venda contribui significativamente ($b = 0.47$; $p < .001$) na satisfação geral com os serviços do CF, indicando um ajuste aceitável ($F(1.113) = 32.12$; $p < .001$) a mesma é responsável por 22% ($R^2 = 0.22$) da variância explicada da satisfação geral, o que suporta a H10.

Tabela 12: Regressão linear simples: satisfação da fase do plano de venda demonstração influencia a satisfação geral do cliente com os serviços do CF

Preditores	B	b	t	p	r ²	F	p
(Constante)	1.30	-	3.62	<.001			
Satisfação geral com os serviços oferecidos pelo CF	0.52	0.47	5.66	<.001	0.22	32.12	<.001

Quanto à hipótese 11 a satisfação que o cliente tem com a fase oferta comercial do plano de venda influencia positivamente na satisfação geral do cliente com os serviços do CF (H11). Verificou-se que existe uma correlação moderada positiva entre os dois itens no valor de (0.387), o *Durbin-Watson* se encontra num valor considerável ($d=1.553$) o que permite ver a autocorrelação dos resíduos. A tabela 13 mostra que a satisfação com a oferta comercial do plano de venda contribui significativamente ($b = 0.38$; $p < .001$) na satisfação geral com os serviços do CF, indicando um ajuste aceitável ($F(1.113) = 19.85$; $p < .001$) a mesma é responsável por 14% ($R^2 = 0.14$) da variância explicada da satisfação geral, o que suporta a H11.

Tabela 13: Regressão linear simples: satisfação da fase do plano de venda oferta comercial influencia a satisfação geral do cliente com os serviços do CF

Preditores	B	b	t	p	r ²	F	p
(Constante)	1.81	-	4.92	<.001			
Satisfação geral com os serviços oferecidos pelo CF	0.42	0.38	4.45	<.001	0.14	19.85	<.001

Em relação à hipótese 12 a satisfação que o cliente tem com a fase economia do plano de venda influencia positivamente na satisfação geral do cliente com os serviços do CF (H12). Verificou-se que existe uma correlação moderada positiva entre os dois itens no valor de (0.302) o *Durbin-*



Watson se encontra num valor considerável ($d=1.571$) o que permite ver a autocorrelação dos resíduos. A tabela 14 mostra que a satisfação com a economia do plano de venda contribui significativamente ($b= 0.30$; $p<.001$) na satisfação geral com os serviços do CF, indicando um ajuste aceitável ($F(1.113) = 11.30$; $p<.001$) a mesma é responsável por 91% ($R^2= 0.91$) da variância explicada da satisfação geral, o que suporta a H12.

Tabela 14: Regressão linear simples: satisfação da fase do plano de venda economia influencia a satisfação geral do cliente com os serviços do CF

Preditores	B	b	t	p	r ²	F	p
(Constante)	2.15	-	5.98	<.001			
Satisfação geral com os serviços oferecidos pelo CF	0.31	0.30	3.36	<.001	0.91	11.30	<.001

Relativamente à hipótese 13 a *satisfação que o cliente tem com a fase resolução do plano de venda influencia positivamente na satisfação geral do cliente com os serviços do CF (H13)*. Verificou-se que existe uma correlação moderada positiva entre os dois itens no valor de (0.379) o *Durbin-Watson* se encontra num valor considerável ($d=1.732$) o que permite ver a autocorrelação dos resíduos. A tabela 15 mostra que a satisfação com a resolução do plano de venda contribui significativamente ($b= 0.37$; $p<.001$) na satisfação geral com os serviços do CF, indicando um ajuste aceitável ($F(1.113) = 18.96$; $p<.001$) a mesma é responsável por 14% ($R^2= 0.14$) da variância explicada da satisfação geral, o que suporta a H13.

Tabela 15: Regressão linear simples: satisfação da fase do plano de venda resolução influencia a satisfação geral do cliente com os serviços do CF

Preditores	B	b	t	p	r ²	F	p
(Constante)	1.71	-	4.66	<.001			
Satisfação geral com os serviços oferecidos pelo CF	0.41	0.37	4.35	<.001	0.14	18.96	<.001

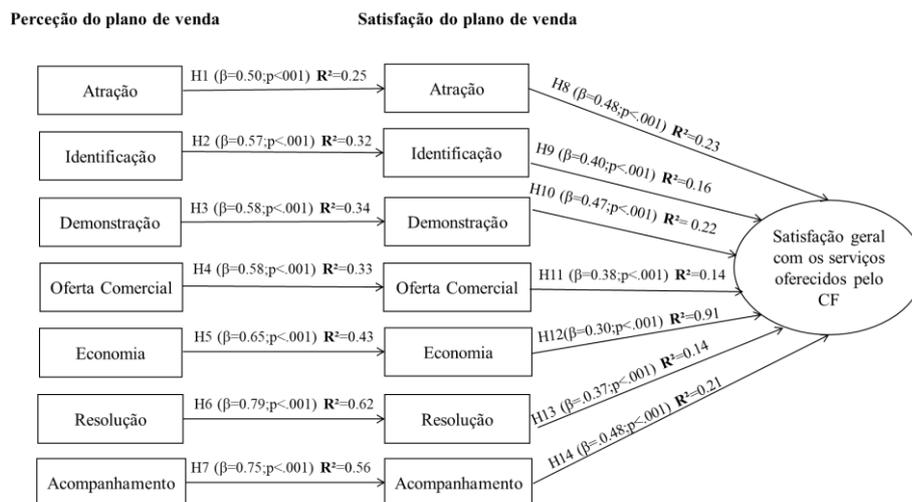
Quanto à hipótese 14 a *satisfação que o cliente tem com a fase do acompanhamento do plano de venda influencia positivamente na satisfação geral do cliente com os serviços do CF (H14)*. Verificou-se que existe uma correlação moderada positiva entre os dois itens no valor de (0.462), o *Durbin-Watson* se encontra num valor considerável ($d=1.643$) o que permite ver a autocorrelação dos resíduos. A tabela 16 mostra que a satisfação com o acompanhamento do plano de venda contribui significativamente ($b= 0.48$; $p<.001$) na satisfação geral com os serviços do CF, indicando um ajuste aceitável ($F(1.113) = 30.61$; $p<.001$) a mesma é responsável por 21% ($R^2= 0.21$) da variância explicada da satisfação geral, o que suporta a H14.

Tabela 16: Regressão linear simples: satisfação da fase do plano de venda acompanhamento influencia a satisfação geral do cliente com os serviços do CF

Preditores	B	b	t	p	r ²	F	p
(Constante)	1.02	-	2.49	<.001			
Satisfação geral com os serviços oferecidos pelo CF	0.58	0.48	5.53	<.001	0.21	30.61	<.001

Na figura 2 é possível visualizar o modelo de resultados das 14 hipóteses aceites.

Figura 2: Modelo dos resultados



Fonte: Elaboração própria

5. Discussão e conclusão

No presente estudo investigou-se como a percepção do plano de venda por parte dos membros influencia a satisfação dos membros com o plano de venda e a satisfação dos membros com os serviços oferecidos pelo CF, em que as 14 hipóteses foram confirmadas, com implicações para a gestão em CF. A percepção que o membro tem do plano de venda influencia positivamente a satisfação de cada umas das 7 fases do plano de venda: atração; identificação; demonstração; oferta comercial; economia; resolução; acompanhamento – suportando as H1; H2; H3; H4; H5; H6; H7.

O primeiro contacto do membro com o CF é fundamental para efetivamente se realizar a primeira venda no CF. Os clientes têm expectativas que foram criadas por diferentes meios de comunicação (e.g., referências positivas de membros e familiares, publicidade, necessidades pessoais, etc.) e o encontro dessas expectativas com a percepção do plano de venda influencia a sua satisfação em todos as 7 fase do plano de venda (Robinson, 2006; Pedragosa et al. 2023c). Este resultado é uma extensão à presente literatura por se preocupar com a percepção do membro em cada fase do plano de venda e explicar a satisfação do membro em cada uma dessas 7 fases. A fase de resolução (H6), o momento efetivo de compra é o que explica melhor a satisfação do membro com essa mesma fase, em 62% ($R^2=0.62$). Por sua vez, a fase de atração (H1), o primeiro contacto com o cliente é que explica menos a sua satisfação com esta fase do plano, 21% ($R^2=0.21$). Recomenda-se que os gestores, responsáveis pela área comercial, trabalhem os primeiros contactos com saudações mais inclusivas, indumentária adequada, tom de voz adequado, comunicação positiva etc. Todas as fases do plano de venda devem de ir ao encontro da expectativa do cliente, se não houver esta identificação antes da fase da demonstração a probabilidade de resolução é baixa (Pedragosa, 2006). A demonstração do CF deve ser de acordo com as suas expectativas, ou seja, se o cliente mencionou que gostava de fazer aulas de grupo a ênfase na demonstração deve ir ao encontro sempre da sua expectativa. A oferta comercial deve estar de acordo com a fase de identificação e a resolução será o resultado que o vendedor teve nas fases antecedentes. Por norma, o tempo de investimento deve ser superior nas fases de atração, identificação, demonstração e oferta comercial (90%) comparativamente ao fecho da venda (10%) (Soares & Cardoso, 2023), por parte do vendedor.



Por outro lado, as H8, H9; H10, H11, H12, H13 e 14 são igualmente suportadas, ou seja, verificamos que a satisfação que o membro tem com cada fase do plano de venda influencia a satisfação geral com os serviços oferecidos pelos CF. Segundo Pedragosa et al. (2015) há várias variáveis que ajudam a explicar a satisfação dos membros aos serviços oferecidos pelos CF. Os resultados demonstram uma extensão à literatura no sentido de se preocupar em compreender como o plano de venda através das 7 fases propostas podem explicar a satisfação geral dos membros aos serviços oferecidos pelo CF. A satisfação com o preço apresentado (H12) é a variável que explica melhor a satisfação geral dos membros com o serviço oferecido pelo CF, 91% ($R^2=0.91$). As adequações do preço aos serviços utilizados estão relacionadas com os serviços incorporados de acordo com o preço pago (e.g., 1.º avaliação, toalha, nutrição, Spa, etc.) (Ferrand et al., 2010). A oferta comercial (H11) e a resolução (H13) são os valores mais baixos para explicar a satisfação com os serviços oferecidos pelo CF, 14% respetivamente ($R^2=0.14$). Recomenda-se aos gestores a gestão das expectativas no ato da venda, ou seja, o pacote de oferta comercial tem de ir ao encontro durante a perceção do serviço para que consiga explicar mais a satisfação geral dos membros com os serviços e na fase de resolução existes detalhes relacionadas com todo o funcionamento do CF que não podem ser descuradas (e.g., horários, serviços, regras, redes sociais, etc.). De salientar, a fase do acompanhamento (H14) que explica 21% ($R^2=.21$) a satisfação dos membros com os serviços do CF. Por norma, verifica-se um distanciamento entre o vendedor e o membro após a venda (Conrad, 2008; Soares & Cardoso, 2023). Ou seja, após a primeira venda (i.e., inscrição no CF) o vendedor preocupa-se em vender mais e deixa de haver por parte deste vendedor um acompanhamento ao membro (Pedragosa, 2021). Recomenda-se aos gestores que os vendedores deve manter o acompanhamento (e.g., prestação de informação contínua, dissipar dúvidas, venda de serviços, etc.) aos membros que se inscreveram, já fazem parte do CF. O acompanhamento contínuo, marketing relacional, fomenta para além da satisfação a fidelização dos membros (Pedragosa et al., 2023a; García-Fernandez et al., 2018; Gonçalves & Diniz, 2015).

Consequentemente, podemos concluir que o estudo da área funcional de vendas dos CF é fundamental para ajudar a explicar a satisfação dos membros aos CF. Neste sentido, o vendedor tem um papel fundamental na gestão dos membros por ser o primeiro a interagir e a gerir expectativas, que influenciam a satisfação dos membros. A gestão das expectativas é crucial para que no primeiro encontro todo o plano de venda seja facilitado. Todo o plano de venda requer formação em todas as 7 fases da venda: atração; identificação; demonstração; oferta comercial; economia; resolução; acompanhamento. No estudo da satisfação dos membros sugere-se incluir, para além da qualidade, emoções, valor percebido, etc. -, as variáveis do plano de venda para ajudar os gestores a interagirem de forma mais eficiente com os vendedores. A formação contínua é recomendada e softwares de gestão para a gestão de clientes e membros é fundamental para a fase de prospecção e acompanhamento, respetivamente. Sugere-se para estudos futuros que cada variável das 7 fases de venda sejam estudadas em dimensão, ou seja, deve-se validar em cada variável num mínimo de 3 itens o que pode ajudar a quantificar cada fase (i.e., na fase de atração estudar a comunicação, simpatia, indumentária, etc.). Outra das sugestões é a utilização da análise do modelo proposto através do método de equações estruturais, de forma a permitir elevada robustez de análise e melhorar explicação de todo o modelo.

Referências

- Avourdiadou, S., & Theodorakis, N.D. (2014). The development of loyalty among novice and experienced customers of sport and fitness centres. *Sport Management Review*, 17(4), 419-431.
- Biscaia, R., Yoshida, M., & Kim, Y. (2023). Service quality and its effects on consumer outcomes: a meta-analytic review in spectator sport. *European Sport Management Quarterly*, 23(3), 897-921.



- Catalão, J. A. & Penim, A. T. (2008). *Negociar e vender*. Lidel.
- Cornrad, C. (2008). *Selling fitness: the complete guide to selling health club memberships*. Communication Consultants, WBS, Inc.
- Correia, A., Sacavém, A., & Colaço, C. (2006). *Manual de Fitness & Marketing*. Visão e Contextos.
- EuropeActive (2023). *European health and fitness market: Report 2022*. Deloitte.
- Ferrand, A., Robinson, L., & Valette, P. (2010). *The intention-to-repurchase paradox: A case of the health and fitness industry*. *Journal of Sport Management*, 24(1), 83-105.
- Fetchko, M., Roy, D., & Clow, K. (2013). *Sports marketing* (1st ed.). Pearson.
- García-Fernández, J., Gálvez-Ruiz, P., Fernández-Gavira, J., Vélez-Colón, L., Pitts, B., & Bernal-García, A. (2018). *The effects of service convenience and perceived quality on perceived value, satisfaction and loyalty in low-cost fitness centers*. *Sport Management Review*, 21(3), 250-262.
- García Fernández, J., Gálvez Ruiz, P., Velez Colon, L., & Bernal García, A. (2016). Service convenience, perceived value, satisfaction, and loyalty: A study of consumers from low-cost fitness centers in Spain. *Journal of Physical Education and Sport*, 16(4), 1146-1152.
- Gonçalves, C., & Diniz, A. (2015). Analysis of member retention in fitness through satisfaction, attributes perception, expectations and well-being. *Revista Portuguesa de Marketing*, 38(1), 65-76.
- Hinkin, T.R. (1995). A review of scale development practices in the study of organizations. *Journal of Management*, 21(5), 967-988.
- Hill, M. M., & Hill, A. (2005). *Investigação por questionário*. Edições Sílabo.
- IHRSA (2022). *The 2022 IHRSA global report*. IHRSA Publications.
- Jenkins, G. D., & Taber, T. D. (1977). A Monte Carlo study of factors affecting three indices of composite scale reliability. *Journal of Applied Psychology*, 62(4), 392.
- Kim, K. (2021). Conceptualization and examination of the push-pull-mooring framework in predicting fitness consumer switching behavior. *Journal of Global Sport Management*, 1-23.
- Kotler, P. (2000). *Administração de marketing: A edição do novo milênio*. Prentice-Hall.
- Kotler, P. (1998). *Administração de marketing: Análise, planejamento, implementação e controle* (5ª ed.). Atlas.
- Kotler, P. & Keller, K. L. (2006). *Administração de marketing* (12ª ed.). Pearson Prentice Hall.
- Lendrevie, J., Lévy, J., Dionísio, P., & Rodrigues, J. V. (2015). *Mercator da língua portuguesa: Teoria e prática do marketing*. Leya.
- Lytle, C. (2003). Sales Standards. *American Salesman*, 48(7), 23-27.
- Marôco, J. (2014). *Análise estatística com o SPSS Statistics* (6ª ed.). Report Number.
- McCarthy, E. J., Shapiro, S. J., & Perreault, W. D. (1979). *Basic marketing*. Irwin-Dorsey.
- Mosca, J., Fazzari, A., & Buzza, J. (2010) Coaching to win: A systematic approach to achieving productivity through coaching. *Journal of Business & Economics Research*, (8)5, 115-130.
- Oliver, R. L. (1980). A cognitive model of the antecedents and consequences of satisfaction decisions. *Journal of Marketing Research*, 17(4), 460-469.
- Pedragosa, V., Biscaia, R., Hedlund, D., Naylor, M & Dickson, G. (2023a). Member identity in fitness centres and its consequences: An examination of members and managers' perspectives. *International Journal of Sports Marketing and Sponsorship*. Vol. ahead-

of-print No. ahead-of-print.
<https://doi.org/10.1108/IJSMS-08-2022-0159>

- Pedragosa, V., Cardadeiro, E. & Santos, A. (2023b). *Barómetro do fitness em Portugal 2022*. AGAP – Portugal Activo.
- Pedragosa, V., León-Quismondo, J. & Santos, T. (2023c) C. Impact of products and services innovations on consumer behavior: Portugal fitness industry. In G. Cepeda Carrión, J. García-Fernández & J. Zhang (Eds), *Sport Management in the Ibero-American World Product and Service Innovations*, (1st ed., pp. 123-137). Routledge.
- Pedragosa, V. (2021a). Satisfação e fidelização em contexto de ginásio. In F., Campos, R. Melo & R., Mendes (Eds). *Fitness e Atividades de Ginásio*, (1^a ed., pp. 302-312). Lidel.
- Pedragosa, V. (2021b). An overview of fitness in Portugal: business models, attraction and building members' loyalty. In R., García-Fernández, J. & Gálvez-Ruiz, P. (Eds), *The Global Private Health & Fitness Business: A Marketing Perspective*, (1st ed., pp. 25-31). Emerald Publishing.
- Pedragosa, V., Biscaia, R., & Correia, A., (2015). The role of emotions on consumer satisfaction within fitness context. *Motriz*, 21(2), 116-124.
- Pedragosa, V. & Correia, A. (2009). Expectations, satisfaction and loyalty in health & fitness clubs. *International Journal of Sport Management and Marketing*, 5(4), 450-464.
- Pedragosa, V. (2006). Planeamento de vendas. In A. Correia, A. Sacavém, & C. Colaço, C. (Eds), *Manual de Fitness & Marketing* (1^a ed., pp. 427-446). Visão e Contextos.
- Quivy, R., & Campenhoudt, L. V. (1998). *Manual de investigação em ciências sociais* (2^a ed.). Gradiva.
- Robinson, L. (2006). Customer expectations of sport organisations. *European Sport Management Quarterly*, 6(1), 67-84.
- Santos, E., & Correia, A. (2011). *Evolução do fitness em Portugal: Mudanças e desafios*. Visão e Contextos.
- Soares, E. R., & Cardoso, S. H. (2023). *O vendedor fitness: Neurovendas para profissionais do fitness*. Paco e Littera.

Recebido em: 07/02/2024

Aceite em: 02/05/2024

Endereço para correspondência:

Vera Pedragosa
vpdragosa@autonoma.pt



Esta obra está licenciada sob uma Licença
Creative Commons Attribution 4.0

<https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>

Democracia Participativa e Esporte-Lazer: Análise da participação popular na cidade de Fortaleza-Ceará-Brasil nas políticas públicas desportivas no período de 2018 a 2020

Participatory Democracy and Sports-Leisure: Analysis of popular participation in the city of Fortaleza-Ceará-Brazil in public sports policies from 2018 to 2020

Democracia Participativa y Deporte-Ocio: Análisis de la participación popular en la ciudad de Fortaleza-Ceará-Brasil en las políticas públicas deportivas de 2018 a 2020

Basílio Rommel Almeida Fechine

Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Ceara, Brasil – bfechine@gmail.com

Thaylane Bastos Santos Fechine

Rede Cedes, Brasil – thaybsantos@gmail.com

Andreyson Calixto de Brito

Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Ceara, Brasil – andreysoncalixto@ifce.edu.br

Antônio Ulisses de Sousa Junior

Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Ceara, Brasil – ulissesjunior@ifce.edu.br

Resumo

A realização desta investigação teve como objetivo central verificar a existência da participação popular nas políticas públicas de esporte e lazer, da Secretaria de Esporte e Lazer (Secel), nos equipamentos “Areninhas” da cidade de Fortaleza no período de 2018 a 2020. Condicionadas a elementos pedagógicos de compreensão administrativa quanto à Participação Democrática: decisões estratégicas dos gestores; locais de construção dos equipamentos esportivos; programas de esporte e lazer. A categorização amostral contou com um total de 63 pessoas, estratificadas em 4 gestores e 59 participantes de projetos sociais/ou equipamentos esportivos pertencentes e sob responsabilidade gerencial da Secel. A metodologia aplicada teve como parâmetro norteador um estudo de campo, com abordagem dos levantamentos de dados predominantemente quanti-qualitativos via análise descritiva, exploratória e de observação dos discursos dos gestores, da comunidade e da análise dos documentos legais. Para a análise interpretativa dos dados, considerou-se a triangulação das fontes inventariadas, à luz da literatura alcançada mediante interpretação e descrição dos dados coletados, com interpretação estatística das variáveis, tabuladas e analisadas no programa Microsoft Office Excel 2020. Com frequência, análise descritiva, porcentagem, média e o desvio-padrão pelo SPSS 2020. Os resultados encontrados sinalizam que os Equipamentos Areninhas são de extrema importância para a inclusão/reintegração do indivíduo, pois são modificadores sociais e consolidadores de empoderamento comunitário. Contudo, apesar do esforço dos gestores em estabelecer uma aproximação entre a Secel e a população do município de Fortaleza, principalmente no que se refere ao gerenciamento e preservação do referido equipamento, que possuem um Conselho Gestor próprio, percebe-se um equívoco, por parte da administração pública, na interpretação do que é a participação democrática nas decisões dessa secretaria, o que justifica a necessidade de ações formativas para valorizar e efetivar a participação popular nas áreas de esporte e lazer, buscando estratégias de descentralização do poder de decisório, com o intuito de potencializar o sucesso das ações e garantir o atendimento da CF/1988 e a Carta da ONU 78, que prevê o acesso ao esporte e lazer como um direito social, e fator primordial para a melhoria da qualidade de vida.

Palavras-chave: Participação-popular, Esporte-Lazer, Cidade de Fortaleza, Políticas públicas, Areninhas.

Abstract

The main objective of carrying out this investigation was to verify the existence of popular participation in public sport and leisure policies, from the Department of Sport and Leisure (Secel), in the “Areninhas” equipment in the city of Fortaleza in the period from 2018 to 2020. Conditioned on pedagogical elements of



administrative understanding regarding Democratic Participation: strategic decisions by managers; sports equipment construction sites; sport and leisure programs. The sample categorization included a total of 63 people, stratified into 4 managers and 59 participants in social projects/or sports equipment belonging to and under the management responsibility of Secel. The methodology applied had as its guiding parameter a field study, with a predominantly quantitative-qualitative data collection approach via descriptive, exploratory and observational analysis of the speeches of managers, the community and the analysis of legal documents. For the interpretative analysis of the data, triangulation of the inventoried sources was considered, in light of the literature achieved through interpretation and description of the collected data, with statistical interpretation of the variables, tabulated and analyzed in the Microsoft Office Excel 2020 program. Descriptive analysis is often used, percentage, mean and standard deviation using SPSS 2020. The results found indicate that Areninhas Equipment is extremely important for the inclusion/reintegration of the individual, as they are social modifiers and consolidators of community empowerment. However, despite the efforts of the managers to establish a rapprochement between Secel and the population of the city of Fortaleza, especially with regard to the management and preservation of the aforementioned equipment, which has its own Management Council, a mistake can be seen on the part of public administration, in the interpretation of what is democratic participation in the decisions of this department, which justifies the need for training actions to value and effect popular participation in the areas of sport and leisure, seeking strategies for decentralizing decision-making power, with the aim of enhancing the success of actions and ensuring compliance with CF/1988 and UN Charter 78, which provides access to sport and leisure as a social right, and a key factor in improving quality of life.

Keywords: Popular-participation, Sport, Leisure, City of Fortaleza, Public policies, Areninhas.

Resumén

El principal objetivo de realizar esta investigación fue verificar la existencia de participación popular en las políticas públicas de deporte y ocio, de la Secretaría de Deportes y Ocio (Secel), en los equipos "Areninhas" de la ciudad de Fortaleza en el período de 2018. al 2020. Condicionado a elementos pedagógicos de comprensión administrativa en torno a la Participación Democrática: decisiones estratégicas de los directivos; sitios de construcción de equipos deportivos; Programas deportivos y de ocio. La categorización de la muestra incluyó un total de 63 personas, estratificadas en 4 directivos y 59 participantes en proyectos sociales/o equipamientos deportivos pertenecientes y bajo la responsabilidad de gestión de Secel. La metodología aplicada tuvo como parámetro orientador un estudio de campo, con un enfoque predominantemente cuantitativo-cualitativo de recolección de datos a través del análisis descriptivo, exploratorio y observacional de los discursos de los directivos, de la comunidad y del análisis de documentos legales. Para el análisis interpretativo de los datos se consideró la triangulación de las fuentes inventariadas, a la luz de la literatura lograda a través de la interpretación y descripción de los datos recolectados, con interpretación estadística de las variables, tabuladas y analizadas en el programa Microsoft Office Excel 2020. Descriptivo Se suele utilizar análisis, porcentaje, media y desviación estándar utilizando SPSS 2020. Los resultados encontrados indican que los Equipos Areninhas son sumamente importantes para la inclusión/reintegración del individuo, ya que son modificadores sociales y consolidadores del empoderamiento comunitario. Sin embargo, a pesar de los esfuerzos de los directivos por establecer un acercamiento entre la Secel y la población de la ciudad de Fortaleza, especialmente en lo que respecta a la gestión y preservación del mencionado equipamiento, que cuenta con su propio Consejo Gestor, se puede ver un error en la parte de la administración pública, en la interpretación de lo que es la participación democrática en las decisiones de este departamento, lo que justifica la necesidad de acciones formativas para valorar y materializar la participación popular en los ámbitos del deporte y el ocio, buscando estrategias para descentralizar el poder de decisión, con el objetivo de potenciar el éxito de las acciones y garantizar el cumplimiento de la CF/1988 y la Carta 78 de la ONU, que prevé el acceso al deporte y al ocio como un derecho social, y un factor clave para mejorar la calidad de vida.

Palabras Clave: Participación-popular, Deporte, Ocio, Ciudad de Fortaleza, Políticas públicas, Areninhas.

Introdução

O acesso a práticas desportivas é reconhecido como direito universal em várias convenções internacionais. Dentre as quais podemos destacar a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura, Unesco, que descreve o esporte como um "direito fundamental".

A Carta Internacional de Educação Física e Desporto da ONU/Unesco, de 1978, estabelece que todas as pessoas têm o direito ao esporte, e que os poderes públicos (governos federais, estaduais, municipais); devem unir-se para dar condições logísticas que possibilitem o acesso a equipamentos/instalações e materiais necessários à sua prática (ONU, 1978).

No entanto, a ONU (2021), duas décadas após a promulgação da Carta Internacional, reconhece que “o direito de brincar e de praticar esportes” tem sido frequentemente ignorado ou desrespeitado. Como reflete Antônio Guterres, secretário-geral da ONU:

“Nos anos 2000, o esporte também fazia parte dos Objetivos do Desenvolvimento do Milênio. Na Agenda 2030, a Assembleia Geral reconheceu a atividade como "um importante facilitador do desenvolvimento sustentável”, destacando a promoção da tolerância e respeito, além das contribuições para o empoderamento das mulheres e dos jovens, indivíduos e comunidades”.

Segundo Antonio Guterres, o esporte:

“... é uma das grandes buscas humanas, um modelo de trabalho em equipe, uma plataforma de excelência individual, um motor de crescimento econômico para toda a sociedade” (ONU, 2021).

“... usar este poder para construir pontes de amizade e coexistência, para promover estilos de vida saudáveis e para avançar nosso trabalho para alcançar um desenvolvimento sustentável e inclusivo e até 2030 Agenda.” (ONU, 2021).

Diante das reflexões que remontam o passado, conjecturam o futuro e alicerçam o presente do esporte e do lazer, como direito social no mundo, o papel do estado brasileiro em seu percurso histórico na garantia da qualidade de vida de sua população foi se desenvolvendo e sofrendo modificações ao longo do tempo em suas funções para com a sociedade, e principalmente para com o crescimento da democracia, fazendo com que a constituição expandisse suas responsabilidades e transformasse sua maneira de orientar as políticas públicas para o esporte e para o lazer do cidadão.

Após o advento da Constituição Federal de 1988, surge no Brasil o princípio da participação democrática. A partir desse momento, a população passa a ter espaço para discutir, indicar, opinar e decidir sobre os projetos desenvolvidos para a sociedade. Essa mesma Constituição Federal refere que o Esporte e o Lazer são direitos sociais assegurados à população. Sendo dever do estado o fomento a práticas desportivas formais e não formais (Brasil, 1988).

Para Bonavides (2013), a democracia participativa é o formato de administração pública onde a vontade do povo torna-se soberana, com decisões acontecendo, seja por vias diretas, seja por vias indiretas. Permitindo ao povo a titularidade, o objeto, as ações ativas e passivas do poder legítimo que regem as decisões comuns.

Filho (1995) relata que o Art. 217 da CF/1988 teve uma importância ímpar, pois apontou as potencialidades do desporto brasileiro, dando consistência e expressividade ao seu significado, dignificando-o e estabelecendo diretrizes. Ressaltando que:

“...potencialidades do desporto brasileiro ganham mais consistência e força expressiva, quando é a própria Constituição que aponta diretrizes para que as atividades desportivas desenvolvam-se em clima de harmonia, de liberdade e de justiça com sentido de responsabilidade social, além de dotar o desporto nacional de instrumentos legais para, se não reduzir, pelo menos resolver desportivamente grande parte das demandas entre os atores desportivos, até porque, como dizia Voltaire “as leis do jogo são as únicas que em toda parte são justas, claras, invioláveis e executadas”. (Filho, 1995, p. 34)

Para Lopes e Amaral (2008), é papel do estado a promoção do bem-estar social, tendo como função gerencial o desenvolvimento de uma série de ações com atuação direta em diferentes áreas, dentre elas destacando-se a saúde, educação, meio ambiente, etc. Denominamos a esse conjunto de ações, planos e metas que os governos (nacional, estaduais ou municipais) traçam para alcançar o bem-estar da sociedade e o interesse público, de Políticas Públicas.



Bonafont (2004) infere a existência de cinco etapas no processo de identificar e interpretar resultados a respeito da ação governamental frente a programas e políticas públicas:

1. Identificação do problema por parte do sistema político e inclusão na agenda política governamental;
2. Formulação de uma solução ou procura de soluções para definir o problema, os objetivos a alcançar e as possíveis estratégias;
3. Tomada de decisão acerca das soluções propostas;
4. Implementação das ações;
5. Avaliação dos resultados.

Oliveira (2010) assevera que inquirir o significado das políticas públicas e a adoção dos princípios da democracia participativa em governos democráticos é auxiliar na busca que garanta direito ao esporte e ao lazer, como consequência, contributo ao acesso, a democratização e participação política as arenas decisórias.

Nestas perspectivas, as políticas públicas, em um cenário mais amplo, podem ser melhor planejadas, implantadas e efetivadas caso aconteça uma real participação da comunidade que circunda e usufrui das ações estratégicas dos entes gerenciais. Ideação que nem sempre caminha com o atual cenário, pois o público comunitário é esquecido neste processo de partilha e contribuição política.

A forma como o Estado tem de garantir ao cidadão o acesso a seus direitos se dá com a formulação de políticas públicas que atendam às demandas da população (Nascimento, 2014).

Segundo Pereira (2009), as políticas públicas constituem uma orientação para a ação pública. Ao concretizar os direitos sociais conquistados, o Estado deve guiar pelo interesse comum e buscar satisfazer as necessidades sociais. As políticas públicas são construções participativas de uma coletividade, que visam a garantia dos direitos sociais dos cidadãos que compõem uma sociedade humana (Carvalho *et al.*, 2002).

As políticas públicas de cunho social surgem como uma possibilidade de contemplar a diversidade das necessidades de vários segmentos sociais, entretanto, é necessário um sólido planejamento, visto que o desenvolvimento social não está simplesmente atrelado ao desenvolvimento econômico, de uma forma linear. As discussões sobre políticas públicas devem cobrir todos os segmentos da sociedade, em prol de uma distribuição democrática dos recursos entre os setores sociais, destinando igualmente os recursos para projetos recreativos de lazer; ofertando à sociedade programas e projetos sociais, considerando que é um direito previsto na Constituição Federal (Brust; Baggio e Filho, 2006).

Bordenave (1994) profere que, quando as necessidades da população junto à gestão política são concretizadas, efetivadas pelas ações legais, o anseio de pertencimento frente ao coletivo fica evidenciado. Sendo inequívoco que o exercício da participação popular é o exercício da cidadania e da democracia participativa. Realidades gerenciais como fiscalização, controle de obras e serviços públicos emanados pelo e para o povo, demonstram o poder comunitário frente as arenas decisórias das políticas públicas, e estas devem traduzir as reais necessidades da população, interligando ao seu cotidiano local. A impossibilidade de participação e a falta de organização civil retratam a própria marginalização, reduzindo a população a situar-se às margens das decisões, sem poder de luta. Afirmando que:

“A participação já não tem o caráter ‘consumista’ atribuída pela teoria da marginalidade, mas de um processo coletivo, transformador, às vezes contestatório, no qual setores marginalizados se incorporam à vida social por direito próprio e não como convidados de pedra, conquistando uma presença ativa e decisória nos processos de produção, distribuição, consumo, vida política e criação cultural” (grifo no original) (Bordenave, 1994, p. 20).

Stigger (2003) infere duas maneiras de interpretar as políticas públicas no cotidiano gestor. Uma com características organizacionais conformistas, desenvolvidas para a comunidade, com dependência total do estado gerador dos programas, projetos e ações. E a outra, com características democráticas, sem dependência, mas com simbiose entre os anseios da população e a tomada de

decisões administrativas, pois o público/sociedade assume a coautoria das suas necessidades e torna-se geradora de políticas públicas e da melhoria da qualidade de vida social.

Para Stigger (2003, p. 117):

“O exercício da escuta não se resume a responder as demandas da população local, mas, sim, constitui-se numa política realizada com a participação da população, que se estabelece na democratização do poder decisório”.

Experiências de políticas públicas alicerçadas em práticas de participação popular efetivas nos permitem pensar em possibilidades de intervenção no campo do esporte e lazer, não numa perspectiva de dirimir as contradições entre as classes sociais, mas numa intervenção que aponte para formas de organização e resistência dos grupos sociais populares e reafirme os princípios de uma sociedade (Liberato; Soares, 2009).

Constantino (2006) reverbera ao relatar que os municípios não são apenas espaços destinados ao exercício do trabalho, sob a ótica da sobrevivência, traduzidos pela moradia e circulação de bens. Os municípios são também espaços com novos significados, modificados em diferentes tecidos urbanos, tornando-se espaços de uso esportivo e, por consequência, do usufruto do lazer.

Consoante a Organização Político-Administrativa (Art. 18 da CF/1988):

Art. 18. A organização político-administrativa da República Federativa do Brasil compreende a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, todos autônomos, nos termos desta Constituição (BRASIL, 1988).

Araújo (1999, p. 369) relata que:

“A Constituição, no capítulo "Da Ordem Social", onde estão concentrados os direitos que têm por propósito o resgate da dignidade humana para todos os cidadãos, prevê o direito ao desporto. Os direitos sociais objetivam a formação do ser humano integral: agente da sociedade, das relações de trabalho, construtor do mundo moderno e, ao mesmo tempo, um ser relacional, humano, que, desse modo, deve integrar sua vida com o lazer, o convívio familiar e a prática desportiva. Assim, o desporto, quer como forma de lazer, quer como parte da atividade educativa, quer ainda em caráter profissional, foi incorporado ao nosso sistema jurídico no patamar de norma constitucional”.

Por meio da Lei Orgânica Municipal (LOM), os municípios devem ter suas políticas públicas locais alicerçadas pela CF/1988, com autonomia para direcionar suas ações de organização político-administrativa.

Com a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, o Estatuto da Cidade estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências, dentre elas, a integração da participação popular no planejamento, na formulação e no desenvolvimento de políticas públicas municipais. Em específico, no Capítulo IV, o Art. 43 legitima os instrumentos legais de escuta e representatividade da população (Brasil, 2001):

Art. 43. Para garantir a gestão democrática da cidade, deverão ser utilizados, entre outros, os seguintes instrumentos:

- I – órgãos colegiados de política urbana, nos níveis nacional, estadual e municipal;
- II – debates, audiências e consultas públicas;
- III – conferências sobre assuntos de interesse urbano, nos níveis nacional, estadual e municipal;
- IV – iniciativa popular de projeto de lei e de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano.



Embora a CF/1988 tenha se efetivado como marco regulatório na aproximação da sociedade dos espaços públicos de decisão, refletidos pela participação democrática e pelo controle social, as LOMs confrontam-se com realidades desafiadoras e, muitas vezes, sem sucesso para a sociedade civil. Ambientes hostis, tensos e conflituosos marcam o modelo político de muitas gestões municipais ainda centradas em um estilo tradicional e oligárquico de gerenciar os processos políticos (Santos, 2005).

Por serem, o Esporte e o Lazer, direitos sociais assegurados à população e previstos na CF/1988, a sua garantia deve ser alicerçada pela participação popular no desenvolvimento de políticas públicas voltadas para essa área, com o propósito de potencializar o sucesso no atendimento à CF, e, em específico, às LOMs.

À face do exposto e das reflexões levantadas é que fundamentamos a realização desta investigação, que tem como objetivo principal verificar a existência da participação popular nas políticas públicas de esporte e lazer, da Secretaria de Esporte e Lazer (Secel), nos equipamentos “Areninhas” da cidade de Fortaleza no período de 2018 a 2020. Condicionadas a elementos pedagógicos de compreensão administrativa quanto à Participação Democrática: Decisões estratégicas dos gestores; locais de construção dos equipamentos esportivos; programas/projetos de esporte e lazer.

Métodos

Tipo de pesquisa

A referida pesquisa trata-se de um estudo de campo com uma abordagem dos levantamentos de dados predominantemente quanti-qualitativos via análise descritiva, exploratória e de observação dos discursos dos gestores, da comunidade e dos documentos legais.

Estudo descritivo via análise descritiva engloba informações que o pesquisador apenas registra e descreve os fatos observados, sem interferir neles. Segundo Gil (2010), nesse tipo de estudo utilizam-se técnicas padronizadas de coleta de dados para descrever as características determinantes do objeto de estudo, estabelecendo relações entre as variáveis consolidadas.

Caracterização da amostra

O público estudado e catalogado (total) partiu da esfera pública da cidade de Fortaleza, respectivamente, de gestores; e da população participante das práticas/projetos de esporte e lazer nas Areninhas e sob responsabilidade gerencial da Secretaria de Esporte e lazer (Secel), no período de 2018 a 2020 (Janeiro), conforme explicita a tabela 01.

Tabela 01 – Amostragem do estudo

Gênero	População	Gestores
Masculino	36	4
Feminino	23	-
Total	59	4

Fonte: Dados da pesquisa.

Conforme se observa, o público amostral do estudo foi constituído de 59 pessoas usuárias das Areninhas, selecionadas aleatoriamente, dentre as quais distribuídas em bairros que as circunvizinham; e 04 gestores respectivamente distribuídos com dois secretários e dois assessores que participaram da condução das Políticas Públicas voltadas aos Esporte e ao Lazer no período de 2018 a 2020 na respectiva Secel e seus parceiros administrativos: Secretarias Regionais Administrativas (SERs); e Secretaria Executiva Regional do Centro (SERCEFOR).

Segundo o “Projeto Fortaleza 2040”, da Prefeitura de Fortaleza, a administração pública do esporte e lazer da cidade é realizada em conjunto com a Secel, com ações, projetos, práticas desportivas/lazer e manutenção dos equipamentos ramificados e com auxílio das SERs I, II, III, IV, V, VI e SERCEFOR (Fortaleza, 2016a; Fechine; Fechine e Souza Júnior, 2022).

Constata-se nos dados coletados o predomínio do gênero masculino (n. 36 = 61,02%) em detrimento do gênero feminino (n.23 = 38,98%), indicando crer que essa maior distribuição pelos participantes comunitários, deve-se ao carro-chefe dos projetos existentes nesse equipamento, ser resultante da prática do futebol. Coadunando com o relatório “Movimento é Vida” que sinaliza a participação do gênero feminino 40% inferior quando comparada aos homens, nas práticas esportivas em território nacional (PNUD, 2017).

Contudo, os dados da tabela revelam também um retrato sociodemográfico de predominância do gênero masculino nas posições de gerenciamento do esporte e do lazer municipal, resultados estes que corroboram com os outros achados investigativos como o de Fachine et al. (2021); Zanatta (2018); Karnas (2013); Barros Filho et al. (2013). Que, além de confirmarem tal posicionamento, condicionam a perceber a situação excludente do gênero feminino nos altos postos da administração pública.

Coleta de dados

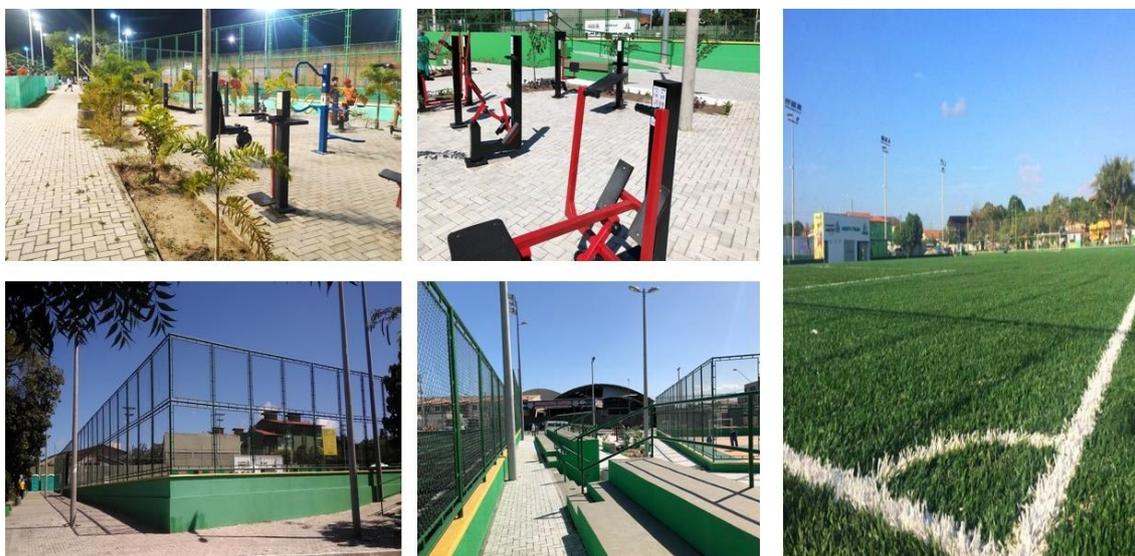
Foi utilizada, como instrumento de coleta de dados, uma entrevista semiestruturada, desenvolvida durante visitas a campo, nos respectivos estabelecimentos. Assim, como análise de documentos legais fornecidos pelas próprias instituições.

Instituições visitadas para coleta de dados junto à comunidade foram:

- Gestores – Secretaria de Esporte e Lazer – (Secel) e Secretarias Regionais Administrativas (SERs): I, II, III, IV, V, VI e SERCEFOP;
- População – Areninhas: Vila Betânia, Parangaba, Campo do América, José Walter e Conjunto Ceará.

Em específico, as Areninhas, administradas pela Secel, são equipamentos catalogados, que se constituem como campos de futebol urbanizados e requalificados pela Prefeitura de Fortaleza e localizados em bairros com alto índice de vulnerabilidade social e baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), conforme se observa na figura 1, a Areninha do Campo da Vila Betânia (Bairro Itaperi) fundada em janeiro de 2019.

Figura 1 - Areninha do Campo da Vila Betânia



Fonte: Dados da pesquisa.

Cada Areninha contém gramado sintético; bancos de reserva; arquibancadas; redes de proteção; alambrados; vestiários; depósito para materiais esportivos; iluminação; paisagismo; pavimentação; e rampa de acesso para cadeirantes. Além do campo de futebol, as novas Areninhas contam com parque infantil e academia ao ar livre (Fortaleza, 2019c). Atualmente, na cidade, há 103 areninhas (Ceará, 2022) e, sob a responsabilidade da Secel, constam 22 Areninhas (Fortaleza, 2023).

Análise dos dados

Para a análise interpretativa dos dados, considerou-se a triangulação das fontes inventariadas, à luz da literatura alcançada, sistematizadas em quadros e gráficos. A análise aconteceu mediante interpretação e descrição dos dados coletados junto aos participantes, gestores, comunidade e aos documentos legais.

Para aferir e catalogar as informações dos participantes investigados, utilizamos como instrumentos de coleta de dados, os já mencionados: documentos públicos; questionário e entrevista semiestruturada via visita aos equipamentos; e observação das práticas realizadas.

Foi realizado um agrupamento de cada pergunta e, após a análise, as respostas foram transcritas para a redação final do texto, mas apenas as mais pertinentes aos objetivos delineados foram consideradas.

Para a interpretação estatística das variáveis, os dados foram tabulados e analisados no programa Microsoft Office Excel 2020. Na análise descritiva, foram utilizadas a frequência, porcentagem, média e o desvio-padrão pelo Programa SPSS 2020.

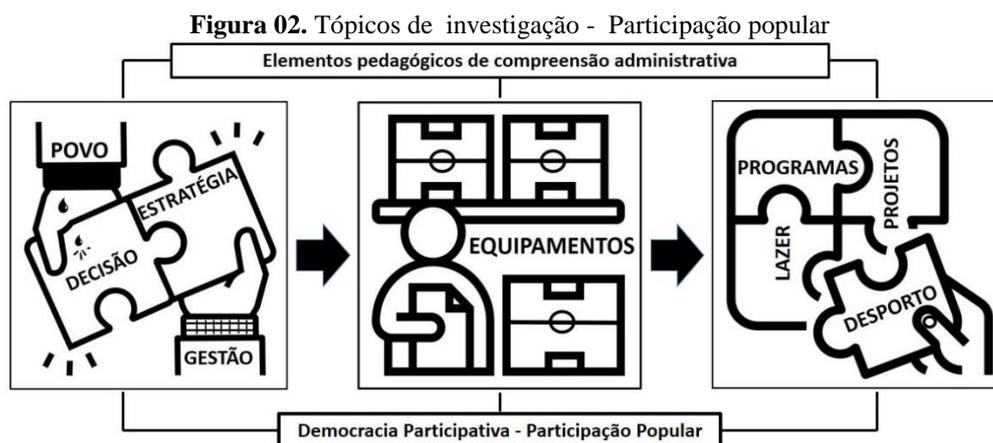
A pesquisa tomou por base a política de esporte e lazer da cidade de Fortaleza–CE no período de 2018 a 2020, para coleta e avaliação dos dados.

Aspectos éticos

Todos os participantes assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), contendo a explicação completa e detalhada sobre a natureza da pesquisa, sua justificativa, os objetivos, métodos e demais informações consideradas relevantes, autorizando sua participação voluntária. Essa pesquisa respeitou todos os aspectos éticos de abordagens realizadas com seres humanos, conforme a Resolução 466/2012, do Conselho Nacional de Saúde (CNS).

Resultados e Discussão

A apresentação dos resultados será descrita em tópicos consoante as variáveis analisadas para possibilitar a melhor compreensão sobre os elementos pedagógicos de compreensão administrativa quanto à existência de participação popular. A figura 02 ilustra didaticamente estes tópicos:



Fonte: Criado pelo autor.

Os dados analisados nos respectivos tópicos serão apresentados em dois momentos, o primeiro dos quais abordará a visão dos gestores sequente as variáveis de perguntas apresentadas e o segundo momento abordará a distribuição conjunta das variáveis respondidas pela comunidade. Estabelecendo, assim, contrapontos de informação entre gestores e comunidades sobre o mesmo assunto conforme a seguinte sequência textual:

- Decisões estratégicas da secretaria;

- Decisões sobre equipamentos esportivos (local);
- Decisões sobre programas/projetos de esporte e lazer.

Algumas falas/respostas dos gestores foram transcritas, por considerarem a informação relevante, outras não, por não apontarem relação com o tema estudado ou por não serem respondidas.

Contudo, as demais respostas catalogadas foram todas tabuladas na íntegra e expressas através dos gráficos e referenciadas teoricamente, corroborando ou opondo-se a outros resultados encontrados na literatura.

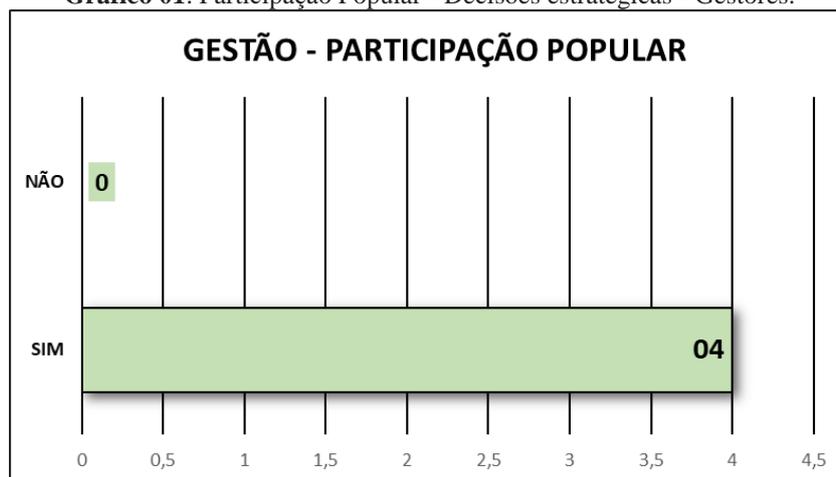
Decisões estratégicas da Secretaria

A influência estratégica de uma secretária/pasta governamental vai além da administração in loco, desempenhando um papel crucial na condução de escolhas assertivas em ações públicas para a comunidade. Tornando-se mecanismo orgânico no auxílio gerencial junto ao executivo, contribuindo na elaboração de tomadas de decisões expressivas frente às políticas públicas, sejam elas de curto, médio ou longo prazo; municipais, estaduais ou federais.

Os resultados encontrados nesta pesquisa durante o tratamento dos dados serão descritos por tópicos para melhor compreensão. Em cada tema, serão expostas primeiro as informações advindas dos gestores de esporte e lazer de Fortaleza e, em seguida, as que foram coletadas com a população.

No gráfico 01, estão representadas as respostas dos gestores sobre a participação popular nas decisões da secretaria.

Gráfico 01. Participação Popular - Decisões estratégicas - Gestores.



Fonte: dados da pesquisa.

Todos os gestores (n. 4 = 100%) entrevistados responderam que existe participação popular nas decisões da Secel e três indicaram por escrito que essa participação é concretizada por meio dos Conselhos Gestores Comunitários criados durante a efetivação das “Areninhas” em 2014, uma das principais políticas de esporte e lazer implantadas na gestão do prefeito Roberto Cláudio.

Segundo a Prefeitura de Fortaleza (2019b), o Conselho Gestor Comunitário é formado por membros da sociedade civil e tem como função auxiliar a Secel a administrar, coletivamente, a área de lazer do equipamento, apresentando propostas positivas, além de analisar as demandas e acompanhar as ações voltadas para a conservação da praça esportiva.

Os documentos legais da Prefeitura Municipal de Fortaleza descrevem as atribuições do Conselho Gestor Comunitário ano de 2016 (Fortaleza, 2016b):

- Adotar medidas e apoiar iniciativas em favor do desenvolvimento da prática do esporte, lazer e atividades físicas, com o objetivo de garantir a saúde e o bem-estar do cidadão, observando o cumprimento dos princípios e normas legais;
- Atuar na formulação e no controle da execução das atividades desenvolvidas na Areninha;



- Criar, coordenar e supervisionar um calendário estabelecendo horários e a participação nas atividades desenvolvidas pela Administração Pública e por entidades representativas da sociedade civil organizada na Areninha;
- Zelar pelo equipamento esportivo em toda a sua estrutura; contribuir para a formulação de política de integração entre o esporte, a saúde, a educação, a defesa social e o turismo, visando a potencializar benefícios sociais gerados pela prática de atividade e esportiva;
- Aprovar, em reunião plenária, o Regimento Interno do Conselho Gestor Comunitário.

Observa-se que em análise, apesar de os Conselhos Gestores possibilitarem uma aproximação entre a população e a gestão municipal, com a divisão de tarefas e responsabilidades, principalmente na gestão do equipamento, esses conselhos não permitem a efetiva participação popular nas decisões da secretaria. A própria construção da Areninha em um bairro não passa por consulta direta à população daquele local; em alguns casos, são realizadas por iniciativa da Secel, tendo em vista o potencial do local para receber o equipamento ou por indicações políticas, como refere o Gestor 1, após ser questionado sobre como as Areninhas chegavam até a comunidade:

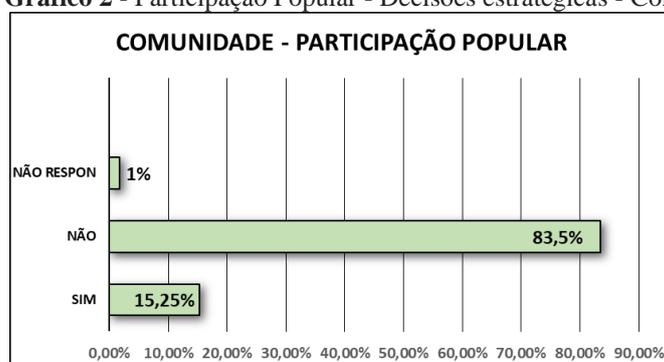
“Então, existiam algumas indicações nossas, e algumas indicações que quer queira era uma questão política de vereador. Quando a propaganda saiu, pronto, foi coqueluche, todo vereador queria solicitar, aí... todos iriam sair do projeto e ao todo seriam 21 areninhas na primeira gestão do Prefeito, então, 21 areninhas no território de Fortaleza não é nada. Enfim, essas escolhas foram feitas dessa maneira, levando em consideração, vamos dizer assim, levando em consideração alguns pontos, não poderiam deixar de acontecer”. (Gestor 1).

Os dados deste estudo assemelham-se aos resultados encontrados por Werle (2010) sobre as políticas públicas de esporte e lazer em um município do Rio Grande do Sul. Nesta pesquisa, também foi utilizado como instrumento para coleta de informações entrevistas com funcionários (cinco), análise documental e o diário de campo, num formato de apreensão qualitativa das informações. Sendo configurado, ao final, evidências de que, apesar da organização de reuniões internas e da participação popular informal, a decisão final permanece centralizada no gestor.

Desta forma, o contexto econômico atual tem implicações no enfraquecimento de direitos sociais, como é o caso do esporte e do lazer, bem como o direito à participação democrática da comunidade sobre as decisões públicas do município.

Percebem-se divergências quando comparadas as falas dos gestores (Gráfico 01) com as da população consultada, sobre sua participação nas decisões da secretaria, expostas no Gráfico 02.

Gráfico 2 - Participação Popular - Decisões estratégicas - Comunidade.



Fonte: dados da Pesquisa.

Ao serem indagados se concordam que há participação popular nas decisões da prefeitura, 83,5% (n. 49) dos entrevistados responderam que não concordam e apenas 15,25% (n. 9) disseram que concordam. Esse resultado aponta para uma dissonância entre o discurso dos gestores, que

foram unânimes em afirmar que existe participação popular, e a resposta da população, que, em sua maioria, discorda de que haja participação nas decisões.

Os resultados, evidenciam que o bem-estar da população participante das ações públicas é sempre definido pelo governo e não pela sociedade em questão. Isso ocorre porque a sociedade não consegue se expressar de forma ampla e integral, com solicitações diretas aos seus representantes (Lopes e Amaral, 2008).

Em pesquisa realizada em municípios paranaenses, nota-se a inexistência de iniciativas gerenciais públicas a fim de garantir maior participação popular. Em oposição ao envolvimento comunitário, em alguns casos, os mecanismos de participação popular foram interpretados como ferramentas políticas que podem ser utilizadas contra os agentes políticos arraigados no poder (Starepravo, 2007).

Os resultados obtidos quantos as decisões estratégicas da secretaria frente a escuta da comunidade e adequação para com as tomadas de decisões mais participativas, apontam para a necessidade de maior esforço administrativo dos gestores em buscar garantir a participação popular nas decisões da secretaria. Pois, muitos são os estudos que apontam como uma prática social benéfica para as políticas públicas, a parceria entre comunidade e gestão, pois refletem no sucesso das ações desenvolvidas e no empoderamento da população.

Por outro lado, em consequência oposta, estas pesquisas, juntamente com os dados deste estudo, reflete que os gestores direta (consciente) ou indiretamente (inconscientemente) não mantém o fluxo de reivindicações e mobilizações junto aos membros do Poder Executivo (prefeitos, governadores e o Presidente da República) para atender às demandas da comunidade.

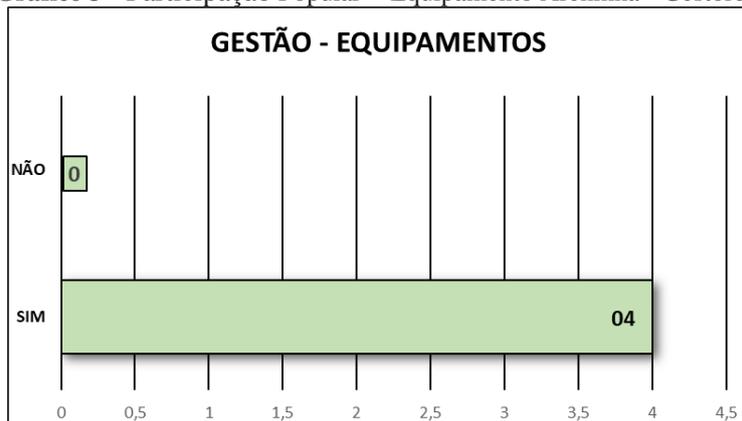
Pois, como afirma Bordenave (1994), o menor grau de participação é o de informação.

Ao longo deste estudo, são apresentados os resultados de questionamentos mais diretivos, que versam sobre os equipamentos e projetos/programas, na tentativa de entender se existe e como se dá o processo de participação popular nas decisões da secretaria.

Decisões sobre equipamentos esportivos (local de Construção)

Com o intuito de compreender o desenvolvimento das infraestruturas locais de esporte/lazer, neste tópico, analisar-se-á a influência da participação popular nas decisões relativas à construção dos equipamentos esportivos comunitários. Os gráficos a seguir (Gráfico – 03 e 04) expressam tal relação:

Gráfico 3 - Participação Popular - Equipamento Areninha - Gestores.



Fonte: Dados da pesquisa

Os gestores, em sua totalidade (n.4 = 100%), relataram que existe consulta à comunidade para definir onde um equipamento esportivo deve ser construído. O gestor 2 explica como um equipamento esportivo chega até a comunidade:

“Na realidade, a população procura tanto a Secretaria de Esporte quanto a Secretaria de Articulação Política do prefeito, Certo? Ela procura. E a Coordenação de Articulação Política faz uma triagem e visita



o local, faz as medidas, vê se o terreno é público [...] Caiu dentro do perfil, tem que ser uma área de muita vulnerabilidade social, IDH realmente baixo, é escolhido, dentro desses critérios”. (Gestor 2).

Percebe-se, na fala do Gestor 2, que a população toma a iniciativa de demandar a Secel e que essa secretaria não é a única responsável por decidir sobre a construção do equipamento; a demanda é direcionada, então, para outra secretaria, em um processo que burocratiza excessivamente a possibilidade de atendimento a requisições comunitárias.

O recurso financeiro para a construção dos equipamentos também não pertence à Secel, por isso, mais uma vez, os gestores precisam recorrer a outras secretarias, como relata o gestor 3, ao responder se a verba para a construção dos espaços era da Secel.

“Não, era da Infraestrutura e eu sempre quis que fosse. Eu queria elaborar os projetos porque eu não tinha um engenheiro, engenheiro tudo da regional (SERs), os da infraestrutura, então, eu queria definir politicamente quais os lugares, passar, estipulava os tamanhos, fazia as discussões comunitárias e a execução de obra é com a infraestrutura mesmo, com a engenharia. Eu licitava, eles construíam, eles eram os responsáveis legais, [...], não interessa, eu acho que isso não interessa desde que o equipamento seja pronto e entregue à secretaria para fazer a política pública de esporte”. (Gestor 3).

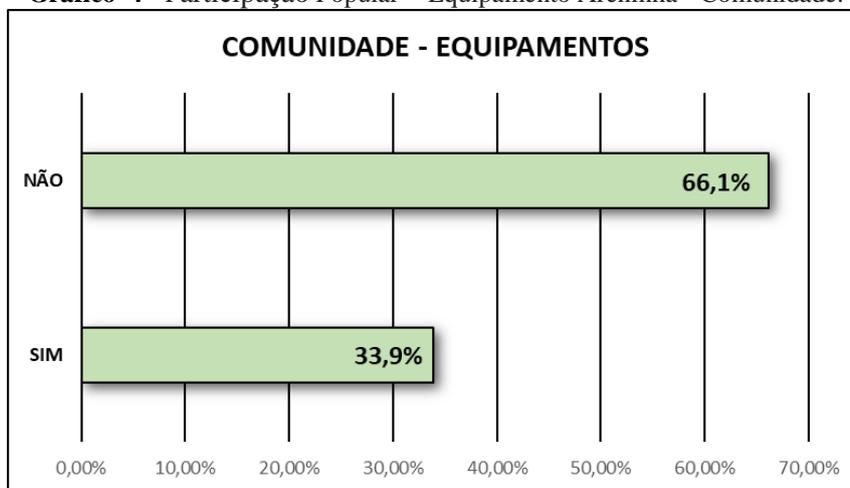
Para Sirvent (2004), existem duas formas de participação popular, uma real, com influência determinante sobre as tomadas de decisões/processos gerenciais; e outra, simbólica, com pouca ou sem nenhuma influência sobre a administração institucional. Esta última destaca-se pelos efeitos ilusórios, como:

“...ações que exercem pouca ou nenhuma influência sobre a política e gestão institucional, e que geram nos indivíduos e grupos a ilusão de um poder inexistente” (Sirvent, 2004, p.129).

Em nenhuma entrevista realizada com os gestores da Secel da cidade de Fortaleza foi mencionada alguma ação de consulta popular em larga escala, no que se refere à construção dos equipamentos. É fundamental o desenvolvimento de metodologias bem estruturadas, a fim de fortalecer a participação e garantir que as reais necessidades da população, no que diz respeito ao esporte e lazer, sejam atendidas. Tornando-se ações reais, e não meramente simbólicas.

O gráfico 4 aponta o ponto de vista da população relativa à participação popular nas decisões sobre o local de construção dos equipamentos esportivos.

Gráfico 4 - Participação Popular - Equipamento Areninha - Comunidade.



Fonte: Dados da pesquisa

As respostas apontadas pela população se opõem às respostas dos gestores, revelando que 66,1% (n. 39) da população discorda que haja consulta à comunidade para decidir onde um equipamento esportivo deve ser construído.

Marcellino *et al.* (2007) infere que, previamente a construção de um equipamento específico de lazer, durante o processo de formulação logística do plano de trabalho daquele espaço, é preciso conhecer quais são as aspirações e necessidades da comunidade em questão, assim, é possível saber que tipo de equipamento construir para amenizar riscos da não apropriação por parte da população.

Para Cunha (2007), a função social do equipamento esportivo é possibilitar em um local específico possibilidades de práticas desportivas diversas.

Almeida e Gutierrez (2011), alerta que, se faz necessário, para além de favorecer apenas a construção de estádios de futebol ou quadras, a de espaços desportivos que sejam realmente multifuncionais, livres para que a comunidade possa praticar e não apenas se situar como mero espectador passivo, pois o lazer associa-se ao bem-estar social e à qualidade de vida.

A implantação de determinado equipamento público de lazer deve trazer consigo, efetivamente, o atendimento às necessidades da população, dando, para tal ação, um real significado comunitário, pois não é raro identificar “elefantes brancos”, equipamentos custosos quanto à manutenção, sem funcionalidade e sem utilização, e desprovidos de objetivos sociais (Kocian e Licere, 2016). Conforme se pode notar nas figuras 03 e 04, a Areninha da Vila Betânia e do Campo do América são espaços legitimados pelas práticas outrora vivenciadas pela historicidade da região, onde tinha o futebol, como modalidade geradora de ações.

Figura 03 - Areninha da Vila Betânia



Fonte: Fortaleza (2019d).



Figura 04 - Areninha do Campo do América



Fonte: Fortaleza (2020).

Tais historiografias (Campo do América e o Campo da Vila Betânia) alicerçam e revitalizam determinados espaços. Aglutinando, conforme aponta Da Costa (2005), determinadas práticas da região, organizando-as.

Para Cunha (2003) e Cunha (2007), determinados equipamentos, antes enraizados em modalidades esportivas ou práticas físicas já existentes, sistematizam os comportamentos sociais, balizadas pelos costumes e tradições da localidade. Reforçando políticas públicas que referendem a existência da sua construção.

Stigger (2003) aponta para aproximações evidentes entre a ideia da capacidade de escuta e a perspectiva do desenvolvimento de uma política de esportes e lazer, na qual a participação da comunidade nas esferas decisórias torna-se essencial. Pois o diálogo em formato de escuta direta, de participação diretiva na construção dos projetos, é uma maneira de proporcionar o acesso da população aos bens sociais concebidos historicamente pelos seres humanos.

Neste constructo gerencial, o exercício da escuta, da colaboração social, não se resume a responder às demandas da população, mas, sim, constitui-se numa política realizada para democratização do poder decisório, onde o principal eixo político de uma política social é a participação popular consciente e empoderada.

Wendhausen (2006, p. 133) afirma que:

“O empoderamento tem assumido significações que se referem ao desenvolvimento de potencialidades, aumento de informação e percepção, com o objetivo de que exista uma participação real e simbólica que possibilite a democracia”.

Percebe-se, assim, quanto é importante a construção e consolidação de espaços e equipamentos públicos de esporte e lazer que atendam às necessidades da população, sobretudo, buscando democratizar as decisões e o acesso daqueles que têm menos opções e acesso a esses lugares.

Fica nítido que as instalações das Areninhas são de extrema importância para a inclusão/reintegração do indivíduo à sociedade, pois são modificadores sociais. Cabe ao poder público, portanto, associar as aspirações e necessidades das comunidades locais ao objetivo social do empreendimento traduzido pela política pública em questão.

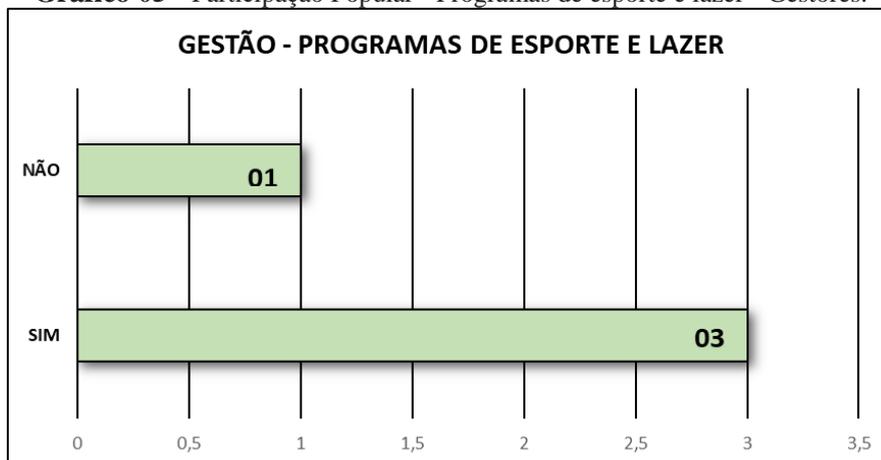
Dessa maneira, no próximo tópico, serão investigados os projetos/programas de Esporte e Lazer oferecidos e tendo como suporte a participação popular na sua formulação.

Decisões sobre os Programas/Projetos de esporte e lazer

Neste tópico, serão descritos e discutidos a existência ou não de programas de esporte e lazer desenvolvidos pela Secel, oriundos de manifestações esportivas e de lazer via participação popular. Numa tentativa de compreender o processo de construção democrática dos projetos sociais para a população Fortalezense, tendo a comunidade como coletivo social atuante.

O gráfico 05 apresenta a visão do gestor quanto à participação popular nas decisões sobre os programas de esporte e lazer, desenvolvidos nas Areninhas.

Gráfico 05 - Participação Popular - Programas de esporte e lazer - Gestores.



Fonte: Dados da Pesquisa

Quando questionados se a população é consultada para decidir quais programas de esporte e lazer devem funcionar em suas comunidades, três (n. 3 = 75%) dos quatro gestores afirmaram que sim, enquanto um gestor negou que a população fosse consultada.

Contudo, percebe-se, na fala do Gestor 04 a seguir, que a Secel atende ao apontamento dos autores Carneiro, Moraes e Soares (2014), quando referem que uma política de lazer esportivo deve atentar para a construção e manutenção de equipamentos, mas ir além da estrutura física. Deve existir o que eles chamam de animadores, cuja função é propor e desenvolver atividades nesses equipamentos, visto que muitas pessoas não os utilizam por desinteresse e desconhecimento das atividades que podem ser desenvolvidas.

“Nós Tínhamos o Projeto Segundo Tempo [...] para aprovação de uma outra versão mas conseguimos colocar para rodar, aí, nós começamos também o Atleta Cidadão, que também até hoje perdura, já está aí, acho, que na sétima versão dele, sétimo ano, é um projeto que começou estritamente poliesportivo, mas, com a questão das areninhas a gente percebeu que a gente tinha que ocupar os horários com atividades que envolvessem a cidadania, então, hoje, ele tem ainda outras atividades, mas ainda está muito ligado às areninhas, a gente tinha a grande maioria dos professores do Atleta Cidadão, eles estão atuando nas Areninhas”. (Gestor 4)

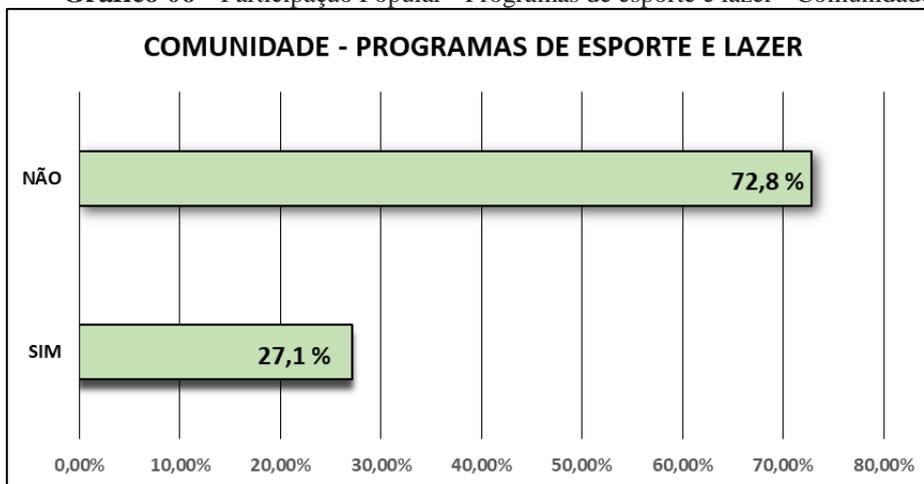
Segundo Fachine et al. (2022), o projeto “Atleta Cidadão”, coordenado pelo Gestor 4, oferece à população acesso gratuito ao esporte e lazer, em aulas regulares dentro das comunidades, com atividades físicas e brincadeiras, para estimular a convivência social e a formação cidadã. Núcleos esportivos estão disponibilizados em praças, escolas, paróquias, calçadões, equipamentos esportivos e associações. No caso das Areninhas, as aulas do projeto acontecem com orientação de profissionais de educação física, concentradas na modalidade futebol e futsal (quando o equipamento tem quadra).



Por outro lado, não encontramos, no discurso dos atores da gestão, ações que garantissem a participação popular nas decisões de implantação desses programas e isso reverbera nas respostas da população entrevistada, como apontado a seguir.

O gráfico 06 expressa o ponto de vista da população quanto à participação popular nas decisões sobre os programas de esporte e lazer, desenvolvidos nas comunidades.

Gráfico 06 - Participação Popular - Programas de esporte e lazer - Comunidade.



Fonte: Dados da pesquisa.

A leitura do Gráfico 06 revela que 72,8% (n. 43) dos entrevistados relataram que a população não é consultada para definir o programa de esporte e lazer que funcionará na comunidade, enquanto 27,1% (n. 16) acreditam haver consulta à população.

Melo (2008) infere que, para potencializar os programas e contribuir para exponenciar suas possibilidades de contribuição política, deve-se procurar aprofundar o envolvimento da comunidade interessada. Isto é, pensar os projetos não para os cidadãos, mas em conjunto com eles. Quando se deixa de tomar tal procedimento, mesmo com boa vontade, corre-se o risco de não cumprir adequadamente as funções e implementar ações que não proporcionem os desdobramentos esperados.

Kocian e Licere (2016) ressaltam a importância dada à participação popular na tomada de decisões, seja para a construção de um novo espaço público de lazer ou para o desenvolvimento de um programa específico. Outro ponto para o qual os autores chamam a atenção é o desenvolvimento de ações intersetoriais, a fim de potencializar as iniciativas.

Sarmiento (2000, p.93), por sua vez, infere que a descentralização das ações é um importante mecanismo logístico de desenvolvimento de um sistema desportivo, ressaltando que:

... a passagem gradual das competências desportivas do poder central para o poder local parece estar a ser um importante fator de desenvolvimento do sistema desportivo nacional, permitindo um reforço da ligação entre o cidadão e o Estado. Tem facilitado inclusivamente, a avaliação das carências e necessidades das populações, bem como, desempenho do exercício das funções aos líderes políticos.

Verificamos através dos relatos da população que a Secel oferece programas de esporte e lazer, direcionados principalmente para o esporte, privilegiando o futebol, o qual é a principal atividade realizada no equipamento intitulado de Areninhas, mas pouco se preocupa em consultar a população sobre os interesses, as necessidades, ou mesmo as inclinações esportivas e de lazer das comunidades. Práticas desportivas outras (futebol americano, rugby, hóquei na grama etc.) não foram identificados como elementos pedagógicos de aproveitamento das estruturas do campo de futebol, para diversificação de modalidades desportivas coletivas ainda não conhecidas naquela região. Atividades como capoeira, caminhadas ou outras atividades de esporte/lazer, quando praticadas, eram em decorrência de iniciativa própria ou de grupos coletivos independentes.

Não obstante, os documentos oficiais da prefeitura, segundo Fortaleza (2019c), indica a “Areninha” como possibilidade desportiva e de lazer de uso gratuito pela população, com espaços esportivos de qualidade e práticas de atividade física, em um ambiente seguro de convivência, com lazer e formação cidadã voltadas a um público-alvo (8 à 29 anos) de ambos os sexos, com frequência semanal de três dias, tendo a modalidade futebol a ferramenta principal de inclusão social e construção da cidadania, onde o projeto “Atleta Cidadão”, é o elemento pedagógico formador.

Como a historiografia da maioria das Areninhas da cidade de Fortaleza, é baseada na requalificação de campos de futebol já existentes, seus projetos e programas deveriam acompanhar também a mudança dos tempos, revitalizando-se, igualando as forças de participação dos seus usuários nos equipamentos em tela, pois fica evidenciado a prevalência do gênero masculino (61,02%) em detrimento do feminino (38,98%) também nos resultados coletados com público alvo amostral desta pesquisa. Hipoteticamente, essa maior distribuição do gênero masculino deve-se à monocultura do futebol, situar-se enraizada. Presumi-se que o gênero feminino, envolvido na prática futebolística e desportiva, em geral, carece de maior atenção, pois continua a sofrer um processo de exclusão, seja pelo gênero oposto, seja dos próprios familiares, seja pela sociedade.

Segundo Filho e Maciel (2020, p. 9 *apud* Pisani, 2012, p. 84), conforme transcreve na nota 11, sobre o estudo etnográfico fragmentado sobre o futebol amador praticado na Areninha do bairro Pirambu, em Fortaleza:

“Na Areninha Pirambu não há nenhum time de subúrbio formado por mulheres. Nas minhas idas a campo observo as mulheres na função de torcedoras. O futebol de subúrbio dentro da Areninha Pirambu é uma prática masculina. “É raro que uma criança, do sexo feminino, seja incentivada a jogar ou que ganhe presentes relacionados ao futebol - como uma bola, uma chuteira ou meias - quando muito, a garota ganha uma camiseta para fazer parte da torcida do time”.

O retrato da capital cearense é um retrato regional e nacional da participação feminina diminuta nos projetos/programas de esporte e lazer, seja como praticante, seja como voz atuante nas arenas decisórias. Conforme o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD (2017) assinala, a situação de ser mulher já é um fator determinante para o enfrentamento de obstáculos e desigualdades sociais. O relatório “Movimento é Vida” indica que a participação do gênero feminino é 40% inferior quando comparada aos homens, numa clara sinalização de uma disparidade latente, persistente e desafiadora entre gêneros.

O relatório do PNUD/Movimento é vida baliza para a necessidade urgente de políticas públicas que possam inserir o gênero feminino em pé de igualdade nas práticas desportivas e de lazer, diminuindo a diferença entre homens e mulheres em território nacional (PNUD, 2017), fator primordial para o desenvolvimento humano.

Outrossim, a representação da monocultura do futebol é latente e permeia o imaginário gestor, consolidando-se nas decisões administrativas, que não ampliam o leque de outras vivências para além dos ditos esportes convencionais e repetidamente praticados. Tendo a participação popular quase nenhuma representatividade. Principalmente, quando está é feminina.

O esporte e suas práticas, e tudo que as organiza, não podem ser compreendidos de forma neutra, autônoma, fora da sua realidade social, pois é resultado dos fundamentos antropológicos à luz do quadro axiológico pelo qual se rege. Sendo influenciado por variáveis históricas das mais diversas, fruto do desporto moderno, resultante da sociedade moderna industrial contemporânea, competitiva e excludente. Pois compreender o desporto atual é compreender a metáfora da vida, reflexo da cultura que as consolidou (Garcia, 2000). Assim, entender a predominância do gênero masculino nos ambientes que circunscrevem os diversos cenários esportivos, seja na prática, seja na organização, é “entender” o reflexo da sociedade atuando diretamente como reprodutora de normas e convenções culturais daquele ambiente.



Conclusões e recomendações

Com a presente pesquisa, se objetivou verificar a existência da participação popular nas políticas públicas de esporte e lazer da cidade de Fortaleza no período de 2018 a 2020, condicionadas a três elementos pedagógicos de compreensão administrativa quanto a participação Popular: Decisões estratégicas dos gestores; locais de construção dos equipamentos esportivos e programas de esporte e lazer desenvolvidos junto as comunidades.

Os resultados identificados nesta pesquisa corroboram com os dados relatados por estudos outros, que versam sobre a análise das políticas públicas e sua relação com a participação popular na construção de ações esportivas e de lazer, em regime colaborativo e democrático.

É importante ressaltar que a pesquisa em questão contou com algumas limitações, tais como a dificuldade de participação e engajamento de alguns convidados, o que ocasionou um número baixo de gestores participantes (04) e público frequentadores dos equipamentos areninhas (59). Com predominância do gênero masculino em ambos.

Ressalta-se que a análise foi realizada a partir do discurso/percepções dos próprios gestores (Secel/SERs/SERCEFOP) e participantes das Areninhas, assim como dos documentos legais e observação in loco das instalações referendadas.

Pires (2007) infere que os resultados encontrados em determinadas políticas públicas desportivas poderão sustentar-se erroneamente na aleatoriedade e serem considerados falsamente de sucesso. Pois foram fruto de uma construção não baseada em levantamento prévio e científico da realidade em questão. Ressaltando que, uma política desportiva municipal/local passa pela criação de condições de acesso democrático para quem dela desejar usufruir, manifestada pelas práticas de atividade física e esportivas amparadas e referidas por: quadros teóricos de suporte alternativos ao modelo dominante; idealização de novas políticas; e responsabilização dos gestores pelas decisões tomadas.

Conforme aponta Constantino (1999) as políticas públicas voltadas ao desporto e ao lazer comunitários devem-se ancorar sobretudo nas esferas de planificação cultural, tendo o estado, como mediador destas medidas, balizadas sob a égide de estratégias pública: modernização da gestão; trabalho conjunto entre sociedade civil em regime de cooperação; qualificação das atividades realizadas e das práticas desportivas desenvolvidas; ampliação do acesso à prática desportiva; construção e condições logísticas de infraestruturas.

Em contramão as reflexões de Constantino, algumas ações/projetos sociais estudados nesta pesquisa, foram identificados como que organizados para grupos populacionais etariamente delimitados, o que não inviabiliza o acesso ao bem-estar físico, cognitivo e social proporcionados pelo esporte e pelo lazer para grupos populacionais outros, que usufruem do entorno. Contudo, um usufruto limitante e de recorte pequeno, pois não ampliou possibilidades para outras faixas de idade, como a terceira idade/e/ou meia-idade, nem de ações de lazer que ultrapassassem as esferas esportivas e/ou atividades físicas relacionadas ao futebol. Como aponta Fortaleza (2019c), a modalidade do futebol desenvolvida nas Areninhas é a ferramenta principal de inclusão social e construção da cidadania.

O gênero feminino carece de maior atenção, pois continua a caminhar em desigualdade frente ao gênero masculino (na sua maioria), detentor dos espaços e tomadas de decisões.

Nas Areninhas, constatou-se a monocultura do futebol como elemento desportivo e de lazer a direcionar as atividades sociais do equipamento, da população e dos gestores, mesmo que, possuindo no seu entorno instalações, como academia ao ar livre, parque infantil, quadra esportiva e espaço para caminhadas destinadas aos públicos diversos.

Constatou-se o pouco interesse gerencial em consultar os praticantes/moradores sobre os anseios, as necessidades, ou mesmo as inclinações esportivas e de lazer da comunidade. Não possibilitando uma escuta significativa junto à população, para além dos muros limítrofes da prática futebolística. Entretanto, as evidências de que, não obstante, em alguns casos, existir recolha de informações junto a população participante; da existência de um conselho gestor como instrumento de organização do equipamento; a mediação entre o público comunitário e o público gestor nas

decisões sobre as políticas que direcionam a Secel permanece centralizada na pasta administrativa municipal.

Apesar do esforço da gestão em estabelecer uma aproximação entre a Secel e a população do município de Fortaleza, principalmente no que se refere ao gerenciamento e preservação de alguns equipamentos de esporte e lazer, como as Areninhas, que possuem um Conselho Gestor próprio, percebe-se um equívoco, por parte da administração pública, na interpretação do que é a participação democrática nas decisões dessa secretaria, o que justifica a necessidade de ações formativas para valorizar e efetivar a participação popular nas áreas de esporte e lazer, buscando estratégias de descentralização do poder de decisão, com o intuito de potencializar o sucesso das ações e garantir o atendimento da CF/1988, que prevê o acesso ao esporte e lazer como um direito social.

Diante do exposto, fica nítido que os Equipamentos Areninhas, sob responsabilidade da Secel são de extrema importância para a inclusão/reintegração do indivíduo, pois são modificadores sociais e consolidadores de empoderamento comunitário.

Importante ressaltar que a origem das Areninhas é resultado histórico das modalidades anteriormente reestruturadas, em específico, o futebol e sua tradição nos bairros. Seguindo a lógica de que os equipamentos esportivos aglutinam e organizam a prática desportiva de determinado local (Da Costa, 2005), sistematizando os comportamentos sociais, relativo às modalidades e resultante da tradição e de costumes de uma sociedade, alicerçada em possíveis políticas públicas (Cunha, 2003; 2007).

Cabe ao poder público, portanto, associar as aspirações e necessidades das comunidades locais ao objetivo social do empreendimento traduzido pela política pública em pleito. Ampliando o leque de oportunidades, diversificando a oferta, possibilitando heterogeneidade de projetos/programas de cunho cidadão, voltados para o desporto/e lazer. Assumindo significação democrática, desenvolvendo potencialidades, aumentando a informação e a percepção sobre os direitos e deveres, consolidados por uma participação popular real, e não apenas simbólica, mas, sobretudo, colaborativa.

A diversidade de interesses, a profusão de motivações e objetivos da população, na sua relação com o desporto e o Lazer, pressionam, ao poder público, nas esferas federal, estaduais e municipais, responsabilidades para a fomentação, o desenvolvimento e a promoção de práticas esportivas e de lazer, assim como a construção de equipamentos, possibilitando, de maneiras formal e informal, o acesso à prática, aos programas e projetos de inclusão social. Nessa conjuntura, a participação popular torna-se hegemônica ao possibilitar uma ação de ir e vir, uma troca democrática entre informações que se farão de extrema importância entre a gestão e a comunidade, entre os anseios comunitários e as possibilidades político-administrativas.

Desta maneira, conhecimentos sistemáticos futuros produzidos neste campo de associação entre participação popular e políticas públicas possibilitarão o desenvolvimento de explicações empíricas e teóricas mais satisfatórias, bem como o desenvolvimento de novas tecnologias e metodologias para a promoção qualificada da administração do desporto e do lazer, elementos considerados na CF/88 e Carta da ONU 78, como fatores primordiais para uma melhor qualidade de vida.

Referências

Almeida, M. A. B. e Gutierrez, G. L. O (2011). *Lazer no Brasil: de Getúlio Vargas à Globalização*. 14ª ed. São Paulo: Phorte Editora.

Araújo, L. A. D.; Nunes Jr., V. S. (1999). *Curso de Direito Constitucional*. 3ª ed. São Paulo: Saraiva.

Barros Filho, M. A.; Pedroso, C. A. M. Q.; Fatta, G. L. C. L.; Lima, W. H. G. A., Silva, T. C.

A. (2013). Perfil do gestor esportivo brasileiro: uma revisão de literatura. *Revista Intercontinental de Gestão Desportiva*. v. 3, Suplemento 1, ISSN 2237-3373.

Bonafont, L. (2004). *Redes de políticas públicas*. Madrid: Centro de Investigaciones Sociológicas.

Bonavides, P. (1993). *A Constituição aberta*. Belo Horizonte: Del Rey.



- Brasil (2018). *Constituição da república federativa do Brasil*. 53. ed. Brasília: Câmara dos Deputados. Edições Câmara.
- Brasil (1990). *Estatuto da criança e do adolescente*. Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990. Brasília.
- Bordenave, J. E. (1994). *O que é participação*. 4. ed. São Paulo: Brasiliense.
- Brust, C.; Baggio, I. C.; E Filho, M. F. S. (2006). Gestão das políticas públicas de esporte e lazer em Santa Maria, RS. *Motrivivência*, ano XVIII, n. 27, p. 179-192, dez.
- Carneiro, F. H. S.; Moraes, F. M. S.; Soares, L. F. R. (2019). Espaços e equipamentos públicos de esporte e lazer em Uruaçu-GO: políticas públicas e apropriação. In: 6o Congresso Centro-Oeste de Ciências do Esporte. 10º Congresso de Educação Física. 2014, Jataí. *Anais eletrônicos [...]Jataí, 2014, GTT Políticas públicas*. Disponível em: <http://congressos.cbce.org.br/index.php/6concoce/10conef/paper/view/6214>.
- Carvalho, A. (org.). (2002). *Políticas públicas*. Belo Horizonte: Editora UFMG.
- Ceará (2022), Governo do Estado do Ceará – Secretaria de Esporte. Disponível em: <https://www.esporte.ce.gov.br/2022/06/24/areninha-de-numero-279-e-inaugurada-pelo-governo-do-ceara-em-horizonte/#:~:text=Esta%20C3%A9%20a%20279%C2%AA%20inaugurada,Cear%C3%A1%20e%20Prefeitura%20de%20Fortaleza>. Acesso em 05 fev. 2024.
- Constantino, J. M. (1999). *Desporto, política e autarquias*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Constantino, J. M. (2006). *Desporto: Geometria e equívocos*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Cunha, L. M. (2003). *O espaço, o desporto e o desenvolvimento*. Lisboa: Faculdade de Motricidade Humana.
- Cunha, L.M. (2007). *O espaço, o desporto e o desenvolvimento*. Lisboa: Edições FMH.
- Da costa, L. (2005). *Atlas do esporte no Brasil: atlas do esporte, educação física e actividades físicas de saúde e lazer no Brasil*. Shape.
- Fechine, B. R. A., Fechine, T. B. S., Abreu, S. M. B., Brito, A. C., Sousa, M. P. (2021). Caracterização Funcional dos Secretários de Esporte do Ceará: Análise sociodemográfica e organizacional das ações municipais voltadas ao Esporte e do Lazer. *Revista Intercontinental de Gestão Desportiva*. Vol.11, p. 1-16, ISSN 2237-3373.
- Fechine, B. R. A., Fechine, T. B. S., Souza Júnior, A. U. (2022). Equipamentos esportivos e a cidade de Fortaleza/CE: Estratificação funcional das instalações de esporte e lazer, práticas existentes e projetos sociais vinculados as coordenadorias específicas. *Revista Intercontinental de Gestão Desportiva*. Vol. 12, p. 1-26, ISSN 2237-3373.
- Filho, M. A. (1995). *O desporto na ordem jurídico-constitucional brasileira*. São Paulo: Malheiros.
- Filho, G. C. C.; Maciel, W. (2020). "Hoje tem festa na favela": notas etnográficas sobre um campo de futebol de subúrbio em Fortaleza. *Ponto Urbe*, Revista do Núcleo de Antropologia Urbana da USP, n. 27.
- Fortaleza (2016a). *Plano Fortaleza 2040 : vida comunitária, acolhimento e bem-estar: Iplanfor*.
- Fortaleza (2016b). *Prefeitura Municipal Fortaleza*. 2016. Disponível em: <https://www.fortaleza.ce.gov.br/noticias/prefeitura-de-fortaleza-empossa-membros-do-conselho-gestor-da-areninha-campo-do-pici>.
- Fortaleza (2017). *Prefeitura municipal*. 2017. Disponível em: <https://www.fortaleza.ce.gov.br/noticias/areninha-do-campo-do-america-comemora-tresanos-neste-sabado-24-06>. 2017.
- Fortaleza (2019a). *Prefeitura Municipal de Fortaleza*. Disponível em: <https://www.fortaleza.ce.gov.br/noticias/prefeitura-de-fortaleza-divulga-editais-pareleicao-do-conselho-gestor-de-mini-areninhas>.
- Fortaleza (2019b). *Prefeitura Municipal de Fortaleza*. Disponível em: <http://www.fortaleza.ce.gov.br/institucional/tag/conselho%20gestor>.
- Fortaleza (2019c). Secel: *Secretaria de Esporte e Lazer (Secel)*. Disponível em: <https://www.fortaleza.ce.gov.br/institucional/a-secretaria-330>. 2019. Acesso em: 15 out. 2019
- Fortaleza (2020). *Prefeitura Municipal de Fortaleza*: Facebook. Disponível em: <https://www.facebook.com/photo/?fbid=3498955823492466&set=a.224800790908002>.
- Fortaleza (2023). Prefeitura Municipal de Fortaleza : Secretaria de Esporte e Lazer. Disponível em: <https://www.fortaleza.ce.gov.br/institucional/a-secretaria-330>. Acesso em 05 fev. 2024
- Garcia, R. (2000). *Desporto para pessoas com deficiência – Uma perspectiva ética*. In Lemos K (Ed.) *Temas Actuais V. Educação Física e Esportes*. Belo Horizonte: Editora Health, 83-92.

- Gil, A. C. (2010). Métodos e técnicas de pesquisa social. In: *Métodos e técnicas de pesquisa social*. Atlas.
- Karnas, G. S. (2013). Perfil do gestor desportivo dos municípios do Rio Grande do Sul. Porto. Dissertação (Mestrado)- Faculdade de Desporto da Universidade do Porto
- Liberato, A.; Soares, A. (2009) *Seminário nacional de políticas públicas de esporte e lazer: Retrospectiva histórica*. 1ª edição. / Manaus: EDUA.
- Lopes, B.; Amaral, J. N. (2008). *Políticas públicas: conceitos e práticas*. Coord. de Ricardo Wahrendorff Caldas, Belo Horizonte: Sebrae/ MG.
- Kocian, R. C.; Licere, C. L. S. (2016). *Políticas públicas e os equipamentos esportivos de lazer*. Belo Horizonte, v.19, n.3, set.
- Marcellino, N. C. et al. (2007). *Espaços e equipamentos de lazer em região metropolitana: o caso da RMC Região Metropolitana de Campinas*. Curitiba: Opus.
- Marconi, M. de A.; Lakatos, E. M. (1999) *Técnicas de pesquisa*. 3. ed. São Paulo: Atlas.
- Melo, M. P. (2008). *Projetos sociais de esporte e lazer: reflexões, inquietações, sugestões*. n. 7, 2008. Disponível em: <http://www.quadernsanimacio.net>.
- Nascimento, O. A. dos S. (2014). *As políticas públicas de lazer e esporte no município de Aruanã – GO*. Monografia (Licenciatura em Educação Física) – Faculdade de Educação Física da Universidade Federal de Goiás, Goiânia, dez.
- Oliveira, A. A. N. (2010). *Democracia participativa e políticas públicas de esporte e lazer: o programa esporte na comunidade (Fortaleza/CE)*. Dissertação (Mestrado) – Universidade de Brasília, Faculdade de Educação Física,
- ONU (1978). Organização das Nações Unidas. *Carta internacional da educação física e do esporte da Unesco, 21 de novembro de 1978*. Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000216489_por. Acesso em: 10 jul. 2019.
- ONU (2021). Organização das Nações Unidas. *Nações Unidas dizem que esporte tem papel importante na recuperação da Pandemia*. Disponível em: <https://news.un.org/pt/story/2021/04/1746692>
- Pereira, J. M. (2009). *Manual de gestão pública contemporânea*. 2ª ed. São Paulo: ed. Atlas,
- Pires, G. (2007). *Agôn: Gestão do Desporto: O jogo de Zeus*. Porto: Porto Editora,
- PNUD (2017). Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento: Relatório de Desenvolvimento Humano Nacional - Movimento é Vida: Atividades Físicas e Esportivas para Todas as Pessoas: 2017. – Brasília, 392 p.
- Sarmiento, J. P. (2000). *Qualidade de gestão das instalações e o novo perfil do gestor desportivo*. Montemor-o-Novo: AMDE - Associação de Municípios do Distrito de Évora. Relatório de Estágio.
- Sirvent, Maria Teresa (2004). *Cultura popular y participación social: una investigación en el barrio de Mataderos (Buenos Aires)*. Buenos Aires: Miño y Dávila
- Starepravo, F. A. (2007). Políticas públicas para o esporte e lazer: conselhos municipais de esporte e lazer e outras formas de participação direta. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DO ESPORTE, *Anais [...]*, 15, Recife: CBCE,
- Stigger, M. P. (2003). Políticas públicas em esportes e lazer: considerações sobre o papel do profissional educador. In: Marcellino, N. C (Org). *Formação e desenvolvimento de pessoal em lazer e esporte*. Campinas: Ed. Papirus.
- Wendhausen, A. L. P.; Barbosa, T. M.; Borba, M. C. *Empoderamento e recursos para a participação em conselhos gestores*. Saúde soc., São Paulo, v. 15, n. 3, dez. 2006. Disponível em <https://www.scielo.br/j/sausoc/a/vwcvwXkKyffff499HNfkhNC/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 07 fev. 2024.
- Werle, V. M. (2010). Reflexões sobre a participação nas políticas públicas de esporte e lazer. *Artigo Original*, v.16, n.1, p.135-142. Florianópolis, Brasil, jan./mar.
- Zanatta, T. C.; Freitas, D. M.; Carelli, F.G.; Costa, I. T. (2018). O perfil do gestor esportivo brasileiro: revisão sistemática da literatura. *Revista Movimento*, Porto Alegre, v. 24, n. 1, p. 291-304, jan./mar.

Recebido em: 17/02/2024

Aceite em: 04/05/2024

Endereço para correspondência:

Basílio Rommel Almeida Fechine

bfechine@gmail.com



Esta obra está licenciada sob uma Licença Creative Commons Attribution 4.0

O *habitus* político e as políticas públicas de esporte do Estado do Espírito Santo – Brasil

Political habitus and public sport policies of the state of Espírito Santo – Brazil

Habitus políticos y políticas públicas deportivas del estado de Espírito Santo – Brasil

Renato José Oliveira

Instituto Superior de Ciências Educativas do Douro, Portugal – ropompeia@yahoo.com.br

Ana Gabriela Alves Medeiros

Universidade do Estado da Bahia, Brasil – gabimedeirosf@gmail.com

Resumo

O interesse político dos atores públicos em torno das políticas públicas esportivas no Brasil é recente e ganhou destaque sobretudo em função dos principais eventos esportivos mundiais sediados no país, como a Copa do Mundo de 2014 e os Jogos Olímpicos e Paralímpicos de 2016. No contexto do Estado do Espírito Santo, o desenvolvimento do Projeto Esporte Pela Paz se destacou como uma estratégia de enfrentamento à violência contra crianças e adolescentes, destacando o esporte como instrumento transformador para o exercício da cidadania, qualidade de vida e inclusão social. Nesse sentido, objetivou-se com esta pesquisa investigar o *habitus* político do Estado do Espírito Santo nos anos de 2011 a 2014, nomeadamente no ajustamento do campo das políticas da Secretaria de Esporte e Lazer. Especificamente, buscou-se verificar como e até que ponto o *habitus* político dos agentes políticos interferiu no Projeto Esporte Pela Paz. Para tanto, recorremos qualitativamente a diferentes fontes de recolha de dados, a saber: entrevistas semiestruturadas e análise de documentos oficiais. A pesquisa abrangeu, em sua totalidade, o universo dos ex-gestores e ex-ordenadores de despesas das Secretarias Municipais e Estadual que foram responsáveis pela execução do Projeto nos anos de 2011 a 2014. A interpretação do material recolhido foi realizada conforme a técnica da Análise de Conteúdo a partir das categorias que foram definidas a priori. Concluiu-se que prevaleceu entre os atores públicos um *habitus* que orientou os padrões de determinado curso de suas ações e que interferiu no ajustamento do campo das políticas da Secretaria de Esportes e Lazer, nomeadamente através do Projeto Esporte Pela Paz. Constatou-se ainda que um ciclo que poderia ser virtuoso se tornou vicioso, em função de não ponderarem limites para a hegemonia e a manutenção do poder.

Palavras-chave: Esporte, *Habitus*, Políticas Públicas, Governo.

Abstract

The political interest of public actors in public sports policies in Brazil is recent and gained prominence mainly due to the main global sporting events hosted in the country, such as the 2014 World Cup and the 2016 Olympic and Paralympic Games. State of Espírito Santo, the development of the Esporte Pela Paz Project stood out as a strategy to combat violence against children and adolescents, highlighting sport as a transformative instrument for the exercise of citizenship, quality of life and social inclusion. In this sense, the objective of this research was to investigate the political *habitus* of the State of Espírito Santo in the years 2011 to 2014, namely in the adjustment of the field of policies of the Department of Sport and Leisure. Specifically, we sought to verify how and to what extent the political *habitus* of political agents interfered in the Esporte Pela Paz Project. To do so, we used qualitatively different sources of data collection, namely: semi-structured interviews and analysis of official documents. The research covered, in its entirety, the



universe of former managers and ex-expense coordinators of the Municipal and State Secretariats who were responsible for executing the Project in the years 2011 to 2014. The interpretation of the collected material was carried out according to the technique of Content Analysis based on the categories that were defined a priori. It was concluded that a *habitus* prevailed among public actors that guided the standards of a certain course of their actions and that interfered in the adjustment of the field of policies of the Secretariat of Sports and Leisure, namely through the Sport for Peace Project. It was also found that a cycle that could be virtuous became vicious, due to the failure to consider limits to hegemony and the maintenance of power.

Keywords: Sport, *Habitus*, Public Policies, Government.

Resumén

El interés político de los funcionarios públicos en las políticas públicas deportivas en Brasil, que recientemente ganó destacarse sobretodo en la función de los principales eventos deportivos mundiales celebrados en el país, como la Copa del Mundo 2014 y los juegos Olímpicos y Paralímpicos del 2016. El Estado de Espírito Santo, se destacó en el desenvolvimiento del Proyecto Deporte por la Paz como una estrategia de enfrentamiento contra la violencia contra los niños, niñas y adolescentes, destacándose el deporte como un instrumento transformador para el ejercicio de la ciudadanía, calidad de vida e inclusión social. En este sentido el objetivo con esta investigación fue investigar el *habitus* político del Estado de Espírito Santo en los años 2011 al 2014. Es decir, tomando en cuenta en el campo las Políticas del Departamento de Deporte e Esparcimiento. Específicamente, se buscó verificar hasta que punto el *habitus* político de los funcionarios públicos interfieren en el Proyecto de Deporte por la Paz. Para ellos, utilizamos diferentes fuentes de recolección de datos para saber: entrevistas semiestructuradas y el análisis de documentos oficiales. La investigación abarcó en su totalidad, el universo de ex-gerentes y ex-coordinadores de gastos de la Secretarías Municipales y Estatales que fueron responsables por la ejecución del Proyecto en los años del 2011 al 2014. La interpretación del material recolectado fue realizado conforme a la técnica de Analisis de Contenido a partir de las categorías que fueron definidas a priori. Se concluyó que prevalecía un *habitus* entre los funcionarios públicos que guiaban los estándares de determinadas acciones y que interferían en el ajuste del campo de las políticas de la Secretaria de Deporte y Esparcimiento. A través del Proyecto Deporte por la Paz. Se constató que un círculo que puede ser virtuoso puede tornarse vicioso, debido a la función de no poner límites para a la hegemonía y el mantenimiento del poder.

Palabras Clave: Deporte, *Habitus*, Políticas Públicas, Gobierno.

Introdução

O esporte constitui-se, inegavelmente, como uma das grandes realizações humanas, que atravessa tempo e espaço e integra parte das tradições das mais diversas sociedades. Em contextos macros, é natural nos depararmos com o fenômeno esportivo sendo assistido, consumido, praticado e pensado por diversificados atores e meios sociais.

Ocorre, porém, que ligados nessa teia maior há também os cenários micros, cujas realidades, por suas singularidades e idiosincrasias, requerem suas próprias reflexões teóricas e empíricas. É nesse sentido que se insere a nossa pesquisa, de tese sociológica, que aborda o esporte vinculado ao contexto das políticas públicas de esporte no Brasil, tendo como referência objetiva o cenário da Região Metropolitana da Grande Vitória (RMGV) no Estado do Espírito Santo (ES).

Sob o ponto de vista social e histórico, os anos entre 2011 e 2014 – período em que repousa o nosso interesse investigativo –, são considerados como cenário e momento de “efervescência” de incentivo ao esporte, pela conjuntura que envolveu a realização da Copa do Mundo (2014) e dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos (2016) no Brasil.

Vale destacar que o esporte e o lazer são tidos como direitos previstos na Constituição Federal Brasileira de 1988, os quais, portanto, devem ser garantidos pelo poder público mediante desenvolvimento de políticas públicas de Estado ou governamentais (Brasil, 2016). Não obstante serem tais políticas um dos deveres que cabe a administração pública fomentar, observa-se que o interesse político pelo esporte no Brasil é, quando comparado a outras áreas, recente e ínfimo, especialmente quando miramos os planos dos gestores estaduais e municipais, os quais, em grande

parte, desenvolvem ações e projetos pautados em um mandato de quatro anos (Manhães, 2002). E mesmo dentro desse tempo, é comum verificarmos descontinuidades e abandono dos projetos esportivos por diversos motivos, tais como a diminuição de verbas para as secretarias de esporte e as trocas políticas de secretários e suas equipes.

No âmbito nacional, um fato recente corrobora a incipiência do esporte enquanto política pública: no ano de 2019 o Ministério do Esporte foi extinto e a pasta do esporte foi incorporada ao Ministério da Cidadania. Concomitantemente, algumas Secretarias Estaduais de Esporte foram extintas, como nos Estados do Paraná, Minas Gerais, Santa Catarina, Sergipe e Pernambuco. Outras foram vinculadas como uma subárea, como em Goiás, Mato Grosso do Sul, Tocantins, Bahia e Acre. Dos 27 Estados da Federação, apenas o Rio Grande do Sul e o Mato Grosso ampliaram o espaço dado ao esporte¹.

Portanto, o cenário das políticas esportivas no Brasil é preocupante, sendo raro encontrarmos programas e projetos que tenham longevidade e continuidade. Diante disso, pode-se alegar que temos políticas de governo, mas não uma política de Estado, compreendendo a política de governo associada ao mandato de uma pessoa eleita e a política de Estado enquanto ações consistentes e duradouras, independente de quem esteja governando. Tal dado chama a atenção, especialmente pelos resultados potenciais que essas políticas podem apresentar em termos de impactos sociais, organizacionais, econômicos, culturais e políticos (Manhães, 2002; Starepravo, 2011).

Do ponto de vista sócio-histórico, Pires e Lopes (2001, p. 88) argumentam que as políticas esportivas no Brasil parecem instáveis e “desprovidas” de estratégias sólidas, sendo marcadas, em sua maioria, por experimentalismos e replicação de modelos tradicionais. E essa é uma realidade comum que alcança os diversos Estados da nação e, por conseguinte, as secretarias de esporte estaduais e municipais.

Considerando a teorização do sociólogo Pierre Bourdieu, podemos relacionar esse modelo de conduta com um *habitus* político, simbolizado por um conjunto de disposições herdado social e culturalmente pelos atores (gestores públicos) desse campo (político), moldando, assim, as estruturas, planejamentos, discursos e ações práticas.

É, pois, ancorados nessa acepção que buscamos analisar a configuração do *habitus* político adotado pelo Estado do Espírito Santo entre 2011 e 2014 em relação às políticas públicas esportivas, especialmente no contexto do Projeto Esporte Pela Paz - Crianças e Adolescentes (EPP). Em outras palavras, podemos alegar que objetivamos investigar o *habitus* político do Estado do Espírito Santo nos anos de 2011 a 2014, nomeadamente no ajustamento do campo das políticas da Secretaria de Esporte e Lazer. Especificamente, buscou-se verificar como e até que ponto o *habitus* político do Estado interferiu no Projeto Esporte Pela Paz.

O Projeto EPP foi criado pelo Governo do Estado do Espírito Santo para proporcionar atividades esportivas e pedagógicas para crianças e adolescentes, com idades entre 6 e 17 anos, na Região Metropolitana da Grande Vitória, locais mapeados com maior índice de vulnerabilidade social. Neste contexto, o esporte se coloca como uma das principais ferramentas de políticas públicas, que visa auxiliar na condução da uma sociedade mais saudável e na diminuição da criminalidade, uma vez que transmite a crianças e adolescentes valores como respeito, disciplina, amizade etc., que podem ser transpostos para as relações sociais como um todo (Manhães, 2002).

Diante do exposto, almejamos com esta pesquisa compreender a abordagem política adotada pelo Estado do Espírito Santo referente às políticas públicas, especificamente as de esporte e lazer, analisando e avaliando as estratégias e ações políticas e seus impactos sociais. Assim, intentamos

1 [Ministério do Esporte](#)



que os resultados possam contribuir para o debate acerca das políticas públicas esportivas, orientando futuras decisões e direcionamentos nessa área.

Referencial teórico

Ao longo deste estudo uma questão que nos moveu de forma objetiva foi pensar sobre o *habitus* político do Estado do Espírito Santo, isto é, refletir sobre o sistema de disposições que os atores sociais deste campo sustenta e que influencia a maneira de agir e se comportarem socialmente. Olhamos para este *habitus*, portanto, visando com isso compreender seu impacto nas políticas públicas de esporte e para cumprir tal tarefa buscamos no autor Pierre Bourdieu o suporte analítico. De modo substancial, recorreremos a três conceitos básicos de sua teorização: *habitus*, campo e capital, porém, sem depurar de outros que também podem ser recrutados, como o conceito de poder.

Para Bourdieu, o *habitus* se constitui em um conjunto de disposições internalizado e duradouro, que é incorporado pelas pessoas a partir de suas experiências sociais e culturais, determinando, assim, a forma de ser, pensar e agir socialmente (Bourdieu, 1989).

Como se depreende desta acepção, o relacionamento entre a herança social que os sujeitos herdam e carregam consigo e os seus modos de agir que decorrem desse legado/capital, parecem serem significativos ao pensar sobre as aplicações feitas da noção de *habitus*. Assim é que a noção de *habitus* comporta tanto uma construção teórica como uma estratégia prática do agente em ação. Esse agente em ação ou operadores práticos correspondem àqueles agentes públicos ou seu grupo político que, imbuídos dessa herança social e sustentados nesta intenção teórica, materializam suas ações em diversos campos de atuação, sendo um deles o campo desportivo.

Na conceituação de Bourdieu (1989, p. 66), o campo pode ser considerado como “uma estrutura de relações objetivas”, ou seja, é um espaço social estruturado que nos permite captar como se dá, de forma concreta, as interações envolvendo agentes, *habitus*, capital e poder. Consequentemente as práticas e o desenrolar que elas assumem tem como *locus* um determinado campo, de modo que *habitus* e campo encontram-se entrelaçados na teoria de Bourdieu, ou seja, há uma relação de interdependência entre ambos e nesse nível a maior parte das intenções e ações dos agentes pode ser produto da conjuntura entre *habitus* e campo, pois, se encontram articulados pela ordem social.

Setton (2002, p. 64), ao realizar uma leitura da teoria bourdieusiana, ressalta que

[...] a teoria praxiológica, ao fugir dos determinismos das práticas, pressupõe uma relação dialética entre sujeito e sociedade, uma relação de mão dupla entre *habitus* individual e a estrutura de um campo, socialmente determinado. Segundo esse ponto de vista, as ações, comportamentos, escolhas ou aspirações individuais não derivam de cálculos ou planejamentos, são antes produtos da relação entre um *habitus* e as pressões e estímulos de uma conjuntura.

Logo, podemos ponderar que as formas de agir e se comportar de um gestor público, bem como os caminhos por ele tomados, num conjunto, apontam para um tipo de interação social que na realidade liga um *habitus* e a força imperativa de um dado campo enquanto estrutura. Nessa condição de vínculo estreito, o relacionamento entre o *habitus* e o campo, de acordo com a sociologia bourdieusiana, está longe de ser simples e direto, mas, se exteriorizam mediante a ação humana em termos de um conjunto de práticas que são passíveis de análise e apreciação.

Pensar a partir do conceito de campo é pensar de forma relacional e entender a disposição social, o que implica conectar sistematicamente agentes e estruturas. E conceber os objetos e fenômenos que atuam nesse meio em constante relação e movimento. Não obstante, o campo também pressupõe confronto, tomada de posição, tensão, poder, já que, de acordo com Bourdieu,

todo campo “é um campo de forças e um campo de lutas para conservar ou transformar esse campo de forças” (Bourdieu, 2004, pp. 22-23).

O certo é que, sendo o campo um lugar de lutas, os agentes que o integram e buscam nele alcançar e manter determinadas posições, necessitam de capitais específicos, tais como capital econômico, capital social, capital cultural e capital simbólico, valorizados de acordo com as características do espaço social. Tais capitais são distintivos “portados” em maior ou menor grau pelos atores que compõem os campos e tais símbolos são responsáveis pelas posições hierárquicas que tais agentes ocupam na estrutura de poder (Bourdieu, 2004).

Nesse sentido, segundo Bourdieu (2007), a construção do Estado está em pé de igualdade com a construção de um campo, entendendo-o como um espaço de disputas, no qual os detentores de capital lutam pelo poder no Estado, através de capital público ou estatal, que assegura o poder sobre os diferentes tipos de capital e sua reprodução. Para tanto, todo o processo da busca em acumular o capital público ou estatal é político e se opera por meio da política, seja ela partidária ou burocrática. Por conseguinte, o objeto de disputa do campo político e burocrático é pela acumulação do capital político, que dá acesso ao capital público ou estatal e vice-versa, bem como as todas as vantagens decorrentes desse acúmulo (Bourdieu, 2007).

Nessa busca constante por espaços e um melhor posicionamento do ator político na máquina estatal, e por entender que o Estado detém esse metacapital², reportamos a um estudo realizado por Zardo, Souza e Starepravo (2018), no qual identificaram o perfil dos gestores que ocuparam o cargo máximo na esfera federal do esporte nos últimos 80 anos.

Segundo os autores, analisar e refletir sobre as políticas esportivas no Brasil é, sobretudo, compreender que é um espaço marcado por lutas e disputas por posições. E todo esse enfrentamento dentro do campo esportivo, bem como um posicionamento na máquina estatal, tem uma relação direta entre o *habitus* e o volume de capital que os gestores em diferentes cenários dispunham e que, a nosso ver, reforça a forma como Bourdieu interpreta a relação dialógica sobre campo, capital e *habitus* como sendo recursos capazes de explicar o retrato de um espaço social, como é o da esfera esportiva com suas formas de constituição, afirmação e reprodução tanto das posições como da estrutura.

Para chegar ao órgão máximo do esporte no Brasil e ter o controle das políticas públicas a nível federal, em geral, é necessário do postulante ao cargo um acúmulo de capitais sendo “que o capital que prevalece na gestão das políticas públicas de esporte e lazer no Brasil é o capital político, somado ao capital social que esses agentes contruíram em virtude de suas trajetórias políticas e partidárias em outros contextos” (Zardo, Souza e Starepravo, 2018, p. 130).

Redirecionando para o contexto estadual, podemos ponderar a figura do ordenador de despesas que esteve a frente da entidade máxima que regia o esporte no Estado do Espírito Santo nos anos de 2011 a 2014, pois se tratava de um agente público que construiu grande parte de sua carreira no âmbito político, através dos mandatos de vereador e deputado estadual. Naturalmente, acumulando capital social e político. Esses capitais somados a política de governança (por fazer parte de um partido aliado ao do governador) resultou na oferta da pasta, a qual, parafraseando Weber (2003), configura uma forma de retribuição material e prestígio social que o líder ou chefe de Estado propicia.

Ao adentrar o campo da ação política partidária, um agente público necessita construir toda uma representação e um discurso político intrínsecos ao contexto, abrangendo narrativas, ações e projetos nos âmbitos social, cultural, econômico, dentre outros. Trata-se de um cenário moldado pelas intenções para a sociedade, emergindo de uma tradição e/ou herança social transmitida ao

2 Concentração de diversos tipos de capital: econômico, cultural, simbólico, dentre outros. Esse metacapital ou capital estatal é fruto do processo de concentração e que confere ao Estado poder sobre os campos e os demais capitais.



agente e parece influenciar o modelo das estruturas, como evidenciado na esfera esportiva (Zardo, Souza e Starepravo, 2018). Compreender esse processo é fundamental, pois nele reside uma parte substancial do fenômeno de reprodução social.

O acaso não desempenha papel na constituição da engrenagem social; ela é formada por intenções e lógicas deliberadas. As regras do jogo, por vezes sutis, geram distinções, e nem todos participam de maneira igual devido à disparidade nos recursos disponíveis para atuar, sendo alguns atores meramente passivos (Bourdieu, 1989). Bourdieu argumenta que o critério para ocupar posições nesse contexto refere-se ao tamanho do capital político de cada agente. Ele destaca que quanto maior o capital político do agente, maiores podem ser as vantagens e a permanência na posição alcançada.

Portanto, há uma competição entre os agentes no campo político, especialmente entre aqueles que, na condição de mandatários, moldam produtos políticos, conceitos, análises e programas. Isso muitas vezes resulta na alocação ou redução dos cidadãos a uma condição de "consumidores", frequentemente passivos.

Assim, ao aplicarmos a perspectiva da sociologia estruturalista de Bourdieu, dirigimos nosso olhar para o campo das políticas públicas esportivas dentro da Secretaria Estadual de Esporte e Lazer (Sesport) do Espírito Santo. Como entendemos, toda essa estrutura reflete os interesses específicos dos partidos políticos e dos profissionais que compõem esse ambiente. Logo, a partir da compreensão inicial dos conceitos de *habitus*, campo e capital, desenvolveremos reflexões e análises que nos permitem escrutinar uma realidade social, nomeadamente através da implementação do Projeto Esporte Pela Paz.

Metodologia

A construção do delineamento metodológico mais apropriado para conduzir um estudo é viabilizada a partir da definição clara do objeto, da identificação da problemática e dos objetivos. No caso deste estudo em particular, optamos por empregar o método qualitativo e explorar duas fontes para a coleta de dados, a saber: pesquisa documental e entrevista semiestruturada. Esta escolha foi deliberada, considerando que essas abordagens servirão como base para todo o processo de investigação, desde a fase de pesquisa até a interpretação e conclusão dos resultados.

Para a pesquisa documental utilizou-se o planejamento estratégico do Estado e municípios que compõem a Região Metropolitana da Grande Vitória, legislações vigentes a nível estadual e municipais, Relatório do Governo do Estado com as principais realizações e entregas em 2013, Relatório de Gestão da Secretaria de Estado de Esportes e Lazer com as realizações e entregas de 2011 a 2013 e o documento balizador do Projeto Esporte Pela Paz - Crianças e Adolescentes.

No universo dos 07 Municípios que compõem a Região Metropolitana da Grande Vitória foram realizadas entrevistas com os(as) 07 ex-secretários(as) municipais que estavam à frente da pasta no período de 2011 a 2014. Além disso, foram realizadas ainda entrevistas com o ex-Secretário de Estado de Esporte e Lazer, o ex-Gerente da Secretaria de Estado de Esporte e Lazer que coordenava um conjunto de projetos na Gerência Educacional de Esporte e Lazer – GEECL e o ex-Coordenador do Projeto Esporte Pela Paz – Crianças e Adolescentes. Assim, tivemos um total de 10 entrevistados(as), sendo que destes somente um ainda ocupava o cargo a frente da pasta, os demais foram transferidos, remanejados para outras funções na gestão pública e um enveredou para iniciativa privada.

Considerando os objetivos delineados nesta pesquisa, optou-se por priorizar a realização de entrevistas semiestruturadas individuais com os participantes mencionados anteriormente. Segundo Fontana e Frey (2000), esse método destaca-se como um dos principais meios para coletar informações em profundidade, sendo eficaz na obtenção de representações, experiências e na compreensão dos sentidos e significados atribuídos pelos participantes a um determinado fenômeno.

Além disso, a abordagem individual e presencial possibilita a criação de interação e vínculo com o entrevistado(a), permitindo a espontaneidade e enriquecendo a comunicação pela maior capacidade de expressão verbal e gestual. As entrevistas foram realizadas durante os meses de maio e junho de 2019, seguindo um guião que abarcava três eixos norteadores, a saber: (1) Filosofia política: a fim de conhecer o cenário político que norteou a formulação e implementação das políticas públicas esportivas do Estado e dos municípios; (2) Ação Política: tendo como intuito averiguar o desenvolvimento dos projetos esportivos, com ênfase no Projeto Esporte Pela Paz - Crianças e Adolescentes; e (3) Avaliação das políticas esportivas: buscando verificar as configurações resultantes das políticas públicas esportivas implementadas, em especial do Projeto EPP.

Todas as entrevistas foram realizadas em um gravador de voz digital Sony PX 440 Série PX sendo guardadas em cartão memória (suporte informático) e todas transcritas na íntegra para análise e interpretação. Recorremos à Análise de Conteúdo para a organização e interpretação dos dados obtidos através da pesquisa documental e das entrevistas realizadas. Entende-se que a Análise de Conteúdo constitui-se como meio para reunir e codificar um amplo volume de material disponível, agrupando, assim, a partir de categorias fundamentadas, elementos de compreensão da realidade social (Bardin, 2016). Nesse sentido, o processo de categorização foi definido a priori a partir do problema de pesquisa, dos objetivos e do referencial teórico. Foram então elaboradas três categorias e suas subcategorias, explicitadas no quadro 1. Cabe destacar que esta pesquisa foi submetida à Comissão de Ética da Faculdade de Desporto da Universidade do Porto e aprovada por ter em conta os requisitos éticos recomendados (CEFADE 30.2018).

Quadro 1. Apresentação das categorias e subcategorias de análise

Categorias	Subcategorias	Indicadores
Filosofia Política	Identificação das Políticas Esportivas	Estrutura organizacional das políticas esportivas nacional, estadual e municipais; Organograma; Modelo de gestão.
	Definição das Políticas Esportivas	Reuniões, encontros, planejamento estratégico, eixos estratégicos, metas, recursos, mudanças, prioridades, Programa de governo estadual e municipal.
	Diretrizes das políticas	Ações prioritárias, diretrizes, estratégicas, planejamento estratégico, monitoramento e gestão.
Ação Política	Definição e Implementação dos Projetos	Políticas e Programas Estruturantes, desafios, projetos, gerenciamento, reestruturação, ações prioritárias.
	Estruturação do Projeto Esporte Pela Paz - Crianças e Adolescentes	Projeto, inclusão social, ações prioritárias, monitoramento.
	Desenvolvimento e Monitoramento do Projeto Esporte Pela Paz	Monitoramento, relatório de atividades, metas, prioridades, audiências públicas, microrregiões, resultados, cumprimentos dos objetivos, indicadores e entregas.
Avaliação do Projeto Esporte Pela Paz	Configurações Organizacionais	Mapeamento, audiências públicas, estrutura, entregas, modelos de implantação e gerenciamento.
	Configurações Sociopolíticas	Participação, proteção social, audiências públicas, impacto social, eficácia, ações desenvolvidas.

Fonte: autores.



Resultados e Discussão

Dado a natureza e abordagem metodológica do estudo, aqui serão descritos e discutidos os dados recolhidos referentes aos documentos e às entrevistas, de forma a conseguir uma triangulação das informações obtidas. Tal procedimento está subjacente ao princípio do contraditório, encarado, por nós, como um caminho para se chegar à realidade social.

Filosofia Política

Partindo da revisão da literatura, do problema e dos objetivos de pesquisa, esta categoria tem como objetivo principal identificar a estrutura organizacional do esporte a nível nacional, estadual e municipal, buscando averiguar os mecanismos adotados para a tomada de decisão sobre a definição e implementação das políticas públicas esportivas e compreender qual ou quais foram os processos, critérios e parâmetros que nortearam a formulação e implementação dos programas de governo. Para tanto, esta categoria foi dividida em três subcategorias, a saber: Identificação das Políticas Públicas Esportivas; Definição das Políticas Esportivas e Diretrizes das Políticas.

Identificação das Políticas Desportivas

A identificação da existência de uma estrutura organizacional dentro de uma Secretária de Esporte e Lazer, independente se é municipal, estadual ou federal por parte dos postulantes ou futuros secretários é de fundamental importância. Pois, sendo eles ordenadores de despesas e concededores da máquina pública, bem como os atores que dela fazem parte, sobretudo a nível federal, o mesmo poderá capitalizar as ações e projetos como também replicar modelos de estruturas organizacionais existentes para desenvolverem suas ações e projetos.

Portanto, a partir da análise da subcategoria apresentada percebemos por parte dos entrevistados o conhecimento sobre a existência de uma estrutura organizacional muito bem estruturada. Dos dez entrevistados, nove relataram com muita clareza a existência de uma estrutura organizacional do esporte a nível federal e estadual. Reconheciam que existia uma estrutura federal robusta sob a égide do Ministério do Esporte (ME) e suas secretarias. Entretanto, apresentaram ressalvas com as burocracias existentes e com o desenvolvimento das políticas públicas federais em função dos grandes eventos que o país iria sediar: a Copa do Mundo de 2014 e os Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016.

Contudo, notou-se uma fragilidade a nível municipal nas estruturas organizacionais existentes, bem como na formação da equipe de trabalho, que sofria interferência política em sua composição. Conforme alegou o ex-Secretário Municipal de Esporte e Lazer da Prefeitura Municipal de Vila Velha: “[...] na questão municipal, o aspecto político influencia muito. [...] você não traz para dentro do contexto alguém técnico, alguém com respaldo de conhecimento, né[sic], então, fica um viés político muito forte, viés técnico muito fraco”.

Neste sentido, Starepravo, Mezzadri e Marchi Junior (2015) apresentam que essa movimentação por parte dos atores políticos permeou a formulação e implementação de políticas públicas referentes ao esporte e ao lazer durante a primeira década do século XXI e desencadeou diversos desdobramentos, incluindo a estrutura administrativa do ME, que refletiu e encapsulou parte das tensões vivenciadas no processo, e revelou as prioridades do governo brasileiro em relação ao campo esportivo.

O fato é que a montagem do ME impactou diretamente no desenvolvimento das políticas públicas esportivas e de lazer no Estados e Municípios. E os novos ordenadores de despesas, tanto a nível municipal quanto estadual, uma vez conhecendo toda estrutura ministerial montada e dos

programas e projetos existentes, poderiam replicar e/ou serem beneficiados das ações federais para elaboração e efetivação de políticas públicas esportivas adequadas a cada necessidade.

Definição das Políticas Desportivas

Durante muito tempo, no Brasil, aceitou-se a ideia de que para realizar um bom governo era preciso apenas vontade política do governante. Hoje, tem-se claro que os compromissos, a visão de futuro e a determinação dos gestores públicos são fundamentais para que a administração pública cumpra sua função e produza bons resultados para a sociedade. Associado a isto, é preciso ter um planejamento adequado, uma definição clara de prioridades, condições e meios para realizar aquilo que a população deseja e merece, assim o governante ou o governo poderá aproveitar integralmente as oportunidades de que dispõe (Zardo, Souza e Starepravo, 2018).

Com isso, uma vez analisadas as falas dos entrevistados e os documentos oficiais do governo, percebemos como foram desenvolvidas as ações/projetos que culminaram com a implantação das políticas públicas esportivas, tanto no Estado quanto nos Municípios: através da elaboração de um planejamento estratégico.

Para a totalidade dos entrevistados houve uma preocupação por parte do Governo do Espírito Santo sobre a importância e necessidade de se elaborar um planejamento estratégico que pudesse nortear as principais ações, programas e projetos em todos os Municípios, inclusive foi criada uma secretaria específica para o acompanhamento e monitoramento das ações prioritárias, a Secretaria de Estado de Ações Estratégicas (SEAE).

Concomitantemente, verificou-se que existiu uma preocupação dos governos municipais, através de seus gestores da pasta de esporte, em envolver as demais secretarias existentes e a comunidade local através de reuniões, encontros e audiências públicas de modo a perceberem quais seriam as reais necessidades daquela região.

Aproveitava audiência pública realmente pra [sic] definir o orçamento no geral e a população ajudava a definir o que seria implantado naquele local, se seria equipamento ou pros [sic] esportes alternativos. A população, tudo que era... é... determinado né [sic], em audiências públicas, realmente foi cumprido (Ex-secretário Municipal de Esporte e Lazer da Prefeitura Municipal de Viana).

[...] Todas as secretarias se reuniam, botavam os projetos prioritários e a gente definia qual era a prioridade para gente trabalhar em conjunto com as outras secretarias, porque muita [sic] das ações a gente trabalha em conjunto quando é Município. Diferente do Estado, que a sua secretaria você toca ela como um todo. E na prefeitura não, você trabalha muito integrado, você depende da saúde, você depende da educação com professor para fazer uns jogos. Então, assim, era bem integrado isso (Ex-secretário Municipal de Turismo, Esporte e Lazer da Prefeitura Municipal da Serra).

Essa perspectiva participativa e coletiva é respaldada por uma série de estudiosos, incluindo Dias e Matos (2012), Carvalho (1994) e Almada, Neto e Furtado (2017). Esses autores convergem ao argumentar que, em face das transformações significativas que a sociedade contemporânea experimenta, onde os debates se tornam mais abrangentes e as conquistas sociais coletivas e individuais de diversos grupos são cada vez mais asseguradas, torna-se imperativo que a abordagem de problemas transcenda o olhar unilateral e isolado. Essa abordagem mais abrangente e integrativa é vital para promover soluções mais eficazes e inclusivas diante da dinâmica multifacetada da sociedade contemporânea.

Além disso, tornou-se evidente nas falas dos entrevistados e nos documentos analisados que algumas das principais ações e projetos realizados no desenvolvimento das políticas públicas de



esporte e lazer no Espírito Santo tiveram a participação efetiva da principal estrutura que regia o esporte no Brasil: o Ministério do Esporte (ME).

Conhecido atualmente como Centro Olímpico do Espírito Santo (COES) se apresenta como primeiro complexo esportivo do Brasil, feito em parceria com o Ministério do Esporte, destinado à formação de atletas de alto rendimento para participação em Jogos Olímpicos, tendo como objetivo inicial a participação nas competições do Rio de Janeiro em 2016 (Governo do Estado do Espírito Santo, 2014, p. 16).

Em parceria com o Ministério do Esporte, o Projeto³ recebeu recursos incentivados da Empresa Vale S/A por meio da Lei Federal de incentivo ao esporte (Governo do Estado do Espírito Santo, 2014, p. 30).

Há de ressaltar que a coalizão federal de partidos e modelo de governança nos órgãos e autarquias federais, neste caso no ME, refletiu nas parcerias realizadas nos Estados, quer seja no desenvolvimento de convênios federais para realização de obras, bem como no repasse de recursos para projetos que seriam desenvolvidos no Estado e nos Municípios.

Essa conjuntura de articulações com as organizações municipais, estadual e federal, para além envolver os principais atores nesse processo, colaborou para a ampliação do capital político daquele grupo que estava no poder e que tinha sustentação em ocupações estratégicas nas organizações.

Diretrizes das políticas

Nesta subcategoria buscamos averiguar os critérios, parâmetros, diretrizes ou estratégias que nortearam a formulação dos programas de governo, tanto do Estado quanto dos municípios, para o esporte durante a gestão 2011 a 2014. Uma vez triangulando as informações oriundas das falas dos entrevistados e dos documentos oficiais identificamos a existência de alguns critérios, parâmetros e/ou diretrizes para definição das políticas públicas esportivas.

Durante as entrevistas foram apresentados alguns critérios para a implementação de políticas que perpassavam ora por uma definição mais técnica, quer seja pelo local que apresentasse condições mínimas para implantação, estrutura física adequada, ora por uma definição de grupos prioritários, como juventude, terceira idade e estudantes. Contudo, o critério com maior recorrência foi a implantação de projetos em regiões de maior vulnerabilidade social, independente da instância promotora, municipal ou estadual.

A centralidade provocada pela RMGV ao longo das três últimas décadas do século passado e dos problemas ocasionados em função da absorção significativa do contingente populacional das outras regiões do Estado e do próprio país, gerou uma concentração populacional em um espaço que ocupou um pouco mais de 5% da área total do Estado. E, por conseguinte, emergiu uma série de problemas característicos de regiões com perfil urbano-industrial (Instituto Jones Santos Neves, 2008).

Não diferente do cenário nacional, o desenvolvimento capixaba aliou, em algumas situações, a desigualdade social a uma concentração espacial da pobreza. Inibiu o acesso dos mais pobres aos serviços de infraestrutura urbana, assim como agravou as dificuldades para obtenção de empregos, diminuindo as oportunidades de profissionalização, além de possibilitar maior exposição daqueles à violência e criminalidade (Mattos, 2008).

³ O Projeto em questão é o Esporte pela Paz – Crianças e Adolescentes que recebeu 1.5 milhões de reais via Lei de Incentivo ao Esporte.

Assim, conscientes de todo esse contexto, tornou-se perceptível nas falas dos entrevistados e ratificado a partir da análise dos documentos oficiais que seria imprescindível que esses condicionantes e critérios fossem levados em consideração para elaboração dos projetos, bem como a existência de uma parceria entre Estado e Municípios para implantação dos mesmos.

Portanto, o processo de implementação das políticas públicas esportivas por parte do governo e, conseqüentemente, dos municípios foi destinado às regiões de maior vulnerabilidade social, de forma mais específica, nos bairros e aglomerados pertencentes a RMGV, tendo como principal objetivo o combate a violência e a redução do número elevado de homicídios.

Ação Política

Nesta categoria identificamos os projetos que foram definidos e seus locais de implementação, o que por sua vez pode perpassar por uma relação direta como o *habitus* do agente público/político envolvido no projeto. Adicionalmente, averiguamos como se configurou o Projeto EPP – Crianças e Adolescentes do ponto de vista de sua estruturação organizacional, bem como as ações implementadas pelos agentes envolvidos durante sua realização. De tal modo, esta categoria foi subdividida em três subcategorias: Definição e Implementação dos Projetos, Estruturação do Projeto Esporte Pela Paz - Crianças e Adolescentes e Desenvolvimento e Monitoramento do Projeto EPP.

Definição e Implementação dos Projetos

Cientes dos critérios e condicionantes estabelecidos na gestão de 2011 a 2014 pelos Municípios e Estado, nesta subcategoria buscamos identificar os principais projetos de esporte e lazer realizados no período analisado.

Dentro do Relatório de Entregas do Governo 2013 foi observado um resumo dos principais programas e projetos que haviam sido estruturados através do Planejamento Estratégico do Governo. Ficou claro um conjunto de ações robustas que deveriam enfrentar os dois focos prioritários: Desenvolvimento Regionalmente Equilibrado e Atendimento aos Segmentos Mais Vulneráveis. Segundo este relatório: “Na organização e execução das ações necessárias ao enfrentamento dos desafios propostos pelos Comitês Estratégicos, foram definidos 19 programas estruturantes e 230 projetos prioritários” (Governo do Estado do Espírito Santo, 2014, p. 55).

No âmbito esportivo, essa diversidade de projetos também foi ressaltada pelos ex-gestores municipais, evidenciando a parceria entre o Estado e os municípios:

A nível estadual, nós tínhamos as escolinhas de esporte, que era [sic] muito bem fomentadas. Nós tínhamos o programa Esporte Pela Paz que atuava em quase mais de 30 pontos distintos com suporte de professores, equipamentos, materiais esportivos... Nós tínhamos as Ruas de Lazer, que eram feitas pelo governo do Estado [...] que era uma forma de entretenimento comunitário (Ex-secretário Municipal de Esporte e Lazer da Prefeitura Municipal de Vitória).

Como já falei anteriormente tinha o Compete, o Bolsa Atleta, Praça Saudável, Campo Bom de Bola, é... os Jogos Escolares do Espírito Santo, é... questão do apoio a participação das equipes capixabas nas competições nacionais tanto do desporto quanto do paradesporto (Ex-secretário Municipal de Esporte e Lazer da Prefeitura Municipal de Vila Velha).



Contudo, mesmo com toda preocupação por parte do governo estadual na definição de critérios para desenvolvimento das políticas públicas desportivas através de ações, projetos e um programa estruturante com foco nas regiões de maior vulnerabilidade social, um relato pontual de um entrevistado evidenciou que houve uma interferência do gestor da pasta ao utilizar do critério político para implantação dos projetos nas regiões em que existia o seu reduto eleitoral:

A questão de... é... do desenvolvimento... da elaboração da agenda e projeto, realmente eu não tenho como afirmar, mas, assim, a gente percebia... a gente começa entrar um pouco na questão política né [sic], a questão dos locais prioritários de instalação, tanto dos núcleos dos programas Campeões do Futuro, do Esporte Pela Paz, também implantação de equipamentos esportivos, seja do Campo Bom de Bola, da Praça Saudável... é que eles eram prioritariamente nos campos de atuação do ordenador de despesas, do Secretário da época. Ele fazia questão de distribuir, mas a concentração maior tava [sic] no reduto eleitoral dele.

(Ex-gerente da Gerência Estadual de Esporte Comunitário e Lazer – GEECL)

Os arranjos políticos são estruturados no âmbito governamental, majoritariamente, pelos agentes eleitos ou escolhidos para administrá-lo. São esses agentes que elaboram políticas públicas para diversos setores, interferindo na seleção de prioridades para a alocação dos recursos públicos, que, teoricamente, deveriam retornar à população redistributivamente por meio de programas e serviços públicos (Linhaes, 1998).

Entretanto, apesar de alguns mecanismos e diretrizes orientarem a definição e implementação de políticas públicas no contexto micro e macropolítico do Espírito Santo, especificamente destinadas ao combate à violência nos lugares de maior vulnerabilidade social, tornou-se perceptível que as formas de pensar e agir em relação ao *habitus* de um agente ou grupo e a busca pela manutenção do seu capital e poder desempenharam um papel crucial na implementação dos projetos.

Nesse contexto, é pertinente mencionar a perspectiva de Bourdieu (1989), que destaca como aqueles que se encontram na gestão pública utilizam a liberdade proporcionada pelo monopólio da produção e imposição dos interesses políticos para impor seus próprios interesses como se fossem os interesses dos mandantes, construindo assim um “terreno” em que eles tradicionalmente dominam e que lhes asseguram quase sempre não apenas o sucesso, mas, o poder exclusivo sobre a produção de determinados bens ou serviços em uma área específica.

Estruturação do Projeto Esporte Pela Paz - Crianças e Adolescentes

Coadunando com a definição de diretrizes das políticas públicas esportivas, a implantação do Projeto Esporte Pela Paz – Crianças e Adolescentes decorreu do número expressivo de mortes que acometiam jovens e adolescentes, sobretudo do sexo masculino, nas áreas de risco socioeconômico do Espírito Santo.

Num cenário um tanto alarmante identificado por parte de todos os entrevistados, o esporte foi destacado como uma ferramenta fundamental em políticas públicas, pois, pode desempenhar um papel crucial na construção de uma sociedade mais saudável e na educação de crianças e jovens, através de valores morais e sociais vivenciados no contexto desportivo. Para além disso, o fenômeno esportivo tem a potencialidade de se constituir como um carreira profissional para muitos jovens em situação de marginalização na sociedade.

Nesse panorama, o Projeto EPP tinha como objetivo proporcionar atividades esportivas e pedagógicas para crianças e adolescentes – matriculadas e frequentando regularmente as

instituições de ensino –, com idade entre 6 e 17 anos, das regiões com maior índice de vulnerabilidade social do Estado.

Enfatizamos aqui que este projeto se destacou dentre os demais no Planejamento Estratégico do Governo do Espírito Santo, no eixo estratégico denominado “Desenvolvimento da Educação, da Cultura, do Esporte e do Lazer”. O Projeto EPP tinha um custo total estimado em R\$ 5.225.986,50 (Cinco milhões, duzentos e vinte e cinco mil, novecentos e oitenta e seis reais e cinquenta centavos) e a previsão de atender cerca de 16.000 (Dezesseis mil) crianças e adolescentes na RMGV entre os anos de 2011 a 2014 (Governo do Estado do Espírito Santo, 2011).

A partir da análise dos documentos oficiais e relatos dos entrevistados, percebemos que os locais escolhidos já haviam sido mapeados pelo governo. Um exemplo foi Vitória, capital do Estado, que havia sido considerada em 2010 umas das três regiões mais violentas do país.

Por sua vez, os locais aprovados para implantação do projeto deveriam apresentar condições mínimas para funcionamento e muitos deles já realizavam atividades esportivas por atletas em atividade, ex-atletas e/ou agentes comunitários.

De acordo com o documento organizador do projeto, para ser contemplado com um núcleo, o futuro “Colaborador da Paz” deveria oferecer um espaço físico adequado à prática de atividade esportiva para atender crianças e adolescentes, sendo orientados por profissionais de educação física e estagiários/as. Funcionaria em um local cedido pelo futuro colaborador, que também seria responsável pela limpeza e segurança do ambiente. O espaço seria identificado por placa contendo nome do projeto, núcleo, logomarca do projeto e demais parceiros. O horário de funcionamento dos núcleos, suas modalidades esportivas e atividades complementares seriam determinados de acordo com a especificidade de cada comunidade.

Por outro lado, competia ao Estado cuidar de toda gestão do projeto, coordenar e financiar todo projeto com material esportivo, técnico e pedagógico para desenvolvimento das atividades, bem como disponibilizar professores/as de educação física e estagiários/as. Além de oferecer cursos de capacitação e orientação para todos os profissionais envolvidos.

A proposta de implantação, de acordo com as orientações da Secretaria de Ações Estratégicas (SEAE) seria dividida em três etapas. Na primeira etapa (2011) seriam atendidos dez aglomerados de bairros da Região Metropolitana da Grande Vitória (RMGV). Posteriormente, na fase II, o Projeto ampliaria a sua área de atuação para outros dez aglomerados de bairros da RMGV. Por fim, na fase III, seriam incluídos os dez Municípios do Interior do Estado que registraram os maiores números de homicídios. Estes Municípios concentravam 61% de todos os homicídios praticados no interior do Estado em 2010 (Governo do Estado do Espírito Santo, 2011).

Durante a estruturação do projeto, alguns entrevistados apontaram que existiu uma grande motivação do ex-Secretário de Esporte e Lazer para que o mesmo fosse desenvolvido o quanto antes, pois, no momento de sua implementação havia a presunção de que, contemplando o Projeto nas regiões mais vulneráveis, isso poderia aumentar seu capital político.

Um dos entrevistados alegou que, por mais que existissem critérios estabelecidos pelo governo como regiões prioritárias e condições mínimas para implantação, a palavra final era do ex-secretário da pasta. Se tivesse que escolher entre ter um local no qual a população tivesse mais necessidade, com uma melhor estrutura física para implantação de um núcleo e outro que fosse de seu maior interesse, mas que reunisse condições mínimas de estrutura física, esse seria contemplado com um núcleo.

É... tinha uma linha prioritária que teria que ser nos bairros da ocupação, da ação social, mas, efetivamente quem definia era a articulação política do Secretário (Ex-gerente da Gerência de Esporte Comunitário e Lazer – GEECL).



Nesse sentido, identificou-se uma interferência política na implantação do Projeto EPP, o que podemos discutir a partir da perspectiva de Bourdieu (1989), que considera os políticos como indivíduos que mantêm uma relação de "troca" com a população, muitas vezes referida como "clientes". Esses políticos servem aos interesses de seus clientes na medida em que, ao fazê-lo, também estão servindo a si mesmos. A eficácia dessa relação é determinada pela coincidência precisa entre a posição do político no campo político e a posição de seus eleitores no campo social (Bourdieu, 1989).

Desenvolvimento e Monitoramento do Projeto Esporte Pela Paz

Nesta subcategoria buscamos averiguar as ações de desenvolvimento e acompanhamento do Projeto EPP nas referidas localidades. Percebemos que, em sua totalidade, os entrevistados afirmaram a existência de mecanismos e formas de monitoramento periódicas do projeto, tanto por parte do Município quanto por parte do Estado, o que foi confirmado através da triangulação das informações analisadas nos documentos oficiais.

A equipe interna de coordenação/supervisão formada na Secretaria Estadual de Esporte e Lazer (Sesport) era responsável pela efetividade do projeto, organizando e monitorando o desenvolvimento das atividades nos núcleos juntamente com os colaboradores locais. Esta equipe visitava os núcleos mensalmente com o propósito de avaliar as instalações, os equipamentos e materiais esportivos, bem como a limpeza e segurança do local. A partir desta vistoria, eram elaborados relatórios para cada núcleo visitado.

Por sua vez, fazia parte do projeto uma equipe multidisciplinar formada por gestores, coordenadores, pedagogos, técnicos esportivos e o agente socioesportivo, os quais planejavam e operacionalizavam as atividades nos núcleos. Assim, o Projeto EPP configurou-se a partir de um conjunto de ações realizadas através da união de esforços entre o Governo do Estado, suas secretarias (Sesport e SEAE) e os Municípios, para além de outros parceiros que colaboraram com o projeto de diferentes formas⁴.

Conforme nos apresentam Dias e Matos (2012), na implementação de uma política pública, uma boa organização administrativa permite que as instituições coordenarem de maneira eficaz as atividades cotidianas, facilitando a visualização da estrutura organizacional, das relações hierárquicas e das competências dos servidores, promovendo ainda a divisão de tarefas e o compartilhamento do poder.

No que diz respeito ao desenvolvimento das atividades, tivemos a confirmação pelos entrevistados que eram realizadas reuniões periódicas, a nível operacional, em conjunto com todos os profissionais do núcleo para debates, troca de experiências, capacitação, acompanhamento dos participantes e distribuição de material e uniformes esportivos.

Tinha uma série de registros. Tinham os coordenadores que visitavam os núcleos... Tinha esse controle também que era feito de forma dividida com os agentes socioesportivos... Então, assim, qualquer tipo de problema era reportado. Os coordenadores tinham as visitas em loco, eles faziam divisão de fiscalização... Tinha lista de presença dos alunos, de frequência que era recolhido, até porque, é... por se tratar de um recurso federal, a gente tinha que prestar contas né[sic], desse recurso, então ele era monitorado sim e tinham metas a serem batidas (Ex-coordenador do Projeto Esporte Pela Paz – Crianças e Adolescentes - Governo).

4 A exemplo da Empresa Vale, que tem sua sede no Município de Serra, e disponibilizou, através da Lei de Incentivo ao Esporte, aproximadamente R\$ 1.5 milhões para auxiliar, principalmente, no pagamento dos professores.

No processo de desenvolvimento e acompanhamento do projeto foram realizadas ações de devolução para a comunidade envolvida nos núcleos, sobretudo aos responsáveis pela educação dos participantes. As reuniões eram realizadas bimestralmente com os pais e/ou responsáveis pelos participantes, de forma a expor as situações que mereciam maior atenção, tais como faltas, acontecimentos, comportamentos e demais informações sobre o desenvolvimento do projeto.

Diante desse conjunto de ações, percebeu-se o envolvimento ativo da comunidade no projeto:

[...] A gente tinha uma grande parceria e a fiscalização de forma indireta dos líderes comunitários, que por sua vez possuíam um grande interesse que aquilo ali funcionasse bem. Então, eles mesmos passavam a ser um agente fiscalizador: “Olha, o professor tá[sic] faltando demais”, “o professor não foi ontem”, “tem pouco aluno”. Eles eram um dos grandes realizadores disso aí, porque eles tinham interesse que ali funcionasse bem aquele projeto (Ex-Secretário Municipal de Esporte e Lazer da Prefeitura Municipal de Vitória).

Existia, portanto, um modelo de gestão do projeto que contemplava o acompanhamento e monitoramento das atividades, a manutenção e o cuidado dos materiais e espaços e o processo pedagógico desenvolvido junto às crianças e adolescentes, fundamentado numa relação colaborativa entre os diversos atores sociais envolvidos. Contudo, pode-se atribuir esse zelo com o gerenciamento do Projeto EPP ao fato de este possuía financiamento com recursos federais, o que demandava um conjunto de metas qualitativas e quantitativas a serem alcançadas e uma rigorosa prestação de contas, como ficou expresso em algumas falas dos entrevistados e em documentos oficiais analisados.

Avaliação do Projeto EPP

A partir da implementação do Projeto EPP, analisamos nesta categoria as configurações organizacionais e sociopolíticas resultantes, observando se as metas e os objetivos previstos no planejamento foram cumpridos e contemplaram um desenvolvimento organizacional esportivo equilibrado nos núcleos implantados e um impacto social efetivo.

Configurações Organizacionais

A partir da análise dos dados coletados, identificamos a existência de um projeto estruturado e organizado, com metas e indicadores bem definidos, evidenciando a existência de um conjunto de mecanismos e um monitoramento sistemático pela equipe gestora e executora. Em nossa percepção, todo esse monitoramento e controle se deve aos desafios impostos aos gestores públicos com a pressão por resultados satisfatórios de suas ações governamentais e dos órgãos fiscalizadores que, na observância da legislação, dispõem sobre a responsabilidade administrativa de seus atos. E que naturalmente fazem com que tais gestores tendam a aperfeiçoar sua estrutura de trabalho, para assim maximizar os seus resultados e possíveis ganhos políticos.

A existência de uma gestão cuidadosa por parte do Estado, através da formação de equipes multidisciplinares para desenvolvimento e acompanhamento das atividades, bem como o envolvimento e a organização do projeto pelas secretarias existentes nos municípios e pela população local garantiu a sustentação e a efetividade do Projeto EPP.



Entretanto, embora existisse um planejamento estratégico com critérios e diretrizes para a implementação do projeto, identificou-se um ajustamento do campo das políticas da Secretaria de Esportes e Lazer (Sesport) para o estabelecimento de núcleos dentro de um Município específico. A interferência política na definição dos locais e núcleos implantados ficou perceptível quando confrontamos os relatos dos entrevistados com os números finais apresentados no Relatório de Gestão da Sesport 2011 a 2013.

Notou-se que dos 50 núcleos implantados, 21 deles foram instalados no município da Serra, o que representou 42% dos núcleos totais. E quando verificamos o número de beneficiários, dos 3.828 contemplados, 1.881 crianças e jovens eram moradores do município da Serra, que correspondeu a aproximadamente 49% do total de participantes. Logo, mesmo com o mapeamento prévio das regiões de maior vulnerabilidade social na RMGV, houve uma alta concentração de núcleos do Projeto EPP em um município, o qual correspondia ao domicílio eleitoral do ex-ordenador de despesas.

Considerando a perspectiva de Bourdieu (1989), podemos ponderar que *habitus* e capitais foram determinados e determinantes para o ajustamento da dinâmica social que se efetivou neste cenário. Por ser o *habitus* uma subjetividade socializada, ele pode ser visto como um conjunto de esquemas de percepção, apropriação e ação que é experimentado e posto em prática, tendo em vista a conjuntura existente. No caso desse ex-ordenador de despesas, suas ações, comportamentos, escolhas e, possivelmente, aspirações não são resultantes de planejamento e cálculos matemáticos, e sim, produtos de uma relação constante entre um *habitus* existente, estímulos e pressões de um contexto, de um determinado momento, num determinado campo.

Inegavelmente, a engrenagem social é constituída por intenções e lógicas. Para tanto, todo o processo desse ator político, que esteve como ordenador de despesas, pode ter sido imbuído do intuito de acumular o capital público ou estatal que se opera por meio da política (Bourdieu, 2007). Assim, a partir dos dados analisados, pode-se considerar que o *habitus* do agente público, o qual utilizou uma política pública como instrumento fomentador de suas aspirações, pode ter levado a desvios dos objetivos e metas originais do Projeto EPP, resultando em implementações que não atendessem às necessidades reais da sociedade. Em nosso entendimento, o *habitus* desse ex-secretário gerou uma alteração nas ações do projeto, a partir das interconexões que se estabeleceram entre os agentes e as estruturas sociais presentes nesse campo.

De todo modo, as falas dos entrevistados revelaram o entendimento de que o desenvolvimento do Projeto Esporte Pela Paz cumpriu parcialmente os focos prioritários e as premissas estabelecidas no Plano de Governo 2011-2014, identificando a existência de um planejamento, de recursos financeiros e capacidade de monitoramento e gestão, para além de uma “motivação política” para os objetivos serem atingidos.

Alguns foram alcançados. Assim, é... Nos locais que a gente disponibilizou a modalidade coletiva, a gente, muitas vezes, o objetivo era atender 200 crianças, né[sic], naquelas 4 horas que o professor atuava. E a gente teve em alguns desses núcleos mais de 250 crianças participando do projeto, né[sic]. Este foi um dos objetivos que eu vi que foram alcançados[sic]. Talvez outros que não foram alcançados... Não sei ao certo, mas, uma permanência de uma política pública... É... mesmo que o projeto terminasse, que ela fosse continuada, a gente não deixou muito legado nessa parte do Projeto Esporte pela Paz, não (Ex-coordenador do Projeto Esporte Pela Paz – Crianças e Adolescentes - Governo).

Não obstante, pode-se perceber um certo descontentamento e preocupação sobre o legado e a descontinuidade do Projeto EPP com a mudança de governo, que ocorreu após 2014. Por mais que o projeto tivesse sido bem estruturado e realizado entregas efetivas, o fato da perda do mandato por um ator ou seu grupo político fez com que o mesmo deixasse de existir. A descontinuidade de políticas públicas com a alternância de governantes é um fenômeno comum em muitos sistemas políticos, que podem ocasionar alguns impactos negativos, tais como desperdício de recursos,

instabilidade para a população e organizações e o comprometimento da eficácia da política (Manhães, 2002). Para minimizar estes impactos é preciso garantir que projetos e programas essenciais não sejam prejudicados pela mudança de liderança, mas, que possam ser adaptados às novas necessidades e circunstâncias sociais, promovendo a inovação e a melhoria contínua nas políticas públicas.

Configurações Sociopolíticas

Ao conceber que um projeto social se traduz por meio de um conjunto de atividades interrelacionadas, coordenadas e orientadas para o alcance de determinados objetivos específicos, podemos alegar que o Projeto EPP possibilitou, para além do aprendizado e desenvolvimento de habilidades esportivas, uma gama de atividades complementares centradas na construção da convivência coletiva e do comportamento social desejável e respeitoso.

Ao todo foram ofertadas 16 modalidades esportivas, dentre as quais destacamos o futebol de campo, futsal, handebol, karatê, vôlei de quadra, jiu-jitsu, bodyboard, boxe, ginástica rítmica, taekwondo e ginástica artística. Para além dos esportes, atividades complementares foram propostas a fim de ampliar o arcabouço educacional e social dos participantes. Assim, foram realizados passeios em locais turísticos da região, palestras sobre temas emergentes da realidade comunitária, apresentação de vídeos educativos com dicas de saúde, alimentação e higiene, oficinas diversas, tais como teatro, pintura, danças, artes plásticas, palestras com atletas beneficiados pelo Programa Bolsa Atleta Capixaba, além de torneios e gincanas.

Durante a descrição dessas atividades, um dos entrevistados demonstrou uma grande preocupação em relação a força do tráfico de drogas nas regiões em que o projeto estava sendo desenvolvido, pois muitos jovens começavam no projeto, mas, com determinada faixa etária eram aliciados pelos traficantes. De fato, como mesmo disse o entrevistado, seriam necessárias ações diferenciadas para poder gerar um impacto social eficaz, tendo em vista que se tratava de áreas com grande vulnerabilidade social. Logo, o ex-secretário percebeu que seria necessário que a equipe do projeto no Município criasse uma dinâmica diferente, e resolveram promover torneios aos finais de semana envolvendo os alunos e alunas e a toda comunidade de uma forma diferente. Assim, através de uma participação mais efetiva de sua equipe e um diálogo maior com a comunidade, o Projeto EPP conseguiu alcançar os objetivos delineados.

Diversas foram as falas sobre os impactos positivos das atividades que foram desenvolvidas nos núcleos, considerando as particularidades de cada comunidade e aglomerado em que foram desenvolvidas as ações. Um dos relatos chamou a atenção para o fato de que, para além do aprendizado e vivência em uma modalidade esportiva, para alguns beneficiários o projeto era uma forma de ter seu alimento diário garantido. Com isso, tornou-se perceptível que o Projeto EPP ampliou seu alcance social ao atender uma necessidade básica e fundamental da população.

Em uma outra perspectiva, um entrevistado destacou um efeito favorável do projeto em sua própria equipe de trabalho. Ele relatou que através das capacitações foram criadas oportunidades de trabalho, e neste contexto, um membro de sua equipe que entrou como motorista foi se envolvendo nas ações, buscando novas capacitações e concluiu sua formação profissional em Educação Física, alcançando um cargo importante dentro da própria secretaria.

Pra[sic] você tirar uma ideia, se você olhar pra[sic] sua esquerda, lá tá[sic] meu gerente ali sentado de costa, que na época do Esporte pela Paz, ele era meu motorista. Hoje o cara é meu gerente de desporto e professor de Educação Física formado. Olha que bacana, tá[sic] entendendo? Aí você pega e olha pra trás, cara, e



vê que vale a pena. E esse foi um legado inclusive que o Esporte pela Paz também contribuiu (Ex-Secretário Municipal de Esporte e Lazer da Prefeitura Municipal de Cariacica).

Isto evidencia que o desenvolvimento de projetos sociais esportivos, além dos benefícios atrelados a qualidade de vida das pessoas, podem proporcionar oportunidades de emprego e promover o desenvolvimento profissional, sobretudo em regiões de grande vulnerabilidade social (Almada, Neto e Furtado, 2017). Estes projetos, muitas vezes, incentivam a educação continuada, oferecendo oportunidades para aprendizado e desenvolvimento acadêmico, o que pode resultar em melhores perspectivas de vida e de carreira para os indivíduos e, conseqüentemente, podem colaborar para a melhoria da própria comunidade.

Rememorando a estruturação do Projeto EPP, ressalta-se que este foi elaborado a partir da preocupação do governo estadual em realizar programas e projetos com seus focos prioritários, que perpassavam a redução das desigualdades sociais e regionais e a geração de oportunidades para todos. Posto isto, um dos principais impactos do Projeto Esporte Pela Paz – Crianças e Adolescentes, de acordo com os dados analisados, foi a colaboração da redução de homicídios nas regiões contempladas, especificamente, nos bairros e aglomerados da RMGV. O Estado se fez presente com diversas ações, sendo o Projeto EPP uma das estratégias adotadas pelo governo para o enfrentamento ao tráfico e a violência, sobretudo entre jovens.

A partir dos documentos oficiais, verificou-se que em 2010 tinha-se uma taxa de 52,5 homicídios por 100 mil habitantes, já em 2013, registrou-se a taxa de 40,8 homicídios por 100 mil habitantes, representando uma redução de 22%. Por certo, não se pode afirmar que este dado seja consequência única e exclusiva da implementação do Projeto EPP, mas, possivelmente de um conjunto de políticas públicas voltadas para a redução dos índices de violência criminal.

Olha, o mais importante é que houve uma diminuição dos índices de criminalidade. Se foi só por conta do esporte, eu não posso te afirmar, mas, que houve, né[sic], intervenção de outras secretarias também... Segurança Pública, Polícia Militar, Polícia Civil, né[sic]... Cultura, turismo... Outras secretarias que a gente sabe que atua também... com certeza aconteceu (Ex-coordenador do Projeto Esporte Pela Paz – Crianças e Adolescentes)

Portanto, constatou-se que a construção robusta de um Planejamento Estratégico por parte do Governo Estadual, com ações prioritárias assentes na realidade local e nacional, englobando uma articulação direta com os municípios e as comunidades de maior vulnerabilidade social, colaboraram para que as ações, projetos e programas fossem desenvolvidos com êxito para a população capixaba.

Considerações Finais

A presente investigação constitui-se como um importante meio para compreender a relação entre a noção de *habitus* político, campo e capital e as políticas públicas esportivas desenvolvidas por gestores públicos, em especial no contexto brasileiro.

No período estudado, 2011 a 2014, identificamos um cenário organizacional do esporte a nível estadual bem estruturado. A Secretaria de Estado de Esporte e Lazer do Espírito Santo fora organizada com diversos atores políticos nomeados em cargos estratégicos em função de um cenário nacional extremamente atrativo para o desenvolvimento das políticas públicas voltadas para o esporte e lazer a partir dos megaeventos esportivos vindouros. Entretanto, foi observada uma fragilidade nas estruturas organizacionais municipais, assim como na composição da equipe de trabalho, que era influenciada por interferências políticas. Portanto, observou-se um campo político

e esportivo marcado por disputas e interações na busca pelo domínio e acúmulo do capital público ou estatal.

A partir de audiências públicas e da articulação entre organizações municipais, estaduais e federais foi elaborado um Planejamento Estratégico por parte do governo estadual e identificados parâmetros, critérios e diretrizes que iriam nortear as políticas públicas esportivas. Dentre os diversos critérios e parâmetros identificados, adotou-se como prioridade o combate a violência e a redução do número elevado de homicídios, especialmente nas regiões de maior vulnerabilidade social, localizadas na Região Metropolitana da Grande Vitória. Nesse sentido, foram definidos 19 programas estruturantes e 230 projetos prioritários, destacando-se dentre estes o Projeto Esporte pela Paz – Crianças e Adolescentes, com grande dimensão e investimento financeiro.

Durante as entrevistas, tornou-se manifesto que o fenômeno esportivo se configura como uma ferramenta fundamental em políticas públicas para promover a cidadania, qualidade de vida e inclusão social. Assim, o Projeto EPP foi criado com o objetivo de oferecer atividades esportivas e pedagógicas para crianças e adolescentes, matriculados e frequentando regularmente instituições de ensino, nas regiões socialmente mais vulneráveis do Estado, abrangendo a faixa etária de 6 a 17 anos.

Além das modalidades esportivas praticadas nos núcleos, foram promovidas atividades complementares, como passeios, palestras e intercâmbios entre os núcleos. Também ocorreram encontros com familiares e responsáveis pelos participantes para debates e formulações para o desenvolvimento do projeto. Importante destacar que as ações e atividades planejadas inicialmente precisaram ser adaptadas às peculiaridades de cada localidade. De todo modo, o projeto contou com uma rede colaborativa de agentes públicos e comunitários para sua implementação e acompanhamento, garantindo que as atividades e metas planejadas fossem, em certa medida, concretizadas.

Contudo, a partir das falas e dados analisados, tornaram-se perceptíveis ajustamentos e interferências políticas, sobretudo, na implementação do Projeto EPP. Embora houvesse critérios e diretrizes para a implementação do projeto, identificou-se adaptações na escolha de locais específicos para estabelecer os núcleos dentro de um município, o qual correspondia ao domicílio eleitoral do ex-ordenador de despesas. Com isso, identificamos um cenário de práticas pelo aumento do capital político, acomodações por espaços e hegemonia no poder, configurando um *habitus* político assente naquele contexto.

Evidenciou-se, portanto, um espaço social, no qual agentes ou grupos políticos utilizaram a estrutura social existente para formular os produtos políticos, quer seja através de ações, programas e projetos, em função de aumentar seu capital político e manutenção no poder. Prevaleceu neste ordenador de despesas e em seus correligionários um *habitus* que orienta os padrões de determinado curso de suas ações, de forma a inserir os cidadãos numa condição de troca, quase sempre como “passivos” na sociedade. Um ciclo que poderia ser virtuoso, mas que se torna vicioso em função de não existir limites para hegemonia e manutenção do poder. Sugere-se que novas pesquisas, por meio de estudos de caso, possam aprofundar esta investigação em governos subsequentes ou ampliá-la a uma pesquisa semelhante centrada em outros projetos realizados.

Referências

Almada, V. E., Neto, P. B., & Furtado, B. (2017). Desafios da governança esportiva brasileira: O caso da Rede Nacional de Treinamento. *Revista do Serviço Público*, 68(4), 863-888.

Bardin, L. (2016). *Análise de Conteúdo* (Reimp ed.). Lisboa: Edições 70.

Bourdieu, P. (1989). *O poder simbólico*. Lisboa: Difel.



- Bourdieu, P. (2004). *Os usos sociais da ciência: Por uma sociologia clínica do campo científico*. (Unesp Ed.). São Paulo: Editora UNESP.
- Bourdieu, P. (2007). Espíritos de Estado: gênese e estrutura do campo burocrático. In _____ . Razões práticas: sobre a teoria da ação (pp. 91-135). Campinas: Papirus.
- Brasil. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília: Presidência da República, 2016. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm Acesso em: 30 julho 2019.
- Carvalho, A. M. d. (1994). *Desporto e autarquias locais: Uma nova via para o desenvolvimento desportivo nacional*. Porto: Campo das letras.
- Dias, R., & Matos, F. (2012). *Políticas públicas: Princípios, propósitos e processos*. São Paulo: Atlas.
- Fontana, A., & Frey, J. (2000). The interview: From structured questions to negotiated text. In N. K. Denzin & Y. S. Lincoln (Eds.), *Handbook of qualitative research* (2nd ed., pp. 645-672). Thousand Oaks: Sage.
- Governo do Estado do Espírito Santo. (2011). *Novos caminhos: Planejamento estratégico 2011-2014*. Vitória: Governo do Espírito Santo.
- Governo do Estado do Espírito Santo. (2014). *Relatório de Gestão 2011/2013*. Vitória: Secretaria de Esportes e Lazer do Estado do Espírito Santo.
- Instituto Jones Santos Neves. (2008). *Perfil regional: Região Metropolitana da Grande Vitória*. Vitória: Diário Oficial.
- Linhales, M. A. (1998). São as políticas públicas para a educação física/esportes e lazer, efetivamente políticas sociais? *Motrivivência*, X(11), 71-81.
- Manhães, E. D. (2002). *Políticas de esportes no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal Ed.
- Mattos, R. F. d. S. (2008). Região metropolitana e desigualdades sócio-espaciais: O caso da Grande Vitória. In S. R. d. Mata, H. M. Mollo, & F. F. Varela. (Eds.) *Caderno de resumos & Anais do 2º Seminário Nacional de História da Historiografia. A dinâmica do historicismo: Tradições historiográficas*. Ouro Preto: EdUFOP.
- Pires, G. M. V. d. S., & Lopes, J. P. S. d. R. (2001). Conceito de gestão do desporto: Novos desafios, diferentes soluções. *Revista Portuguesa de Ciências do Desporto*, 1(1), 88-103.
- Setton, M. d. G. J. (2002). A teoria do *habitus* em Pierre Bourdieu: Uma leitura contemporânea. *Revista Brasileira de Educação*, 20, 60-70.
- Starepravo, F. A. (2011). *Políticas públicas de esporte e lazer no Brasil: Aproximações, intersecções, rupturas e distanciamentos entre os subcampos político/burocrático e científico/acadêmico*. Tese de Doutorado apresentada ao Departamento de Educação Física da Universidade Federal do Paraná, Curitiba - Paraná.
- Starepravo, F. A., Mezzadri, F. M., & Marchi Junior, W. (2015). Criação e mudanças na estrutura do Ministério do Esporte do Brasil: Tensões nas definições de espaços. *Revista Brasileira de Educação Física e Esporte*, 29(2), 217-228.
- Zardo, A. F., Souza, J., & Starepravo, F. A. (2018). Gestores do esporte e visões de política esportiva no Brasil (1937-2016): Uma abordagem sociológica. *Motrivivência*, 30(53), 119-133.

Recebido em: 23/02/2024

Aceite em: 04/05/2024

Endereço para correspondência:

Renato José Oliveira

ropompeia@yahoo.com.br



Esta obra está licenciada sob uma Licença Creative Commons Attribution 4.0

Da sobrevivência à resiliência: práticas de gestão nas academias em período de crise pandêmica

*De la supervivencia a la resiliencia:
prácticas de gestión en los gimnasios durante un período de crisis pandémica*

*From survival to resilience:
management practices in gyms during a pandemic crisis*

Natália Cristina de Assis

Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Brasil – nathyassis1@hotmail.com

Daniel Marangon Duffles Teixeira

Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Brasil – profdanielpucminas@gmail.com

Vagner Miranda da Conceição

Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Brasil – eefvagner@hotmail.com

Resumo

O estudo trata do enfrentamento da pandemia de COVID-19 pelas academias de ginástica. O objetivo foi investigar as práticas de gestão mais utilizadas para enfrentar a crise pandêmica. Para tanto, foi realizada uma pesquisa qualitativa, descritiva com revisão de literatura (GERHARDT; SILVEIRA, 2009). Foram realizadas buscas na Scientific Electronic Library Online (SciELO) e na revista ACAD, por sua relevância destacada no âmbito *fitness*. O critério de seleção baseou-se na relevância dos textos encontrados que foram analisados com os seguintes critérios: a) discussão central relacionando às academias ao contexto da crise pandêmica; b) conteúdo relacionado à gestão em academias; c) contribuições reais para o desenvolvimento da gestão de academias. Recorreu-se à análise de conteúdo de Bardin (2011), para o aprofundamento da compreensão dos dados obtidos. Como resultados, foram encontrados 2661 artigos científicos. Destes, foram pré-selecionados 24, dos quais 14 participaram da discussão deste trabalho. As descobertas sugeriram que as academias foram impactadas significativamente pelos decretos que determinaram seu fechamento. A falta de preparo e infraestrutura para lidar com crises, bem como a dependência excessiva de atividades presenciais e a falta de diversificação dos serviços oferecidos, contribuíram para a vulnerabilidade do setor. Ficou evidenciado que algumas academias não conseguiram superar a redução de receitas e acabaram encerrando suas atividades, enquanto outras investiram em transmissão de aulas ao vivo ou gravadas e aulas ao ar livre, a fim de manter os clientes engajados e gerar receita, superando a adversidade. As práticas de gestão mais presentes neste contexto foram: planejamento estratégico; gestão de segurança, risco e higiene; gestão financeira; gestão de crise; gestão de pessoas; gestão de recursos humanos; gestão de parcerias e marketing digital; gestão de projetos e tecnologia da informação; e gestão de inovação. Como considerações finais, o estudo revelou o impacto significativo da pandemia nas academias brasileiras. Além da fase de fechamento total, as academias também foram afetadas pela percepção negativa do público em relação aos riscos de contaminação em ambientes fechados e com aglomerações. Aquelas que conseguiram se manter no mercado precisaram reorganizar os espaços para garantir o distanciamento social, implementar medidas de higiene, segurança e buscar maneiras inovadoras de gerarem receita. As práticas de gestão identificadas, não apenas permitiram a sobrevivência, mas também mostraram o caminho para a resiliência e a capacidade de se reinventar das academias.

Palavras-chave: COVID-19, distanciamento social, *fitness*, gestão de academias, pandemia.

Abstract

The study deals with how *fitness* centers are coping with the COVID-19 pandemic. The aim was to investigate the management practices most used to deal with the pandemic crisis. To this end, a qualitative,



descriptive study was carried out using a literature review (GERHARDT; SILVEIRA, 2009). Searches were carried out in the Scientific Electronic Library Online (SciELO) and in the journal ACAD, due to their outstanding relevance in the *fitness* field. The selection criteria were based on the relevance of the texts found, which were analyzed using the following criteria: a) central discussion relating gyms to the context of the pandemic crisis; b) content related to management in gyms; c) real contributions to the development of gym management. Bardin's (2011) content analysis was used to gain a deeper understanding of the data obtained. As a result, were found 2661 scientific articles. Of these, 24 were pre-selected, of which 14 participated in the discussion of this work. The findings suggested that academies were significantly impacted by the decrees that ordered their closure. The lack of preparation and infrastructure to deal with crises, as well as the excessive reliance on face-to-face activities and the lack of diversification of the services offered, contributed to the sector's vulnerability. It was clear that some gyms were unable to overcome the reduction in revenue and ended up closing down, while others invested in live or recorded classes and outdoor classes in order to keep customers engaged and generate revenue, overcoming the adversity. The management practices most present in this context were: strategic planning; safety, risk and hygiene management; financial management; crisis management; people management; human resources management; partnership management and digital marketing; project management and information technology; and innovation management. As final considerations, the study revealed the significant impact of the pandemic on Brazilian academies. In addition to the total closure phase, gyms were also affected by the public's negative perception of the risks of contamination in closed environments and with crowds. Those that managed to stay in business had to reorganize their spaces to ensure social distancing, implement hygiene and safety measures and look for innovative ways to generate revenue. The management practices identified not only enabled them to survive, but also showed the way to the gyms' resilience and ability to reinvent themselves.

Keywords: COVID-19, social distancing, fitness, gym management, pandemic.

Resumén

El estudio aborda el modo en que los gimnasios hacen frente a la pandemia de COVID-19. El objetivo era investigar las prácticas de gestión más utilizadas para hacer frente a la crisis pandémica. Para ello, se realizó un estudio cualitativo, descriptivo y con revisión bibliográfica (GERHARDT; SILVEIRA, 2009). Las búsquedas se realizaron en la Scientific Electronic Library Online (SciELO) y en la revista ACAD, por su destacada relevancia en el campo del *fitness*. Los criterios de selección se basaron en la relevancia de los textos encontrados, que fueron analizados utilizando los siguientes criterios: a) discusión central que relacionara los gimnasios con el contexto de la crisis pandémica; b) contenido relacionado con la gestión en gimnasios; c) contribuciones reales al desarrollo de la gestión en gimnasios. Se utilizó el análisis de contenido de Bardin (2011) para profundizar en la comprensión de los datos obtenidos. Como resultado, se encontraron 2661 artículos científicos. De ellos, 24 fueron preseleccionados, de los cuales 14 participaron en la discusión de este trabajo. Los resultados sugirieron que las academias se vieron significativamente afectadas por los decretos que ordenaron su cierre. La falta de preparación e infraestructura para hacer frente a las crisis, así como la excesiva dependencia de las actividades presenciales y la falta de diversificación de los servicios ofrecidos, contribuyeron a la vulnerabilidad del sector. Quedó claro que algunos gimnasios no pudieron superar la reducción de ingresos y acabaron cerrando, mientras que otros invirtieron en clases en directo o grabadas y en clases al aire libre para mantener a los clientes enganchados y generar ingresos, superando la adversidad. Las prácticas de gestión más presentes en este contexto fueron: planificación estratégica; gestión de seguridad, riesgos e higiene; gestión financiera; gestión de crisis; gestión de personas; gestión de recursos humanos; gestión de alianzas y marketing digital; gestión de proyectos y tecnologías de la información; y gestión de la innovación. Como consideraciones finales, el estudio reveló el significativo impacto de la pandemia en las academias brasileñas. Además de la fase de cierre total, los gimnasios también se vieron afectados por la percepción negativa del público sobre los riesgos de contaminación en ambientes cerrados y con multitudes. Los que consiguieron mantenerse en activo tuvieron que reorganizar sus espacios para garantizar el distanciamiento social, aplicar medidas de higiene y seguridad y buscar formas innovadoras de generar ingresos. Las prácticas de gestión identificadas no sólo les permitieron sobrevivir, sino que también mostraron el camino de la resiliencia de los gimnasios y su capacidad para reinventarse.

Palabras Clave: COVID-19, distanciamiento social, *fitness*, gestión de gimnasios, pandemia.

Introdução

O setor *fitness* no Brasil é, sem dúvida, bastante relevante. Segundo dados da Revista da Associação Brasileira de Academias (ACAD), em 2017 o país ocupou o segundo lugar em número de estabelecimentos e o quarto lugar em número de clientes. Como resultado desse movimento constante, o mercado *fitness* brasileiro desempenha um papel fundamental no crescimento da indústria mundial *fitness* (ACAD, 2018).

Apesar dos dados se mostrarem promissores para o setor, a chegada da pandemia de COVID-19, em março de 2020, e os decretos de suspensão das atividades geraram um impacto significativo na situação econômica desses estabelecimentos. Estudos recentes apresentados e analisados pela ACAD (2020) revelam que o setor não estava adequadamente preparado para lidar com as consequências de uma pandemia.

Pandemia refere-se a uma epidemia generalizada geograficamente (MAGALHÃES; MACHADO, 2014), ou seja, a dimensão de indivíduos infectados deixa de ser local, espalhando-se por vários países e abrangendo mais de um continente (MINEO; SILVA, 2005). Uma demonstração disso é o caso do coronavírus SARS-CoV-2 que foi inicialmente detectado em seres humanos na cidade de Wuhan, China, em dezembro de 2019 e rapidamente evoluiu para uma pandemia, atingindo, em 22 de julho de 2020, a marca de 15.214.970 casos confirmados e 617.433 óbitos em todo o mundo (LEITE, 2020).

A pandemia do coronavírus é o resultado de uma doença infecciosa causada pelo coronavírus SARSCoV-2 e se propaga de forma viral entre pessoas infectadas e saudáveis, com alta taxa de infecção. Com sua disseminação global, a doença rapidamente se espalhou pelo mundo (SILVA *et al.*, 2021), impactando profundamente todos os setores da sociedade (COSTA, 2020).

Durante a pandemia, com o intuito de conter a transmissão do vírus, foi decretada a suspensão temporária de atividades e estabelecimentos não essenciais no Brasil. Como resultado direto dessa medida, muitas academias viram-se obrigadas a encerrar suas atividades de forma definitiva, enquanto aquelas que conseguiram sobreviver tiveram que se adaptar e implementar medidas de segurança para garantir a continuidade de suas operações. Dessa forma, durante a quarentena imposta pelo vírus, as empresas, incluindo as academias, enfrentaram restrições que resultaram na redução do ritmo de funcionamento e na incapacidade de fornecer diversos serviços. No entanto, mesmo diante dessas adversidades, o setor das academias reconhecia a necessidade de se preparar para a futura retomada das atividades (ACAD, 2020).

O cenário foi desafiador, especialmente, para as academias que permaneceram fechadas e sem perspectiva de retomada das atividades. Diante dessa situação, os empresários do setor *fitness* em todo o país necessitaram unir esforços e adotar medidas estratégicas. Para tanto, foi preciso buscar apoio governamental, negociar os melhores termos nos acordos sindicais de cada estado e renegociar contratos com locadores de imóveis, fornecedores e parceiros (ACAD, 2020).

Atualmente, observa-se uma melhora em relação à situação da pandemia no Brasil, devido aos avanços no controle da disseminação do coronavírus. Esse panorama otimista corrobora com a recente declaração da OMS, em maio de 2023, que determinou o fim da Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional. No entanto, é importante destacar que isso não significa que o coronavírus deixou de ser uma ameaça à saúde, pois a propagação mundial do vírus ainda é caracterizada como pandemia. No Brasil, apesar dos avanços, a situação pandêmica ainda apresenta desafios significativos, com altos números de casos e óbitos, além da crise econômica sem precedentes (OPAS, 2023).

Diante da ausência de informações claras sobre o impacto econômico da pandemia no país, especialmente para o setor das academias, é imprescindível obter uma compreensão abrangente de como as academias foram afetadas pela crise pandêmica no Brasil. Dessa forma, é essencial compreender o processo de fechamento e reabertura das academias, bem como identificar as práticas de gestão mais amplamente adotadas para enfrentar essa situação desafiadora. Nesse contexto, surgem uma série de questões relevantes: Qual foi o impacto da pandemia no setor das academias no Brasil? Quais foram os principais desafios econômicos e operacionais enfrentados



durante a crise? Como as academias se adaptaram às restrições e medidas de distanciamento social? Houve alguma inovação ou mudança de modelo de negócio que se destacou nesse período?

Este estudo apresenta justificativas tanto no âmbito acadêmico quanto social que o tornam relevante e significativo. Do ponto de vista acadêmico, investigar as práticas de gestão utilizadas para enfrentar a crise pandêmica contribui para o avanço do conhecimento científico. Além disso, proporciona uma oportunidade única para aprofundar a compreensão da gestão de negócios em tempos de crise, preenchendo uma lacuna importante na literatura acadêmica. No contexto social, esta pesquisa oferece uma contribuição valiosa ao analisar o impacto da pandemia na indústria das academias, identificando áreas que necessitam de aprimoramento e oportunidades de inovação. Essas descobertas são cruciais para garantir a sustentabilidade de negócios a longo prazo, preservando empregos e serviços essenciais para a comunidade. Além disso, este estudo beneficia os profissionais da Educação Física, proporcionando oportunidades de aprendizado e aperfeiçoamento, uma vez que a gestão de academias é uma parte fundamental e viável dessa profissão. Portanto, a relevância deste estudo se estende tanto ao avanço do conhecimento acadêmico quanto ao impacto positivo na sociedade e na prática profissional.

Diante do exposto, o objetivo desse trabalho é investigar as práticas de gestão mais utilizadas pelas academias para enfrentar a crise pandêmica.

Revisão de literatura

O setor *fitness* em tempos de pandemia

Sem dúvida, a indústria de academias no Brasil tem vivenciado um notável crescimento. Nos últimos anos, o interesse crescente da população pela prática de atividades físicas, juntamente com a preocupação com a estética corporal e a saúde, aliados ao desejo de adotar um estilo de vida mais saudável, têm sido os principais impulsionadores desse crescimento no mercado global de *fitness*. Além disso, a diversidade de serviços oferecidos pelas academias no Brasil é outra razão para o seu sucesso. Com opções que vão desde musculação, ginástica, dança, lutas até treinamento funcional, há uma ampla variedade de atividades físicas disponíveis, permitindo que cada pessoa encontre uma modalidade que se adeque aos seus gostos e necessidades individuais (ACAD, 2018).

Acompanhando essa tendência de crescimento, torna-se evidente que o desempenho do setor no mercado nacional e internacional de *fitness* tem se expandido gradativamente, alcançando posições de destaque e encorajamento em escala global. De acordo com a CONFEF (2015), no período de 2007 a 2012 o mercado de academias registrou um aumento impressionante de 133% no número de micro e pequenas empresas, saltando de 9,3 mil para 21,7 mil estabelecimentos no setor. Em termos de faturamento, nesse mesmo intervalo de tempo, o mercado *fitness* brasileiro experimentou um crescimento de duas vezes, indo de 1,2 bilhão para 2,35 bilhões de dólares.

No ano de 2014, foi registrado um total de 32.957 academias devidamente registradas junto ao conselho profissional da área. Esses números já demonstravam um panorama promissor para o setor. No entanto, as perspectivas para o segmento em 2015 eram ainda mais otimistas, uma vez que o número de academias alcançou a marca de 37.440 unidades, indicando claramente que o mercado *fitness* brasileiro estava trilhando um caminho rumo à liderança global nesse segmento (CONFEF, 2015).

Posteriormente, no ano de 2017, os dados fornecidos pela *International Health, Racquet & Sportsclub Association* (IHRSA) revelaram que o mercado *fitness* nacional se manteve consistentemente no 10º lugar do *ranking* mundial em termos de faturamento por quase uma década. O Brasil ocupava o 2º lugar em número de academias, com aproximadamente 34.509 unidades, e o 4º lugar em número de clientes, contando com cerca de 9,6 milhões de pessoas. No entanto, nesse mesmo ano, o país caiu duas posições no *ranking* de faturamento, sendo ultrapassado pelos mercados da Itália e da Espanha, ocupando assim, o 12º lugar em termos de receita gerada (ACAD, 2018).

Prosseguindo para o ano de 2019, antes da pandemia do coronavírus, a indústria global do mercado *fitness* estava experimentando um crescimento notável em termos de número de clientes, faturamento e desempenho geral. Contudo, em 2020 verificou-se uma queda significativa nessas métricas, muito por conta da crise sanitária e econômica desencadeada pela pandemia do novo coronavírus, que resultou no fechamento de aproximadamente 30 mil academias (ACAD, 2020a).

À medida que a pandemia continuou a se espalhar, muitas academias enfrentaram desafios financeiros significativos. Com todas as atividades suspensas, as academias enfrentaram uma realidade preocupante, caracterizada por uma receita nula. Em contraste com os bares e restaurantes, que têm a possibilidade de continuar operando por meio de serviços de entrega, as academias ficaram inativas. Toda essa situação traz consigo um conjunto de incertezas, especialmente devido à dependência da maioria das academias em relação à frequência de clientes para sua sobrevivência. Infelizmente, muitas dessas empresas não tinham recursos financeiros suficientes para cobrir as despesas do próximo mês. Como resultado, algumas academias anunciaram insolvência, enquanto outras optaram pela venda de equipamentos, desistindo de seus empreendimentos (ACAD, 2020a).

A pandemia de coronavírus, que teve início em 2019 e se estendeu ao longo de 2020 e 2021, provocou um impacto profundo no Brasil, especialmente devido às medidas restritivas impostas pelo governo, incluindo o fechamento de estabelecimentos não essenciais. Essas restrições afetaram de maneira significativa diversos setores comerciais, com um impacto notório no mercado das academias. Além disso, a crise econômica que resultou dessas medidas agravou ainda mais os desafios socioeconômicos que o país já enfrentava (MATTEI; HEINEN, 2020). A crise pandêmica exacerbou o frágil crescimento econômico, resultando no fechamento de inúmeras empresas e no aumento das taxas de desemprego. Além disso, o Brasil enfrentou um número alarmante de casos e mortes pela doença, evidenciando a falta de preparo do país para lidar com uma pandemia de tal magnitude (SILBER, 2020).

Nesse contexto, é imprescindível a implementação de mudanças capazes de combater a desigualdade social e promover transformações profundas no sistema socioeconômico do país (SILBER, 2020). Reconhece-se que as medidas de distanciamento social, incluindo o fechamento de academias, foram indispensáveis para conter a propagação do vírus e preservar a saúde pública. Todavia, essas medidas também trouxeram consequências tanto para a economia, quanto para o bem-estar da população (CAVALCANTE *et al.*, 2020).

A recuperação do setor das academias e de outros setores comerciais precisou da cooperação de toda a sociedade e de uma coordenação efetiva das autoridades para enfrentar os desafios socioeconômicos decorrentes da pandemia. A retomada gradual das atividades econômicas exigiu estratégias de reabertura responsáveis, protocolos de segurança adequados e o estabelecimento de medidas de apoio governamental para auxiliar as empresas afetadas pela crise (MATTEI; HEINEN, 2020). A superação desses desafios precisaria contar com um esforço conjunto, envolvendo tanto o setor público quanto o privado, com o objetivo de reconstruir e revitalizar a economia do país.

Inovação e cuidado: adaptações ao novo “normal” durante a pandemia

No Brasil, são frequentes as discussões sobre a relação entre a atividade física e o isolamento social. Enquanto alguns especialistas mostravam-se favoráveis à reabertura das academias, argumentando sobre os benefícios imunológicos e mentais dos exercícios físicos para aqueles que frequentam esses locais (PASQUIM; MARTINEZ; FURTADO, 2021), outros enfatizavam a importância em se manter o distanciamento social durante a pandemia para controlar a transmissão do vírus, resultando no fechamento das academias e restrição do acesso a locais públicos (CARVALHO; FREITAS; AKERMAN, 2021).

No início de 2020, vários estados brasileiros determinaram o fechamento das academias, sujeitando-as a punições em caso de descumprimento. Como resultado, o setor nacional de *fitness* foi um dos primeiros a ser afetado pela pandemia (ACAD, 2020a). Infere-se que fatores como a



falta de preparo e infraestrutura para lidar com crises, a dependência excessiva de atividades presenciais e a falta de diversificação de serviços contribuíram para o forte impacto causado pelo distanciamento social.

Após o início dos decretos de suspensão das atividades e o fechamento das academias, os empresários começaram a buscar maneiras de manter seus negócios e se preparar para a reabertura. No entanto, à medida que a pandemia se espalhava, a incerteza sobre o futuro do setor aumentava. Em 2020, mais de 30 mil academias foram fechadas, resultando em uma crise significativa. Empresários enfrentaram dificuldades financeiras devido à redução de receita e ao aumento de custos, incluindo despesas operacionais e dívidas com bancos e fornecedores.

Neste contexto, muitas academias encerraram seus negócios (ACAD, 2020a). Aqueles que optaram por continuar operando tiveram que se adaptar às regras de segurança, seguindo rigorosamente os protocolos de bioprevenção. Implementaram aulas *online* transmitidas ao vivo ou gravadas por meio de plataformas digitais, além de promover aulas ao ar livre, tudo isso com o objetivo de manter os clientes engajados e ativos, e de continuar gerando receita (SEBRAE, 2020a).

Após mais de cem dias de fechamento, as academias enfrentaram a percepção negativa de serem consideradas locais de aglomeração e risco de contaminação devido às suas estruturas fechadas, climatizadas e com concentração de pessoas, configurando assim um local com alto risco de contaminação pela COVID-19 (ACAD, 2020b). Essa percepção de insegurança em relação às academias acabou influenciando a disposição das pessoas em frequentá-las (TALINA *et al.*, 2023). Contudo, essa percepção negativa sobre a segurança das academias não corresponde à realidade, uma vez que ocorreram implementações de medidas rigorosas de segurança, seguindo as diretrizes da Organização Mundial da Saúde (OMS).

Com relação aos decretos, é importante salientar que não houve um consenso nacional sobre os planos de flexibilização, ou seja, cada município brasileiro adotou suas próprias regras, com um modelo de fases para o retorno das atividades. Sendo assim, as academias tiveram que seguir os decretos das cidades onde estavam localizadas (ACAD, 2020b). Infere-se que a falta de comunicação eficaz e a disseminação de informações inconsistentes contribuíram para essa percepção negativa, afetando inclusive a recuperação do setor.

Nesse cenário, que foi conhecido como "novo normal", as academias reorganizaram seus espaços para garantir o distanciamento social entre os equipamentos e os alunos. Também implementaram sistemas de agendamento prévio, uso obrigatório de máscaras faciais, limpeza frequente dos espaços e equipamentos, além de disponibilizar álcool em gel (ACAD, 2020b).

A crise sanitária exigiu das academias inovação e estratégias para sobreviver e permanecer no mercado. Certos aspectos fundamentais e pilares do setor passaram por mudanças. Portanto, a gestão adequada e o planejamento financeiro foram fundamentais, especialmente durante a fase de reabertura (ACAD, 2020b).

Metodologia

Construção do corpo de dados

O estudo se centrou na revisão e análise de artigos e revistas científicas brasileiras, com exclusão de pesquisas que envolviam amostras estrangeiras. Foram eliminados estudos que não estavam diretamente relacionados às academias ou ao setor *fitness*, bem como aqueles que não exploraram o contexto da pandemia e suas ramificações socioeconômicas.

Para a caracterização da pesquisa, utilizou-se como procedimento a revisão bibliográfica, pois, este tipo de pesquisa “permite ao pesquisador conhecer o que já se estudou sobre o assunto” (GERHARDT; SILVEIRA, 2009, p. 37). A abordagem de pesquisa utilizada foi a qualitativa, pois, este método busca “explicar o porquê das coisas, exprimindo o que convém ser feito, mas não quantificam os valores e as trocas simbólicas” (GERHARDT; SILVEIRA, 2009, p. 32). O objetivo da pesquisa, foi descritivo, já que “esse tipo de estudo pretende descrever os fatos e

fenômenos de determinada realidade” (GERHARDT; SILVEIRA, 2009, p. 35) por meio de dados já disponíveis.

Procedimentos de coleta dos textos para revisão

Para alcançar o objetivo desse estudo, buscou-se as edições da Revista ACAD que relacionavam as academias ao contexto da pandemia do coronavírus. A opção por esta revista é fundamentada em sua relevância destacada no âmbito *fitness*, ao abordar temas cruciais e contribuir de forma significativa para o progresso do conhecimento nesse setor.

Outrossim, foi realizado um levantamento de dados de artigos já publicados no período entre 2020 a 2023 na base de dados da *Scientific Electronic Library Online* (SciELO), utilizando os descritores: academias, coronavírus, COVID-19, distanciamento social, *fitness*, gestão de academias, pandemia e setor *fitness*, de forma combinada.

O critério utilizado para a seleção baseou-se na relevância. Os textos encontrados por meio da estratégia de pesquisa inicial foram analisados de acordo com os seguintes critérios de inclusão:

- a) abordar o conteúdo academias no contexto da pandemia da COVID-19;
- b) abordar as repercussões socioeconômicas resultantes das medidas de distanciamento social adotadas durante a pandemia da COVID-19 sobre o setor *fitness*;
- c) trazer contribuições para o desenvolvimento do conteúdo gestão na academia; e
- d) ter como amostra academias que se mantiveram em funcionamento durante a crise pandêmica.

Para todos os textos identificados em cada base de dados realizou-se a leitura dos títulos e resumos. A leitura dos títulos e resumos dos artigos foram avaliados quanto à sua compatibilidade com os objetivos e ao tema desta pesquisa em específico (TREINTA *et al.*, 2014).

A estratégia de busca e seleção buscou não apenas simplificar a identificação dos principais trabalhos em meio a uma vasta gama de opções presentes na produção científica global, mas também assegurar a capacidade de definir os limites do conhecimento derivado das descobertas científicas (TREINTA *et al.*, 2014)

Procedimentos de análise de dados

Os textos selecionados foram analisados conforme os seguintes critérios:

- a) dispor de uma discussão central relacionando às academias ao contexto da crise pandêmica;
- b) apresentar em seu conteúdo assuntos relacionados à gestão em academias;
- c) desfecho: contribuições reais para o desenvolvimento do conteúdo gestão de academias.

Com a finalidade de facilitar o tratamento dos dados emergentes que apontavam para uma possível resposta à questão de pesquisa, recorreu-se aos critérios recomendados para a Análise de Conteúdo, que conforme definidos por Bardin (2011) são:

[...] um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens” (BARDIN, 2011, p. 42).

Sendo assim, foi realizada uma pré-análise, etapa que envolve a organização dos dados com o intuito de formar o conjunto de documentos que serão submetidos aos procedimentos analíticos. O "*corpus*" refere-se ao conjunto de documentos considerados para análise. Posteriormente, fez-se uma exploração do material na qual foi aprofundado o estudo do *corpus* já definido com o intuito de identificar as unidades de registro e unidades de contexto. O processo de análise visa transformar os resultados brutos em informações significativas e válidas, que possam



ser compreendidas e aplicadas. Ao final, os dados coletados passaram por um processo de tratamento, visando torná-los significativos. O processo de tratamento contou com muitas leituras, o que possibilitou perceber se os dados eram pertinentes, objetivos e se a análise era fiel e produtiva (BARDIN, 2011).

Resultados e discussão

Após a realização das buscas, as seguintes fontes foram encontradas. O Quadro 1 apresenta as edições selecionadas da Revista ACAD.

QUADRO 1 – Edições selecionadas da Revista ACAD

Fonte	Edição	Título
Revista ACAD	n° 82	Mercado mundial do <i>fitness</i> : principais players e mudanças no <i>top ten</i>
	n° 89	Academias enfrentam impactos do COVID-19
	n° 90	Academias se preparam para a reabertura

Fonte: elaborado pelos autores.

A busca na base de dados *Scielo* retornou 2.661 artigos. Após a leitura dos títulos e resumos, 24 artigos foram pré-selecionados (QUADRO 2).

QUADRO 2 – Estratégias de busca e quantidade de artigos iniciais

Base de dados	Combinações de busca	Artigos encontrados	Artigos selecionados
SciELO	(academias) AND (COVID-19)	11	2
	(academias) AND (coronavírus)	5	1
	(distanciamento social) AND (COVID-19)	226	11
	(<i>fitness</i>) AND (coronavírus)	12	1
	(pandemia) AND (gestão de academias)	1	0
	(pandemia) AND (COVID-19)	2.353	5
	(pandemia) AND (economia)	53	4
Total		0	2661

Fonte: elaborado pela autora.

Após a leitura completa dos textos e eliminação das duplicidades, 14 textos foram selecionados para amparar a discussão desse trabalho (QUADRO 3).

QUADRO 3 – Informações dos artigos selecionados

Autor (ano)	Revista	Título
Spink (2020)	Psicologia & Sociedade	“Fique em casa”: a gestão de riscos em contextos de incerteza
Leite (2020)	Psicologia & Sociedade	A (in)esperada pandemia e suas implicações para o mundo do trabalho
Costa (2020)	Revista de Administração Pública	Pandemia e desemprego no Brasil
Mattei e Heinen (2020)	Revista de Economia Política	Impactos da crise da COVID-19 no mercado de trabalho brasileiro
Silber (2020)	Revista Estudos Avançados	A fragilidade econômica e financeira na pandemia do Sars-COVID-19
Cavalcante <i>et al.</i> (2020)	Revista Epidemiologia E Serviços De Saúde	COVID-19 no Brasil: evolução da epidemia até a semana epidemiológica de 2020
Aquino <i>et al.</i> (2020)	Revista Ciência & Saúde Coletiva	Medidas de distanciamento social no controle da pandemia de COVID-19: potenciais impactos e desafios no Brasil
Donadon e Santos (2020)	Revista Estudos Gerais	Modelo de negócio e estratégia de inovação de uma empresa brasileira de alimentos
Carvalho, Freitas e Akerman (2021)	Revista Movimento	O ‘novo normal’ na Atividade Física e Saúde: pandemia e uberização?
Silva <i>et al.</i> (2021)	Revista Gaúcha de Enfermagem	Isolamento social e a velocidade de casos de COVID-19: medida de prevenção da transmissão

Mesquita <i>et al.</i> (2021)	Revista de Administração da UFSM	Uso de Indicadores de sustentabilidade na gestão de projetos de tecnologia da informação
Pasquim, Martinez e Furtado (2021)	Revista Movimento	Academias de ginástica e exercícios físicos no combate à COVID-19: reflexões a partir da determinação social do processo saúde-doença
Garbuido <i>et al.</i> (2022)	Revista Turismo: Visão e Ação	Gestão de crise no turismo: reflexos da pandemia da COVID-19 nos meios de hospedagem do município de Torres, Rio Grande do Sul - Brasil
Talina <i>et al.</i> (2023)	Revista de Educação Física	Percepção de segurança de frequentadores de academias: uma perspectiva pós 3º pico de infecção por COVID-19

Fonte: elaborado pelos autores.

Durante a crise pandêmica, uma variedade de práticas de gestão emergiu como respostas cruciais para enfrentar os desafios decorrentes da propagação do vírus. Os dados analisados apontaram para: planejamento estratégico; gestão de segurança, risco e higiene; gestão financeira; gestão de crise; gestão de pessoas; gestão de recursos humanos; gestão de parcerias e *marketing* digital; gestão de projetos e tecnologia da informação; e gestão de inovação, que serão apresentadas e discutidas em dois tópicos, a saber:

- a) Identificando as práticas de gestão mais utilizadas para o enfrentamento da crise pandêmica; e
- b) Práticas de Gestão na Indústria do *Fitness*: Lições da Pandemia de COVID-19.

a) Identificando as práticas de gestão mais utilizadas para o enfrentamento da crise pandêmica

A reabertura gradual das academias, a partir de julho de 2020, trouxe alívio para os empresários e proprietários desses estabelecimentos, porém retomar as atividades após um longo período de receita zero, pouca procura e menos de 30% dos clientes anteriores ao fechamento não foi fácil. Nesse contexto, foi fundamental que os empresários estivessem preparados para lidar com as demandas econômicas emergentes e contassem com o apoio de profissionais qualificados para tomar decisões adequadas (ACAD, 2020b).

A gestão de academias envolveu a implementação de práticas para garantir a continuidade dos negócios diante da crise. Cada academia tinha sua própria forma de gestão, que deveria estar adequada aos seus objetivos, cultura organizacional e tamanho. Foi fundamental adotar diferentes abordagens com base nas características de cada estabelecimento, visando alcançar metas e se adaptar às demandas do mercado de forma eficiente (ACAD, 2022).

Na busca por uma gestão eficaz, primeiramente, seria preciso considerar a cultura da organização como os valores e as crenças, para que todas as pessoas que integram o grupo trabalhem de maneira coesa e eficiente. Outrossim, o gerenciamento deveria envolver clareza na atribuição de responsabilidades, capacidade para medir e analisar os resultados das decisões e implementar processos que visassem atingir os objetivos da organização (CROZATTI, 1998).

Ainda nesta direção, a gestão de uma academia varia de acordo com os objetivos, porte e perfil do líder. Em academias menores, pode ser realizada manualmente, enquanto em unidades maiores e redes, a automação é mais presente. O planejamento estratégico é fundamental para garantir resultados, permitindo a implementação e adaptação das ações de acordo com o desempenho (ACAD, 2022).

Neste contexto, durante a pandemia, as academias adotaram diversas práticas de gestão para enfrentar os desafios decorrentes do fechamento e das restrições sanitárias. A seguir, serão apresentadas as principais práticas de gestão identificadas como as mais utilizadas e recomendadas pelos gestores para enfrentar essa crise.



a) Planejamento estratégico

Planejamento estratégico é o processo de formular ações futuras para alcançar resultados específicos, lidando com a incerteza. Neste sentido, o planejamento estratégico apresenta caminhos para transformar ideias em realidade (KREITNER, 2009 *apud* SOARES, 2015).

O fechamento das academias trouxe um sentimento de incerteza para os empresários que foram obrigados a se adaptar ao novo formato de negócios, em um curto período. Desse modo, muitas academias recorreram ao planejamento estratégico com o objetivo de identificar as oportunidades e desafios, assim como os recursos internos disponíveis, para tomar decisões mais adequadas.

Neste contexto, é relevante mencionar a Rede *Fitness*, uma rede de academias situada na cidade de São Paulo, que adotou uma abordagem estratégica durante a pandemia. Apesar do fechamento obrigatório dos estabelecimentos, a empresa optou por uma postura proativa ao buscar investimentos e inaugurar novas unidades. Além disso, implementou estratégias alternativas, como a realização de aulas ao vivo pela *internet* e o aluguel de equipamentos, a fim de manter sua base de clientes e garantir o pagamento dos instrutores. Atualmente, a organização concentra-se em um projeto de expansão por meio do modelo de franquias, evidenciando um planejamento estratégico de longo prazo para estabelecer novas unidades em todo o país. Essas ações refletem uma gestão estratégica embasada em riscos calculados, análise de mercado, inovação e comprometimento com o negócio (SEBRAE, 2022b).

b) Gestão de Segurança, Risco e Higiene

A Gestão de segurança trabalha com vários cenários de riscos, desde contaminações até catástrofes naturais e incêndios. Neste sentido, a gestão de segurança abrange diferentes situações de risco que podem afetar a segurança das pessoas e das instalações. Esses riscos podem variar desde a contaminação por agentes biológicos, como no caso de pandemias, até eventos como incêndios e desastres naturais (HAMADA *et al.*, 2016). Com relação a gestão de riscos, essa prática busca implementar medidas para prevenir e mitigar possíveis danos, envolvendo diversas abordagens e considerando a participação ativa da sociedade (SPINK, 2020).

Na pandemia, as academias tiveram que recorrer a gestão de segurança para conseguirem identificar, avaliar e implementar medidas para prevenir ou amenizar potenciais riscos, garantindo principalmente a proteção das pessoas com relação a transmissão do novo coronavírus. Algumas das medidas mais utilizadas pelas academias, foram voltadas para a segurança e higiene rigorosas, como limpeza frequente de equipamentos, uso obrigatório de máscaras e distanciamento social.

Com relação aos protocolos de higiene, as academias tiveram que: adotar cuidados iniciais, como passar a exigir o uso de máscaras por clientes, colaboradores e terceirizados ao entrar na academia; medir a temperatura à distância com um termômetro eletrônico e não permitir a entrada na academia se a temperatura dos clientes e funcionários estiver acima de 37.8°C; e disponibilizar recipientes de álcool em gel a 70% em pontos estratégicos da academia. Durante o horário de funcionamento da academia, era importante realizar uma limpeza cuidadosa com produtos adequados, seguindo os protocolos de reabertura e prevenção do novo coronavírus. Outra prática identificada foi limitar o número de pessoas que poderiam entrar na academia para garantir o distanciamento social, mantendo sempre a distância de 1,5m entre as pessoas, podendo até mesmo utilizar a delimitação do espaço com fita, garantindo uma comunicação visual precisa e determinando um equipamento sem uso para outro que estivesse disponível (ACAD, 2021).

c) Gestão Financeira

A gestão financeira se refere à administração dos fluxos monetários da atividade operacional de uma empresa ao longo do tempo. Ressalta-se que essa gestão não é apenas

responsabilidade do gestor financeiro, mas de todos os gestores em diferentes áreas de responsabilidade dentro da organização (CHENG; MENDES, 1989).

A gestão financeira foi fundamental tanto no período de fechamento quanto no processo de reabertura das academias. Isto porque, durante o fechamento foi necessário controlar os gastos, renegociar contratos e buscar formas de reduzir custos. Já na reabertura, auxiliou no planejamento dos investimentos necessários, principalmente em relação as adaptações físicas e aquisição de equipamentos de segurança. Além disso, a gestão financeira possibilitou que as academias analisassem a viabilidade econômica da reabertura em relação aos custos operacionais e restrições de capacidade (ACAD, 2020b).

Neste contexto, é possível identificar uma relação direta entre as ações tomadas pela academia *Competition*, de São Paulo, e a gestão financeira. Diante da crise provocada pela pandemia, a empresa adotou medidas como férias coletivas, demissões e redução da carga de trabalho, com base na Medida Provisória 936 do Governo (IHRSA, 2020).

Logo no início da pandemia, o governo federal publicou a Medida Provisória 936, que permitiu a suspensão do contrato de trabalho e redução de jornada. A maioria das academias já fez uso desse direito e, os prazos estão terminando. A boa notícia é que a MP-936 foi convertida na Lei 14020, com Decreto Federal 10422, publicado em 13 de julho: agora, são 120 dias para acordos de redução de jornada e de suspensão de contratos. Prazos já utilizados devem ser computados. Lay off ou MP936: que modelo escolher? Existe ainda a alternativa de lay off : suspensão dos contratos, mediante curso de qualificação profissional prevista no art. 476-A da CLT, desde que com concordância do trabalhador. Durante a suspensão, o funcionário recebe uma bolsa de qualificação paga pelo governo federal. O lay off deve estar previsto em convenção ou acordo coletivo (ACAD, 2020b).

Essas ações visam ajustar os custos operacionais e garantir a sustentabilidade financeira da organização durante um período desafiador. Neste sentido, um desafio foi o de alcançar o equilíbrio financeiro, levando em consideração as restrições impostas pela OMS e a necessidade de negociação governo e trabalhadores. Isso mostra uma preocupação em otimizar os recursos financeiros disponíveis e encontrar soluções para manter a empresa funcionando dentro das limitações impostas (IHRSA, 2020).

Dessa forma, a gestão financeira se revela fundamental nesse contexto, pois envolve a análise e o controle dos recursos financeiros da empresa, o planejamento de custos, a busca por alternativas para enfrentar a queda de receita e a negociação com os envolvidos. A empresa precisa tomar decisões estratégicas e conscientes para garantir a saúde financeira e a continuidade das operações, adaptando-se às mudanças do mercado e às condições econômicas adversas (IHRSA, 2020).

d) Gestão de crise

A crise pode ser definida como situação perigosa e extraordinária que exige decisões urgentes sob pressão de tempo. Embora as crises sejam, em grande parte, imprevisíveis, investir na prevenção é mais eficaz do que reagir a crises já em andamento. Portanto, organizações que possuem planejamento de crises lidam melhor com momentos difíceis. A gestão de crise é descrita como uma abordagem sistemática realizada por uma organização e seus gestores para reconhecer e prever possíveis crises, com o objetivo de tomar medidas preventivas, controlar e mitigar seus efeitos e, por fim, se recuperar delas (GARBUIO *et al.*, 2022).

No contexto apresentado, tanto a proprietária da *Ellas Fitness*, quanto uma professora de yoga que atua como profissional liberal enfrentaram desafios financeiros durante a pandemia devido à redução das aulas e à resistência dos alunos em aderir ao atendimento virtual. Ambas tiveram que adotar estratégias para manter suas finanças saudáveis e lidar com a queda na receita. Essas estratégias incluíram a transmissão de aulas e treinos por meio das redes sociais, a reposição de aulas para alunas que já haviam pago as mensalidades após o retorno das atividades, a venda de



vouchers para uso futuro, a captação de novos alunos com preços abaixo da média e uma análise minuciosa dos custos para identificar oportunidades de redução de gastos (SEBRAE, 2020b).

A gestão de crise envolveu a implementação de ações e a tomada de decisões com o objetivo de minimizar os impactos negativos e encontrar soluções para superar as dificuldades enfrentadas. Tanto a proprietária como a profissional liberal referidas lidaram com uma crise decorrente da diminuição das atividades presenciais causada pela pandemia, o que as levou a adotar medidas estratégicas para manter seus negócios em funcionamento e enfrentar os desafios financeiros. Nesse sentido, a gestão de crise foi pautada pela redução de custos, pela busca por novas fontes de receita e pela adaptação às mudanças no mercado, sendo essas as principais estratégias adotadas para superar a crise e garantir a sustentabilidade financeira de suas empresas (SEBRAE, 2020b).

e) Gestão de pessoas

A gestão de pessoas se apresenta como uma atividade gerencial que visa promover a cooperação entre os membros da equipe para alcançar tanto os objetivos individuais quanto os da organização. Portanto, a gestão de pessoas é crucial para o cumprimento das metas da empresa, a satisfação dos clientes e a criação de parcerias efetivas com os fornecedores. Além disso, é importante salientar que a gestão de pessoas não se limita apenas às atividades internas da empresa, mas também engloba uma perspectiva mais abrangente, considerando a colaboração com os fornecedores e outras partes interessadas (GIL, 2012 *apud* CALESCO; BOTH, 2019).

Uma vez que as academias são estabelecimentos que tem como foco principal o atendimento e a interação com indivíduos, a prática de gestão de pessoas foi essencialmente importante para manter o bom relacionamento e a cooperação entre os funcionários, clientes e fornecedores, especialmente durante o período de fechamento, no qual as academias enfrentaram desafios significativos até a sua reabertura. Sendo assim, as academias enfrentaram desafios na gestão de pessoas, em particular, no treinamento da equipe e no atendimento aos clientes. A equipe precisava se adaptar a um cenário inédito, repleto de protocolos e exigências, e encontrar o equilíbrio entre ser acolhedora e firme ao garantir o cumprimento das regras de saúde e segurança (ACAD, 2020b).

Em relação a gestão de pessoas, a abordagem humanizada adotada por André Panobianco, gestor comprometido com a preservação de empregos durante a crise, demonstrou de forma prática e eficiente a aplicabilidade da gestão de pessoas. A rede de academias Panobianco, fundada em 2012, valoriza a capacitação da equipe e busca constantemente aprimorar a experiência dos clientes (IHRSA, 2021a).

A estratégia central adotada por Panobianco é a empatia, em que a empresa se coloca no lugar do cliente para minimizar qualquer impacto durante o período incerto da crise. Um exemplo notável foi o congelamento das cobranças enquanto as academias estavam fechadas, evidenciando o compromisso da Panobianco em apoiar seus clientes. Além disso, a empresa investiu em recursos digitais, como aplicativos de treinos, lives de treino, desafios e *workshops*, para incentivar e engajar os alunos mesmo em casa (IHRSA, 2021a).

Essa abordagem inclusiva e centrada nas pessoas fortaleceu o reconhecimento da marca Panobianco como referência no setor. A empresa não apenas se preocupa com seus clientes, mas também se empenha em promover o bem-estar físico e mental da sociedade em geral. A dedicação à gestão de pessoas e o desenvolvimento de uma cultura organizacional focada no cuidado e valorização dos colaboradores são evidentes na estratégia adotada por Panobianco durante a crise (IHRSA, 2021a).

f) Gestão de Recursos Humanos

A gestão de recursos humanos tem como objetivo principal alcançar um desempenho humano de excelência para atingir os objetivos da organização. Isso é feito por meio de diversas

práticas, como recrutamento, seleção, treinamento, avaliação de desempenho, recompensas e benefícios, estando diretamente relacionada ao desempenho operacional das organizações (JABBOUR *et al.*, 2012).

Durante o fechamento e reabertura das academias, a gestão de recursos humanos desempenhou um papel essencialmente importante, realizando a realocação de funcionários, contratando novos profissionais e garantindo o equilíbrio adequado de pessoal para lidar com as restrições de capacidade. Essas ações permitiram que as academias oferecessem um ambiente seguro e eficiente aos clientes, promovendo sua satisfação e fidelização (SEBRAE, 2020c).

No contexto da gestão de recursos humanos, a empresa Bluefit demonstrou uma abordagem estratégica ao realocar cerca de 40 funcionários para o setor de atendimento ao cliente. Essa decisão revela a compreensão de que os colaboradores desempenham um papel importante na satisfação e fidelização dos clientes, especialmente em momentos administrativos desafiadores. Ao priorizar a formação de uma equipe forte de resposta às dúvidas e auxílio aos clientes, a Bluefit reconhece a importância de investir nos recursos humanos para garantir um suporte eficiente e de qualidade (IHRSA, 2021b).

Outrossim, a velocidade na implementação da mudança evidencia a agilidade e capacidade de adaptação da gestão de recursos humanos da Bluefit. A retirada dos colaboradores das operações presenciais e sua realocação para trabalhar remotamente demonstra uma postura proativa na busca por soluções eficazes. Além disso, destaca-se a importância de uma comunicação transparente e eficiente entre os membros da equipe, permitindo uma atuação coordenada para atender às necessidades dos clientes. A estratégia adotada pela Bluefit reflete uma gestão de recursos humanos voltada para o cliente, em que o atendimento ao cliente é reconhecido como um pilar fundamental para o sucesso e a sustentabilidade da organização (IHRSA, 2021b).

g) Gestão de Parcerias e Marketing Digital

A gestão de parcerias é compreendida como uma prática que busca estabelecer e administrar relacionamentos estratégicos entre organizações ou indivíduos visando benefícios mútuos. Envolve colaboração, comunicação e compartilhamento de responsabilidades para alcançar objetivos comuns. É uma forma de trabalhar em equipe, aproveitando sinergias e reduzindo custos para obter melhores resultados. De acordo com Albertin e Amaral (2010), as empresas estão buscando parcerias e alianças para desenvolver e lançar produtos inovadores com mais qualidade, rapidez e menor custo. Essas colaborações permitem a combinação de competências, compartilhamento de investimentos e divisão de custos e riscos. Além disso, proporcionam benefícios que não seriam possíveis de alcançar individualmente.

O *marketing* digital consiste na aplicação de estratégias e ferramentas de *marketing* no ambiente digital, utilizando a internet como uma poderosa ferramenta de comunicação, publicidade e propaganda. O *marketing* digital se baseia nos princípios e conceitos já estabelecidos na teoria do marketing, adaptando-os para o contexto online. É uma forma eficaz de alcançar o público-alvo, promover produtos e serviços e obter resultados mensuráveis (TORRES, 2009 *apud* ARAÚJO, 2015).

Indubitavelmente, o *marketing* digital se apresentou como uma excelente ferramenta para aumentar a visibilidade das academias durante a pandemia. Isto porque, o *marketing* digital possibilitou a comunicação com os clientes por meio das redes sociais, e-mail *marketing* e anúncios *online*. Essas estratégias possibilitaram a divulgação de treinos virtuais, dicas de saúde e promoções, mantendo o engajamento dos clientes e atraindo novos alunos. Além disso, o *marketing* digital ampliou o alcance das academias, mesmo em um cenário desafiador, contribuindo para o crescimento e reconhecimento da marca (ACAD, 2020a).



h) Gestão de projetos e Tecnologia da Informação

Na abordagem tradicional de gestão de projetos, são estabelecidos processos de planejamento, organização, direcionamento e controle da equipe para alcançar metas e objetivos definidos. A ideia principal é que um projeto possui uma tarefa específica, e, portanto, o gerente de projeto e sua equipe devem direcionar seus esforços para utilizar os recursos e técnicas de planejamento e controle de forma eficiente (JUNIOR; PLONSKI, 2011).

Outrossim, a Tecnologia da Informação se apresenta como um conjunto de recursos de origem tecnológica e engloba recursos tecnológicos, conhecimento e informação, incluindo *hardware*, *software*, telecomunicações e controle de dados. Seu objetivo é fornecer informações precisas às pessoas dentro de um determinado período, respeitando quantidade e formato definidos. É importante salientar que o uso do planejamento da Tecnologia da Informação em conjunto com o planejamento estratégico das empresas pode trazer benefícios significativos. Essa integração ajuda a aumentar a produtividade e o desempenho das organizações, identificar e priorizar os recursos necessários, inclusive os financeiros, com base nas metas e objetivos estratégicos da empresa (MESQUITA *et al.*, 2021).

A gestão de projetos e o uso da tecnologia da informação desempenharam um papel crucial para as academias durante a pandemia. A gestão de projetos contribuiu para a adaptação das academias, planejando e executando mudanças, como protocolos de segurança, espaços físicos reestruturados, novas ofertas de treinamento e comunicação com os clientes. A tecnologia da informação possibilitou a migração para o ambiente *online*, viabilizou plataformas de vídeo, aplicativos de treinamento virtual e sistemas de agendamento online, facilitando a comunicação com os clientes e automatizando processos internos, contribuindo para a otimização das operações e tomada de decisões embasadas em dados precisos (ACAD, 2021).

A academia D'STAK *Fitness*, em Brasília, evidenciou o uso da tecnologia durante a pandemia, desenvolvendo o programa "Qualidade de Vida em Movimento - Saúde e Bem-Estar na Sua Casa", oferecendo atividades físicas para serem realizadas em casa, com o objetivo de promover momentos de descontração, bem-estar e alegria. Além disso, o programa incluía aulas para alunos de todas as idades, divulgadas diariamente por meio das redes sociais e *WhatsApp*. Isso envolvia transmissões ao vivo de quatro aulas por semana, abrangendo diversas modalidades, como *Fitness*, Tai Chi Chuan, Tao Fight - Luta com Funcional e Kung Fu, além de exercícios adaptados da natação de bebês para serem feitos no solo (SEBRAE, 2020d).

Outro exemplo que também demonstra o uso da gestão da tecnologia da informação, pode ser identificada na Roma Academia, localizada em Votuporanga, que demonstrou agilidade e eficiência na implementação da plataforma de ensino online via "Roma *in Home Fitness*" como resposta à pandemia. Por meio da gestão de projetos, a academia foi capaz de lançar a plataforma em um prazo de três dias, permitindo que continuasse oferecendo serviços de saúde e bem-estar para as pessoas em um momento desafiador. Através dessa plataforma, os alunos têm acesso a uma variedade de aulas de dança e exercícios, com atualizações semanais, e podem escolher entre opções de pagamento mensal ou bimestral. O sucesso alcançado com as aulas *online* impulsionou a academia a considerar investimentos futuros em uma plataforma ainda mais robusta, destacando sua postura adaptável e inovadora diante das mudanças impostas pela pandemia. Essa abordagem evidencia não apenas a habilidade de gerenciamento de projetos, mas também uma compreensão do papel estratégico da gestão de tecnologia da informação para impulsionar o crescimento e a excelência operacional da academia (SEBRAE, 2020e).

i) Gestão de inovação

A gestão da inovação, consiste no planejamento, organização e coordenação de fatores fundamentais para desenvolver e alcançar resultados inovadores. Desse modo, é um processo que demanda a participação de diversos níveis hierárquicos e áreas de conhecimento, englobando a proposição, acompanhamento e validação de ideias e projetos. É importante ressaltar que a gestão

de inovação deve estar presente em todas as dimensões da organização, ou seja, incorporada em toda a empresa, e isso demanda uma mudança cultural e em uma abordagem abrangente, visando fomentar a criatividade, a experimentação e a adaptação às novas demandas do mercado. Portanto, a gestão da inovação é um processo estratégico que busca impulsionar a capacidade de uma organização em gerar soluções e criar valor por meio de ideias originais e práticas inovadoras (ZEN *et al.*, 2017).

Durante a suspensão das atividades, Eliane Rocha, consultora em gestão *fitness* e profissional de Educação Física, enfrentou os desafios decorrentes desse cenário e, de forma proativa, procurou se adaptar e prestar auxílio aos profissionais da área. Para isso, ela organizou um grupo de apoio no aplicativo *WhatsApp*, onde reuniu outros especialistas do ramo com o objetivo de compartilhar informações e buscar soluções conjuntas. A profissional ainda relata sua participação no programa “Empreenda Rápido: Esporte”, promovido pelo escritório regional do Sebrae-SP em Campinas. Esse programa teve como propósito fornecer técnicas de gestão e abordar tópicos específicos do setor esportivo, como mercado e prestação de serviços. A iniciativa visou auxiliar profissionais autônomos, donos de academias, complexos esportivos e organizadores de eventos a se reinventarem e descobrirem novas maneiras de atender às demandas de seus clientes (SEBRAE, 2022).

No âmbito da gestão, durante esse período, enfatizou-se a importância de compreender o público-alvo e identificar os canais mais eficazes para alcançar resultados desejados. Houve um incentivo à troca de experiências entre os profissionais, reconhecendo a valiosa contribuição que o compartilhamento de conhecimentos pode oferecer. Além disso, foi destacada a necessidade de adaptação ao ambiente online, especialmente no que diz respeito às vendas por meio das redes sociais. Dessa forma, torna-se evidente que a abordagem adotada na gestão pela profissional foi marcada pela busca por adaptação, aquisição de conhecimento e compartilhamento de experiências, com o objetivo central de reinventar os negócios e implementar estratégias digitais para alcançar o público-alvo de forma eficiente (SEBRAE, 2022).

Práticas de Gestão na Indústria do Fitness: Lições da Pandemia de COVID-19

O crescente interesse da população pela prática de atividade física, aliado à variedade de serviços oferecidos, são os principais impulsionadores do setor nos últimos anos (ACAD, 2018). Esses achados estão alinhados aos dados fornecidos pelo CREF, que indicam um aumento no número de academias registradas, e às informações da IHRSA, que posicionam o Brasil em destaque globalmente em termos de faturamento, quantidade de academias e número de clientes. No entanto, é importante salientar que as descobertas também indicam que a crise pandêmica teve um impacto negativo nesse crescimento, resultando em um faturamento 52% abaixo do habitual. Como resultado, o setor de academias enfrentou desafios financeiros significativos (SEBRAE, 2021).

O impacto da crise sanitária e econômica provocada pela pandemia do coronavírus afetou profundamente o mercado *fitness* nacional. Além disso, foi constatado que a pandemia teve um impacto profundo tanto na saúde pública quanto na economia. Nesse sentido, é importante destacar que houve consequências significativas para o setor econômico como um todo, incluindo o mercado *fitness* (MATTEI; HEINEN, 2020).

Um fator apontado como relevante para compreender esse impacto é o fechamento dos estabelecimentos não essenciais, incluindo as academias, que teve um efeito importante na economia brasileira. Dessa forma, as restrições e medidas de distanciamento social adotadas durante a pandemia tiveram um impacto direto nas atividades comerciais, afetando o funcionamento das academias. Além disso, ficou evidenciado que a crise econômica já estava em declínio antes mesmo da pandemia, o que sugere que a situação econômica do país já enfrentava dificuldades. Portanto, o fechamento dos estabelecimentos, incluindo as academias, agravou ainda mais essa crise econômica já existente (MATTEI; HEINEN, 2020).



É importante ressaltar que as medidas de distanciamento social foram necessárias para conter a propagação do vírus. No entanto, paradoxalmente, essas mesmas medidas também contribuíram para agravar a crise econômica. Essa tensão entre as necessidades de saúde pública e os impactos econômicos foi um desafio enfrentado por muitos setores durante a pandemia (AQUINO *et al.*, 2020).

As descobertas sugeriram que as academias brasileiras foram impactadas significativamente pelos decretos estaduais que determinaram seu fechamento, levando a um impacto financeiro considerável no setor de *fitness*. A falta de preparo e infraestrutura para lidar com crises, bem como a dependência excessiva de atividades presenciais e a falta de diversificação dos serviços oferecidos, contribuíram para a vulnerabilidade do setor diante do distanciamento social imposto (ACAD, 2020a).

Do mesmo modo, ficou evidenciado que, diante do fechamento obrigatório, os empresários do setor buscaram formas de se manter e se preparar para a reabertura. Porém, muitas academias enfrentam dificuldades financeiras devido à redução de receita e ao aumento de custos, levando algumas a falência e encerrando suas atividades. Em contrapartida, outras academias optaram, em meio à crise, por investir em transmissão de aulas ao vivo ou gravadas e aulas ao ar livre, a fim de manter os clientes engajados e gerar receita (ACAD, 2020b).

Além dos desafios financeiros, os achados mostraram que as academias também enfrentaram a percepção negativa do público em relação aos riscos de contaminação por COVID-19 em ambientes fechados e com aglomerações. É importante dizer que estas percepções vão de encontro a alguns estudos realizados na época que apontaram as academias de ginástica como locais de alto risco de contaminação, o que afetou ainda mais a confiança dos clientes. Outros fatores também foram levantados para justificar essa percepção negativa em relação às academias como a falta de espaços apropriados e seguros para a prática de exercícios físicos e a falta de motivação dos indivíduos (TALINA *et al.*, 2023).

Outro aspecto relevante é a percepção negativa em relação às academias, que foi influenciada pela falta de comunicação eficaz e pela disseminação de informações inconsistentes. Essa percepção prejudicou ainda mais a recuperação do setor. No entanto, a Associação Brasileira de Academias defendeu que as academias implementaram medidas rigorosas de segurança, em conformidade com as diretrizes da OMS, e afirmou que estavam preparadas e seguras para retomar suas atividades. Cada município adotou suas próprias regras de flexibilização, resultando em uma variedade de protocolos a serem seguidos pelas academias (ACAD, 2020a).

No que tange às adaptações realizadas pelas academias em resposta ao "novo normal", os achados sugerem que diante da necessidade de operar de forma economicamente viável e segura, as academias que reabriram precisaram reorganizar seus espaços para garantir o distanciamento social entre os equipamentos e os alunos. Além disso, foram implementadas medidas como agendamento prévio para controlar o acesso e evitar aglomerações, obrigatoriedade do uso de máscaras faciais, limpeza e higienização frequente dos espaços e equipamentos e disponibilização de álcool em gel.

Já com relação à abertura das academias, os achados sugeriram que a crise sanitária exigiu que as academias se reinventassem e adotassem estratégias inovadoras para sobreviverem e permanecerem no mercado. Essas mudanças impactaram aspectos fundamentais e pilares do setor, destacando a importância da gestão das academias na realização de um planejamento financeiro adequado, especialmente durante a fase de reabertura.

As academias enfrentaram inúmeros desafios financeiros durante a pandemia e precisaram se adaptar rapidamente aos novos formatos de negócio, para tanto, adotaram práticas de gestão para enfrentar os desafios da crise pandêmica. Essas práticas possibilitaram a adaptação às mudanças, a redução de riscos, a sustentabilidade financeira e o bom relacionamento entre funcionários, clientes e fornecedores.

Em termos de *planejamento estratégico*, os achados sugeriram que este tipo de abordagem foi crucial para identificar oportunidades, recursos internos disponíveis e tomar decisões adequadas. Algumas academias adotaram abordagens estratégicas, como investimentos, estratégias alternativas e expansão por meio de franquias. De acordo com Falsarella e Jannuzzi (2017), em um

mercado altamente competitivo e agressivo, a elaboração de um planejamento estratégico empresarial e a qualidade das informações são elementos fundamentais para a sobrevivência das organizações. A rapidez e a capacidade de resposta às necessidades do mercado são fatores determinantes. Nesse contexto, a preparação adequada das empresas para atuarem requer informações que proporcionem conhecimento sobre seus pontos fortes, pontos fracos, oportunidades e ameaças. Essas informações foram essenciais para o desenvolvimento de um planejamento estratégico bem direcionado.

No que diz respeito a *gestão de segurança, risco e higiene*, os achados sugeriram que este tipo de gestão se tornou essencial para as academias durante a pandemia, pois possibilitou a retomada das atividades presenciais em um ambiente seguro. Para garantir a segurança das pessoas, diversas medidas de prevenção foram adotadas, como a implementação de protocolos de limpeza rigorosos, a exigência do uso de máscaras e o estabelecimento de distanciamento social. Para Oliveira, Oliveira e Almeida (2010), segurança e saúde no trabalho englobam as condições e fatores que podem influenciar negativamente a segurança e a saúde dos funcionários, bem como de outros trabalhadores, visitantes e qualquer pessoa presente no local de trabalho. Esses elementos podem abranger uma variedade de aspectos, como condições físicas, equipamentos de segurança, práticas de trabalho e organização do ambiente de trabalho. Sendo assim, a gestão adequada de segurança, risco e higiene, se mostraram essenciais para garantir um ambiente de trabalho seguro e saudável para todos os envolvidos, principalmente durante o período pandêmico.

Com relação a *gestão financeira*, os achados sugeriram que este tipo de prática desempenhou um papel crucial durante o fechamento e a reabertura das academias. Para garantir a sustentabilidade financeira, foram adotadas ações como controle de gastos, renegociação de contratos, análise da viabilidade econômica e a busca de alternativas para reduzir custos. Portanto, a gestão financeira revelou-se um aspecto fundamental para a eficácia gerencial nesse contexto, uma vez que abrange a administração dos fluxos monetários provenientes das atividades operacionais, considerando suas ocorrências ao longo do tempo. É importante ressaltar que essa responsabilidade não se limita ao gestor financeiro, mas se estende a todos os gestores das diferentes áreas de responsabilidade (CHENG; MENDES, 1989).

Quanto à *gestão de crise*, os achados sugeriram que este tipo de prática se utilizou, principalmente, da implementação de ações estratégicas para mitigar os impactos negativos e encontrar soluções para enfrentar os desafios financeiros. Nesse sentido, foram adotadas medidas como a redução de custos, a busca por novas fontes de receita e a adaptação às mudanças no mercado. Essas iniciativas foram essenciais para assegurar a sustentabilidade e a continuidade das academias durante momentos de incerteza. Assim, a gestão de crise revelou-se como um componente crucial ao promover alterações conceituais e práticas na forma como uma empresa é gerenciada, capacitando-a para lidar com um ambiente de negócios em constante evolução e repleto de incertezas (GARBUIO *et al.*, 2022).

No âmbito da *gestão de pessoas*, os achados sugeriram que foi crucial a utilização deste tipo de prática para manter a cooperação entre os membros da equipe, clientes e fornecedores. Durante o fechamento, academias enfrentaram desafios significativos e a gestão de pessoas foi essencial para manter o bom relacionamento e a colaboração. É importante salientar que a valorização dos trabalhadores nas organizações é amplamente reconhecida como crucial na era atual do conhecimento e em um ambiente competitivo acirrado. Portanto a gestão de pessoas deve adotar políticas e práticas que criem recursos organizacionais capazes de gerar melhores resultados, por meio de estratégias eficazes, como a atração e retenção de talentos, o desenvolvimento de habilidades e a promoção de um ambiente de trabalho motivador no qual as organizações potencializam seu sucesso reconhecendo os colaboradores como ativos valiosos. (DEMO; FOGAÇA; COSTA, 2018).

Sobre os achados referentes à *gestão de recursos humanos*, evidenciou-se que este tipo de gestão está centrado na satisfação e fidelização de clientes. Por este motivo, durante a pandemia, as academias que optaram por esta prática tiveram como objetivo garantir a eficiência e a qualidade do suporte aos clientes durante o fechamento e reabertura dos estabelecimentos (JABBOUR, 2012).



No que concerne a *gestão de parcerias*, os achados sugeriram que este tipo de gestão visa estabelecer e administrar relacionamentos estratégicos com outras organizações ou indivíduos para obter benefícios mútuos. No âmbito do *marketing* digital, o objetivo está centrado em promover produtos, serviços ou marcas em canais digitais. Desse modo, durante a pandemia, as academias utilizaram a gestão de parcerias para a divulgação de treinos virtuais, dicas de saúde e promoções, garantindo o envolvimento dos clientes e a atração de novos alunos, juntamente com a gestão de *marketing* digital, utilizando-se das redes sociais, e-mail *marketing* e anúncios *online*, para se comunicar com os clientes (ARAÚJO, 2015).

Sobre os achados referentes à *gestão de projetos e tecnologia da informação*, constatou-se que ambas as práticas estão interligadas e desempenham papéis cruciais na organização das empresas. No contexto da pandemia, as academias que inseriram a gestão de projetos tiveram como objetivos, adaptar à nova realidade, planejar mudanças como a implementação de protocolos de segurança, reestruturação de espaços físicos e a introdução de novas ofertas de treinamento. Ademais, o uso da gestão de tecnologia e informação possibilitou a transição das academias para o ambiente *online*, por meio de plataformas de vídeo, aplicativos de treinamento virtuais e sistemas de agendamento online, facilitando a comunicação com os clientes e favorecendo a automação dos processos internos (ACAD, 2020b).

Relativamente a *gestão de inovação*, os achados sugeriram que este tipo de gestão consiste no planejamento, organização e coordenação de fatores fundamentais para desenvolver e alcançar resultados inovadores. Isso envolve a proposição, acompanhamento e validação de ideias e projetos, estimulando a criatividade, a experimentação e a adaptação às novas demandas do mercado. Durante a pandemia, as academias implementaram a prática da gestão da inovação ao buscar maneiras de reinventar os negócios e implementar estratégias digitais para atender às demandas dos clientes.

De acordo com Donadon e Santos (2020), o interesse crescente por modelos de negócios diferenciados surge devido à busca por estratégias e capacidades inovadoras que permitam a criação de valor e a obtenção de vantagens competitivas. Esses modelos de negócios têm como objetivo se destacar da concorrência, oferecendo algo único e relevante no mercado. Acadêmicos, gestores e profissionais de mercado estão cada vez mais interessados em compreender e explorar esses modelos, buscando melhores práticas para impulsionar o sucesso e o crescimento de suas organizações. A eficácia da estratégia e a capacidade de inovação são fatores-chave nesse contexto, uma vez que desempenham um papel fundamental na diferenciação e no alcance do sucesso sustentável.

Considerações finais

O estudo revelou o impacto significativo da pandemia do novo coronavírus nas academias brasileiras. O fechamento desses estabelecimentos não essenciais teve um efeito determinante na economia do setor. Além disso, as academias foram afetadas pela percepção negativa do público em relação aos riscos de contaminação em ambientes fechados e com aglomerações. A falta de espaços adequados e seguros para a prática de exercícios, bem como a falta de motivação dos indivíduos, também contribuíram para essa percepção desfavorável.

É importante destacar que as academias que conseguiram se manter no mercado precisaram se adaptar ao "novo normal" durante a pandemia. Isso envolveu reorganizar os espaços para garantir o distanciamento social, implementar medidas de higiene e segurança e buscar maneiras inovadoras de se manterem e gerarem receita, como oferecer aulas ao vivo ou gravadas e promover atividades ao ar livre.

O estudo também ressaltou as práticas de gestão adotadas pelas academias durante a pandemia, que foram de extrema importância para sua sobrevivência e continuidade. Apesar dos desafios enfrentados, as academias demonstraram resiliência ao fazer escolhas acertadas e implementar estratégias de gestão eficientes, permitindo que se adaptassem às mudanças, inovassem e sobrevivessem em um cenário altamente complexo e incerto.

Portanto, considera-se que as práticas de gestão adotadas pelas academias, não apenas permitiram a sobrevivência desses estabelecimentos, mas também mostraram o caminho para a resiliência e a capacidade de se reinventar diante de adversidades. Essas lições valiosas certamente continuarão a moldar o futuro das academias, preparando-as para enfrentar e superar crises futuras.

Este estudo, apesar de ter apresentado diferentes práticas de gestão adotadas pelas academias durante a pandemia, apresentou algumas limitações importantes. Neste sentido, é importante salientar que a amostra utilizada foi considerada limitada, por existir a possibilidade de viés de seleção, dependência de relatos fornecidos pelas academias, limitações temporais e a falta de comparação com períodos não pandêmicos. Essas limitações devem ser consideradas ao interpretar os resultados e suas implicações.

Por este motivo, considera-se necessário que novos estudos sejam conduzidos para explorar diversas perspectivas, comparar com períodos não pandêmicos e analisar o impacto nas finanças, satisfação dos clientes e bem-estar dos funcionários das academias. Dessa forma, será possível ampliar o conhecimento sobre as práticas de gestão adotadas durante a pandemia.

Referências

ACAD Brasil. (2018). Mercado mundial do *fitness*: principais players e mudanças no top ten. Revista ACAD Brasil, Ano 20(3), n. 82. Disponível em:

<https://www.acadbrasil.com.br/wp-content/uploads/2019/03/edicao-82.pdf>

ACAD Brasil. (2020a). Academias enfrentam impactos do COVID-19. Revista ACAD Brasil, Edição COVID-19, n. 89. Disponível em:

<https://www.acadbrasil.com.br/wp-content/uploads/2020/04/edicao-89.pdf>

ACAD Brasil. (2020b). Academias se preparam para reabertura. Revista ACAD Brasil, Edição COVID-19, nº 90. Disponível em:

<https://acadbrasil.com.br/wp-content/uploads/2020/07/edicao-90-especial-covid19.pdf>

ACAD Brasil. (2022). Tudo o que você precisa saber sobre gestão de academia. Rio de Janeiro. Disponível em:

<https://acadbrasil.com.br/blog/noticias/tudo-o-que-voce-precisa-saber-sobre-gestao-de-academia/>

Aquino, E., et al. (2020). Medidas de distanciamento social no controle da pandemia de COVID-19: potenciais impactos e desafios no Brasil. Revista Ciência & Saúde Coletiva, 25, 2423–2446. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/csc/a/4BHTCFF4bDqq4qT7WtPhvYr/?lang=pt>

Albertin, E. V., & Amaral, D. C. (2010). Contexto da parceria como qualificador da gestão de projetos universidade-empresa. Produção, 20(2), 224–236. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/prod/a/y754DK4qg8XD94jV3H8fNjK/?lang=pt>

Araújo, R. F. (2015). Marketing científico digital e métricas alternativas para periódicos: da visibilidade ao engajamento. Perspectivas em Ciência da Informação, 20(3), 67–84. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/pci/a/HNvPmkhhgkm6Snghmn6Xmkq/?format=pdf&lang=pt>

Bardin, L. (1977). Análise de conteúdo. Lisboa: Edições 70.

Calesco, V. A., & Both, J. (2019). Aplicação de técnicas de gestão de pessoas em academias de ginástica. Caderno de Educação Física e Esporte, 17(1), 325–330. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/cadernodfisica/article/view/20185/pdf>

Carvalho, F. F. B. de, Freitas, D. D., & Akerman, M. (2021). O ‘novo normal’ na Atividade Física e Saúde: pandemia e uberização?. Revista Movimento (Porto Alegre), 27, e27022. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/Movimento/article/view/105524/61241>

Cavalcante, J. R., et al. (2020). COVID-19 no Brasil: evolução da epidemia até a semana epidemiológica 20 de 2020. Revista Epidemiologia e Serviços de Saúde, 29(4), 1-13. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/ress/a/zNVktw4hcW4kpQPM5RrsqXz/>

Cheng, Â., & Mendes, M. M. (1989). A importância e a responsabilidade da gestão financeira na empresa. Caderno de Estudos, (1), 01–10. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/cest/a/K537QpqPkNmpTf4CVsh5CPc/>

CONFED. (2015). Academias de ginástica: mercado em constante crescimento. Revista



Educação Física, Revista Digital, (58). Disponível em:

https://www.confed.org.br/extra/revistaef/arquivos/2015/N58_DEZEMBRO/05_ACADEMIAS_GI_NASTICA_MERCADO_CRESCIMENTO.pdf

Costa, S. da S. (2020). Pandemia e desemprego no Brasil. *Revista de Administração Pública*, 54(4), 969–978. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/rap/a/SGWCFyFzjzrDwgDJYKcdhNt>

Demo, G., Fogaça, N., & Costa, A. C. (2018). Políticas e práticas de gestão de pessoas nas organizações: cenário da produção nacional de primeira linha e agenda de pesquisa. *Cadernos EBAPE.BR*, 16(2), 250–263. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cebape/a/Vd5NXgf7yTLdmpWG5ry8vyd/>

Donadon, F. A., & Santos, D. F. (2020). Modelo de negócio e estratégia de inovação de uma empresa brasileira de alimentos. *Revista Estudos Gerais*, 36(156), 337-350. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/212/21265007009/html/>

Falsarella, O. M., & Jannuzzi, C. A. S. C. (2017). Planejamento Estratégico Empresarial e Planejamento de Tecnologia de Informação e Comunicação: uma abordagem utilizando projetos. *Gestão & Produção*, 24(3), 610–621. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/gp/a/3QS88LVcGPcKcKfKSvMC6YQH/>

Garbuio, M. E. M. da S., et al. (2022). Gestão de crise no turismo: reflexos da pandemia da COVID-19 nos meios de hospedagem do município de Torres, Rio Grande do Sul - Brasil. *Revista Turismo: Visão e Ação*, 24(3), 527–547. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tva/a/wJCd5TVqPFXR9HdgsdhgyDy/>

Gerhardt, T. E., & Silveira, D. T. (Organizadoras). (2009). *Revista Métodos de Pesquisa* (1ª ed.). Porto Alegre: Editora da UFRGS. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/cursopgdr/downloadsSerie/derad005.pdf>

Gil, A. C. (2012). *Gestão de pessoas: enfoque nos papéis profissionais*. São Paulo: Atlas.

Hamada, P. C., et al. (2016). Notas sobre análise de riscos e gestão de segurança em uma organização hospitalar: um estudo de caso em um município do Rio de Janeiro. *Revista Produção e Desenvolvimento*, 2(1), 103–113. Disponível em: <https://revistas.cefet->

www.cefet-rj.br/index.php/producaoedesenvolvimento/article/view/e103/124

IHRSA. (2020). *Global report: the estate of health club industry*. IHRSA em português. Boston. Disponível em: <https://pt.ihrsa.org/publications/the-2020-ihrsa-global-report/#>.

IHRSA. (2021b). *Case Bluefit: Como a rede de academias abriu novas unidades em um ano de crise global*. IHRSA em português. Boston. Disponível em: <https://hub.ihrsa.org/portugues-blog/case-bluefit-como-a-rede-de-academias-abriu-novas-unidades-em-um-ano-de-crise-global#:~:text=January%2028%2C%202021-.Case%20Bluefit%3A%20Como%20a%20rede%20de%20academias%20abriu%20novas%20unidades,um%20ano%20de%20crise%20global&text=Inaugurada%20em%202015%20na%20cidade,melhor%20custo%20benef%C3%ADcio%20do%20mercado.>

IHRSA. (2021a). *O Case Panobianco e a Expansão das Academias Low Cost*. IHRSA em português. Boston. Disponível em: <https://hub.ihrsa.org/portugues-blog/o-case-panobianco-e-a-expans%C3%A3o-das-academias-low-cost>

Jabbour, C. J. C., et al. (2012). Gestão de recursos humanos e desempenho operacional: evidências empíricas. *Gestão & Produção*, 19(2), 347–360. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/gp/a/njzcBsqG6LrCZ8MKdkx3WC/>

Kreitner, R. (2009). *Management* (11th ed.). New York: Houghton Mifflin Harcourt Publishing Company.

Leite, K. C. (2020). A (in)esperada pandemia e suas implicações para o mundo do trabalho. *Psicologia & Sociedade*, 32, e020009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/psoc/a/5kJx53cdZNmRDWfrmNW76cD/?format=pdf&lang=pt>

Magalhães, S. S. A., & Machado, C. J. (2014). Conceitos epidemiológicos e as pandemias recentes: novos desafios. *Cadernos Saúde Coletiva*, 22(1), 109–110. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cadsc/a/PbWwt5W6bXcgPXjczFCCDpq/#>

Mattei, L., & Heinen, V. L. (2020). Impactos da crise da COVID-19 no mercado de trabalho brasileiro. *Revista de Economia Política*, 40(4), 647-668. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rep/a/8snSbBwVqmYgd5pZVQ5Vhkn/?format=pdf&lang=pt>

Mesquita, A. A., et al. (2021). Uso de Indicadores de sustentabilidade na gestão de projetos de tecnologia da informação. *Revista De Administração Da UFSM*, 14, 22-43. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/reaufsm/a/XHpJN3ZkLBtr4v6cqsXnm6D/abstract/?lang=pt>

Mineo, J. R., & Silva, D. A. O. (2005). Conceitos básicos de epidemiologia. In: Mineo, J.R., Silva, D.A.O., Sopelete, M.C., Leal, G.S., Vidigal, L.H.G., Tápia, L.E.R., and Bacchin, M.I. Pesquisa na área biomédica: do planejamento à publicação [online]. Uberlândia: EDUFU, 115-136. Disponível em:

<https://books.scielo.org/id/wh35j/pdf/mineo-9788570785237-06.pdf>

Oliveira, O. J. de, Oliveira, A. B. de, & Almeida, R. A. de. (2010). Gestão da segurança e saúde no trabalho em empresas produtoras de baterias automotivas: um estudo para identificar boas práticas. *Production*, 20(3), 481–490. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/prod/a/9WSN7NYR7MkQ6pD5fW3wZ7p/?lang=pt>

Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS), Organização Mundial da Saúde (OMS). (2023). OMS declara fim da Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional referente à COVID-19. OPAS. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/noticias/5-5-2023-oms-declara-fim-da-emergencia-saude-publica-importancia-internacional-referente>

Pasquim, H. M., Martinez, J. F. N., & Furtado, R. P. (2021). Academias de ginástica e exercícios físicos no combate à COVID-19: reflexões a partir da determinação social do processo saúde-doença. *Revista Movimento*, 27, 1-15. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/mov/a/F8r8fF8qqhJTX8PMGSYgcSx/>

SEBRAE. (2020a). Retomada Segura das Atividades: Academias de Ginástica. Brasília. Disponível em: <https://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/retomada-segura-dasatividades-academias-de-ginastica>

SEBRAE. (2020b). Como os profissionais do bem-estar atuam de longe. Brasília. Disponível em:

<https://sp.agenciasebrae.com.br/inovacao/como-os-profissionais-do-bem-estar-atuam-delonge/>

SEBRAE. (2020c). Sebrae apresenta orientações para reabertura de academias e centros de atividades físicas. Brasília. Disponível em: <https://www.segs.com.br/demais/240192-sebrae->

[apresenta-orientacoes-para-reabertura-de-academias-e-centros-de-atividades-fisicas.](#)

SEBRAE. Pesquisa Impacto Setorial nos Pequenos Negócios: Pandemia de COVID-19. Brasília, 2020d. Disponível em: <https://sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/sebraeaz/pesquisas-de-impacto-setorial,4ade7b9840a51710VgnVCM1000004c00210aRCRD>. Acesso em: 28/09/2023.

SEBRAE. Qualidade de vida em movimento em tempos de coronavírus. Brasília, 2020e. Disponível em: <https://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/qualidade-de-vida-em-movimento-em-tempos-de-coronavirus,7e1592a3054f1710VgnVCM1000004c00210aRCRD>. Acesso em: 28/09/2023.

SEBRAE. Negócios ligados ao esporte começam a recuperar o fôlego. Brasília, 2021. Disponível em: <https://revistapegn.globo.com/Banco-de-ideias/Estetica-e-bem-estar/noticia/2021/09/negocios-ligados-ao-esporte-comecam-recuperar-o-folego.html>. Acesso em: 30/09/2023.

SEBRAE. Rede de academias usa criatividade para crescer em plena pandemia. Brasília, 2022. Disponível em: <https://sp.agenciasebrae.com.br/modelos-de-negocio/negocios-em-movimento/> . Acesso em: 28/09/2023.

Silber, S. D. (2020). A fragilidade econômica e financeira na pandemia do Sars-COVID-19. *Revista Estudos Avançados*, 34(34), 107–115. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/rf5yDzjqWQ5dXyKQj8K6TXG/>

Silva, F. C., et al. (2021). Isolamento social e a velocidade de casos de COVID-19: medida de prevenção da transmissão. *Revista Gaúcha de Enfermagem*, 42(Especial), 1-10. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rgenf/a/7HqgzsgVYgHHgrP9fPqdyhm/?format=pdf&lang=pt>

Talina, P., et al. (2023). Percepção de segurança de frequentadores de academias: uma perspectiva pós 3º pico de infecção por COVID-19. *Revista de Educação Física*, 34, e3418. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/jpe/a/Bczg3ch66cZVkdVxHCbygh/>

Torres, C. (2009). A bíblia do marketing digital: tudo o que você queria saber sobre marketing e publicidade na internet e não tinha a quem perguntar. São Paulo: Novatec.



Treinta, F. T., et al. (2014). Metodologia de pesquisa bibliográfica com a utilização de método multicritério de apoio à decisão. *Production*, 24(3), 508–520. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/prod/a/9BprB4MFDXfpSJqkL4HdJCQ>

Zen, A. C., et al. (2017). Rota da Inovação: Uma Proposta de Metodologia de Gestão da Inovação. *Revista de Administração Contemporânea*, 21(6), 875–892. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rac/a/xvgQHLnX8YjSwyLx7mpQOKK/?format=pdf&lang=pt>

Recebido em: 08/04/2024

Aceite em: 05/05/2024

Endereço para correspondência:

Natália Cristina de Assis

nathyassis1@gmail.com



Esta obra está licenciada sob uma Licença Creative Commons Attribution 4.0



Pesquisas sobre o jogo de damas: uma revisão de literatura

Researches on checkers/draughts: a literature review

Investigaciones sobre el juego de damas: una revisión de la literatura

Tatiane Maria Barbosa de Oliveira 

Universidade de São Paulo, Brasil – tatianebarbosa@usp.br

Flávia da Cunha Bastos 

Universidade de São Paulo, Brasil – flaviacb@usp.br

Resumo

O Jogo de Damas, considerado esporte intelectual, tem característica interdisciplinar, apresentando-se como esporte lazer, esporte escolar e esporte de desempenho. O objetivo foi realizar uma revisão da literatura visando identificar e analisar a produção científica e acadêmica sobre a modalidade, em especial sobre a temática da Gestão da modalidade. Foi feita uma revisão narrativa da literatura por meio de um levantamento de registros em língua portuguesa, inglesa, espanhola, russa, italiana e francesa no Google Scholar, até o ano de 2023, analisando-se as áreas do conhecimento; temáticas das publicações e países e/ou autores que produzem estudos sobre o tema. Foram obtidos 39 trabalhos em diferentes formatos, com destaque para as áreas de Ciências da Computação e Inteligência Artificial. O Brasil é responsável pelas publicações em língua portuguesa e lidera o número de estudos identificados. Confirma-se a lacuna de estudos na área de Educação Física, Esporte e Gestão do Esporte, e sugerem-se novos estudos no sentido de ampliar o conhecimento sobre o tema.

Palavras-chave: Jogo de Damas; Esporte intelectual; Revisão de literatura; Interdisciplinaridade.

Abstract

Draughts, considered an intellectual sport, has an interdisciplinary characteristic, presenting itself as a leisure sport, school sport and performance sport. The objective was to carry out a literature review aiming to identify and analyze the scientific and academic production on the modality, especially on the topic of modality Management. A narrative review of the literature was carried out through a survey of records in Portuguese, English, Spanish, Russian, Italian and French on Google Scholar, up to the year 2023, analyzing the areas of knowledge; themes of publications and countries and/or authors that produce studies on the topic. 39 works were obtained in different formats, with emphasis on the areas of Computer Science and Artificial Intelligence. Brazil is responsible for publications in Portuguese and leads the number of studies identified. The gap in studies in the area of Physical Education, Sport and Sport Management is confirmed, and new studies are suggested in order to expand knowledge on the topic.

Keywords: Checkers/Draughts; Intellective sport; Literature review; Interdisciplinarity.

Resumén

El juego de damas, considerado un deporte intelectual, tiene una característica interdisciplinar, presentándose como un deporte de ocio, un deporte escolar y un deporte de rendimiento. El objetivo fue realizar una revisión de la literatura con el objetivo de identificar y analizar la producción científica y académica sobre la modalidad, especialmente sobre el tema de la Gerencia de la modalidad. Se realizó una revisión narrativa de la literatura a través de una encuesta de registros en portugués, inglés, español, ruso, italiano y francés en Google Scholar, hasta el año 2023, analizando las áreas de conocimiento; temas de publicaciones y países y/o autores que producen estudios sobre el tema. Se obtuvieron 39 trabajos en diferentes formatos, con énfasis en las áreas de Informática e Inteligencia Artificial. Brasil es responsable por las publicaciones en portugués y lidera el número de estudios identificados. Se confirma el vacío de estudios en el área de



Educación Física, Deporte y Gerencia Deportiva, y se sugieren nuevos estudios con el fin de ampliar conocimientos sobre el tema.

Palabras Clave: Juego de Damas; Deporte intelectual; Revisión de literatura; Interdisciplinariedad.

Introdução

O Jogo de Damas é um tradicional jogo de estratégia, que pode ser praticado em tabuleiros de diferentes tamanhos. Os mais conhecidos são o de 64 casas (com 12 peças para cada jogador) e o de 100 casas (com 20 peças), configurando modalidades distintas para o mesmo esporte. É considerado esporte intelectual – onde há a prevalência de solicitações intelectivas nas disputas (Tubino, Tubino e Garrido, 2007). Apesar de ter o movimento humano reduzido, possui os elementos competição, jogo, regra e institucionalização, o que permite seu reconhecimento como esporte, conforme preconiza a Carta Internacional de Educação Física e Esporte, de 1978 (Tubino, 2006).

As primeiras publicações sobre o tema foram na forma de manuais, na Espanha. A obra *El ingenio ó juego marro de punto ó damas* (1547), de Anton Torquemada, é considerada como a primeira sobre o jogo (Tubino et al., 2006). No Brasil, o primeiro livro foi trazido pela família Real, por D. João VI: o *Libro del Juego de las Damas*, publicado na Espanha, em 1650, de Juan Canalejas. Só em 1940, no Rio de Janeiro, o país teve o seu primeiro manual editado, o *40 golpes básicos*, de autor desconhecido. Como esporte, a modalidade começou a se desenvolver no país entre os anos de 1935 a 1940 com a contribuição de Geraldino Isidoro, autor do livro *Ciência e Técnica do Jogo de Damas* (Sarcedo, 1997).

A partir de 1940, Isidoro, do Rio de Janeiro (RJ) e o russo Bakumenko, radicado em São Paulo (SP), foram os responsáveis por impulsionar a modalidade no Sudeste. Em 1967, foi criada a Confederação Brasileira de Damas (CBD) (1967), organização responsável pela administração e o desenvolvimento das modalidades de 64 e de 100 casas, cuja Ata de Fundação foi registrada em 1975. A entidade passou a promover campeonatos a nível nacional e internacional, realizando no mesmo ano de fundação o primeiro Campeonato Brasileiro Masculino de 64 casas, e se sucederam outros campeonatos, entre eles os femininos, com o primeiro Campeonato Brasileiro Feminino ocorrendo em 2005.

Sabe-se que o Jogo de Damas é um esporte popular, praticado na maioria dos estados brasileiros. Contudo, o incentivo no desenvolvimento da modalidade concentra-se na região Sudeste, o que pode ser justificado pelo apoio da CBD, que teve sua primeira sede em São Caetano do Sul (SP). Isso também acontece quando nos referimos ao ensino da modalidade, pois a CBD investiu no município tornando-o um dos pioneiros no mundo a oficializar o Jogo como matéria curricular na pré-escola, por meio da Lei 3366, de 23 de julho de 1994 (Sarcedo, 1997).

Apesar de ser um esporte, parte-se da premissa de que no âmbito acadêmico há uma lacuna de produções na área da Educação Física, Esporte, e Gestão do Esporte sobre o tema, tanto nacional como internacionalmente. Dessa forma, o objetivo da pesquisa foi realizar uma revisão da literatura visando identificar e analisar a produção científica e acadêmica sobre o Jogo de Damas, especificamente sobre a gestão da modalidade.

Método

A pesquisa se caracteriza como exploratória e descritiva (Li, Pitts, & Quarterman, 2008). Dentre os tipos de Revisão Sistemática de Literatura, optou-se por uma revisão narrativa de literatura, que não visa esgotar as fontes de informações e pode ser aplicada a uma temática mais

aberta, a ser explorada (Cordeiro et al., 2007; De-La-Torre-Ugarte-Guanilo, Takahashi, & Bertolozzi, 2011).

Nos parâmetros de busca consideraram-se as publicações sobre o tema até o ano de 2023, sem limite inicial, tendo em vista o objetivo de se identificar a produção sobre o tema, dado que a prática do Jogo de Damas acontece em nível mundial e há séculos. Para tanto, foi utilizado o descritor “jogo de damas*”, considerando registros nas línguas espanhola, francesa, italiana, russa e inglesa, com seus respectivos descritores para “jogo de damas*”, conforme a língua: “juego de damas*”, “jeu de dames*”, “gioco di dama*”, “Шашки*”, “checkers*” e “draughts*”. Na língua inglesa, utilizou-se estes dois últimos, pois “checkers” é utilizado no inglês americano e “draughts” no da Inglaterra. A base de dados utilizada na pesquisa foi o *Google Scholar* (Acadêmico), plataforma de busca de trabalhos acadêmicos que tem se destacado no meio científico pelo fácil acesso e indexação a diferentes bases. Além disso, a plataforma tem demonstrado bom retorno das buscas, tendo em vista a Inteligência Artificial (IA) que a sustenta (Maia et al., 2021).

Para a seleção dos trabalhos, adotou-se como critério de inclusão a produção sobre o Jogo de Damas, incluindo artigo, Dissertação de mestrado, Tese de doutorado, Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), livro, trabalho técnico e unidade didática. Como critérios de exclusão, incluem-se os: 1) manuais sobre a modalidade; 2) trabalhos que apenas citam o Jogo de Damas como um dos exemplos de jogos; e 3) trabalhos sobre Damas Chinas, pois não é uma variante oficial do Jogo de Damas, conforme a *Fédération Mondiale Du Jeu de Dames* (FMJD, 2023).

Após a exclusão dos registros duplicados, as informações foram analisadas de forma descritiva, utilizando-se cálculos de frequência para as variáveis estudadas: tipo de trabalho, língua, ano, área do conhecimento, objetivo/ temática central e país de origem do/da (s) autor (es/as).

Resultados e Discussão

Inicialmente, é válido ressaltar que, mesmo utilizando um único descritor, vários trabalhos foram desconsiderados pelo fato da (s) palavra (s) em algumas línguas terem mais de um significado, como é o caso de “Jogo de Damas*”, que pode ser relacionado “às mulheres”, ou de “*draughts**”, que além de “Jogo de Damas” significa também “rascunho”. Com isso, tivemos um total de 39 trabalhos selecionados.

Os 39 trabalhos selecionados e as variáveis estudadas são apresentados no Quadro 1, que contém: 1) o/a (s) autor (es/as)/ ano; 2) o tipo de trabalho; 3) a língua da publicação; 4) o objetivo, 5) a conclusão e a 6) limitação da pesquisa. Ainda assim, algumas informações ficaram incompletas, pois 4 trabalhos não apresentavam conclusão e 15 deles não traziam as limitações da pesquisa, como pode ser observado na síntese (Quadro 1), o que é aceitável devido ao formato da publicação e as características do gênero textual.

Dos trabalhos analisados, 22 foram de língua inglesa (18 artigos, 1 livro, 2 TCCs e 1 Dissertação de mestrado), o que representa 56% do total; 12 de língua portuguesa (4 artigos, 2 Teses de doutorado, 2 Dissertações de mestrado, 1 TCC, 1 trabalho técnico, 1 unidade didática e 1 trabalho não teve o formato especificado), o que representa 31%; 4 de língua espanhola (2 artigos e 2 livros), sendo 10% do total; 1 de língua russa (1 artigo), representando 3%. Não foram localizados trabalhos nas línguas francesa e italiana.



Quadro 1 - Trabalhos selecionados.

AUTOR/ANO	TIPO	LÍNGUA	OBJETIVO	CONCLUSÃO	LIMITAÇÃO
Luz L.; Luz, M.; Teófilo, M. (2010) ¹	Artigo	Portuguesa	Implementar um jogo de damas com um oponente virtual	Verificou-se que a confecção de um jogo utilizando conceitos de RA é perfeitamente viável e válido	Prever os diversos tipos de situações e ambientes que o aplicativo terá que identificar para continuar funcionando
Mathiesen, S. Q.; Kamimura, M. K.; Ginciene, G.; Santos, T. Y. J.; Daniel, J. C. (2011) ²	Artigo	Portuguesa	Relatar o processo de produção, aplicação e avaliação do jogo “Damas na pista” como um recurso didático-pedagógico em aulas de Educação Física na escola	O Jogo de Damas é um recurso pedagógico viável para o ensino do atletismo na escola. O jogo “Damas na pista” demonstrou ser um recurso didático-pedagógico importante e capaz de auxiliar os professores de Educação Física	Os autores destacam as limitações que o professor de Educação Física encontram de modo geral, como a falta do espaço físico e de material oficial para ministrar aulas de Educação Física
Oliveira, R B.; Klauss, V. L. C. A.; Lubeck, M. (2018) ³	Artigo	Portuguesa	Verificar como os jogos podem favorecer o ensino e aprendizagem de equações do primeiro grau	Os jogos contribuíram para que o professor percebesse quais eram as dificuldades dos alunos para aprenderem equações do primeiro grau com uma incógnita, e de como pode ser importante para o professor e para o aluno o uso de uma metodologia diferenciada nas aulas	-
Justus, C. G. (2006) ⁴	TCC	Portuguesa	Construir um tabuleiro, de 64 casas, com apenas 12 peças brancas, para a prática do Jogo de Damas contra um computador, que não possui peças e indica seus movimentos através de acionamento de leds	Apesar dos problemas, os resultados foram satisfatórios, alcançando-se as metas e sendo ainda utilizado na prática, onde crianças puderam testar o desempenho do jogo e aprender com ele	Alguns pontos podem ser melhorados para um perfeito funcionamento do jogo, a exemplos de se criar uma memória externa deixando o computador mais inteligente ou aperfeiçoar o código fonte para um processamento mais rápido

Blanco, C. S. S. M.; Silva, V. L. R. R. (2014) ⁵	Unidade didática	Portuguesa	Identificar materiais e formas de adaptar o Jogo de Damas para alunos com deficiência visual	-	-
Machado, L. R. P.; Teixeira, J. V. C.; Jesus, Á. M. (2017) ⁶	Trabalho técnico	Portuguesa	Dar suporte para iniciantes no Jogo de Damas por meio de um Sistema Inteligente, que funciona através de um aplicativo para dispositivos móveis	O aplicativo contribuiu para tornar o Jogo de Damas mais interessante e atrativo para iniciantes	-
Caexêta, G. S. (2008) ⁷	Dissertação	Portuguesa	Propor um sistema de aprendizagem de damas, o Vision-Draughts	A utilização de uma maior profundidade de busca forneceu ao Vision-Draughts a capacidade de superar o nível de jogo do Neurodraughts e do LS-Draughts	Apesar do bom desempenho do Vision-Draughts, muitas técnicas podem ser ainda aplicadas em sua arquitetura
Castro Neto, H. (2007) ⁸	Dissertação	Portuguesa	Propor um Sistema de Aprendizagem de Damas, LS-Draughts, para gerar, automaticamente, um conjunto de características mínimas necessárias de um Jogo de Damas, e que possa otimizar o treino de um agente jogador que aprende a jogar Damas	Os resultados obtidos com o uso do LS-Draughts demonstram que é possível jogar damas com alto nível de desempenho sem ter que utilizar grande quantidade de características no mapeamento NET-FEATUREMAP	Apesar do bom desempenho do LS-Draughts, foram observadas situações em que sua atuação não é satisfatória, tais como o loop de final de jogo
Duarte, V. A. R. (2016) ⁹	Tese	Portuguesa	Explorar e resolver as limitações do sistema multiagente MP-Draughts utilizando técnicas de AM não-supervisionadas	O uso da arquitetura MP-Draughts foi eficiente para tratar os problemas dos quais foram projetados. Tais resultados podem ser usados em outros problemas de AM não-supervisionada	Limitações na quantidade de hardwares disponíveis para os experimentos. Além disso, destaca-se a falta de conhecimento do domínio do Jogo de Damas
Tomaz, L. B. P. (2018) ¹⁰	Tese	Portuguesa	Melhorar o desempenho do APHID através do uso do	A nova política empregada no ADABA conseguiu	A falta de infraestrutura de memória compartilhada



			ADABA	eliminar a fragilidade encontrada no APHID. Além disso, o uso do ADABA fortaleceu a arquitetura do D-M-A-Draughts	para fazer experimentos usando o ADABA na arquitetura. Outra limitação foi o número pequeno de máquinas correlacionadas à arquitetura de memória distribuída
Silva, M. R. S. (2008) ¹¹	Não especificado	Portuguesa	Mostrar a importância do Jogo de Damas nas escolas	A iniciativa do curso e os conteúdos utilizados foram ótimos e podem ser mais explorados	A falta de estrutura na escola
Oliveira, T. B.; Pinto, P. V. S. (2020) ¹²	Artigo	Portuguesa	Contextualizar a modalidade no Brasil, e analisar os melhores atletas masculinos de 64 casas	O Jogo de Damas, assim como outros esportes intelectivos, é uma modalidade que carece de mais estudos na área de Esporte. A modalidade tem tido mais investimento no Sudeste	-
Белая, В. Г.; Приходько, И. И.; Стадник, С. А. (2013) ¹³	Artigo	Russa	Descrever os sistemas de gestão da IMSA e da FMJD	Os resultados contribuíram para melhorar as atividades dos órgãos do governo visando o desenvolvimento da modalidade como esporte intelectual, sobretudo, junto ao Comitê Olímpico	-
Aliane, N.; Bemposta, S. (2008) ¹⁴	Artigo	Espanhola	Desenvolver um Jogo de Damas robô conforme a metodologia de aprendizagem, baseada em projetos em um curso de robótica	A experiência foi positiva e houve boa acolhida por parte dos alunos, permitindo-os experimentar um aspecto novo integrando várias tecnologias	Apesar da experiência ter sido positiva, destacam vários aspectos que podem ser melhorados para a gestão do processo de ensino e aprendizagem
Westerveld, G. (1996) ¹⁵	Artigo	Espanhola	Investigar sobre a origem do Jogo de Damas a partir de referências	Conclui-se que o Xadrez e a Damas têm um tronco comum, que é a	As incongruências dos dados históricos

			históricas e bibliográficas	origem espanhola, e, possivelmente, do mesmo Reino de Valencia	reiteram a incerteza sobre a origem exata do Jogo de Damas. Contudo, a diferença cronológica para a datação é congruente diante das dificuldades nas descrições de documentos
Westerveld, G. (2013) ¹⁶	Livro	Espanhola	Descrever a biografia de Amadou Kandié, de 25 anos, o primeiro africano a participar de um campeonato internacional de Damas em Paris	Concluiu-se a importância de sua biografia na História do Jogo de Damas, em sua condição de antecessor de outros damistas famosos, como Baba Sy	-
Westerveld, G. (2013) ¹⁷	Livro	Espanhola	Descrever a biografia de Maurice Raichenbach, o mais jovem campeão da Damas Internacionais até aquele momento	-	-
Patist, J. P.; Wiering, M.; Nowe, A.; Steenhout, K. (2004) ¹⁸	Artigo	Inglesa	Descrever aspectos do uso de aprendizagem deferencial temporal e neural de redes a fim de compreender funções de avaliação de jogos	O uso de aprendizagem diferencial temporal e neural de redes em jogos de banco de dados mostrou-se eficiente para atingir um nível considerado de jogo	As limitações são os desafios em melhorar os resultados alcançados com a pesquisa, como expandir a quantidade de recursos e superar inferências
Chellapilla, K.; Fogel, D. B. (1999) ¹⁹	Artigo	Inglesa	Avaliar as posições de tabuleiros e jogos a partir do uso de multicamadas de redes neurais	Os resultados indicam o desenvolvimento de um algoritmo que pode ser um nível desafiador para um humano jogar	As limitações estão atreladas ao procedimento como estratégia para a escolha da melhor jogada, neste caso, utilizando o minimax
Dagnelie, G.; Walter, M.; Yang, L. (2006) ²⁰	Artigo	Inglesa	Avaliar o potencial de inspeção visual e coordenação olho-mão de indivíduos que têm visão de agir em resolução muito baixa	Os indivíduos com deficiência visual podem realizar tarefas simples de coordenação, mas com um tempo maior do que indivíduos	-



				normais	
Mańdziuk, J.; Kusiak, M.; Waledzik, K. (2007) ²¹	Artigo	Inglesa	Testar dois métodos de evolução genética de funções heurísticas para a avaliação do jogo de damas e doadores	Ambas as abordagens resultam em heurísticas muito fortes podendo criar heurísticas de qualidade, comparando-se aos programas comerciais	Ainda não foi possível com o estudo criar um excelente programa de reprodução, capaz de competir com humanos e outros programas comerciais
Kidwell, P. A. (2015) ²²	Artigo	Inglesa	Contextualizar sobre as primeiras máquinas criadas para jogar Damas, como o autômato Ajeeb e, posteriormente, o computador eletrônico <i>Chinook</i>	O trabalho contribuiu como um exemplo instrutivo ao demonstrar como a programação de computadores adentrou no mundo familiar dos jogos	O trabalho não usou outros jogos como suporte, a exemplo do Xadrez. O uso de outros jogos poderia levar a outros resultados com base na comparação
Kurylovych, M. (2019) ²³	Artigo	Inglesa	Apresentar algumas maneiras de implementação de verificadores e de funções do SignalR	Como resultado, criou-se um Jogo de Damas. Além disso, foi possível analisar alguns códigos JavaScript e .Net e a tecnologia SignalR	-
Freeling, C. (2015) ²⁴	Artigo	Inglesa	Apresentar o jogo Dameo, um parente do Jogo de Damas, como um direcionamento para resolver diretrizes ainda sem solução da Damas Anglo-Americana e da Damas Internacional	-	-
Schaeffer, J.; Burch, N.; Björnsson, Y.; Kishimoto, A.; Müller, M.; Lake, R.; Lu, P.; Sutphen, S. (2007) ²⁵	Artigo	Inglesa	Apresentar, através de cálculos biológicos e da combinação de IA e de computação paralela, uma resolução para o Jogo de Damas perfeito, que leva a um empate para ambos os lados	Os resultados foram satisfatórios, encontrando uma solução para resolver o jogo perfeito para o Jogo de Damas	A disponibilidade de mais recursos para aplicar em outros jogos e saber se são solucionáveis, como o Xadrez e o Othello
Samuel, A. L. (1967) ²⁶	Artigo	Inglesa	Utilizar a poda alfa-beta de várias maneiras para restringir a	Os resultados foram satisfatórios, pois a execução do	Apesar do aprimoramento no programa, ainda não foi

			propagação da árvore de movimento e fazer com que o programa tenha uma profundidade ainda maior	programa foi muito aprimorada e algumas técnicas estão disponíveis para lidar com problemas de interação que antes eram menos compreendidos	possível superar os mestres do Jogo de Damas nem encontramos ainda a solução definitiva
Samuel, A. L. (1959) ²⁷	Artigo	Inglesa	Verificar o fato de que um computador pode ser programado para jogar Damas melhor do que a pessoa que fez o programa	Os princípios de aprendizagem de máquina desenvolvidos na pesquisa superaram a média das pessoas e podem ser aplicados em outras situações sendo economicamente mais viável	-
Schaeffer, J.; Lake, R. (1996) ²⁸	Artigo	Inglesa	Discutir a solução para o Jogo de Damas, criada em 1962, a partir de três níveis: publicamente, praticamente e comprovadamente	Os resultados demonstraram a possibilidade de resolver fracamente o Jogo de Damas. Resolver fortemente é mais difícil por causa da exigência em conhecer todas as posições alcançáveis no jogo	O desafio é combinar as resoluções fracas com a pesquisa profunda, os bancos de dados de final de jogo e as instalações do <i>Chinook</i> para criar um programa que esteja próximo da resolução desejada
Schaeffer, J.; Lake, R.; Lu, P.; Bryant, M. (1996) ²⁹	Artigo	Inglesa	Relatar o progresso do programa <i>Chinook</i> desde 1992	Os resultados mostraram que o aprimoramento do <i>Chinook</i> em dois anos foram satisfatórios, o que culminou em sua vitória no campeonato mundial dos humanos	A perda de alguns jogos pelo <i>Chinook</i> foram resultados de erros de programação pelo fato de termos subestimado a importância de conhecer o Jogo de Damas. A falta de tempo dificulta a pesquisa dos algoritmos necessários para trabalhar com eficiência o tamanho do espaço
Schaeffer, J.; Björnsson, Y.; Burch, N.; Kishimoto, A.; Müller, M.; Lake,	Artigo	Inglesa	Apresentar os resultados do uso de algoritmos para resolver o Jogo de Damas	A análise da primeira abertura, a Douteira Branca, resultou em empate	Acesso aos recursos de computação. O problema é o armazenamento local dos dados e



R. (2005) ³⁰					a velocidade
Westerveld, G. (2016) ³¹	Artigo	Inglesa	Discutir se o Jogo de Damas seria mais difícil que o Xadrez a partir da opinião de damistas e da análise de particularidades de ambos os jogos	Com a pesquisa reiterou-se que é mais interessante pensar nas escolhas que cada jogador faz para seguir seu aperfeiçoamento em um dos jogos do que na dificuldade entre ambos, pois tanto a Damas como o Xadrez têm suas particularidades. A Damas seria mais difícil que o Xadrez pelo fato de ser estritamente lógico	-
Tsok, S. H.; Mshelia, I. B. (2013) ³²	Artigo	Inglesa	Apresentar o jogo local tsorry	A teoria dos jogos é aplicada ao tsorry. Descobriu-se que o jogo possui um tabuleiro e um Jogo de Damas	-
Sucheki, P.; Iwanowski, M. (2011) ³³	Artigo	Inglesa	Apresentar um sistema de Jogo de Damas baseado no feedback da visão do usuário	Os resultados foram satisfatórios ao apresentar uma interface inteligente de usuário fácil de usar, e também de poder competir com bons damistas	-
Guerra, J. C. C. (2011) ³⁴	Dissertação	Inglesa	Descrever um programa de computador para o Jogo de Damas clássico e analisar a complexidade do jogo	Foi possível desenvolver um programa de computador de Damas clássicas e estimar a complexidade dos jogos. Entende-se que a Damas clássicas é mais difícil que a inglesa	Apesar das melhorias, não foram satisfatórias para justificar o aumento da memória de necessidade. Criar um banco de dados e final de jogo e um livro de abertura
Schaeffer, J. (1991) ³⁵	Artigo	Inglesa	Apresentar o <i>Chinook</i> como uma base a ser usada futuramente no Xadrez	Até o presente momento, é mais fácil derrotar um damista do que um enxadrista por conta dos recursos já disponíveis para os programas de	As limitações estão relacionadas aos problemas de pesquisa e aos recursos que temos acesso. O desafio é reequipar o <i>Chinook</i> para

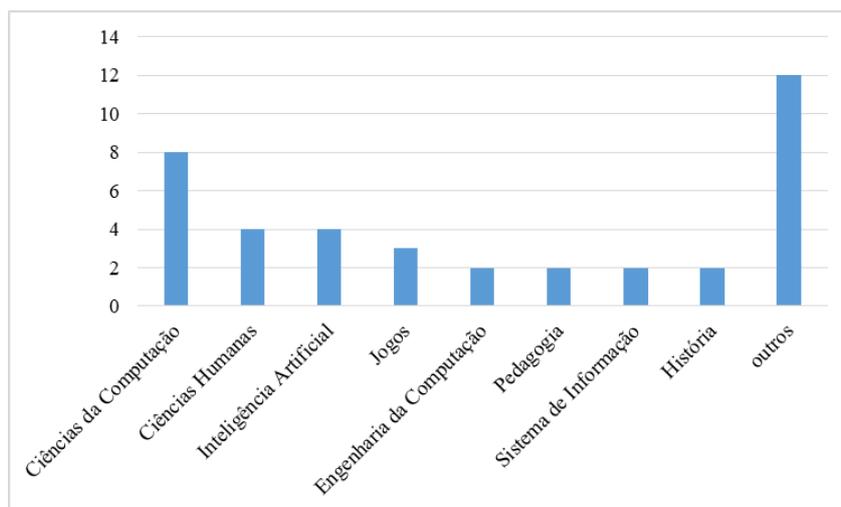
				Damas	vencer o Campeonato Mundial de 1991
Schaeffer, J.; Treloar, N.; Lu, P.; Lake, R. (1993) ³⁶	Artigo	Inglesa	Descrever como foi a partida do campeão mundial contra uma máquina	Apesar do potencial de cálculos do <i>Chinook</i> , ele conseguiu o segundo lugar diante do melhor damista do mundo	É difícil de responder se o <i>Chinook</i> poderá vencer Tinsley, mesmo sabendo que um computador pode exceder as capacidades humanas. A abordagem no processamento do <i>Chinook</i> ainda é inadequada para o objetivo da vitória
Call, W. T. (1905) ³⁷	Livro	Inglesa	Descrever a trajetória de R. D. Yeat como jogador de Damas	-	-
Lynch, M. (1997) ³⁸	TCC	Inglesa	Criar um bom programa de Jogo de Damas, mais humano, que possa aprender com o auto-jogo e superar o criador	O programa conseguiu vencer não só o criador, mas também outro programa e damistas competentes	Alguns objetivos não foram alcançados pela falta de tempo e de mais poder de processamento dos recursos
Boonzaaier, D. (2017) ³⁹	TCC	Inglesa	Criar um programa que ensine a si mesmo como jogar o Jogo de Damas a partir de redes neurais e da otimização de enxame de partículas	As melhores redes neurais aprenderam e superaram o número de perdas e ganhos dos movimentos usados na fase de teste	No nível de treinamento, as melhores redes neurais não são capazes de derrotar um jogador humano. Aumentando o número de olhar para o futuro seria possível melhorar o desempenho da rede neural

Fonte: As autoras, 2024.

Depois da síntese das variáveis dos trabalhos, foi realizada análise das áreas de conhecimento (Figura 1). Para isso, consideramos como área do conhecimento aquelas referentes ao escopo dos periódicos onde foram publicados os trabalhos e as que correspondem aos departamentos nos quais o trabalho técnico, a unidade didática, as dissertações, as teses e os TCCs foram publicados. A maioria (69,23%) dos trabalhos são relativos às áreas das Ciências da Computação; Ciências Humanas; Inteligência Artificial; Jogos; Sistema de Informação, Pedagogia, História e Engenharia da Computação. As demais áreas, Educação Física, Esporte e Lazer; Informática; Tecnologia da Aprendizagem; Esporte; Engenharia do Conhecimento; Eletrotécnica; Matemática; Ciência e Tecnologia de Redes Neurais; Design de Jogos; Ótica Moderna; História da informação e Ciências em Honras, representam 30,77%, com 1 trabalho identificado em cada área.



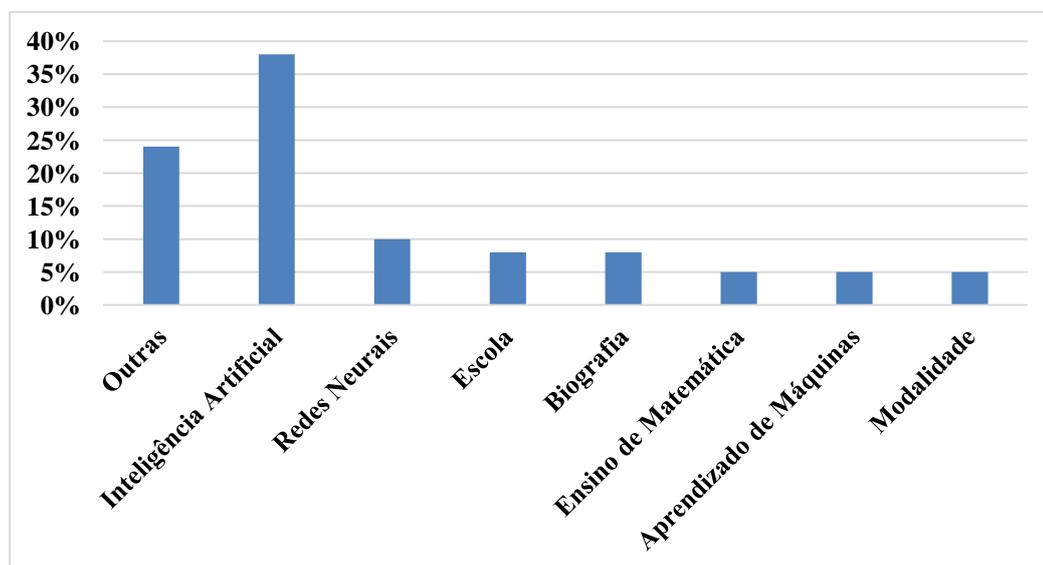
Figura 1 - Quantidade de trabalhos por área de conhecimento.



Fonte: As autoras, 2024.

Após a identificação da área, buscamos indicar as temáticas centrais dos trabalhos, que são apresentadas na Figura 2. As temáticas mais frequentes foram Inteligência Artificial (38%), Redes Neurais (10%), Escola (8%), Biografia (8%), Ensino de Matemática (5%), Aprendizado de Máquinas (5%) e Modalidade (5%).

Figura 2 - Frequência da temática central dos trabalhos.



Fonte: As autoras, 2024.

As outras temáticas somadas representam 24% (Damas com Máquinas, Visão, Geradores heurísticos, Linguagem de programação, Criação de jogos, Computação, Gestão e Jogo de Damas, que correspondem a 3% do total cada uma).

Quanto aos países aos quais os autores dos trabalhos estão filiados, verificou-se uma distribuição entre 12 diferentes países. A frequência por país indica um maior número de trabalhos no Brasil (31%), Estados Unidos (18%), Holanda (15%) e Canadá (13%). Com menor expressão em relação ao total de trabalhos identificados, temos: Polônia (5%); Ucrânia, Espanha, Irlanda, Nigéria, África do Sul, Estônia e Portugal (com 3% do total cada um).

Na revisão realizada, dos 39 trabalhos produzidos em língua portuguesa, espanhola, russa e inglesa, desta última obtivemos o maior número de publicações, 22, o que representa 56% do total. Quanto ao tipo de publicação, destaca-se que o formato em que há mais publicações é o artigo, com 25 publicados nestas 4 línguas supracitadas.

Dessa forma, os resultados obtidos demonstraram um predomínio de trabalhos em língua inglesa e no formato de artigo, que não refletem, por exemplo, o esforço da *International Draughts Federation* (IDF) – organização responsável pela gestão da Damas de 64 casas no mundo. A entidade tem realizado ações para popularizar o Jogo de Damas por meio de palestras, conferências, seminários e outros tipos de eventos e dado incentivo na implementação de atividades que impulsionem as publicações sobre a modalidade. No entanto, como vimos, ainda existe um número reduzido de contribuições sobre a modalidade na literatura internacional.

A pesquisa nos permitiu ainda reafirmar que o Jogo de Damas é um tema interdisciplinar e permanece com seu desenvolvimento centralizado na Europa. A revisão de literatura realizada demonstrou a diversidade de áreas do conhecimento e dos temas estudados sobre o Jogo de Damas, com predomínio em Ciências da Computação (CC) e Inteligência Artificial (IA).

Com relação à área de Educação Física e Esporte, três artigos foram identificados, um na área de Educação Física, Esporte e Lazer (literatura portuguesa³) e dois na de Esporte (literaturas portuguesa¹² e russa¹³). O primeiro, utilizou o Jogo de Damas como base para criar o “Damas na pista” como recurso didático-pedagógico nas aulas de Educação Física da educação básica visando adaptar o conhecimento sobre as regras do Jogo de Damas para ensinar atletismo aos educandos.

O segundo, analisou o desenvolvimento da modalidade no Brasil, demonstrando disparidade regional e falta de investimento e apoio sistemático para eventos e atletas. O terceiro, também na área de esporte, tratou da Gestão do Esporte, descrevendo os sistemas organizacionais da FMJD e da *International Mind Games Association* (IMSA), na qual essa federação é filiada. O trabalho demonstrou como é possível melhorar as atividades dos órgãos do governo visando o desenvolvimento da modalidade como esporte intelectual, especialmente, junto ao Comitê Olímpico. Também é válido ressaltar que um dos trabalhos identificados (literatura portuguesa¹²) foi publicado na área de História, mas abordou aspectos relativos à modalidade, descrevendo o contexto da Damas no Brasil e analisando os melhores atletas masculinos de 64 casas.

Quanto aos países aos quais os autores das publicações são filiados, o Brasil aparece em destaque, sendo o único país relacionado às publicações em língua portuguesa. Para explicitar a importância que a área das CC tem dado ao Jogo de Damas, considerando o caso brasileiro, destacamos o trabalho de Caexêta⁷, que criou um sistema de aprendizagem de Damas denominado *Vision-Draughts*, tendo como base as pesquisas de Castro Neto⁸ (*LS-Draughts*) e de Lynch³⁸ (*NeuroDraughts*). De acordo com Caexêta⁷, um dos motivos em se escolher o Jogo de Damas como um domínio de aplicação é porque ele denota expressivas semelhanças com incalculáveis problemas práticos, além de apresentar uma dificuldade que exige o uso de técnicas avançadas de IA.

Trabalhos mais atuais são o de Tomaz¹⁰, que destaca o uso do Jogo de Damas como um excelente laboratório de estudo de técnicas de Aprendizagem de Máquina pela alta complexidade de seu espaço de estados, e o de Duarte⁹, que contribui para a área ao apresentar um quadro mais atualizado dos jogadores automáticos de Damas, que podem ser divididos em dois grupos: 1) aqueles que contam com a supervisão humana durante o processo de aprendizagem, como o *Chinook* e o *Cake* e 2) os que são denominados de jogadores não-supervisionados, que aprendem a jogar com um mínimo de intervenção humana.



Os trabalhos na área de CC apresentam algumas limitações, como a falta de mais conhecimentos sobre o domínio do Jogo de Damas, dificultando algumas decisões na escolha das técnicas adequadas para a solução de alguns problemas durante o desenvolvimento da pesquisa, e isso é destacado no trabalho de Duarte⁹. Nestes trabalhos que utilizam jogadores automáticos de Damas, os autores optam pela aplicação na pesquisa do uso da regra inglesa da modalidade e não há uma justificativa da escolha desta regra¹⁰, que difere da regra brasileira na questão da captura de peças. Existe ainda a falta de uma contextualização sobre o tema nestes estudos, tratando melhor da modalidade como esporte, que englobe o histórico e a realidade brasileiros.

Nas publicações nacionais, todos os trabalhos foram publicados por autores diferentes, o que se distancia da realidade de países como o Canadá, que representa 13% do total das publicações e os trabalhos foram de um único autor, Jonathan Schaeffer, individual ou em coautoria^{25, 28, 29, 30, 35,36}. Schaeffer é um dos pioneiros nas pesquisas sobre o Jogo de Damas na área de CC, juntamente com Samuel Lake, que se sobressaíram no cenário damístico a partir da segunda metade do século XX. Como resultado da presente revisão, verificamos que há uma produção constante sobre o tema, com destaque para o ano de 1996, juntamente com os anos 2007 e 2008, nos quais foram publicados 3 trabalhos, e o ano de 2013 superou esse número, com 4 publicações.

Conclusões

A partir da revisão empreendida, destacamos a necessidade em se ampliar as pesquisas científicas sobre o Jogo de Damas, sobretudo no que tange a gestão da modalidade, no campo da Educação Física e Esporte. A área da Ciências da Computação é pioneira nas pesquisas científicas sobre o Jogo de Damas, e continua sendo destaque visando dar suporte ao aprimoramento das técnicas de Inteligência Artificial, encontrando neste jogo um rico laboratório a ser explorado.

Na maior parte das produções analisadas, os objetivos foram alcançados, independente da área do trabalho, o que nos faz reiterar a interdisciplinaridade do Jogo de Damas, permitindo uma aproximação entre as diferentes áreas.

A limitação desta pesquisa pode ser considerada em termos da sua abrangência quanto ao acesso a determinadas bases de dados. Dessa forma, sugere-se aprofundar e atualizar as publicações com a realização de novas revisões, com a utilização de mais de um descritor para a pesquisa e o acesso a outras bases de dados, como *Sport Discus*, *Scopus*, entre outras, e/ou em repositórios de periódicos, promovendo um constante monitoramento e uma rede colaborativa de pesquisadores nacionais e internacionais.

Agradecimentos

O estudo contou com o apoio financeiro do Programa Institucional de Bolsas de Pós-Graduação (PIBPG) do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

Referências

Confederação Brasileira de Damas (1967) (1975). *Ata de Fundação da Confederação Brasileira de Damas, 1967*. 1º Oficial de Registro de Pessoa Jurídica de São Caetano do Sul.

Cordeiro, A. M., Oliveira, G. M., Rentería, J. M., & Guimarães, C. A. (2007). Revisão sistemática: uma revisão narrativa. *Revista do Colégio Brasileiro de Cirurgiões*, 34 (6), 428-431.

De-La-Torre-Ugarte-Guanilo, M. C., Takahashi, R. F., & Bertolozzi, M. R. (2011). Revisão



sistemática: noções gerais. *Revista da Escola de Enfermagem USP*, 45 (5), 1260-1266.

Fédération Mondiale Du Jeu de Dames (FMJD) (2023). Recuperado de <https://www.fmjd.org/>.

Li, M., Pitts, B. G., & Quarterman, J. (Org.) (2008). *Research Methods in Sport Management*. Morgantown, WV: Fitness Information Technology.

Maia, D., Carvalho, R. A., & Appelt, V. K. (2021). Abordagem STEAM na educação básica brasileira: uma revisão de literatura. *Revista Tecnologia e Sociedade*, 17 (49), 68-88. Recuperado de <https://periodicos.utfpr.edu.br/rts/article/view/13536>.

Sarcedo, L. M. L. (1997). *Lélio 3 – Manobras radicais no Jogo de Damas. Fundamentos da combinação e temas básicos de meio de jogo*. Recuperado de <https://doceru.com/doc/ce1e00v>.

Tubino, M. J. G. (2006). *O que é esporte*. São Paulo: Brasiliense.

Tubino, M. J. G., Tubino, F. M., & Garrido, F. A. (2007). *Dicionário Enciclopédico Tubino do Esporte*. Rio de Janeiro: SENAC.

Apêndice – lista das publicações revisadas

1) Luz, L., Luz, M., & Teófilo, M. (2010). Jogo de Damas utilizando Realidade Aumentada e Inteligência artificial para telefones celulares. In *Anais eletrônicos do 9º Simpósio Brasileiro de Jogos e Entretenimento Digital*. Florianópolis: UNIVALI. Recuperado de http://www.sbgames.org/sbgames2010/proceedings/computing/short/Computing_short21.pdf.

2) Matthiesen, S. Q., Kamimura, M. K., Ginciene, G., Santos, T. Y. J., & Daniel, J. C. (2011). O Jogo de Damas como um recurso didático pedagógico para o ensino do atletismo na escola. *Coleção Pesquisa em Educação Física*, 10 (4), 109-116. Recuperado de

https://fontouraeditora.com.br/periodico/public/storage/articles/832_1502988906.pdf.

3) Oliveira, R. B., Klauss, V. L. C. A., & Lubeck, M. (2018). Dama da Matemática e Tetris 3D: um estudo de equações do 1º grau por meio de jogos. *Revista Temas em Educação*, 27 (1), 146-163. Recuperado de <https://periodicos.ufpb.br/index.php/rteo/article/view/38691>.

4) Justus, C. G. (2006). Jogo de Damas Embarcado Multinível. Curitiba: [S. I.]. Recuperado de <https://www.up.edu.br/blogs/engenharia-da-computacao/wp-content/uploads/sites/6/2015/06/2006.4.pdf>.

5) Blanco, C. S. S. M., & Silva, V. L. R. R. (2014). A contribuição dos jogos didáticos de tabuleiro no desenvolvimento cognitivo dos alunos com deficiência visual. In *Os desafios da escola pública paranaense na perspectiva do professor PDE Volume 1 (Produções Didático-Pedagógicas)* Artigos. Cascavel: Governo do Estado do Paraná.

6) Machado, L. R. P., Teixeira, J. V. C., & Jesus, Â. M. (2017). Sistema Inteligente para Apoio no Jogo de Damas. In *Anais eletrônicos do 8º Computer on the Beach*. Florianópolis: UNIVALI. Recuperado de <https://siaiap32.univali.br/seer/index.php/acotb/article/view/10422>.

7) Caexêta, G. S. (2008). *Visison Draughts – Um sistema de Aprendizagem de Jogos de Damas baseado em Redes Neurais, Diferenças Temporais, Algoritmos Eficientes de Busca em Árvores e Informações Perfeitas Contidas em Bases de Dados (Dissertação de mestrado)*. Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia.

8) Castro Neto, H. (2007). *LS-Draughts – Um Sistema de Aprendizagem de Jogos de Damas Baseado em Algoritmos Genéticos, Redes Neurais e Diferenças Temporais (Dissertação de mestrado)*. Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia.

9) Duarte, V. A. R. (2016). *Aprimorando o Processo de Aprendizagem e Alocação de Agentes Inteligentes em Plataformas Multiagentes – Aplicação no Domínio do Jogo de Damas (Tese*



de doutorado). Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia.

10) Tomaz, L. B. V. (2018). *ADABA: Uma nova abordagem de distribuição do Alfa-Beta – aplicação ao domínio do jogo de Damas* (Tese de doutorado). Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia.

11) Silva, M. R. S. (2008). *O Jogo de Damas para a educação* (Dissertação de mestrado). Universidade de Franca, Franca.

12) Oliveira, T. M. B., & Pinto, O. V. S. (2020). O jogo de Damas no Brasil: uma análise dos melhores atletas da modalidade. *Aedos*, 12 (26), 632-649. Recuperado de <https://seer.ufrgs.br/index.php/aedos/article/view/92403/58014>.

13) Беляя, В. Г., Приходько, И. И., & Стадник, С. А. (2013). Структура Управления Стоклеточными Шашками Как Интеллектуальным Видом Спорта На Международном Уровне. *Слобожанський Науково-Спортивний Вісник*, 2, 1-5. Recuperado de <https://docplayer.ru/28074833-Struktura-upravleniya-stokletochnymi-shashkami-kak-intellektualnym-vidom-sporta-na-mezhdunarodnom-urovne.html>.

14) Aliane, N., & Bemposta, S. (2008). Una Experiencia de Aprendizaje Basado en Proyectos en una Asignatura de Robótica. *IEEE-RITA*, 3 (2), 71-76. Recuperado de <http://rita.det.uvigo.es/200811/uploads/IEEE-RITA.2008.V3.N2.pdf>.

15) Westerveld, G. (1996). Historia de la nueva dama poderosa en el juego de ajedrez y damas. In G. C. Bauer et al. (Eds.). *Homo ludens: El hombre que juega*. 103-116. Buenos Aires: Instituto para La Investigación y la Pedagogía del Juego. Recuperado de https://www.researchgate.net/publication/261550828_Historia_de_la_nueva_dama_poderosa_en_el_juego_de_ajedrez_y_damas.

16) Westerveld, G. (2013). *Biografía de Amadou Kandié – Jugador de damas senegalés extraordinario, durante su estancia en Francia 1894-1895*. Murcia: Academia de Estudios Humanísticos de Blanca.

17) Westerveld, G. (2013). *Biografía de Maurice Rainchenbach, Campeón Mundial de Damas entre 1933-1938*. Tomo I e II. Morrisvile: Lulu.com.

18) Patist, J. P., Wiering, M., Nowe, A., & Steenhout, K. (2004). Learning to play draughts using temporal difference learning with neural networks and databases. In Proceedings of the Thirteenth Belgian-Dutch Conference on Machine Learning (Benelearn'04), *Proceedings*, 87-94. Brussels.

19) Chellapilla, K., & Fogel, D. B. (1999). Evolving Neural Networks to play Checkers Without Relying on Expert Knowledge. *IEEE Transactions on Neural Networks*, 10 (6), 1382-1391. Recuperado de https://www.researchgate.net/publication/3302690_Evolving_neural_networks_to_play_checkers_without_expert_knowledge.

20) Dagnelie, G., Walter, M., & Yang, L. (2006). Playing checkers: detection and eye-hand coordination in simulated prosthetic vision. *Journal of Modern Optics*, 53 (9), 1325-1342. Recuperado de <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/09500340600619197>.

21) Mańdziuk, J., Kusiak, M., & Waleczik, K. (2007). Evolutionary-based heuristic generators for checkers and give-away checkers. *Expert Systems*, 24 (4), 189-211. Recuperado de <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/pdf/10.1111/j.1468-0394.2007.00429.x>.

22) Kidwell, P. A. (2015). Playing Checkers with Machines – from Ajeeb to Chinok. *Information & Culture: a Journal of History*, 50 (4), 578-587. Recuperado de <https://www.utexaspressjournals.org/doi/pdf/10.7560/IC50405>.

23) Kurylovych, M. (2019). *Multiplayer browser games. Checkers*. Report. Recuperado de <http://ds.cs.ut.ee/courses/course-files/Kurylovych-Final-Report.pdf>.

24) Freeling, C. D. (2015). A New Step in the Evolution of Draughts? *G& PD*, 1 (2), 28-37. Recuperado de <http://gapdjournal.com/issues/issue-1-2/issue-1-2-sample-04-dameo.pdf>.



- 25) Schaeffer, J., Burch, N., Björnsson, Y., Kishimoto, A., Müller, M., Lake, R., Lu, P., & Sutphen, S. (2007). Checkers is solved. *Science*, 317, 1518-1522. Recuperado de <https://www.sciencemag.org/>.
- 26) Samuel, A. L. (1967). Some studies in machine learning using the game of checkers. II – Recent Progress. *IBM Journal of Research and Development*, 11 (6), 211-229. Recuperado de <https://ieeexplore.ieee.org/stamp/stamp.jsp?arnumber=5392560&tag=1>.
- 27) Samuel, A. L. (1959). Some studies in machine learning using the game of checkers. *IBM Journal of Research and Development*, 3 (3), 210-229. Recuperado de <https://ieeexplore.ieee.org/document/5392560>.
- 28) Schaeffer, J., & Lake, R. (1996). Solving the Game of Checkers. *Games of No Chance*, 29, 119-133. Recuperado de <http://library.msri.org/books/Book29/files/schaeffer.pdf>.
- 29) Schaeffer, J., Lake, R., & Lu, P. (1996). Chinook: the world man-machine checkers champion. *AI Magazine*, 17 (1), 21-29. Recuperado de <https://www.aaai.org/ojs/index.php/aimagazine/article/view/1208>.
- 30) Schaeffer, J., Björnsson, Y., Burch, N., Kishimoto, A., Müller, M., Lake, R., Lu, P., & Sutphen, S. (2005). Solving checkers. In *Proceedings of the Nineteenth International Joint Conference on Artificial Intelligence (IJCAI)*, University of Edinburgh, Edinburgh. Recuperado de <https://www.ijcai.org/Proceedings/05/Papers/0515.pdf>.
- 31) Westerveld, G. (2016). Draughts is more difficult than chess. *Academia de Estudios Humanísticos de Blanca*, 2, 1-15. Recuperado de https://www.researchgate.net/publication/308699208_Draughts_is_more_difficult_than_chess.
- 32) Tsok, S. H., & Mshelia, I. B. (2013). Application of Group Theory to a Local Game Called “Tsorry Checkerboard” (A Case of Klein Four – Group). *IOSR Journal of Mathematics*, 7 (3), 4-6. Recuperado de <http://www.iosrjournals.org/iosr-jm/papers/Vol7-issue3/B0730406.pdf?id=3452>.
- 33) Suchecki, P., & Iwanowski, M. (2011). Draughts playing system with vision-based interface. *Przegląd Elektrotechniczny (Electrical Review)*, 87 (7), 174-177. Recuperado de <http://pe.org.pl/articles/2011/7/42.pdf>.
- 34) Guerra, J. C. C. (2011). *Classical Checkers* (Dissertação de mestrado). Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa. Recuperado de <https://fenix.tecnico.ulisboa.pt/thesis/2353642360046>.
- 35) Schaeffer, J. (1991). Checkers: A preview of what will happen in chess? *ICCA Journal*, 14 (2), 71-78. Recuperado de <https://www.semanticscholar.org/paper/Checkers-%3A-A-Preview-of-What-Will-Happen-in-Chess-Schaeffer/33590e8a10322bdc9999f8e19c47bff74d3f6216>.
- 36) Schaeffer, J., Treloar, N., Lu, P., & Lake, R. (1993). Man versus machine for the world checkers championship. *AI Magazine*, 14 (2), 28-35. Recuperado de <https://www.aaai.org/ojs/index.php/aimagazine/article/view/1040>.
- 37) Call, W. T. (1905). *R. D. Yates Checker play*. New York: Winthrop Press.
- 38) Lynch, Mark. (1997). *An application of temporal difference learning to draughts*. Final Year Project Report, Department of Computer Science and Information Systems, University of Limerick, Ireland. Recuperado de <https://citeseerx.ist.psu.edu/document?repid=rep1&type=pdf&doi=7cb3c45694056ca0104f86011e6b23493febeaaa>.
- 39) Boonzaaier, D. (2017). *Training neural networks for checkers* (Bachelor of Science thesis). University of the Western Cape, Cidade do Cabo.



Recebido em: 08/04/2024

Aceite em: 05/05/2024

Endereço para correspondência:

Tatiane Maria Barbosa de Oliveira

tatianebarbosa@usp.br



Esta obra está licenciada sob uma Licença
Creative Commons Attribution 4.0

<https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>



2024, Vol. 14, n.3, e110095

<https://doi.org/10.51995/2237-3373.v14i3e110095>

Exploring social skills in sports: A comparative analysis between individual and team athletes among students

Explorando habilidades sociales en deportes: Un análisis comparativo entre atletas individuales y de equipo entre estudiantes

Explorando Habilidades Sociais no Esporte: Uma Análise Comparativa entre Atletas Individuais e de Equipe entre Estudantes

Amina Chafaa 

University of Mohamed Lamine Debaghine Sétif 2, Department of Sports and Physical Activities Technique Sciences, The Laboratory of Physical and Sports Activity Sciences and Public Health, El Hidab, Setif 19000, Setif, Algeria - a.chafaa@univ-setif2.dz

Abstract

Social skills are essential for individuals, enabling positive engagement with their environment, numerous studies have underscored the contribution of sports in cultivating such skills. This study aims to explore level of social skills and explore differences among individual and team athletes. The Alwan Scale (2011), comprising four dimensions, was validated for its psychometric properties and then administered to a random sample of 143 student athletes at the Institute of Sports Science and Physical Activity Technologies (STAPS) during the academic year 2022-2023. Among the participants, 68 were engaged in individual sports, and 75 participated in team sports, with an average age range of (20-28). Data analysis was conducted using SPSS version 28. The results indicated a high level of social skills and their dimensions, with no significant differences between individual and team sports and the Point-Biserial correlation test indicate that there is no significant relationship between the type of sport and students.

Keywords: social skills, individual sports, team sports, athletes, students.

Resumo

Habilidades sociais são essenciais para indivíduos, possibilitando um engajamento positivo com seu ambiente, numerosos estudos destacaram a contribuição dos esportes no cultivo dessas habilidades. Este estudo visa explorar o nível de habilidades sociais e explorar diferenças entre atletas individuais e de equipe. A Escala Alwan (2011), composta por quatro dimensões, foi validada por suas propriedades psicométricas e então administrada a uma amostra aleatória de 143 atletas estudantes no Instituto de Ciências do Esporte e Tecnologias de Atividade Física (STAPS) durante o ano acadêmico de 2022-2023. Entre os participantes, 68 estavam envolvidos em esportes individuais e 75 participavam de esportes de equipe, com uma faixa etária média de (20-28). A análise dos dados foi realizada utilizando o SPSS versão 28. Os resultados indicaram um alto nível de habilidades sociais e suas dimensões, sem diferenças significativas entre esportes individuais e de equipe e o teste de correlação Ponto-Biserial indica que não há relação significativa entre o tipo de esporte e os estudantes.

Palavras-chave: habilidades sociais, esportes individuais, esportes de equipe, atletas, estudantes

Resumén

Las habilidades sociales son esenciales para los individuos, ya que permiten una interacción positiva con su entorno, y numerosos estudios han subrayado la contribución de los deportes en el cultivo de dichas habilidades. Este estudio tiene como objetivo explorar el nivel de habilidades sociales y explorar las diferencias entre atletas individuales y de equipo. La Escala Alwan (2011), que comprende cuatro dimensiones, fue validada por sus propiedades psicométricas y luego administrada a una muestra aleatoria de



143 estudiantes atletas en el Instituto de Ciencias del Deporte y Tecnologías de Actividad Física (STAPS) durante el año académico 2022-2023. Entre los participantes, 68 participaron en deportes individuales y 75 en deportes de equipo, con un rango de edad promedio de (20-28). El análisis de datos se realizó utilizando SPSS versión 28. Los resultados indicaron un alto nivel de habilidades sociales y sus dimensiones, sin diferencias significativas entre los deportes individuales y de equipo y la prueba de correlación Punto-Biserial indica que no hay una relación significativa entre el tipo de deporte y los estudiantes.

Palabras clave: habilidades sociales, deportes individuales, deportes de equipo, atletas, estudiantes.

1. Introduction

Humans, by nature, are social beings, compelled to engage and interact in various settings like home and work. However, responses to daily situations vary; some struggle while others navigate challenges effortlessly (Lv & Takami, 2015), this discrepancy often stems from a lack of acquired social skills that enrich interactions (DelPrette & DelPrette, 2021). Social skills encompass the ability to engage positively, using appropriate behavioral patterns in diverse situations. Well-developed social skills enable individuals to interact comfortably, free from pressure or tension (Beheshtifar & Norozy, 2013; Hargie et al., 1996). It is evident that deficits in social skills can result in serious negative consequences (Painter, 2006).

Developing emotional and social skills is crucial in the contemporary world of sports. While the pressure to win may trickle down from professionals to youth sport participants, sports can also serve as a fertile ground for cultivating a variety of life skills (Brewer, 2009). The sport and team that an athlete is part of represent just one aspect of their overall environment. Positive connections in sports have the potential to extend into other areas of life, the social skills an athlete develops during sports activities need not conclude with the game; these skills can be applied in family, friendship, and work settings. Human beings are inherently social; they have a natural need to be connected and belong to both individuals and groups. The framework of sports nurtures these relationships by establishing a foundation or common purpose through which teammates can form connections, athletes are not merely forming connections with each other or the sport itself, by connecting to the sport as something beyond themselves, athletes transcend, reaching what is considered the pinnacle of self-actualization (Marinho et al., 2021).

In contrast, sports have been shown not only to benefit physical and mental health but also to contribute significantly to the development of social skills (Haas et al., 2023; Facundo Corti et al., 2023). Sports engagement exposes individuals to diverse interactions, be it cooperation with teammates, competition, or assisting others in learning (Dabnichki & Baca, 2008), this dynamic environment allows individuals to express various emotions, fostering experience in adaptation and effective communication.

Engaging in sports not only contributes to physical well-being but also plays a pivotal role in shaping individuals' social skills. Participation in team sports fosters cooperation, communication, and camaraderie among teammates. The collaborative nature of these activities promotes effective interpersonal relationships, teaching individuals how to work together toward common goals (Firat University et al., 2021). Moreover, the challenges and triumphs experienced in sports provide a platform for emotional expression, helping individuals develop resilience and adaptability. On the other hand, individual sports emphasize self-discipline and personal achievement, encouraging athletes to understand their strengths and areas for improvement. The multifaceted interactions within the realm of sports, whether team-based or individual, contribute significantly to the enhancement

of social skills, positively influencing various aspects of an individual's life (Çepikkurt & Fındık, 2017).

Educators commonly assume that students naturally develop social skills through participation in physical education and sports activities (Samalot-Rivera & Porretta, 2012). Morgeson et al. (2005) underscore the importance of social skills, personal traits, and teamwork knowledge in team environments. Engaging in sports involves not only physical prowess but also intricate social dynamics that call for well-developed social skills. Athletes navigate a complex web of social interactions within their teams, requiring effective communication, cooperation, and camaraderie. The competitive nature of sports introduces various pressures, both on and off the field, making social skills indispensable in managing stress and maintaining positive relationships. Athletes need to express themselves, understand their teammates, and adapt to diverse personalities and playing styles, the ability to handle conflicts, offer support, and foster a sense of unity is paramount. In the realm of sports, where teamwork is crucial, social skills play a pivotal role in building a cohesive and successful athletic community. Moreover, the demands of competition and the spotlight can create additional stressors, emphasizing the need for athletes to master social skills not only for on-field performance but also for their overall well-being and mental resilience. As such, the intersection of social relationships and the pressures inherent in sports underscores the significance of honing and applying social skills in this dynamic and challenging environment (Di Bartolomeo & Papa, 2019).

Individual and team sports present distinct playing conditions and situations. Mahin and Ali Besharat's (2010) study revealed differences in personality traits, with individual sports correlating to higher conscientiousness and autonomy, while team sports showed higher agreeableness and sociotropy (Nia & Besharat, 2010). Adam and al. (2018) observed significant variations in social skills based on sports participation frequency.

Shazreen et al.'s (2021) study examined mood state differences between individuals in team and individual sports, showing higher levels among individual sports participants. Team sports players exhibited lower confusion levels (Ladiun et al., 2021). Gumapac and his colleagues (2019) assessed social skills among students, finding a positive relationship between sports engagement and social skills.

The importance of comparing social skills in individual versus team sports participants lies in understanding the distinct impacts these two types of sports have on personal and social development. Research has consistently shown that sports participation is beneficial for children and adolescents, offering a range of psychological and social benefits. However, the nature of these benefits can vary significantly between individual and team sports

Sporting situations elicit various emotions, requiring athletes to regulate emotions effectively while adhering to rules and showing respect. This study aims to uncover social skill levels among athletes at the STAPS Institute, exploring differences between individual and team sports practitioners.

Importance of study

It addresses a specific gap in the existing literature by providing a focused comparison of social skills development between individuals participating in team sports and those engaged in individual sports. This comparison is crucial because, while the benefits of sports participation on physical and mental health are well-documented (Samalot-Rivera & Porretta, 2012), less is known about how different types of sports influence social skills development.



The study offers theoretical insights into the mechanisms through which sports participation can enhance social skills. For instance, team sports are often associated with the development of communication skills, teamwork, and a sense of community, which are critical soft skills (Nia & Besharat, 2010). On the other hand, individual sports might foster self-reliance and personal responsibility. These insights can enrich theoretical frameworks related to sports psychology and education. The findings have significant practical implications for educators, coaches, and policymakers. By understanding the specific social benefits associated with different types of sports, stakeholders can design sports programs and curricula that target desired social outcomes. For example, programs aiming to enhance teamwork and communication might prioritize team sports, while those focusing on self-discipline and independence might incorporate more individual sports.

The study's conclusions can inform the design of sports programs in educational settings, ensuring they are tailored to maximize the development of social skills among students. This is particularly relevant for policies aimed at integrating sports into school curricula to support holistic student development. By highlighting the differences in social skills development between individual and team sports participants, the study opens avenues for future research. It invites further investigation into the long-term effects of sports participation on social skills, the role of socio-cultural factors, and the potential differences across age groups and genders. The study contributes to the applied context by providing evidence-based insights that can enhance sports participation strategies. Understanding the social benefits of different sports can help in promoting sports participation as a means of social skill development, thereby supporting broader educational and developmental goals.

In summary, this study enriches the literature on sports participation and social skills development by offering a comparative analysis that highlights the unique contributions of individual and team sports. Its findings have theoretical, practical, and policy implications, making a valuable contribution to the fields of sports psychology, education, and policy-making.

2. Method

2.1. Participants

G-Power v 3.1.9.7 was used for sample size calculation (K. Murphy & Myors, 2023). The G-Power result indicated that a sample size of 102 is sufficient to conduct a study with a power of 0.80 and a medium effect size of 0.50 (K. R. Murphy et al., 2009). For the t-test, a sample size of 49 for one group (individual sport) and 53 (team sport) for another is required to detect significant interactions between the type of sport at a significance level of 5% and to generate a power of 0.80 with a medium effect size of 0.50. Questionnaires were distributed, and 160 were returned, with 11 incomplete questionnaires being excluded from the overall sample. The remaining 149 questionnaires were validated and completed. Of these, 47.6% were from individuals practicing team sports, and 52.4% were from individuals practicing individual sports.

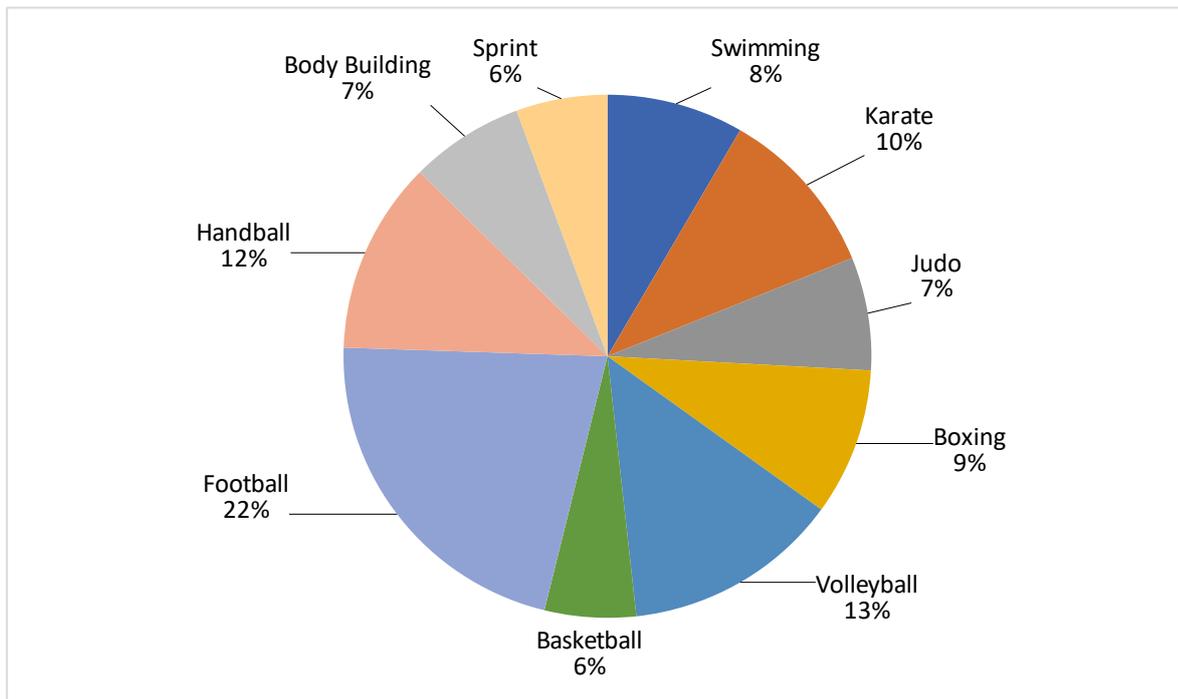
The study sample comprised 149 student athletes from the Sports Institute in Setif city, selected randomly for the academic year 2022-2023. The average age of the participants was 24 years. The students from the Institute of Physical Education and Sports Science were chosen for several reasons. Firstly, the sample members were randomly selected to represent the original research population. Secondly, to study at the institute, a student must pass an exam, actively participate in sports, and be a member of a club or team where they practice a sport, ensuring they regularly engage in sports for a relatively long period. Lastly, Setif city is known for its high sports culture and offers a variety of sports options.

Table 1. Research Participants.

		N	Percentage
Gender	Males	112	78,3%
	Females	31	21,7%
Type of sport	individual	68	47,6%
	Team	75	52,4%

Table 2. Distribution of sports

	Frequency	Percent	
Sport	Swimming	12	8,4
	Karate	15	10,5
	Judo	10	7,0
	Box	13	9,1
	Volleyball	19	13,3
	Basketball	8	5,6
	Football	31	21,7
	Handball	17	11,9
	Body building	10	7,0
	Sprint	8	5,6
	Total	143	100,0

Figure 1. Distribution of sports

2.2. Instruments

We examined several scales from previous studies, with the most notable ones being the scales developed by Mota et al. (2011) and Johnny et al. (1983). Our study employed the Social Skills Scale developed by Ahmed Alwan (2011), chosen for its suitability to our study sample, this scale comprises 22 items distributed across three dimensions:



Cooperation

This dimension involves behaviors such as seeking help from others, active participation, and adherence to rules and instructions. The corresponding items are 3, 5, 6, 14, 15, 16, and 17.

Work Habits

This dimension includes proactive behaviors like seeking information from others, introducing oneself, and appropriately responding to others' actions. The corresponding items are 1, 2, 4, 10, 11, 12, 13, 18, and 19.

Self-Control

This dimension encompasses behaviors such as responding appropriately to teasing, handling situations involving disagreement, and the ability to reconcile or consider different perspectives. The corresponding items are 7, 8, 9, 20, 21, and 22.

Each item on the scale is rated on a five-point Likert scale, with the following values: Always (5 points), Often (4 points), Sometimes (3 points), Rarely (2 points), and Never (1 point). Thus, the theoretical highest score a respondent could obtain is 110, while the theoretical lowest score is 22.

This scale was chosen due to its relevance to our study sample, but further details about its selection and its connection to the study's objectives would enhance understanding.

2.3. Study procedure

During our research, after exploring the theoretical background of social skills, we chose Ahmed's (1999) scale for a survey study. To ensure the clarity and appropriateness of the scale's statements, we sought the opinions of experts in the field. Subsequently, we distributed 27 questionnaires of the social skills scale to a sample of students enrolled in the Sports Institute at the University of Setif during the survey phase. Following the collection of responses, we meticulously analyzed them, determining the necessary time for completion. The psychometric properties of the instrument were calculated, and then the scale was administered to the main study sample, comprising 144 students.

2.4. Psychometric properties

Validity

To assess the validity of the instrument, we calculated the Pearson Correlation coefficient (Hollander et al., 2015) for various relationships, including (item, total scores), (item, dimension), and (dimension, total scores), as shown in Table 3.

Table 3. Correlation coefficients between (item, total scores), (item, dimension), (dimension, total scores) for Social Skills Scale

Correlation								
Items	Work Habits	Total score	Items	Cooperation	Total score	Items	Self-Control	Total score
1	,973**	,969**	3	,978**	,978**	7	,980**	,978**
2	,971**	,978**	5	,977**	,986**	8	,971**	,959**
4	,992**	,986**	6	,977**	,986**	9	,980**	,978**
10	,992**	,986**	14	,928**	,903**	20	,978**	,986**
11	,992**	,986**	15	,928**	,903**	21	,977**	,969**
12	,992**	,986**	16	,959**	,962**	22	,980**	,978**
13	,906**	,916**	17	,977**	,986**			
18	,971**	,978**						
19	,992**	,986**						

Total score	,999**	Total score	,997**	Total score	,996**
--------------------	---------------	--------------------	---------------	--------------------	---------------

From the table, it is evident that the correlation coefficients for the scale items with their respective dimensions range from 0.906 to 0.992. Additionally, the correlation coefficients for the scale items with the total score range from 0.903 to 0.986. These correlations are positive and statistically significant at a significance level of 0.01. Therefore, the results indicate high internal consistency and reliability of the instrument across items, dimensions, and the overall scale.

Reliability

To assess the reliability of the instrument, we calculated the Cronbach's alpha coefficient (Wright, 2013), for each item, dimension, and the total score of the scale, as shown in the following table.

Table 4. Reliability coefficients for Social Skills Scale

Work Habits		Cooperation		Self-Control	
Items	Cronbach's alpha	Items	Cronbach's alpha	Items	Cronbach's alpha
1	,965	3	,976	7	,976
2	,976	5	,984	8	,955
4	,984	6	,984	9	,976
10	,984	14	,893	20	,984
11	,984	15	,893	21	,965
12	,984	16	,958	22	,976
13	,908	17	,984		
18	,976				
19	,984				
	,996		,993		,993
		Total score	,982		

The reliability coefficient for the scale was high and satisfactory, ranging from 0.893 to 0.996, this indicates that the scale is stable and reliable in measuring the variable under study.

2.5. Statistical analysis

The data were statistically analyzed using SPSS version 28 software. Several statistical tests were conducted, including correlation coefficients, Cronbach's alpha for reliability, means, standard deviations (Myers et al., 2013), and an independent samples t-test to assess differences between groups Kolmogorov-Smirnova and Shapiro-Wilk test of normality (Carmona, 2014). Lastly, the point Biserial correlation coefficient (Hunter & Schmidt, 2004) was employed to explore the relationship between variables.

3. Result

To assess the level of social skills among the sample participants, the means and standard deviations of their responses were calculated. The results are presented in the following table:

Table 5. Means and standard deviations of the level of social skills

	N	Minimum	Maximum	Mean	Std. Deviation
Work Habits	143	21,00	45,00	31,5734	5,78669
Cooperation	143	17,00	35,00	24,4126	4,65171



Self-Control	143	15,00	30,00	21,0490	3,84255
Total	143	53,00	110,00	77,0350	14,21634
Valid N (listwise)	143				

From the results presented in the table, it is evident that for work habits, the mean score is estimated at 31.57 with a standard deviation of 5.78. For cooperation, the mean score is estimated at 24.41 with a standard deviation of 4.65. As for self-control, the mean score is estimated at 21.04 with a standard deviation of 3.84. The overall score of the scale is estimated at 77.03 with a standard deviation of 3.84.

As illustrated in the table below, the social skills level and its dimensions among the sampled members are accurately portrayed.

Table 6. Descriptive statistics of the level of social skills

		N	Percentage	Decision
Work Habits	Low			
	Average	67	46,9%	High
	High	76	53,1%	
Cooperation	Low			
	Average	65	45,5%	High
	High	78	54,5%	
Self-Control	Low			
	Average	66	46,2%	High
	High	77	53,8%	
Total	Low			
	Average	54	37,8%	High
	High	89	62,2%	

According to the table, work habits achieved a high score of 60%. Cooperation received a significant score of 18%, while Self-Control was notably high with a percentage of 76%. The overall score of the scale was also substantial, reaching 20%.

Figure 2. Histogram showed level of social skills

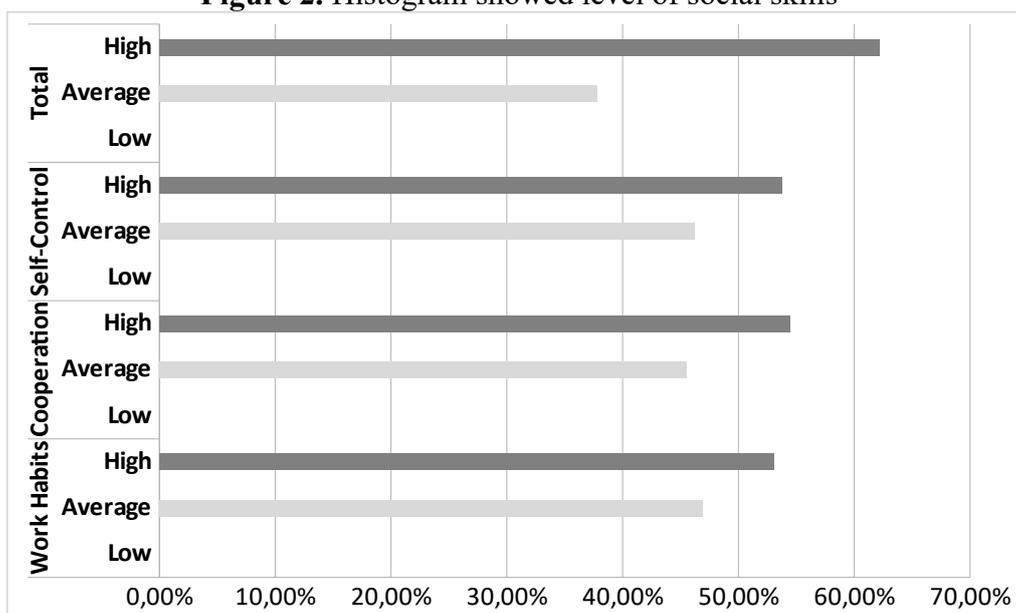
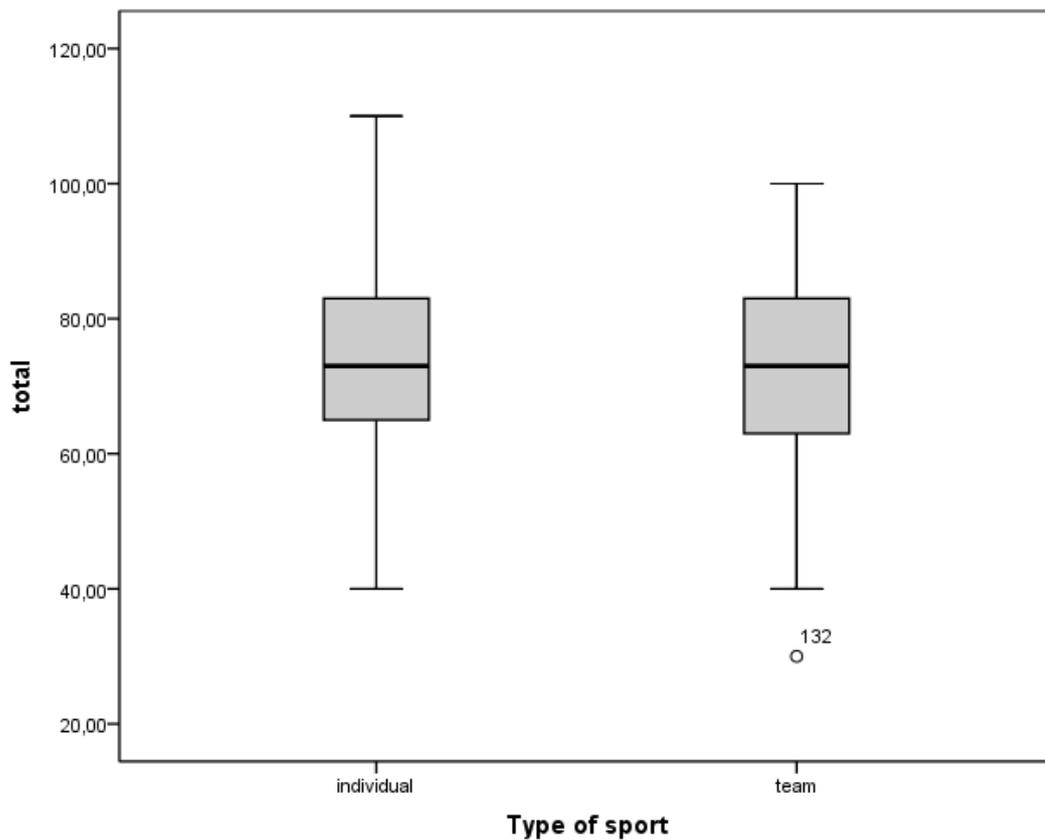


Table7. Tests of Normality

Type of sport	Kolmogorov-Smirnov ^a			Shapiro-Wilk		
	Statistic	Df	Sig.	Statistic	Df	Sig.
Total Individual	,102	68	,076	,972	68	,132
Team	,091	75	,200*	,982	75	,367

The results of both the Shapiro-Wilk and Kolmogorov-Smirnov tests indicate that the academic self-efficacy data for both genders follow a normal distribution.



To determine if there were individual differences between individual sport practitioners and team sport practitioners, an independent samples t-test was conducted on the dimensions of social skills and the total score of the scale.

Table 8. Difference in social skills between groups (individual, team)

	Type of sport	N	Mean	Std. Deviation	Df	T	Sig
Work Habits	individual	68	31,1324	6,04931	141	-,867	,194
	team	75	31,9733	5,54825			
Cooperation	individual	68	24,0735	4,83864	141	-,829	,204
	team	75	24,7200	4,48589			
Self-Control	individual	68	20,7500	4,02372	141	-,885	,189



	team	75	21,3200	3,67666			
Total	individual	68	75,9559	14,83384	141	-,864	,195
	team	75	78,0133	13,65847			

The table presenting T-test values for differences between the two groups in the three dimensions of the scale and the total score shows no statistically significant differences in social skills, including its dimensions, between athletes practicing team sports and those practicing individual sports.

Figure 3. Histogram showed differences between athletes practicing team sports and individual sports.

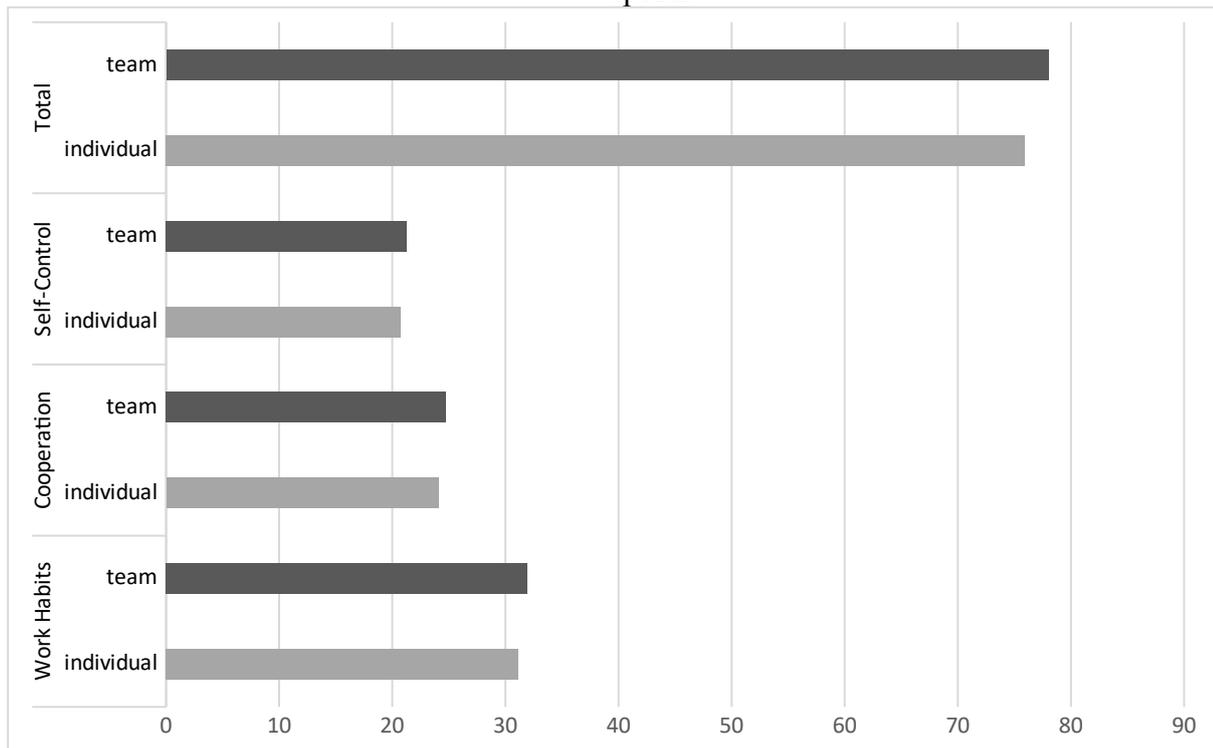


Table 9. The point biserial correlation coefficient

		Gender	Total
Gender	Pearson Correlation	1	,029
	Sig. (2-tailed)		,735
	N	143	143
Total	Pearson Correlation	,029	1
	Sig. (2-tailed)	,735	
	N	143	143

The results of the Point-Biserial correlation test indicate that there is no significant relationship between the type of sport and students' social skills, with a correlation coefficient (r) of 0.029 and a p-value of 0.735, based on a sample size (N) of 143.

4. Discussion

The primary objective of this research was to discern any statistically significant disparities in social skills between individuals participating in individual sports and those involved in team sports. The study utilized a sample of 143 individuals who completed a social skills scale, which encompassed three dimensions: Cooperation, Work Habits, and Self-Control. The psychometric properties of the scale were rigorously evaluated and validated, as evidenced in Table 3 and Table 4. The data consistently indicate high levels of social skills across all dimensions, suggesting that sports participation generally positively influences individuals' social development, irrespective of the sport type.

The benefits of sports participation extend beyond physical and mental health to overall social development (Haas et al., 2023). Several studies, including those by Lu and Kazushi (2015), Opstoel et al. (2020), and Dorak et al. (2012), underscore the positive impact of sports on various social skills such as communication, cooperation, self-motivation, and self-sufficiency, particularly in children.

Athletes navigate a complex web of relationships through their involvement in sports. These relationships span interactions with teammates, competitors, coaches, referees, and audiences. Recreational sports underscore the significance of robust teamwork and effective communication in achieving success in a work environment (Ünlü & Çeviker, 2022). These interactions shape team dynamics and influence individual learning during training or competition (Kleinert et al., 2012), in addition Landkammer et al. (2019) argue that while both types of sports require competition, cooperation is more prevalent in team sports. In particular, team athletes often have to compete (for starting roles) while cooperating (for team success) with the same individuals.

Many educators believe that students naturally acquire crucial social skills through sports activities (Samalot-Rivera & Porretta, 2012). This belief could be attributed to athletes' exposure to high-pressure and competitive environments, potentially enhancing their ability to handle life situations with greater ease.

The T-test results, presented in Table 8, indicate no statistically significant differences between the individual and team sports groups. This finding contrasts with the results of Shazreen et al. (2021), who observed differences in the levels of dimensions of the social skills scale between the two groups. However, it is crucial to note that the current study did not compare the overall scores of the social skills scale between the two groups, as was done in Shazreen et al.'s study.

The interpretation of the results suggests that the conditions of sports practice among the sample individuals are similar and compatible. In team sports, cooperation is clearly manifested through team collaboration, while individual sports, although not explicitly reliant on cooperation in competition, foster this skill through collaborative training sessions. As for self-control, both types of sports expose individuals to pressures, challenges, and provocations during competition. Lastly, the development of work habits in both types of sports necessitates individuals to take initiative and seek clarification.

While no significant differences in social skills were found between individual and team sports participants in the current study, it is crucial to place these findings within the context of existing research. Comparative analysis may reveal methodological, sample, or measurement tool



variations that account for discrepancies with other studies. Future research could benefit from a longitudinal approach to assess the long-term effects of sports on social skills development and consider the influence of socio-cultural factors and gender differences on these skills. Additionally, understanding the practical implications of these findings for sports programs and educational curricula could inform recommendations for enhancing social skill development, thereby bridging the gap between research and practice and expanding the relevance of the study's conclusions.

The Point-Biserial correlation test indicates no significant relationship between the type of sport and social skills. However, this does not necessarily mean that there is no effect. It could be that the effect is small, the test is not sensitive enough, or other factors are at play. Future research could explore these interpretations further, potentially using different methodologies or a larger, more diverse sample size to provide additional insights, comparing social skills in individual versus team sports participants is important because it provides insights into how different types of sports contribute to social and personal development. This knowledge can inform targeted interventions, program designs, and policies to leverage sports as a developmental tool for children and adolescents.

The findings of this study open up several avenues for future research. For instance, longitudinal studies could provide insights into the long-term impact of sports participation on social skills development. Additionally, exploring the role of socio-cultural factors and gender differences in the acquisition of social skills through sports could enrich our understanding of this complex phenomenon. Lastly, the practical implications of these findings for sports programs and educational curricula could provide a bridge between research and practice, offering valuable recommendations for coaches, educators, and policymakers.

In general, it appears that sports play a significant role in enhancing social skills regardless of the type of sport individuals engage in. However, further research may be needed to understand the subtle differences between individual and team sports in this context.

Despite the robustness of the study, it is important to acknowledge its limitations. The sample size, while adequate for this study, could be expanded in future research to include a more diverse range of participants. Additionally, the study focused solely on the social skills of cooperation, work habits, and self-control. Future research could consider other social skills such as empathy, assertiveness, and responsibility. The findings of this study have significant implications for practice. Coaches and educators can use these insights to tailor their training programs to further enhance the social skills of athletes. Policymakers can also use this information to advocate for the inclusion of sports in educational curricula.

Future research could explore the influence of other variables on social skills development in sports, such as the intensity and duration of sports participation. Additionally, qualitative methods could be used to gain a deeper understanding of athletes' experiences and perceptions.

In summary, this study found no significant differences in the social skills of individuals participating in individual sports compared to those involved in team sports. This suggests that sports participation, in general, has a positive influence on social skills development.

In conclusion, this research contributes to the growing body of evidence supporting the role of sports in enhancing social skills. It underscores the value of sports participation, not just for physical and mental health, but for overall social development as well.

5. Conclusion

Human beings possess crucial social skills that significantly contribute to their progress and adeptness in interpersonal interactions in daily life. Now, envision an athlete's capacity to regulate their emotions and uphold necessary social relationships while participating in sports amid the pressures of competition.

Our study precisely affirms that athletes in the current sample demonstrate elevated social skills. Additionally, it reveals that there is no distinction in social skill levels based on the type of sport, whether individual or team-based.

The study recommends an exploration of social skills across different age groups, examining the mechanisms influencing skill development through sports, this involves studying individuals at various life stages children, teenagers, adults, and older adults and assessing how sports participation impacts skill development in each age group.

Furthermore, our findings suggest an investigation into the mechanisms and factors enhancing social skills through sports, these factors may encompass individual and team training, the availability of social support for athletes, interactions with coaches and teammates, and the challenges present in the training and competitive sports environment.

Referências

- Brewer, B. W. (2009). *Sport psychology*. Wiley-Blackwell.
- Carmona, R. (2014). *Statistical analysis of financial data in R* (Second edition). Springer.
- Çepikkurt, F., & Fındık, M. (2017). The comparison of social skill levels of team sports athletes and individual sport athletes. *International Journal of Sports, Exercise & Training Science*, 3(2),55–55. <https://doi.org/10.18826/useeabd.296718>
- Dabnichki, P., & Baca, A. (Eds.). (2008). *Computers in sport*. WIT Press.
- DelPrette, Z. A. P., & DelPrette, A. (2021). *Social competence and social skills: A theoretical and practical guide*. Springer. <https://doi.org/10.1007/978-3-030-70127-7>
- Di Bartolomeo, G., & Papa, S. (2019). The Effects of Physical Activity on Social Interactions: The Case of Trust and Trustworthiness. *Journal of Sports Economics*, 20(1), 50–71. <https://doi.org/10.1177/1527002517717299>
- Firat University, Coşkuner, Z., İnönü University, Büyükçelebi, H., Çanakkale Onsekiz Mart Üniversitesi, Kurak, K., İnönü Üniversitesi Spor Bilimleri Fakültesi, & Açak, M. (2021). *Examining the Impact of Sports on Secondary Education Students' Life Skills*. *International Journal of Progressive Education*, 17(2), 292–304. <https://doi.org/10.29329/ijpe.2021.332.18>
- Hargie, O. D. W., Saunders, C., & Dickson, D. (1996). *Social skills in interpersonal communication* (3. ed., reprint). Routledge.
- Hollander, M., A. Wolfe, D., & Chicken, E. (2015). *Nonparametric Statistical Methods* (1st ed.). Wiley. <https://doi.org/10.1002/9781119196037>
- Hunter, J. E., & Schmidt, F. L. (2004). *Methods of meta-analysis: Correcting error and bias in research findings* (2nd ed). Sage.
- Lv, L., & Takami, K. (2015). The Relationship between Social Skills and Sports Activities among Chinese College Students. *Psychology*, 06(04), 393–399. <https://doi.org/10.4236/psych.2015.64036>
- Marinho, D. A., Pereira Neiva, H., Johnson, C. P., & Mohamudally, N. (2021). *Sports science and human health: Different approaches*. IntechOpen.
- Murphy, K., & Myors, B. (2023). *Statistical power analysis: A simple and general model for traditional and modern hypothesis tests* (Fifth edition). Routledge.
- Murphy, K. R., Myors, B., & Wolach, A. H. (2009). *Statistical power analysis: A simple and*



general model for traditional and modern hypothesis tests (3rd ed). Routledge.

Myers, J. L., Well, A. D., & Lorch Jr, R. F. (2013). *Research Design and Statistical Analysis* (0 ed.). Routledge.
<https://doi.org/10.4324/9780203726631>

Painter, K. K. (2006). Social skills groups for children and adolescents with Asperger's syndrome: A step-by-step program. *J. Kingsley*.

Wright, K. L. (2013). An Introduction to Cronbach's α : It's the GLM (Again)!.
<https://doi.org/10.13140/2.1.1816.8328>

Al-Alwan, A. F. (2011). Emotional Intelligence and its Relationship with Social Skills and Attachment Styles of University Students in Light of Specialization and Gender. *Jordan Journal of Educational Sciences*, 7(2), 125-144.

Beheshtifar, M., & Norozy, T. (2013). Social Skills: A Factor to Employees' Success. *International Journal of Academic Research in Business and Social Sciences*, 3(3), 74-79. Retrieved from
<https://hrmars.com/index.php/IJARBSS/article/view/9486/Social-Skills-A-Factor-to-Employees-Success>

Dorak, R., Yildiz, L., & Sortullu, C. (2012). The effects of eight weeks of sports activities on self-sufficiency, social skills and some physical fitness parameters in children 9-10 years of age. *Procedia - Social and Behavioral Sciences*, 47, 1286 - 1291. doi: 10.1016/j.sbspro.2012.06.813

Facundo Corti, J., Julia Raimundi, M., Celsi, I., Alvarez, O., & Castillo, I. (2023). The Moderating Effect of Athletes' Personal Values on the Relationship between Coaches' Leadership Behaviors and the Personal and Social Skills of Young Basketball Players. *Sustainability*, 15(5), 4554. doi: <https://doi.org/10.3390/su15054554>

Gumapac, M. C., Bentoy, I., Casero, L., & Moneva, J. (2019). Social Skills of the Students and Sport Engagement. *International Journal of Engineering Science and Computing*, 9(2), 19835-19842.

Haas, A., Wäsche, H., Wittelsberger, R., Nieken, P., & Woll, A. (2023). Social skills and sports: Pupils of an elite school of sports are more competitive and cooperative. *German Journal of Exercise and Sport Research*(53), 118-122. doi: <https://doi.org/10.1007/s12662-022-00827-w>

ILHAN, L. E., ESENTÜRK, O. K., ÇELİK, O. B., YILMAZ, A., & TEKKURŞUN, D. G. (Eds.). (2017). EXAMINATION OF SOCIAL SKILL LEVELS OF THE BADMINTON PLAYERS. *Science, Movement and Health*, 17(2), 108-114.

JOHNNY L, M., ROTATORI, A., & WILLIAM J. , H. (1983). DEVELOPMENT OF A RATING SCALE TO MEASURE SOCIAL SKILLS IN CHILDREN: THE MATSON EVALUATION OF SOCIAL SKILLS WITH YOUNGSTERS. *Behaviour Research and Therapy*, 21(4), 335-340. doi: [https://doi.org/10.1016/0005-7967\(83\)90001-3](https://doi.org/10.1016/0005-7967(83)90001-3)

Kleinert, J., Ohlert, J., Carron, B., Eys, M., Feltz, D., Harwood, C., . . . Sulprizio, M. (2012). Group Dynamics in Sports: Overview and Recommendations. *The Sport Psychologist*, 26, 412-434. doi: <https://doi.org/10.1123/tsp.26.3.412>

Ladiun, S. D., Khairunisa Abu Talip, N., Nikol, L., Kram, S., & Donny Man, D. (2021). Comparison of Mood State Between Team Sports and Individual Sports. *Jurnal Psikologi Malaysia*, 35(2), 23-33. Retrieved from
<http://journalarticle.ukm.my/18137/1/496-2460-1-PB.pdf>

Lv, L., & Takami, K. (2015). The Relationship between Social Skills and Sports Activities among Chinese College Student. *Psychology*, 6(4), 393-399. doi:10.4236/psych.2015.64036

MORGESON, F. P., H. REIDER, M., & A. CAMPION, M. (2005). SELECTING INDIVIDUALS IN TEAM SETTINGS: THE IMPORTANCE OF SOCIAL SKILLS, PERSONALITY CHARACTERISTICS AND TEAMWORK KNOWLEDGE. *PERSONNEL PSYCHOLOGY*, 58, 583-611. doi: <https://doi.org/10.1111/j.1744-6570.2005.655.x>

Mota, C. P., Paula, M., & Marina, S. (2011). Psychometric Properties of the Social Skills Questionnaire: Portuguese Adaptation of the Student Form (Grades 7 to 12). *The Spanish Journal of Psychology*, 14(1), 486-499. doi:10.5209/rev_SJOP.2011.v14.n1.44

Nia, M. E., & Besharat, M. (2010). Comparison of athletes' personality characteristics in individual and. *Procedia Social and Behavioral Sciences*(5). doi:10.1016/j.sbspro.2010.07.189



Opstoel, K., Chapelle, L., J Prins, F., De Meester, A., Haerens, L., van Tartwijk, J., & De Martelaer, K. (2020). Personal and social development in physical education and sports: A review study. *European Physical Education Review*, 26(4), 797–813. doi:

<https://doi.org/10.1177/1356336X19882054>

Samalot-Rivera, A., & Porretta, D. (2012). The influence of social skills instruction on sport and game related behaviours of students with emotional or behavioural disorders. *Physical Education and Sport Pedagogy*, 1-16. doi: <http://dx.doi.org/10.1080/17408989.2011.631004>

Ünlü, Ç., & Çeviker, A. (2022). Examination of the social skills levels of students participating in recreative activities. *International Journal on Social and Education Sciences*, 4(4), 529-540. doi: <https://doi.org/10.46328/ijonses.470>

Zekioglu, A., Tatar, A., & Ozdemir, H. (2018). Analysis of Sports and Social Skill Relation in a Non-Sportive Group. *Journal of Education and Training Studies*, 6(8), 108-115. doi: <https://doi.org/10.11114/jets.v6i8.3233>

Received in: 09/05/2024

Accepted in: 30/05/2024

Correspondence:

Amina Chafaa

a.chafaa@univ-setif2.dz



Esta obra está licenciada sob uma Licença Creative Commons Attribution 4.0

Implicações da Lei Geral do Esporte na Perspectiva da Hélice Quintupla

Implications of the General Sports Law from the Perspective of the Quintuple Helix

Implicaciones de la Ley General del Deporte desde la Perspectiva de la Hélice Quintuple

Carlos Alberto Figueiredo da Silva

Universidade Salgado de Oliveira, Programa de Pós-graduação em Ciências da Atividade Física, Niterói, Brasil

carlos.silva@nt.universo.edu.br

Resumo

Este estudo tem como objetivo analisar as implicações da Lei 14.597/2023, conhecida como Lei Geral do Esporte, na regulamentação da profissão de treinador esportivo no Brasil, utilizando o modelo sociológico da Hélice Quintupla. A nova legislação reconhece formalmente a profissão, estabelecendo critérios claros para o exercício da função, o que pode trazer significativas mudanças no cenário esportivo nacional. A justificativa para o estudo reside na necessidade de compreender os possíveis conflitos com a Lei 9.696/1998, que regulamenta a profissão de Educação Física, bem como os impactos na formação acadêmica e na demanda por cursos de bacharelado em Educação Física. Os principais resultados indicam que, embora a nova lei valorize a carreira de treinador esportivo, ela pode gerar conflitos regulatórios e uma segmentação do mercado de trabalho, ao permitir que a profissão seja exercida por indivíduos com formações específicas em treinamento esportivo ou experiência comprovada, além de ex-atletas. A conclusão aponta para a importância do diálogo entre organizações profissionais, instituições de ensino e órgãos reguladores para minimizar conflitos e assegurar que a legislação contribua efetivamente para o desenvolvimento e a profissionalização do esporte no Brasil.

Palavras-chave: regulamentação esportiva, profissão de treinador, educação física, esporte.

Abstract

This study aims to analyze the implications of Law 14,597/2023, known as the General Sports Law, on the regulation of the sports coach profession in Brazil, using the sociological model of the Quintuple Helix. The new legislation formally recognizes the profession, establishing clear criteria for its practice, which could bring significant changes to the national sports landscape. The study is justified by the need to understand potential conflicts with Law 9,696/1998, which regulates the Physical Education profession, as well as the impacts on academic training and demand for bachelor's degrees in Physical Education. The main findings indicate that while the new law enhances the sports coaching career, it may generate regulatory conflicts and market segmentation by allowing the profession to be practiced by individuals with specific training in sports coaching or proven experience, as well as former athletes. The conclusion highlights the importance of dialogue between professional organizations, educational institutions, and regulatory bodies to minimize conflicts and ensure that the legislation effectively contributes to the development and professionalization of sports in Brazil.

Keywords: Sports regulation, coaching profession, physical education, sport.

Resumén

Este estudio tiene como objetivo analizar las implicaciones de la Ley 14.597/2023, conocida como la Ley General del Deporte, en la regulación de la profesión de entrenador deportivo en Brasil, utilizando el modelo sociológico de la Hélice Quintuple. La nueva legislación reconoce formalmente la profesión, estableciendo criterios claros para su ejercicio, lo que podría traer cambios significativos en el panorama deportivo nacional. El estudio se justifica por la necesidad de comprender los posibles conflictos con la Ley 9.696/1998, que regula la profesión de Educación Física, así como los impactos en la formación académica y



la demanda de títulos de grado en Educación Física. Los principales resultados indican que, aunque la nueva ley valoriza la carrera de entrenador deportivo, puede generar conflictos regulatorios y segmentación del mercado laboral al permitir que la profesión sea ejercida por individuos con formación específica en entrenamiento deportivo o experiencia comprobada, además de exatletas. La conclusión destaca la importancia del diálogo entre organizaciones profesionales, instituciones educativas y organismos reguladores para minimizar conflictos y asegurar que la legislación contribuya efectivamente al desarrollo y profesionalización del deporte en Brasil.

Palabras clave: Regulación deportiva, profesión de entrenador, educación física, deporte.

Introdução

A Lei 14.597, conhecida como Lei Geral do Esporte, sancionada em 2023, representa um marco significativo para a regulamentação da profissão de treinador esportivo no Brasil (Brasil, 2023). Ao estabelecer critérios claros para o exercício dessa atividade, a lei não apenas reconhece oficialmente a profissão, mas também assegura uma série de direitos e deveres aos profissionais da área, com potencial para transformar o cenário esportivo nacional.

Este artigo tem por objetivo discutir as implicações desta legislação, no que se refere ao treinador esportivo, a partir de um modelo sociológico denominado Hélice Quíntupla (Von Hohen-dorff, 2022; Da Costa Ribeiro et al., 2019), que abarca cinco atores principais: os setores profissional, universitário, governamental, social e ambiental. As reflexões aqui exaradas poderão contribuir de forma efetiva para as discussões que emanam deste novo marco legal para o esporte nacional.

Reconhecimento e regulamentação da profissão

O Artigo 75 da Lei 14.597/23 é o ponto de partida para a regulamentação da profissão de treinador esportivo, reconhecendo-a formalmente e estabelecendo os requisitos para seu exercício. A legislação especifica que a profissão é reservada a indivíduos cuja principal atividade remunerada é a preparação e a supervisão da atividade esportiva de um ou vários atletas profissionais.

Art. 75. A profissão de treinador esportivo é reconhecida e regulada por esta Lei, sem prejuízo das disposições não colidentes constantes da legislação vigente, do respectivo contrato de trabalho ou de acordos ou convenções coletivas.

§ 1º Considera-se treinador esportivo profissional a pessoa que possui como principal atividade remunerada a preparação e a supervisão da atividade esportiva de um ou vários atletas profissionais. (Brasil, 2023)

Esse reconhecimento é um caminho para a valorização da carreira, pois confere legitimidade e profissionalismo à função, ao mesmo tempo em que impõe padrões mínimos de qualificação. Há que se ressaltar que o texto menciona a atuação dos treinadores com atletas profissionais. Não menciona a atuação com atletas em formação, amadores ou pessoas que realizam atividades esportivas de participação ou educacional, a não ser que recebam, por exemplo, bolsa. Em seu anexo, a lei apresenta categorias de atletas:

Quadro 1. Categoria de atleta

Categoria de Atleta	Valor Base Mensal da Bolsa-Atleta
Categoria atleta de base:	R\$ 370,00
Atletas de até 19 (dezenove) anos de idade com destaque nas categorias de base do esporte de alto rendimento, que tenham obtido até a terceira colocação nas modalidades individuais de categorias e	(trezentos e setenta reais)

de eventos previamente indicados pela respectiva organização nacional de administração e regulação da modalidade esportiva ou que tenham sido eleitos entre os 10 (dez) melhores atletas do ano anterior em cada modalidade coletiva, na categoria indicada pela respectiva organização, e que continuem treinando e participando de competições nacionais.	
Categoria estudantil: Atletas de até 20 (vinte) anos de idade, que tenham participado de eventos nacionais estudantis reconhecidos pelo Ministério do Esporte e obtido até a terceira colocação nas modalidades individuais ou que tenham sido eleitos entre os 6 (seis) melhores atletas em cada modalidade coletiva do referido evento e que continuem treinando e participando de competições nacionais.	R\$ 370,00 (trezentos e setenta reais)
Categoria atleta nacional: Atletas que tenham participado do evento máximo da temporada nacional ou que integrem o ranking nacional da modalidade divulgado oficialmente pela respectiva organização nacional de administração da modalidade, tendo obtido, em ambas as situações, até a terceira colocação, e que continuem treinando e participando de competições nacionais. Os eventos máximos serão indicados pelas respectivas confederações ou associações nacionais da modalidade.	R\$ 925,00 (novecentos e vinte e cinco reais)
Categoria atleta internacional: Atletas que tenham integrado a seleção brasileira de sua modalidade esportiva, representando o Brasil em campeonatos sul-americanos, pan-americanos ou mundiais reconhecidos pelo Comitê Olímpico do Brasil (COB), pelo Comitê Paralímpico Brasileiro (CPB), pela Confederação Brasileira de Desportos de Surdos (CBDS) ou pela entidade internacional de administração da modalidade, tendo obtido até a terceira colocação, e que continuem treinando e participando de competições internacionais.	R\$ 1.850,00 (mil oitocentos e cinquenta reais)
Categoria atleta olímpico, paralímpico ou surdolímpico: Atletas que tenham integrado as delegações olímpica, paralímpica ou surdolímpica brasileiras de sua modalidade esportiva, que continuem treinando e participando de competições internacionais e que cumpram critérios definidos pelo Ministério do Esporte.	R\$ 3.100,00 (três mil e cem reais)
Categoria atleta pódio: Atletas de modalidades olímpicas, paralímpicas e surdolímpicas individuais que estejam entre os 20 (vinte) melhores do mundo em sua prova, segundo ranking oficial da entidade internacional de administração da modalidade, e que sejam indicados pelas respectivas organizações nacionais de administração e regulação da modalidade esportiva em conjunto, respectivamente, com o COB, o CPB, a CBDS e com o Ministério do Esporte.	Até R\$ 15.000,00 (quinze mil reais)

Fonte: Lei Geral do Esporte

Critérios para exercício da profissão

A lei delimita, de forma rigorosa, quem pode exercer a profissão de treinador esportivo, criando três categorias principais:

1. **Portadores de Diploma em Educação Física:** Esses profissionais, que já possuem formação específica na área de esportes e saúde, têm assegurado o direito de atuar como treinadores esportivos.
2. **Formação Superior em Treinamento Esportivo:** Aqueles que possuem diploma de curso superior específico em treinamento esportivo, reconhecido pelo Ministério da Educação ou por organizações que regulam a modalidade esportiva, também estão aptos a exercer a profissão. Essa exigência visa garantir que os treinadores possuam conhecimento técnico específico e atualizado sobre as melhores práticas de treinamento.
3. **Profissionais Experientes:** A lei reconhece ainda os profissionais que, na data de sua publicação, já exerciam a profissão de treinador esportivo há mais de três anos. Essa disposição é



uma forma de assegurar que a experiência acumulada por esses profissionais seja valorizada, mesmo que não possuam a formação acadêmica exigida.

Inclusão de ex-atletas

Uma inovação importante da Lei 14.597/23 é a inclusão de ex-atletas como potenciais treinadores esportivos. Desde que comprovem um histórico significativo de atuação como atletas e participem de cursos de formação de treinadores, esses indivíduos têm a oportunidade de transitar para a carreira de treinador. Essa medida é ancorada e aproveita o conhecimento prático e a experiência vivida desses ex-atletas, que podem trazer novas perspectivas para o treinamento esportivo.

Autorização para treinadores estrangeiros

A lei também prevê a possibilidade de treinadores estrangeiros atuarem no Brasil, desde que possuam licença de sua associação nacional de origem. Essa abertura para profissionais estrangeiros é um passo para a internacionalização e diversificação de práticas no treinamento esportivo no Brasil, permitindo a troca de conhecimento e a incorporação de novas metodologias.

Direitos e deveres dos treinadores esportivos

Além de regulamentar o acesso à profissão, a Lei 14.597/23 estabelece um conjunto de direitos e deveres para os treinadores esportivos. Entre os direitos, destaca-se a garantia de liberdade na orientação técnica e tática, o que é essencial para que o treinador possa desempenhar sua função sem interferências externas indevidas. A lei também assegura o apoio e a assistência moral e material por parte do contratante, elementos fundamentais para o desempenho de suas atividades.

Quanto aos deveres, a lei enfatiza a importância da disciplina e da eficiência técnica e tática, bem como o sigilo profissional. Esses aspectos buscam manter a integridade do trabalho do treinador e a confiança dos atletas e organizações esportivas.

Impactos e desafios

A lei apresenta um impacto significativo na profissionalização e valorização da carreira de treinador esportivo no Brasil. Ao estabelecer critérios claros para o exercício da profissão, a lei busca contribuir para a elevação dos padrões de qualidade no treinamento esportivo, o que pode ter reflexos positivos no desempenho dos atletas brasileiros em competições nacionais e internacionais.

No entanto, a implementação dessa lei também traz desafios. A exigência de formação específica pode limitar o ingresso de novos profissionais na área, especialmente em regiões onde a oferta de cursos de formação é escassa. Além disso, a regulamentação pode exigir uma adaptação por parte das organizações esportivas, que precisarão garantir que seus treinadores estejam em conformidade com os novos requisitos legais. É um passo importante para a consolidação do treinador esportivo como um profissional fundamental no cenário esportivo brasileiro. Ao equilibrar o reconhecimento da experiência com a exigência de qualificação, a legislação busca fortalecer o desenvolvimento do esporte no país, promovendo maior eficiência, ética e profissionalismo.

Implicações da Lei Geral do Esporte na profissão de Educação Física e nos cursos de bacharelado

Que consequências a Lei Geral do Esporte poderá ter em relação à Lei 9696 de 1998, que dispõe sobre a regulamentação da Profissão de Educação Física e cria os respectivos Conselho Federal e Conselhos Regionais de Educação Física (Brasil, 1998); e também com os cursos de bache-

relado oferecidos pelas universidades? Poderá haver conflito entre as leis? Poderá diminuir a demanda de alunos nas universidades para o curso de bacharelado?

A Lei 14.597/23, que regulamenta a profissão de treinador esportivo, pode trazer algumas consequências relevantes em relação à Lei 9.696 de 1998, que regulamenta a profissão de Educação Física; essas consequências incluem possíveis conflitos de interpretação, impactos na formação acadêmica e possíveis mudanças na demanda por cursos de bacharelado em Educação Física.

Possíveis conflitos entre as leis

A Lei 9.696 de 1998 estabelece que a profissão de Educação Física é privativa dos profissionais registrados nos CREFs, os quais devem possuir formação específica na área. A nova Lei 14.597/23, por sua vez, permite que a profissão de treinador esportivo seja exercida não apenas por portadores de diploma em Educação Física - há de se observar que a Lei Geral do Esporte não faz distinção entre licenciatura e bacharelado - mas também por indivíduos com formação específica em treinamento esportivo ou por aqueles que já exercem a profissão há mais de três anos, além de ex-atletas que cumpram certos requisitos.

Esse cenário pode gerar conflitos, especialmente em relação ao controle e à regulamentação da profissão. Por exemplo, pode haver disputas sobre qual instituição deve fiscalizar e regulamentar os treinadores esportivos: os CREFs, que historicamente têm essa função, ou um novo órgão específico para a categoria, caso venha a ser criado. Além disso, a abertura para ex-atletas e treinadores com formação específica pode ser vista por alguns como um enfraquecimento da exigência do registro nos CREFs, gerando discussões sobre a quem cabe a fiscalização desses profissionais.

Impactos na formação acadêmica e demandas para cursos de bacharelado

A inclusão de outras formações além do bacharelado em Educação Física como requisitos para a atuação como treinador esportivo pode impactar a demanda por esse curso. Se a formação específica em treinamento esportivo, oferecida por instituições reconhecidas pelo Ministério da Educação ou pelas organizações esportivas, se tornar uma alternativa viável e menos onerosa ou demorada, isso pode levar a uma diminuição na procura pelos cursos de bacharelado em Educação Física, especialmente por aqueles interessados em se tornar treinadores.

Por outro lado, as universidades podem ver nesse contexto uma oportunidade para diversificar suas ofertas, criando ou ampliando cursos específicos de treinamento esportivo, certificados e reconhecidos conforme os requisitos da nova lei. Isso pode criar uma nova demanda acadêmica, mas pode também dividir o interesse dos estudantes entre as diversas opções de formação.

Consequências para o mercado de trabalho

A regulamentação específica da profissão de treinador esportivo pode levar a uma maior segmentação no mercado de trabalho, onde o bacharel em Educação Física poderá enfrentar uma concorrência mais acirrada com profissionais de outras formações ou com experiência comprovada. No entanto, os bacharéis em Educação Física ainda manterão uma vantagem em termos de amplitude de atuação, pois a Lei 9.696 de 1998 lhes confere o direito de atuar em uma ampla gama de atividades além do treinamento esportivo, como a orientação de atividades físicas para a saúde, em equipes multidisciplinares de saúde, entre outras.



Inconstitucionalidade da Lei Geral do Esporte

A Lei 14.597 de 2023 pode ser considerada como inconstitucional, perante a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988?

Para avaliar a constitucionalidade da Lei 14.597 de 2023, em relação à Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, é necessário considerar vários aspectos, incluindo a competência legislativa, os direitos fundamentais, a liberdade profissional e outros princípios constitucionais.

Competência legislativa

A Constituição Federal de 1988, em seu Artigo 24, estabelece que compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre educação, cultura, desporto, entre outros. A União deve estabelecer normas gerais, enquanto os Estados têm competência suplementar. A Lei Geral do Esporte, por regulamentar a profissão de treinador esportivo, pode ser considerada uma norma geral, o que estaria dentro da competência legislativa da União.

Não parece haver, nesse aspecto, uma violação direta à Constituição, já que a regulamentação de profissões, especialmente em setores como o esporte, é uma prática comum e aceita dentro do federalismo brasileiro.

Liberdade profissional

O Artigo 5º, inciso XIII, da Constituição Federal garante que "é livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer". A Lei 14.597 de 2023 impõe requisitos específicos para o exercício da profissão de treinador esportivo, como diplomas em Educação Física ou formação específica em treinamento esportivo, ou, no caso de ex-atletas, a exigência de participação em cursos de formação.

Essa imposição de qualificações não é, por si só, inconstitucional, uma vez que a própria Constituição permite que a lei estabeleça qualificações profissionais. Contudo, a constitucionalidade dessa regulamentação depende de o legislador ter respeitado o princípio da razoabilidade. Se as exigências forem consideradas excessivas, desproporcionais ou restritivas sem justificativa adequada, a lei poderia ser questionada por violar o direito à liberdade profissional.

Princípio da igualdade

A Constituição, em seu Artigo 5º, inciso I, assegura a igualdade perante a lei. A Lei 14.597/23 estabelece categorias diferentes de profissionais que podem atuar como treinadores esportivos. É fundamental que essas distinções estejam justificadas por razões objetivas e razoáveis, relacionadas à qualificação e à capacidade técnica para o exercício da profissão.

Se algum grupo se sentir discriminado injustamente ou se considerar que as exigências criam desigualdades sem base razoável, poderia haver questionamentos constitucionais com base no princípio da igualdade.

Direitos fundamentais e acesso ao trabalho

Outro ponto a ser considerado é o impacto da lei sobre o acesso ao trabalho e o direito ao trabalho, que são princípios fundamentais consagrados na Constituição. Se a regulamentação impu-

ser barreiras desproporcionais ou criar dificuldades excessivas para o ingresso na profissão de treinador esportivo, isso poderia ser visto como uma restrição indevida ao direito ao trabalho.

Autonomia das universidades

Outro aspecto a ser avaliado é a autonomia universitária, garantida pelo Artigo 207 da Constituição Federal, que assegura às universidades autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial. Se a Lei Geral do Esporte interferir de maneira desproporcional na forma como as universidades estruturam seus cursos e currículos, poderia haver questionamentos sobre uma possível violação dessa autonomia.

Hélice Quintupla e Lei Geral do Esporte

Neste ponto, analisaremos a Lei Geral do Esporte a partir do modelo sociológico da Hélice Quintupla, que é uma evolução do modelo da Hélice Tríplice (Leydesdorff; Etzkowitz, 1998; Terra et al., 2007; Da Silva; Terra; Votre, 2008; De Mattos et al., 2010; Da Silva, 2011; Silva; Lopes; Netto, 2011; Ranga; Etzkowitz, 2015; Motta; Da Silva; Dos Santos, 2015; Pena et al., 2019; Machado; Sarmiento; Da Silva, 2020; De Moura, Sarmiento; Da Silva, 2022); e da Hélice Quádrupla (Bailly et al., 2021; Von Hohendorff, 2022). Este modelo amplia a análise de inovação e desenvolvimento sustentável ao incluir cinco atores principais: setores profissional, universitário, governamental, social e ambiental. A seguir, discutimos como a Lei Geral do Esporte interage com cada um desses atores.

Setor Profissional

A Lei Geral do Esporte tem um impacto direto sobre o setor profissional, principalmente na regulamentação da profissão de treinador esportivo. Ao estabelecer critérios para a formação e a atuação desses profissionais.

Impacto

- **Profissionalização:** A lei cria um ambiente regulatório que promove a capacitação técnica dos profissionais, garantindo que apenas aqueles com qualificações específicas ou experiência comprovada possam atuar como treinadores esportivos.
- **Mercado de Trabalho:** A legislação pode influenciar o mercado de trabalho, criando novas demandas para cursos especializados e alterando as dinâmicas de contratação no setor esportivo.

Desafios

- **Competitividade:** Há um desafio em garantir que essas exigências não criem barreiras excessivas para o ingresso na profissão, o que poderia limitar a competitividade do setor.

Setor Universitário

O setor universitário desempenha um papel essencial na formação dos treinadores esportivos. A exigência de diplomas específicos, seja em Educação Física ou em cursos de treinamento esportivo, coloca as universidades no centro da preparação desses profissionais.



Impacto

- **Oferta Educacional:** As universidades podem precisar ajustar ou expandir seus programas de formação para atender à demanda por cursos especializados em treinamento esportivo, alinhados às novas exigências legais.
- **Autonomia Universitária:** A lei pode promover a criação de novos cursos e especializações, mas também pode levar a questionamentos sobre a autonomia universitária na definição dos currículos e na estrutura dos programas educacionais.

Desafios

- **Adaptação:** As universidades terão que se adaptar rapidamente às novas demandas do mercado e às regulamentações estabelecidas, o que pode exigir investimentos significativos em infraestrutura e corpo docente.

Setor Governamental

O governo desempenha um papel central na implementação e fiscalização da Lei Geral do Esporte. A criação de normas, a fiscalização do exercício profissional e a promoção de políticas públicas de esporte são áreas onde o setor governamental é decisivo.

Impacto

- **Políticas Públicas:** A lei pode ser um instrumento para a implementação de políticas públicas que promovam a prática esportiva e a formação de atletas de alto rendimento.
- **Fiscalização:** O governo, por meio de suas agências reguladoras, será responsável por assegurar que a lei seja cumprida, o que inclui a regulamentação de cursos, a supervisão de treinadores estrangeiros, e a proteção dos direitos dos treinadores.

Desafios

- **Coordenação Intersetorial:** A efetiva implementação da lei exigirá uma coordenação eficiente entre diferentes níveis de governo (federal, estadual e municipal) e entre diferentes órgãos públicos.

Setor Social

O setor social, que inclui a sociedade civil, organizações não-governamentais (ONGs) e outras entidades, é impactado pela Lei Geral do Esporte, especialmente no que diz respeito ao acesso ao esporte e à promoção da inclusão social por meio de atividades esportivas.

Impacto

- **Inclusão Social:** A lei pode ajudar a estruturar programas que incentivem a participação de diferentes grupos sociais no esporte, promovendo a inclusão e o desenvolvimento social.
- **Acesso ao Esporte:** A regulamentação pode ter um efeito positivo na profissionalização e qualificação dos treinadores, resultando em melhores programas esportivos para a comunidade.

Desafios

- **Acessibilidade:** Há o risco de que as exigências para a atuação como treinador esportivo possam limitar a atuação de profissionais voluntários em comunidades carentes, afetando a acessibilidade ao esporte.

Setor Ambiental

Embora o setor ambiental não seja diretamente mencionado na Lei Geral do Esporte, ele pode ser indiretamente afetado, especialmente em contextos onde o esporte se relaciona com o uso de recursos naturais e espaços ao ar livre.

Impacto

- **Esportes Sustentáveis:** A lei pode incentivar práticas esportivas sustentáveis e a utilização de espaços naturais de maneira que respeite o meio ambiente, embora isso não esteja explicitamente abordado na legislação.
- **Conservação Ambiental:** Iniciativas esportivas promovidas sob a lei poderiam contribuir para a conservação ambiental, através do estímulo a práticas que valorizem a preservação de recursos naturais.

Desafios

- **Sustentabilidade:** A legislação poderia ser ampliada para incluir diretrizes mais claras sobre a sustentabilidade ambiental no esporte, promovendo práticas que minimizem o impacto ambiental das atividades esportivas.

A Lei Geral do Esporte, quando analisada à luz do modelo da Hélice Quíntupla, mostra-se como um instrumento com potencial para impulsionar o desenvolvimento do esporte no Brasil de maneira integrada, envolvendo múltiplos setores. No entanto, sua eficácia dependerá da capacidade de articulação entre esses diferentes atores e da forma como serão enfrentados os desafios relacionados à sua aplicação, especialmente no que concerne à inclusão social, à sustentabilidade e à adaptação do setor educacional. A criação de um ambiente colaborativo entre esses setores é essencial para que o esporte no Brasil possa se desenvolver de maneira equilibrada, sustentável e inclusiva.

Considerações finais

A Lei 14.597 de 2023, em termos gerais, parece estar alinhada com a competência legislativa da União e com a regulamentação de profissões, como previsto na Constituição. Contudo, sua constitucionalidade poderia ser questionada se alguma de suas disposições for considerada desproporcional, violar o princípio da igualdade, restringir excessivamente a liberdade profissional ou interferir indevidamente na autonomia universitária.

Qualquer alegação de inconstitucionalidade teria que ser analisada pelo Supremo Tribunal Federal (STF), que avaliaria se a lei, em sua aplicação concreta, está em conformidade com os princípios e direitos fundamentais consagrados na Constituição de 1988.

Embora a Lei 14.597 de 2023 possa gerar alguns conflitos com a Lei 9.696 de 1998, ela também abre novas oportunidades e desafios para a regulamentação da profissão de treinador esportivo no Brasil. O impacto nos cursos de bacharelado em Educação Física dependerá de como o mercado e as instituições de ensino se adaptarem a essa nova legislação. A possível diminuição da demanda por esses cursos pode ser compensada pela criação de novas formações específicas e pela



valorização do conhecimento técnico especializado, o que pode enriquecer o campo da educação física e do esporte como um todo.

Em relação a quinta hélice - o setor ambiental - a literatura mostra que há uma bifurcação quando esta hélice é apresentada. A primeira refere-se ao ambiente e à sustentabilidade e seu tripé: ambiental, social e econômico; a segunda, ao ambiente de investimento anjo. Neste caso, há que se observar com apuro como o capital de risco pode participar do modelo, algo que a Lei Geral do Esporte não explicita no texto.

É crucial que as organizações profissionais, as instituições de ensino e os órgãos reguladores dialoguem para minimizar conflitos e garantir que as leis contribuam para o desenvolvimento e a profissionalização do esporte no Brasil.

Referências

- BRASIL. Lei Nº 14.597, de 14 de junho de 2023. Dispõe sobre o Sistema Nacional do Esporte (Sinesp) e o Sistema Nacional de Informações e Indicadores Esportivos (SNIIE), a ordem econômica esportiva, a integridade esportiva e o Plano Nacional pela Cultura de Paz no Esporte. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2023. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/CCivil_03/////Ato2023-2026/2023/Lei/L14597.htm. Acesso em: 02 jan. 2024.
- BRASIL. Lei Nº 9.696, de 01 de setembro de 1998. Dispõe sobre a regulamentação da Profissão de Educação Física e cria os respectivos Conselho Federal e Conselhos Regionais de Educação Física. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2023. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19696.htm. Acesso em: 02 jan. 2024.
- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm
- BAILLY, R. et al. The Quadruple Helix and Society: Perspectives in Brazil. **The International Efal-It Blog Information Technology Innovations In Economics, Finance, Accounting, And Law**, v. 2, 2021. <http://www.alexander.it/44-Quadruplex.pdf>
- DA COSTA MINEIRO, A. A. et al. Da hélice tríplice a quintupla: uma revisão sistemática. **Revista Economia & Gestão**, v. 18, n. 51, 2018. <https://www.academia.edu/download/71410134/14417.pdf>
- DA SILVA, C. A. F. **Gestão do esporte e hélice tríplice**. Rio de Janeiro: HP Comunicação, 2011.
- DA SILVA, C. A. F.; TERRA, B.; VOTRE, S. J. O modelo da hélice tríplice e o papel da educação física, do esporte e do lazer no desenvolvimento local. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, v. 28, n. 1, 2008. <http://www.rbce.cbce.org.br/index.php/RBCE/article/view/45>
- DE MATTOS, D. C. et al. O esporte náutico e a dinâmica da hélice tríplice no projeto Grael: um estudo de caso. **Movimento**, v. 16, n. 3, p. 219-237, 2010. <https://seer.ufrgs.br/Movimento/article/view/11612>
- DE MOURA, G. H. S.; SARMENTO, J. P.; DA SILVA, C. A. F. Modelos associativo e empresarial: reflexões sobre a gestão de clubes de futebol no Brasil. **Research, Society and Development**, v. 11, n. 11, p. e499111133784-e499111133784, 2022. <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/33784>
- LEYDESDORFF, Loet; ETZKOWITZ, Henry. Triple Helix of innovation: introduction. **Science and public policy**, v. 25, n. 6, p. 358-364, 1998. <https://www.researchgate.net/profile/Oezguer-Oenday/post/Innovations-models-list/attachment/5e7edc653843b0047b37bd45/AS%3A873928759185408%401585372261345/download/Triple+Helix+of+innovation+model.pdf>



MACHADO, J. E. O.; SARMENTO, J. P.; DA SILVA, C. A. F. Perceções de lideranças sobre a atuação das autarquias locais no desenvolvimento do desporto em Portugal. **Podium**, v. 9, n. 3, p. 539-567, 2020.

<https://periodicos.uninove.br/podium/article/view/17894>

MOTTA, C. F.; DA SILVA, C. A. F.; DOS SANTOS, R. F. Strategies for establishing partnerships between physical education and industry. **Journal of Physical education and Sport**, v. 18, n. 3, p. 1524-1532, 2018.

<https://efsupit.ro/images/stories/september2018/Art%20225.pdf>

PENA, B. G. et al. From the legacy to the heritage of the 1984 Olympic Games: LA84 Foundation pathways. 2019.

<https://rua.ua.es/dspace/handle/10045/100750>

RANGA, M.; ETZKOWITZ, H. Triple Helix systems: an analytical framework for innovation policy and practice in the Knowledge Society. **Entrepreneurship and knowledge exchange**, p. 117-158, 2015.

<https://www.taylorfrancis.com/chapters/edit/10.4324/9781315795638-11/triple-helix-systems-analytical-framework-innovation-policy-practice-knowledge-society-marina-ranga-henry-etzkowitz>

SILVA, C. A. F. da; LOPES, J. P. S. R.; ARAÚJO NETTO, J. de. Educação física, desenvolvimento e inovação: o argumento da hélice tríplice. **Motriz: revista de educação física**, v. 16, p. 995-1005, 2010.

<https://www.scielo.br/j/motriz/a/ZMJCXKFY5NpKcKRkDj5b3qp/?lang=pt>

TERRA, B. et al. Por uma universidade empreendedora: o papel da pós-graduação no modelo da hélice tríplice. **Efdeportes, Buenos Aires, ano**, v. 12, 2007.

<https://efdeportes.com/efd113/universidade-empreendedora-o-papel-da-pos-graduacao-no-modelo-da-helice-triplice.htm>

VON HOHENDORFF, R. Hélice quádrupla (ou quádrupla): uma possibilidade de concretização do ODS 12 através da autorregulação das inovações em um mundo permeado pelo ESG Quadruple (or quintuple) helix: a possibility of implementing SDG 12 through the self-regulation of innovations in

a world permeated by ESG. **Cadernos de Direito Actual**, n. 18, p. 401-465, 2022.
<http://cadernosdedereitoactual.es/ojs/index.php/cadernos/article/view/824>

Recebido em: 01/02/2024

Aceite em: 05/04/2024

Correspondencia:

Carlos Alberto Figueiredo da Silva

carlos.silva@nt.universo.edu.br



Esta obra está licenciada sob uma Licença Creative Commons Attribution 4.0